Relatório Descritivo

Conferência de Revisão do Plano Diretor

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo
Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm
Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach
Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke
Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique
Coordenadora de Planejamento Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor:	Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke Arq. Me. Vaneska Paiva Henrique Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas Eng. Me. Matheus Chidiac Marchiori Arq. Esp. Renata Saffer Arq. Me. Guilherme Silveira Castanheira Arq. Esp. Caroline Giordani Meine Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso Arq. Letícia Cruz Klein Arq. Daniela Vieira da Silva Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto Eng. Tiago Rutsatz Salomoni
Apoio Técnico:	Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal Arq. Natalia Fernanda Oriola Arq. Simone Machado Madeira Arq. Esp. Simone dos Santos Fernandes Arq. Vinicios da Silva Arq. Esp. Ana Aguirre Assist. Adm. Lucia Pansera de Melo Assist. Adm. Márcia Nunes Grecco
Revisão:	Bibl. Michele Carvalho Nunes

Sumário

1. Introdução **5**
2. Conferência de Revisão do Plano Diretor **7**
2.1 Base legal 7
2.2 Objetivo geral 8
2.3 Objetivos específicos 8
2.4 Estruturação da Conferência 9
3. Planejamento da Conferência **10**
3.1 Estruturação 10
3.1.1 Formato 10
3.1.2 Conteúdo 10
3.1.2 Consulta Pública 14
3.2 Cronograma e Logística 15
3.2.1 Calendário 15
3.2.2 Espaço Físico 16
3.2.3 Plataforma 16
3.3 Metodologia 17
3.3.1 Dia 1 | Consolidação Leitura da Cidade e Propostas 17
3.3.2 Dia 2 | Grupos de Trabalho 17
3.3.3 Dia 3 | Apresentação dos Resultados 18
3.4 Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envolvidos 19
3.4.1 Coordenação Técnica (CT) 19
3.5 Estratégia de Divulgação e Engajamento da População 21
3.6 Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados 21
4. Realização da Conferência **23**
4.1 Participação 23
4.2 Dia 1 | Apresentações Propostas 24
4.3 Dia 2 | Grupos de Trabalho 26
4.4 Dia 3 | Apresentação de Resultados 27
4.4.1 Objetivo 1 28
4.4.2 Objetivo 2 29
4.4.3 Objetivo 3 30
4.4.4 Objetivo 4 30
4.4.4 Objetivo 5 31
5. Pós-Evento **33**
Anexos **34**
Anexo 1 - Regimento Interno 34
Anexo 2 - Lista Objetivos e Estratégias 34
Anexo 3 - Material Dia 1 34

Apresentações 34
Anexo 4 - Material Dia 2 34
Apresentações 34
Painéis Prós e Contras 34
Priorizações 34
Anexo 5 - Material Dia 3 35
Apresentações 35
Anexo 6 - Consulta Pública 35
Referências **36**
Bibliografia consultada **40**

1. Introdução

O **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)**, Lei Complementar 434/1999[1], prevê, dentre os mecanismos de participação na gestão, de informação e de avaliação do Plano Diretor, Capítulo III, a realização de conferências municipais sobre assuntos de interesse ambiental. No rol de assuntos de interesse, destaca na mesma Lei, em seu Art. 36, a promoção de forma regular de **Conferências de Avaliação do PDDUA**, sob atribuição do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento.

A **1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor**[2] foi realizada em 2003, com o objetivo de avaliar os três primeiros anos de aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA). O processo adotado contou com momentos de discussões internas e outros abertos à participação da sociedade. Os debates ocorreram por meio de Grupos de Trabalho (GTs), agrupados em cinco temas: Projetos Especiais e Estudo de Impacto de Vizinhança (GT 1); Estruturação Urbana: Programa Viário (GT 2); Monitoramento do Plano Regulador (GT 3); Compatibilização do PDDUA com o Estatuto da Cidade (GT 4); e Paisagem Urbana: Áreas Especiais de Interesse Cultural e Alturas (GT 5).

Na 1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor foram debatidas 90 resoluções, das quais 81 foram aprovadas[2]. Os resultados desta conferência subsidiaram o processo da 1ª Revisão do PDDUA, realizada em 2010[3].

Na atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a Instrução Normativa (IN) 04/2021[4] prevê a realização de duas conferências. A primeira, intitulada **Conferência de Avaliação do Plano Diretor**, foi realizada entre os dias 27 e 29 de março de 2023 e integrou a etapa denominada **Leitura da Cidade** e tem o objetivo geral de promover debates sobre o atual desenvolvimento urbano municipal, tanto sob o ponto de vista da percepção da população local, quanto na visão técnica de especialistas no tema. A segunda, denominada **Conferência de Revisão do Plano Diretor**, integra a etapa de Sistematização e Propostas e tem como objetivo geral estruturar estratégias para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre, no âmbito da Revisão de Plano Diretor, considerando os resultados da análise técnica embasada nos estudos especializados, nas contribuições da sociedade e nas diretrizes formuladas ao longo do processo participativo.

A presente Revisão tem como premissa inicial a manutenção da estrutura e base conceitual da LC 434/1999[1], que surgiu como resultado do amplo debate promovido com a sociedade no seu processo de concepção. Esta estrutura se organiza em torno de

Estratégias, do estabelecimento de um Modelo Espacial e de um Sistema de Gestão do Planejamento com características específicas, agregadas a um Plano Regulador que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo.

Por outro lado, mais de 20 anos se passaram desde a discussão que concebeu nosso Plano Diretor, considerando que a revisão de 2010 se ateve principalmente a dispositivos incidentes no denominado Plano Regulador, o qual estabelece regramentos para a propriedade privada. Tendo em vista o tempo decorrido, considerou-se que a Revisão deve tratar do conteúdo do PDDUA como um todo.

Desta forma, propôs-se que a abordagem da Revisão esteja amparada nos princípios da **Nova Agenda Urbana**[6] e nos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**[7] da Organização das Nações Unidas, em especial o ODS 11, conforme previsto no **Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI)**[8-10] que subsidia a Revisão do Plano Diretor.

Neste sentido, os **temas abordados na Conferência de Revisão do Plano Diretor** são resultado da integração entre a leitura comunitária e a leitura técnica da cidade. Esse processo contou com a atuação dos técnicos municipais, que identificaram objetivos transversais capazes de subsidiar a construção coletiva de estratégias voltadas à preparação de Porto Alegre para os desafios urbanos futuros, conforme detalhado na seção “3.1.2 Conteúdo” deste documento.

2. Conferência de Revisão do Plano Diretor

A Conferência de Revisão do Plano Diretor fez parte da terceira etapa do processo de Revisão, chamada Sistematização e Propostas, que tem como objetivo a consolidação dos diagnósticos da etapa anterior, levando em consideração tanto as avaliações técnicas e quanto às avaliações efetuadas pela população, e elaboração, sistematização e consolidação das propostas para a revisão.

2.1 Base legal

O **Estatuto da Cidade**, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001[12], em seu Artigo 43, prevê a realização de conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.

> Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
>
> I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
>
> II – debates, audiências e consultas públicas;
>
> **III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;**
>
> IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
>
> V – (VETADO)

Conforme apontado anteriormente, em 2003 foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor[2], cujos resultados tiveram papel importante na 1ª Revisão do PDDUA, realizada em 2010[3].

Para o processo de Revisão do Plano Diretor em andamento, posterior a 2010, foram previstas **duas conferências** distintas, conforme estabelecido na **IN 04/2021**[4], que instituiu o procedimento para a atual Revisão do Plano Diretor e passou por aprovação no CMDUA previamente à sua publicação:

> Capítulo VI - Das Conferências na Revisão do Plano Diretor:
>
> Art. 34. Para cada uma das Etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas será realizada conferência para discutir a Revisão do Plano Diretor, aberta à participação da sociedade como um todo, prevista para ser realizada durante 3 (três) dias, em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, em data a ser marcada, conforme estimativa prevista no calendário do site, definida da seguinte forma:
>
> I - Dentro da etapa de Leitura da Cidade será realizada a Conferência de Avaliação do Plano Diretor;

> II - Dentro da etapa de Sistematização e Propostas será realizada a **Conferência da Revisão do Plano Diretor**, com o objetivo de efetuar a avaliação dos cenários de desenvolvimento propostos.
>
> Parágrafo único. A definição dos ritos para a realização da Conferência tais como o planejamento da estrutura do evento, a composição de comissão preparatória, o cronograma de reuniões, a definição do local e data, as formas de divulgação, entre outros, será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e GT-CR e aprovada pelo CMDUA.
>
> Art. 35. Os resultados decorrentes da Conferência serão analisados, sistematizados e considerados para a conclusão das etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas do processo de Revisão do Plano Diretor.

No atual processo de Revisão do Plano Diretor, portanto, foi prevista a realização de uma **Conferência de Revisão do Plano Diretor** como atividade inserida na **Sistematização e Propostas**, etapa da Revisão na qual buscou-se a consolidação dos diagnósticos da etapa anterior e a elaboração, sistematização e consolidação propostas para a revisão.

2.2 Objetivo geral

A Conferência de Revisão do Plano Diretor, realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2023, teve por objetivo geral a estruturação de estratégias para o desenvolvimento urbano de Porto Alegre, no âmbito da Revisão de Plano Diretor, considerando os resultados da análise técnica embasada nos estudos especializados, nas contribuições da sociedade e nas diretrizes formuladas ao longo do processo participativo.

2.3 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da Conferência de Revisão do Plano Diretor foram:

a) promover o debate qualificado entre governo, técnicos, cientistas e sociedade civil participante acerca dos temas abordados;
b) priorizar as recomendações para princípios e diretrizes a serem considerados no processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
c) ampliar o engajamento da população, dando continuidade ao debate público de forma participativa e transparente sobre a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
d) fornecer subsídios para o desenvolvimento das propostas da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, considerando os resultados e as contribuições já acumuladas ao longo do processo.

2.4 Estruturação da Conferência

A estruturação do evento previu quatro passos:

- **Primeiro Passo: Planejamento**
  a) estruturação do **programa** (formato) **e conteúdo** abordados no evento;
  b) estruturação da **consulta pública**, disponível durante o período do evento, conforme IN 04/2021[4];
  c) levantamento de **agentes/grupos** e os diferentes papéis no evento;
  d) levantamento de demandas de **espaço físico e logística;**
  e) levantamento de **plataformas e sistemas informatizados** incluídos nas diferentes etapas da Conferência;
  f) estratégia de **divulgação e engajamento** da população;
  g) estruturação da **estratégia de organização e sistematização do material resultante da Conferência**, visando a elaboração de relatório final e documento síntese do processo.

- **Segundo Passo: Implementação**
  a) estruturação de sistema e campanha para **registro de inscrições**;
  b) **testes** nas plataformas e sistemas informatizados selecionados no primeiro passo;
  c) **comunicação** e gestão de mídias sociais.

- **Terceiro Passo: Entrega**
  a) realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor.

- **Quarto Passo: Pós-Evento**
  a) **relatório descritivo técnico** para publicação da síntese do processo;
  b) emissão de **certificados** para os participantes;
  c) disponibilização do **material produzido** no evento.

Neste contexto, o presente relatório trata do primeiro ao quarto passo, do **Planejamento ao Pós-Evento da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.**

3. Planejamento da Conferência

Nesta seção apresenta-se o planejamento da conferência dividido em seis partes: (1) Estruturação; (2) Cronograma e Logística; (3) Metodologia; (4) Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envolvidos; (5) Estratégia de Divulgação e Engajamento da População; e (6) Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados.

O planejamento da Conferência foi estruturado de acordo com a base legal, especialmente com o previsto no Estatuto da Cidade[12], o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre[3] e a Instrução Normativa 04/2021[4].

De acordo com a IN 04/2021[4], devem ser realizadas as seguintes etapas, em sequência, de forma a validar a proposta da Conferência em relação ao planejamento da estrutura do evento, composição de comissão preparatória, cronograma de reuniões, definição de local/data e formas de divulgação:

a) definição de proposta pela Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor;
b) apresentação e debate da proposta nos Grupos de Trabalho Consultivo Técnico e Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento;
c) aprovação da proposta no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

3.1 Estruturação

3.1.1 Formato

A Conferência de Revisão foi planejada em formato presencial com apresentações e espaço para trabalho em grupos, com a gravação do evento para disponibilização posterior do material nos canais oficiais do Plano Diretor, tais como o site e o canal de YouTube da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS).

3.1.2 Conteúdo

Conforme o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**[14:36], do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional do Governo Federal, um dos documentos adotados como referência na estruturação da atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre; temas "são assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território identificadas pelo próprio município".

Na metodologia da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, embasada no Guia, a sistematização dos resultados da leitura cruzada entre a leitura técnica e a leitura comunitária realizada pelo Município integra a etapa **(iii) Sistematização e Propostas**, na qual são definidas as estratégias e selecionados os instrumentos mais adequados para cada tema e problemática identificada, a serem avaliadas pela equipe técnica e, posteriormente, ingressar na etapa de (iv) Aprovação.

Neste sentido, os **temas que foram abordados na Conferência de Revisão**[x], conforme descrito na Apresentação deste documento, são resultantes da integração dos conteúdos realizada pela equipe técnica municipal que considerou os resultados dos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos, os estudos realizados e os principais pontos discutidos ao longo do processo participativo para a estruturação de estratégias.

Para a consolidação de tais temas, foram estruturadas estratégias para cada objetivo transversal identificado pela Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor, oriundas dos quadros sínteses elaborados pelos subgrupos de cada um dos sete Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos. O processo resultou em uma proposta de cem estratégias vinculadas aos **cinco Objetivos** que foram apresentadas e priorizadas durante a Conferência, conforme segue.

- **Objetivo 1: Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba**

  Busca fortalecer a relação da cidade com seus espaços públicos e recursos hídricos, em especial com o Lago Guaíba, promovendo a valorização da paisagem, do patrimônio e da ambiência urbana como elementos do desenvolvimento urbano.

  Orla do Guaíba e água da cidade

  Tópicos: Orla do Guaíba, Atividades Náuticas, Turismo Sustentável, Ilhas, Lami e Belém Novo, Arroio Dilúvio.

  Espaços públicos

  Tópicos: Diretrizes para os espaços públicos, Qualificação dos espaços públicos, Gestão de Espaços Públicos, Gestão participativa nos Espaços Públicos, Parcerias público-privada, Monitoramento.

  Ambiência urbana

  Tópicos: Paisagem Urbana, Áreas Livres.

Patrimônio histórico

Tópicos: Áreas de Interesse Cultural, Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural, Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais, Patrimônio Arqueológico, Incentivos para a Preservação do Patrimônio, Fomento à valorização do Patrimônio Cultural.

- **Objetivo 2: Reduzir o tempo de deslocamento nos trajetos diários**

  Visa organizar o território e a mobilidade urbana para tornar os deslocamentos diários mais eficientes, inclusivos e sustentável, articulando o uso do solo com os sistemas de transporte e promovendo uma cidade mais conectada, acessível e compacta.

  Uso do solo e estrutura urbana

  Tópicos: Adensamento, Uso misto do solo, Potencializar o desenvolvimentos das potencialidades, Cidade compacta, Parcelamento do solo, Requalificação urbana

  Integração metropolitana

  Tópicos: Conexões com a região metropolitana, PDUI

  Mobilidade

  Tópicos: Malha Viária, Localização dos equipamentos, Integração multimodal, Monitoramento da Mobilidade, Conexão norte-sul, Transporte público, Transporte hidroviário, Mobilidade Ativa, Investimentos, Ciclovias, Logística, cargas e centro de transferência, Regularização fundiária

- **Objetivo 3: Reduzir o custo da moradia e garantir o acesso de todos à cidade**

  Visa enfrentar os desafios relacionados ao alto custo da moradia e à desigualdade no acesso ao território urbano, promovendo instrumentos e políticas que garantem o direito à cidade, com foco na inclusão social, diversidade territorial e função social da propriedade.

  Custo da moradia

  Tópicos: Oferta de moradia, Vazios Urbanos, Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo, Revisão de Zoneamentos, Reconversão e retrofit de edificações

Acesso à cidade

Tópicos: Áreas Especiais de Interesse Social, Inclusão Social e Territorial, Assistência técnica para habitação de interesse social, Regularização Fundiária, Urbanização de assentamentos, Moradia, Povos tradicionais, indígenas e quilombolas, Participação, Acessos a equipamentos públicos urbanos e comunitários, Sistema de Resíduos Sólidos, Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita, Plano Municipal de Habitação, Acesso à cidade, Áreas de Desenvolvimento Social, Instrumentos

- **Objetivo 4: Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa**

  Propõe uma transformação ambiental estruturada no território, com foco na adaptação climática, mitigação dos riscos e promoção de soluções sustentáveis. Envolve o fortalecimento da resiliência urbana diante das mudanças climáticas e o compromisso com emissões zero, integrando planejamento urbano, uso do solo, mobilidade e meio ambiente.

  Áreas de risco

  Tópicos: Áreas de Risco

  Meio ambiente

  Tópicos: Estrutura Ecológica, Zoneamento Ambiental, Corredores Verdes e Azuis, Unidades de Conservação, Categorização das Áreas Ambientais, Incentivos à Preservação Ambiental

  Áreas com importância ambiental e social

  Tópicos: Zona Rural, Zona Núcleo, Ilhas

  Sustentabilidade e mudanças climáticas

  Tópicos: Zonas de emissão zero carbono, Ilhas de calor, Transporte Público Coletivo - emissão de gases do efeito estufa, Priorização de Ações e Investimentos, Eficiência energética da edificação, Uso do Solo, Poluição atmosférica e qualidade do ar, Poluição. controle e qualidade da água, Monitoramento, Incentivos e Sustentabilidade.

- **Objetivo 5: Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento**

  Propõe o fortalecimento da capacidade institucional e da governança urbana, com foco em planejamento estratégico, gestão eficiente, monitoramento contínuo e modelos sustentáveis de financiamento. Busca alinhar o desenvolvimento urbano às dinâmicas econômicas e sociais, promovendo maior capacidade de resposta e inovação nas políticas urbanas.

  Estrutura planejamento urbano

  Tópicos: Fortalecer o Planejamento Urbano, Atuação do CMDUA, Papel dos Conselheiros Regionais

  Participação da sociedade

  Tópicos: Planos, Programa e Projetos Urbanos; Formas de Participação; Comunidades Tradicionais

  Gestão e monitoramento urbano

  Tópicos: Monitoramento Urbano, Plataforma de Dados, Transparência nos processos de licenciamento, Revisão dos Gravames do PDDUA

  Instrumentos de planejamento

  Tópicos: Instrumentos de Planejamento, Planos Locais e Planos de Pormenor, EIV, Mitigação e compensação, Projetos Especiais

  Economia e financiamento da cidade

  Tópicos: Investimentos Urbanos, Financiamento da Cidade, Zoneamento de Usos, Atividades Econômicas, Turismo

3.1.2 Consulta Pública

De acordo com a **IN 04/2021**[4], previamente à Conferência deve ser aberta uma consulta pública para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site do Plano Diretor.

Em conformidade com o **Regimento Interno**[15], foi disponibilizada uma consulta pública para registro de manifestações complementares desde o início do evento até o período mínimo de duas semanas.

Durante o período de 07 a 30 de Novembro de 2023 ficou disponível, pelos canais eletrônicos do site e e-mail do Plano Diretor, a consulta referente à avaliação do Plano

Diretor vigente, conteúdo abordado no evento, e disponibilizada no endereço: bit.ly/CONSULTA_CONFERENCIA_REVISAO_PLANODIRETOR .

O resultado da consulta pode ser consultado no "Anexo 6 - Consulta Pública" deste documento.

3.2 Cronograma e Logística

Conforme consta na IN 04/2021[4], a organização relacionada à logística de realização do evento é de responsabilidade da **Coordenação Técnica (CT)**, sendo parte desta o planejamento da estrutura e a definição do local e data.

3.2.1 Calendário

A Conferência de Revisão do Plano Diretor ocorreu ao longo de três dias, no mês de novembro de 2023, e envolveu três momentos, descritos nos Quadros 1 e 2 a seguir.

Quadro 1 - Calendário das Etapas da Conferência

Data	Evento	Local	Endereço
07/11/2023	Consolidação Leitura da Cidade e Propostas	Salão de Atos Ir. Norberto Rauch - PUCRS	Av. Ipiranga, 6681 - Partenon
08/11/2023	Grupos de Trabalho por Objetivos	4º andar, Prédio 50 - PUCRS	
09/11/2023	Apresentação dos Resultados	Salão de Atos Ir. Norberto Rauch - PUCRS	

Quadro 2 - Cronograma da Conferência de Revisão

Dia 1 | 07.11.2023 | Consolidação Leitura da Cidade e Propostas
Credenciamento dos participantes; Abertura oficial; Apresentação dos Resultados e propostas pela EY; Consolidação da Leitura da Cidade e propostas; Apresentação da Metodologia da Conferência e da programação;
Dia 2 | 08.11.2023 | Grupos de Trabalho
Divisão dos participantes em grupos de acordo com os 5 Objetivos; Discussão e priorização das 10 principais estratégias dentre as 20 apresentadas para o processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, no que diz respeito a cada Objetivo.

Dia 3 | 09.11.2023 | Apresentação dos Resultados
Apresentação das estratégias prioritárias para cada Objetivo da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, resultando no documento final da Conferência.

3.2.2 Espaço Físico

A Conferência de Revisão do Plano Diretor realizou-se em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, segundo a IN 04/2021[4].

Em geral, os campus universitários possuem tais características devido às necessidades próprias e, considerando a importância da participação do corpo acadêmico no processo da Revisão do Plano Diretor, a escolha do local para realização do evento priorizou os campus universitários em Porto Alegre para sediar a Conferência.

Dentre os campus universitários, o critério utilizado para definição do local foi a estrutura necessária para atender as demandas do evento, principalmente a expectativa de público estimada entre 1.000 a 1.500 participantes.

A Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor foi realizada no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que cedeu os seguintes espaços para o evento:

a) Salão de Atos: capacidade para 1.630 pessoas, sendo 26 espaços reservados para PcD (Pessoa com Deficiência); estrutura de apoio: foyer, banheiros, palco, telões, sistema audiovisual, mobiliário de palco, camarins, copa;
b) salas de aula do Prédio 50: 12 salas de aula com capacidade para 60 pessoas em cada sala; estrutura de apoio: kit projeção, quadro branco, lousa, banheiros.

3.2.3 Plataforma

A plataforma escolhida para o processo da Conferência de Revisão foi a mesma utilizada nos eventos anteriores do processo de Revisão: *Even3*. Essa escolha baseia-se em dois critérios:

a) ferramentas de gestão disponíveis (inscrições, credenciamento e certificados);
b) gratuidade da plataforma.

Dentro do sistema da plataforma foi criada uma página do evento onde o organizador possui gerência sobre as funções citadas anteriormente. Essa página pode ser acessada via link: https://www.even3.com.br/conferencia-de-revisao-do-plano-diretor-397037.

3.3 Metodologia

O evento possuiu três momentos, conforme citado anteriormente, com distintas metodologias, sendo detalhadas a seguir.

3.3.1 Dia 1 | Consolidação Leitura da Cidade e Propostas

Para o primeiro dia, planejou-se o início do evento com a solenidade de abertura oficial, com a presença de autoridades, seguida pelas apresentações da consolidação dos trabalhos realizados pela da Coordenação Técnica e pela Consultoria EY, seguida pela abordagem da dinâmica da Conferência e as funcionalidades da plataforma de Transparência do site do Plano Diretor.

3.3.2 Dia 2 | Grupos de Trabalho

O segundo dia da Conferência, dedicou-se à discussão colaborativa e à qualificação das estratégias propostas no processo de revisão do Plano Diretor, com base nos cinco objetivos. Cada sala foi responsável por conduzir as discussões relativas às estratégias de um dos objetivos, organizando os participantes em subgrupos para o aprofundamento da análise dos tópicos específicos vinculados.

A dinâmica para este momento baseou-se na metodologia desenvolvida pela equipe técnica da SMAMUS em conjunto com o Escritório Design Studio da Consultoria Ernest Young, fundada na construção coletiva e priorização participativa, fundamentando-se nas contribuições acumuladas ao longo do processo e nos resultados da etapa de Leitura da Cidade.

No **início da tarde**, a dinâmica voltou-se à apresentação do funcionamento das atividades e à exposição do objetivo geral e das vinte estratégias definidas para cada. Para o desenvolvimento dos trabalhos, cada Objetivo foi subdividido em mesas, com quatro estratégias atribuídas a cada uma, de forma a permitir o aprofundamento das discussões de forma focada e organizada. A escolha do objetivo por parte dos participantes foi realizada no momento da inscrição no evento, enquanto o direcionamento às mesas ocorreu conforme a ordem de chegada e o registro de presença na sala.

A primeira tarefa dos grupos foi a definição do representante do grupo, um voluntário dentre os participantes para apresentar o resultado ao grande grupo após a discussão nas mesas.

Em seguida, programou-se a qualificação das estratégias através da análise, nas mesas de trabalho, dos principais pontos positivos (prós) e negativos (contras) de cada

proposta. Após os 40 minutos destinados à consolidação dos painéis com os resultados das discussões, os representantes de cada grupo apresentaram os principais elementos debatidos ao grande grupo, promovendo o compartilhamento e a ampliação do diálogo entre os participantes. Cada grupo contou com o tempo previsto de 15 minutos para exposição de seus resultados.

No **meio da tarde**, a dinâmica voltou-se à consolidação das priorizações. Após a construção e apresentação dos painéis pelos subgrupos, cada participante realizou a escolha de cinco, entre as vinte estratégias vinculadas ao objetivo trabalhado, no tempo previsto de 1 hora e 10 minutos. O resultado desta priorização compôs o documento final sistematizado e apresentado no terceiro dia de Conferência.

No **início da noite**, as atividades direcionaram-se para a exposição dos resultados dos trabalhos em grupo, por meio da exposição dos painéis dos debates ao público geral, promovendo a transparência e a circulação das contribuições entre os diferentes grupos. A exposição contou com o tempo mínimo de 1 hora e 30 minutos, garantindo tempo adequado para a apreciação coletiva dos conteúdos.

A dinâmica contou ainda com uma sala de apoio, na qual a equipe técnica da SMAMUS e da consultoria EY esteve disponível para prestar esclarecimentos, oferecer acesso à plataforma digital do Plano Diretor e registrar novas contribuições. Essa metodologia possibilitou a sistematização coletiva das estratégias, fortalecendo a legitimidade do processo e garantindo que as decisões fossem baseadas em ampla participação social.

3.3.3 Dia 3 | Apresentação dos Resultados

O terceiro e último dia da Conferência consistiu na apresentação dos resultados consolidados dos trabalhos desenvolvidos no segundo dia. Os coordenadores de sala/eixo ficaram responsáveis por apresentar os principais pontos discutidos pelos grupos, bem como a indicação das estratégias priorizadas pelos participantes com a finalidade a validação coletiva das contribuições e a consolidação do documento final da Conferência.

Durante a apresentação, foram abertas inscrições para manifestações por parte do grande grupo, sendo permitidas até oito falas por objetivo, com tempo estimado de três minutos por participante. Quando restava um minuto para o término da fala, a mesa realizava uma sinalização para a conclusão. Os inscritos puderam se manifestar com apontamentos, observações e contribuições sobre as estratégias selecionadas, ampliando o diálogo e enriquecendo o processo de consolidação final.

3.4 Papel dos Agentes e Grupos de Trabalho Envolvidos

A organização da Conferência passou pelo detalhamento de como seria a atuação de cada um dos grupos estruturados a partir da **Instrução Normativa 04/2021**[4], a qual institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências.

A seguir, cada um dos grupos aparece detalhado em suas respectivas atribuições no evento.

3.4.1 Coordenação Técnica (CT)

A Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre é responsável pela definição do planejamento do evento, em conjunto com os Grupos de Trabalho.

A CT deverá contar com responsáveis por tarefas específicas, identificados no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Papéis da Coordenação Técnica na Conferência de Revisão do PDDUA

Programa e Conteúdo	Coordenação	Arq. Esp. Patrícia da Silva	Decisão final; Coordenação geral do projeto.
	Estratégias e Objetivos	Arq. Me. Vaneska Paiva Henrique Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas Eng. Me. Matheus Chidiac Marchiori Arq. Esp. Renata Saffer Arq. Me. Guilherme Silveira Castanheira Arq. Esp. Caroline Giordani Meine Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso Arq. Letícia Cruz Klein Arq. Daniela Vieira da Silva Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto Eng. Tiago Rutsatz Salomoni	Construção da proposta metodológica de trabalho na Conferência de Revisão
Espaço Físico e Logística		Arq. Esp. Caroline Giordani Meine, Eng. Me. Matheus Chidiac Marchiori e Arq. Vinicios da Silva	Organização de espaços físicos e articulações necessárias antes e durante a realização do evento;

		Definição da plataforma e sistemas utilizados desde o planejamento ao pós-evento;
Divulgação e Engajamento	Assessoria de Comunicação Smamus com auxílio da Arq. Esp. Caroline Giordani Meine e Arq. Esp. Renata Saffer	Organização das estratégias e assessoria da divulgação pré e pós evento;
Sistematização	Arq. Residente Ana Aguirre Silveira da Rosa com supervisão da Arq. Esp. Caroline Giordani Meine	Estruturação da estratégia de organização e sistematização do material resultante da Conferência.

3.4.2 GT Técnico Operacional (GT-TO)

Compete ao Grupo de Trabalho Técnico Operacional prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

3.4.3 GT Consultivo Técnico (GT-CT)

O Grupo de Trabalho Consultivo Técnico tem a responsabilidade de participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação (Conferência), além de mobilizar a sociedade civil organizada para participar do mesmo.

3.4.4 GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)

Compete ao Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos (Conferência), além de colaborar na mobilização da sociedade para participação nos eventos.

3.4.5 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA)

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental é responsável por acompanhar o andamento e os resultados dos processos de participação.

3.5 Estratégia de Divulgação e Engajamento da População

A estratégia de divulgação da Conferência foi de competência da Assessoria de Comunicação da SMAMUS, com auxílio da Coordenação Técnica.

O engajamento da população é de responsabilidade do **Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)** e a mobilização da sociedade civil organizada é competência do **Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT)**, conforme Instrução Normativa 04/2021[4]. O **Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)**, composto por membros dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, é responsável pelo engajamento dos servidores.

O evento foi divulgado em diferentes meios de comunicação durante o período de outubro a novembro de 2023[16].

A divulgação para os **Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor** foi realizada:

a) em reuniões do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), do Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), do Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Gestão do Planejamento (GT-CR) e do CMDUA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental);
b) via e-mail;
c) via grupos de WhatsApp.

A divulgação para os demais membros do **Corpo Técnico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, além dos técnicos participantes do GT-TO, foi realizada via e-mail institucional.

A divulgação para o **público externo** foi realizada através de:

a) nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, tais como o site e redes sociais (Instagram);
b) na página do evento, disponível no endereço https://bit.ly/CONFERENCIA_REVISAO_PLANODIRETOR, de 3 de outubro a 9 de novembro de 2023;

3.6 Estratégia de Organização e Sistematização dos Resultados

A concepção da estratégia para organização e sistematização dos resultados é de competência da **Coordenação Técnica**, que contou com o apoio da consultoria contratada (Ernst Young) para a compatibilização dos resultados.

Todas as contribuições realizadas durante o evento foram registradas e consideradas no processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

4. Realização da Conferência

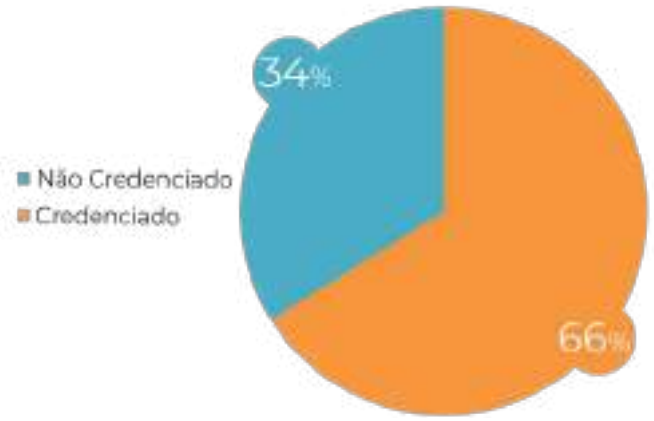
Nesta seção, apresenta-se a descrição do evento conforme o desenvolvimento das atividades ao longo dos três dias da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Previamente à data de início do evento, foi disponibilizado aos participantes, tanto no site do Plano Diretor quanto na página específica do evento, um material de apoio relacionado à Conferência: o Regimento Interno e a Lista dos Objetivos e Estratégias. Ambos os documentos podem ser consultados neste relatório, nos anexos: "Anexo 1 – Regimento Interno" e "Anexo 2 – Lista de Objetivos e Estratégias", respectivamente.

4.1 Participação

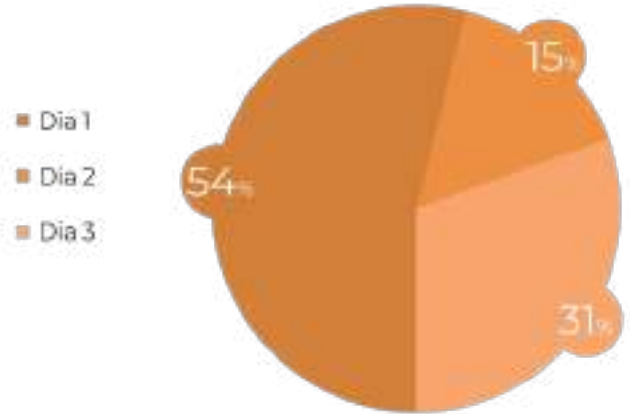
A **Conferência de Revisão do Plano Diretor** contou com um total de **1.144 inscritos**, dos quais aproximadamente **66% compareceram e realizaram o credenciamento**. Ao longo dos três dias de evento, registraram-se **583 participantes no primeiro dia**, **168 no segundo dia** e **331 no terceiro e último dia** da Conferência.

Gráfico 1 - Inscritos e credenciados no evento



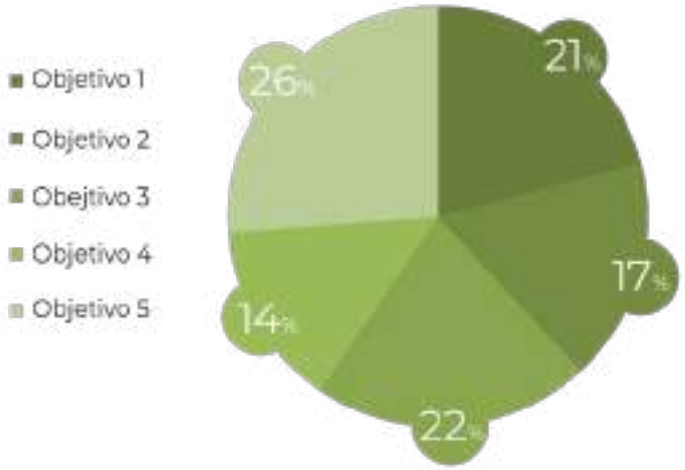
Fonte: DPU/SMAMUS a partir de dados extraídos da Even3, área do organizador

Gráfico 2 - Credenciados em cada dia do evento



Fonte: DPU/SMAMUS a partir de dados extraídos da Even3, área do organizador

Gráfico 3 - Participantes do segundo dia do evento por objetivo



Fonte: DPU/SMAMUS a partir de dados extraídos da Even3, área do organizador

4.2 Dia 1 | Apresentações Propostas

O primeiro dia da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre teve início com a solenidade de abertura oficial, que contou com a presença de autoridades municipais, estaduais, acadêmicas e representantes de instituições parceiras.

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: o Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, Carlos Rafael Mallmann, representando o Governador do Estado do Rio Grande do Sul; o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias, Cláudio Pinheiro de Mello, representando o Procurador-Geral de Justiça, Promotor de Justiça Alexandre Saltz; o Diretor do Instituto do Meio Ambiente da PUC-RS, Nelson Ferreira Fontoura, representando a Reitoria da Universidade; o

Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, vereador Hamilton Sossmeier; e o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), Germano Bremm.

A apresentação de abertura foi conduzida pela Diretora de Planejamento Urbano, Patrícia da Silva Tschoepke, que abordou tanto o estágio no qual o processo encontrava-se quanto às indicações para as ações em sequência. Destacando a importância da participação social, constante ao longo de todo o processo desde o seu início e detalhando a etapa de Sistematização e Propostas, explicando seu escopo e relevância para o desenvolvimento das demais fases do planejamento.

A apresentação sobre a Consolidação da Leitura da Cidade e Propostas foi conduzida pela Coordenadora de Planejamento Urbano, Vaneska Paiva Henrique, que detalhou a metodologia utilizada para integrar os resultados acumulados desde 2019. Nesse período, foram promovidas diversas atividades participativas, incluindo oficinas, exposições, seminários e, principalmente, a Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, que representou o principal momento de participação social no processo. A partir dessa conferência, foram constituídos grupos de trabalho compostos por agentes da sociedade civil e técnicos da Prefeitura, com o objetivo de aprofundar o debate em sete temas estratégicos para o desenvolvimento urbano.

O processo ocorreu em várias etapas: primeiro, a formalização desses grupos para promover discussões focadas; em seguida, o trabalho técnico para integrar os temas e identificar objetivos transversais que consolidassem a missão do Plano Diretor. Posteriormente, as propostas foram debatidas com os grupos de trabalho e nos fóruns regionais, buscando alinhar os objetivos gerais às problemáticas específicas de cada área da cidade. O próximo passo previsto é a Conferência da Revisão do Plano Diretor, que visa a construção coletiva de estratégias para preparar Porto Alegre para os desafios futuros, consolidando o planejamento urbano com ampla participação social.

Na sequência, foi realizada a apresentação da consultoria Ernst & Young, com os resultados da Leitura da Cidade, potencialidades de Porto Alegre e indicações de propostas para a revisão do Plano Diretor assim como para o Sistema Municipal de Gestão de Planejamento.

A apresentação sobre a Dinâmica da Conferência foi conduzida pela arquiteta Catiane Burghausen Cardoso, que explicou em detalhes a metodologia planejada para os próximos dias do evento. Durante sua fala, ela descreveu os objetivos específicos de cada etapa, as formas de interação previstas entre os participantes e as estratégias adotadas para promover um ambiente colaborativo e produtivo. Destacou-se a importância de uma organização clara e eficiente, fundamental para maximizar os

resultados da conferência, ressaltando que a metodologia foi cuidadosamente elaborada para engajar os presentes e facilitar o desenvolvimento das discussões ao longo de todo o encontro.

O bloco da tarde foi concluído com a apresentação da arquiteta Renata Saffer, que conduziu uma explanação sobre a importância da transparência no site do plano, destacando as estratégias adotadas para garantir que as informações sejam apresentadas de maneira clara, acessível e confiável aos usuários, reforçando o compromisso com uma comunicação aberta e transparente.

Os arquivos das apresentações estão disponíveis no “Anexo 3 - Material Dia 1” deste documento.

4.3 Dia 2 | Grupos de Trabalho

O segundo dia do evento foi dedicado ao trabalho em grupo, organizado em torno dos cinco Objetivos transversais propostos para o Plano. Cada objetivo foi atribuído a uma ou duas salas de aula diferentes no Prédio 50 da PUCRS, onde os participantes discutiram as vinte estratégias relacionadas a cada tema específico.

No período da tarde, após o credenciamento, os participantes foram distribuídos entre as mesas disponíveis na sala, seguindo a ordem de chegada. Cada mesa representava um subgrupo responsável por analisar cinco estratégias específicas relacionadas a um dos objetivos. Após a análise, cada subgrupo apresentou seus resultados para toda a sala, com o intuito de subsidiar a decisão coletiva na priorização e seleção das dez estratégias consideradas mais relevantes dentre as vinte inicialmente propostas para aquele objetivo.

No total, os cinco objetivos contaram com a participação de 168 pessoas, distribuídas conforme o foco de cada grupo. O Objetivo 1, voltado para qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba, reuniu 35 participantes divididos em cinco mesas. O Objetivo 2, que visa reduzir o tempo de deslocamento nos trajetos viários, contou com 29 participantes. O Objetivo 3, dedicado a reduzir o custo de moradia e garantir o acesso de todos à cidade, teve a participação de 36 pessoas. Já o Objetivo 4, focado em adaptar a cidade às mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa, contou com 24 participantes. Por fim, o Objetivo 5, que busca fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento, foi o que reuniu o maior número de participantes, totalizando 44.

Para apoiar a dinâmica dos trabalhos em grupo, foi disponibilizada uma infraestrutura completa, incluindo computadores, projetores, telas de projeção, mesas e cadeiras dispostas de forma a facilitar a interação. Além disso, foram utilizados materiais de apoio como folhas A1 para registro visual, post-its para anotações rápidas e organização das ideias, blocos de anotações e canetas, garantindo um ambiente propício para a colaboração, o registro das discussões e a tomada de decisões coletivas.

Os materiais e registros produzidos pelos grupos de trabalho encontram-se disponíveis no “Anexo 4 - Material Dia 2” deste documento.

4.4 Dia 3 | Apresentação de Resultados

O terceiro dia do evento teve início com a abertura oficial, seguida pela apresentação dos resultados dos trabalhos colaborativos realizados no dia anterior. A mesa foi composta pelas seguintes membros da Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade: Secretário Germano Bremm; Diretora de Planejamento Urbano, Patrícia da Silva Tschoepke e Coordenadora de Planejamento Urbano, Vaneska Paiva Henrique. O evento foi presidido pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Secretário Germano Bremm

Cada um dos cinco objetivos principais do plano foi abordado por seus respectivos coordenadores de sala, que conduziram uma leitura detalhada e discussão das dez estratégias selecionadas pelos participantes durante as atividades de grupo. Esse momento foi fundamental para compartilhar as diferentes perspectivas e consolidar as prioridades definidas coletivamente, garantindo que as escolhas refletem as necessidades e expectativas dos diversos setores envolvidos.

Além disso, essa etapa permitiu aprofundar o debate sobre as estratégias, possibilitando ajustes e refinamentos com base no diálogo entre os grupos, técnicos e participantes presentes. O objetivo central foi alinhar as propostas para que possam servir de base sólida para as decisões futuras e os encaminhamentos do processo de planejamento urbano. Dessa forma, o terceiro dia consolidou a participação social e técnica, fortalecendo o compromisso com um planejamento democrático, transparente e efetivo para a cidade.

A apresentação das 10 estratégias foi projetada para que todo o auditório acompanhasse a leitura. Durante a leitura das estratégias pelo Coordenador do respectivo Objetivo, foram abertas as inscrições para até 8 manifestações, durante 25

minutos no total. Durante as manifestações e discussões, os apontamentos eram transcritos pela Diretoria de Planejamento Urbano no arquivo projetado.

4.4.1 Objetivo 1

No Objetivo 1 — Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba — foram selecionadas as dez estratégias prioritárias que contemplam desde a valorização e preservação da orla do Guaíba até ações específicas voltadas para a gestão e uso dos espaços públicos. Entre as estratégias escolhidas estão iniciativas focadas na revitalização da Orla do Guaíba, a recuperação do Arroio Dilúvio, a gestão eficiente dos espaços públicos, e a preservação de áreas livres e de interesse cultural, além do fomento à valorização do patrimônio cultural. Também foram destacadas parcerias público-privadas como mecanismo para fortalecer essas ações, o incentivo a atividades náuticas, o monitoramento contínuo das áreas e a melhoria da paisagem urbana. Estratégias complementares como a preservação das ilhas e incentivos para a conservação do patrimônio também foram mencionadas como fundamentais. Após a apresentação detalhada dessas estratégias, houve uma participação ativa dos presentes, com oito participantes realizando perguntas e manifestações, contribuindo para o aprofundamento do debate e a construção coletiva das propostas.

1) E1 - 1 - Orla do Guaíba

2) E1 - 6 - Arroio Dilúvio

3) E1 - 9 - Gestão de Espaços Públicos

4) E1 - 14 - Áreas Livres

5) E1 - 20 - Fomento a Valorização do Patrimônio Cultural

6) E1 - 11 - Parcerias Público-privadas

7) E1 - 4 - Ilhas

8) E1 - 2 - Atividades Náuticas

9) E1 - 12 - Monitoramento

10) E1 - 13 - Paisagem Urbana

E1 - 15 - Áreas de Interesse Cultural

E1 - 19 - Incentivos para a preservação do Patrimônio

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.2 Objetivo 2

No Objetivo 2 — Reduzir o tempo de deslocamento nos trajetos diários — foram selecionadas dez estratégias prioritárias que visam melhorar a mobilidade urbana por meio de ações integradas no uso do solo e nos sistemas de transporte. Entre as estratégias escolhidas estão o parcelamento do solo, o adensamento populacional e o uso misto do solo, que buscam promover um desenvolvimento urbano mais compacto e eficiente. Também foram destacadas ações para potencializar o desenvolvimento das centralidades e melhorar o transporte público, incluindo a requalificação urbana e o fortalecimento da malha viária. Estratégias voltadas para o monitoramento da mobilidade, a integração multimodal e o transporte hidroviário também foram consideradas essenciais para oferecer alternativas mais rápidas e sustentáveis aos deslocamentos diários. Além disso, a implementação de ciclovias foi ressaltada como um importante componente para diversificar as opções de mobilidade ativa na cidade. Após a apresentação detalhada dessas estratégias, oito participantes fizeram perguntas e manifestações, contribuindo para o enriquecimento do debate e o aperfeiçoamento das propostas.

1) E2 - 5 - Parcelamento do Solo

2) E2 - 1 - Adensamento

3) E2 - 2 - Uso misto do solo

4) E2 - 3 - Potencializar o desenvolvimento das centralidades

5) E2 - 14 - Transporte público

6) E2 - 9 - Malha viária

7) E2 - 12 - Monitoramento da mobilidade

8) E2 - 15 - Transporte Hidroviário

9) E2 - 11 - Integração multimodal

10) E2 - 6 - Requalificação Urbana

E2 - 18 - Ciclovias

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.3 Objetivo 3

No Objetivo 3 — Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade — foram selecionadas dez estratégias prioritárias voltadas para ampliar a oferta de moradias acessíveis e promover a inclusão social e territorial. As estratégias incluem a oferta de moradia, a elaboração e implementação do Plano Municipal de Habitação, além da revisão dos padrões de controle do uso do solo e dos zoneamentos, com o intuito de flexibilizar normas que possam dificultar o acesso à habitação. Também foram destacadas ações para aproveitamento dos vazios urbanos, reconversão e retrofit de edificações, regularização fundiária e urbanização de assentamentos informais, buscando garantir condições dignas de moradia para todos. Instrumentos específicos para facilitar essas medidas complementam o conjunto de estratégias. Após a apresentação detalhada dessas propostas, oito participantes realizaram perguntas e manifestações, contribuindo para o aprofundamento das discussões e o aprimoramento das diretrizes.

1) E3 - 1 - Oferta de moradia

2) E3 - 17 - Plano Municipal de Habitação

3) E3 - 3 - Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo

4) E3 - 2 - Vazios Urbanos

5) E3 - 5 - Reconversão e Retrofit de edificações

6) E3 - 7 - Inclusão social e territorial

7) E3 - 4 - Revisão de Zoneamentos

8) E3 - 9 - Regularização fundiária

9) E3 - 10 - Urbanização de assentamentos

10) E3 - 20 - Instrumentos

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.4 Objetivo 4

No Objetivo 4 — Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa — foram selecionadas dez estratégias prioritárias focadas na sustentabilidade ambiental e na mitigação dos impactos climáticos. Entre as estratégias escolhidas estão a identificação e gestão de áreas de risco, a preservação da estrutura ecológica da cidade e a valorização da zona rural. Também foram destacados

os corredores verdes e azuis, unidades de conservação e ações específicas para combater o fenômeno das ilhas de calor urbano. Incentivos à preservação ambiental e práticas sustentáveis foram reconhecidos como essenciais para o avanço das políticas ambientais. Além disso, estratégias relacionadas ao transporte público coletivo com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa e ao uso do solo sustentável compõem o conjunto de propostas. Após a leitura detalhada dessas estratégias, oito participantes contribuíram com perguntas e manifestações, enriquecendo o debate e o aperfeiçoamento das diretrizes.

1) E4 - 1 - Áreas de Risco

2) E4 - 10 - Ilhas

3) E4 - 2 - Estrutura Ecológica

4) E4 - 8 - Zona Rural

5) E4 - 4 - Corredores Verdes e Azuis

6) E4 - 12 - Ilhas de Calor

7) E4 - 5 - Unidades de Conservação

8) E4 - 7 - Incentivos à Preservação Ambiental

9) E4 - 13 - Transporte Público Coletivo - Emissão de gases de efeito estufa

10) E4 - 16 - Uso do Solo

E4 - 20 - Incentivos e Sustentabilidade

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

4.4.4 Objetivo 5

No Objetivo 5 — Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento — foram selecionadas dez estratégias prioritárias que visam aprimorar a gestão urbana e garantir maior eficiência nos processos de desenvolvimento. Entre as estratégias escolhidas estão o fortalecimento do planejamento urbano, a utilização de instrumentos específicos para essa finalidade, e o monitoramento urbano contínuo. Destacam-se também a valorização das atividades econômicas, o papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e o zoneamento de usos como ferramentas fundamentais para orientar o crescimento da cidade. As estratégias incluem ainda o aprimoramento dos mecanismos de financiamento, a promoção de

formas de participação social, a transparência nos processos de licenciamento e a utilização do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para garantir decisões mais equilibradas e sustentáveis. Após a apresentação detalhada dessas estratégias, oito participantes fizeram perguntas e manifestações, contribuindo para o enriquecimento do debate e o refinamento das propostas.

1) E5 - 1 - Fortalecer o Planejamento Urbano

2) E5 - 11 - Instrumentos de Planejamento

3) E5 - 7 - Monitoramento Urbano

4) E5 - 19 - Atividades Econômicas

5) E5 - 2 - Atuação do CMDUA

6) E5 - 18 - Zoneamento de Usos

7) E5 - 17 - Financiamento da Cidade

8) E5 - 5 - Formas de Participação

9) E5 - 9 - Transparência nos Processos de Licenciamento

10) E5 - 13 - EIV

O resultado da plenária encontra-se disponível no “Anexo 5 - Material Dia 3” deste documento.

5. Pós-Evento

Nessa seção apresenta-se os encaminhamentos realizados após o evento pela equipe organizadora do evento e **Coordenação Técnica (CT)**. O trabalho consistiu na estruturação da organização e sistematização do material resultante da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Em relação aos encaminhamentos após o evento, tais ações foram providenciadas pela equipe responsável pela organização do evento, tais como:

a) disponibilização dos **certificados de participação** através da plataforma *Even3* para todos os participantes credenciados durante os três dias de evento da Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre;
b) publicação das **gravações** do primeiro e terceiro dias de Conferência, organizadas e disponibilizadas no canal de YouTube da SMAMUS, disponível em: https://www.youtube.com/@SmamusPortoAlegre/videos;
c) publicação do **material produzido** no evento, disponível na página do site do Plano Diretor, em:

   https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/conferencia-de-revisao-do-plano-diretor

Todo o material referente ao evento e ao processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre está disponível no site oficial do Plano Diretor, acessível por meio do link: https://prefeitura.poa.br/planodiretor.

Anexos

Anexo 1 - Regimento Interno

Anexo 2 - Lista Objetivos e Estratégias

Anexo 3 - Material Dia 1

Apresentações

Apresentação Abertura

Apresentação Consolidação da Leitura da Cidade e Propostas

Apresentação Resultado Consultoria EY

Apresentação Dinâmica Conferência de Revisão

Apresentação Transparência Site do Plano Diretor

Anexo 4 - Material Dia 2

Apresentações

Apresentação Objetivo 1

Apresentação Objetivo 2

Apresentação Objetivo 3

Apresentação Objetivo 4

Apresentação Objetivo 5

Painéis Prós e Contras

Painéis Prós e Contras Objetivo 1

Painéis Prós e Contras Objetivo 2

Painéis Prós e Contras Objetivo 3

Painéis Prós e Contras Objetivo 4

Painéis Prós e Contras Objetivo 5

Priorizações

Painéis Priorizações Objetivo 1

Painéis Priorizações Objetivo 2

Painéis Priorizações Objetivo 3

Painéis Priorizações Objetivo 4

Painéis Priorizações Objetivo 5

Anexo 5 - Material Dia 3

Apresentações

Consolidação das Estratégias

Anexo 6 - Consulta Pública

Referências

1. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ugljb>.

2. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2003. **Resoluções aprovadas nos dias 6 de setembro, 10 e 11 de outubro de 2003.** Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2003. Disponível em: <https://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/resolucoes_conferencia_avaliacao_plano_diretor.pdf>.

3. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria do Planejamento Municipal. **PDDUA**: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>.

4. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 04, de 10 de fevereiro de 2021.** Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/IN_04-2021.pdf>.

5. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 646, de 22 de julho de 2010**. Altera e inclui dispositivos, figuras e anexos na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) –, e alterações posteriores, e dá outras providências. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dbjsn>.

6. ONU-HABITAT. **Nova Agenda Urbana**. Nairobi, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/Plano%20Diretor/Nova_agenda_urbana.pdf>.

7. NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

8. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Documento de Projeto**: POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável. New York, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/PCTI_assinado.pdf>.

9. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Revisão Substantiva**: Programa BRA/19/014: POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável: versão 1. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_I_BRA19014_0.pdf>.

10. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Revisão Substantiva**: Programa BRA/19/014: POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável: versão 2. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/Revisao_Substantiva_II_BRA19014.pdf>.

11. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Definição dos 12 temas prioritários**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>.

12. BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília (DF), 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>.

13. PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 667, de 3 de janeiro de 2011**. Altera a redação do § 7º e inclui § 7º-A no art. 52 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores, dispondo acerca das edificações da Macrozona 1, em caso de aquisição de Índices Adensáveis (IA) oriundos da Transferência de Potencial Construtivo ou de aquisição de Solo Criado. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jbdns>.

14. BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>.

15. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Resolução 001/2023, de 21 de fevereiro de 2023. Institui o Regimento Interno da Conferência de Avaliação do Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023. **Diário Oficial Porto Alegre**, Porto Alegre, ano XXVII, edição 6958, p. 14-16, 03 mar. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%AAncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/DOPA%20Regimento%20Interno%20da%20Conferencia%20de%20Avaliacao%20do%20Plano%20Diretor.pdf>.

16. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Estratégia de Divulgação e Engajamento da População**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%AAncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/Divulgacao_Conferencia%20de%20Avaliacao_Links.pdf>.

17. PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Diretoria de Planejamento Urbano. **Caderno dos Eixos Temáticos**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/planejamento_urbano/Plano%20Diretor/CADERNO%20EIXOS%20TEMATICOS_2.pdf>.

18. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Arquivos.** Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor>.

19. CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Moções**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em:

<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Confer%C3%AAncia%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%202023/Resultados%20Confer%C3%AAncia%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20Plano%20Diretor_Versao%20Compilada.pdf>.

Bibliografia consultada

A concepção da Conferência de Revisão do Plano Diretor baseou-se na bibliografia a seguir.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>.

BRASIL. Ministério das Cidades. Resolução Normativa nº 19, de 18 de Setembro de 2015. Aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, 6., 2017, Brasília, DF. *In*: **A função social da cidade e da propriedade**: cidades inclusivas, participativas e socialmente justas. Brasília, DF, 2017. p. 43-57. Disponível em: <http://conferenciadacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/imce/imagens/cartilha_-_6a_conferencia_nacional_das_cidades.pdf>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Manual Metodológico das Conferências Municipais/Regionais**: 4º CNMA. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/4CNMA/manual-conf.municipais_cnma.pdf>.

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2003. **Resoluções aprovadas nos dias 6 de setembro, 10 e 11 de outubro de 2003.** Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal, 2003. Disponível em: <https://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/resolucoes_conferencia_avaliacao_plano_diretor.pdf>.

GLOBAL LANDSCAPES FORUM: The Investment Case, 2015. **Event Structure**. London, 2015. Available from: <https://archive.globallandscapesforum.org/london/event-structure/>.

DIÁRIO OFICIAL
PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVIII - Edição 7123 - Quinta-feira, 26 de Outubro de 2023.

Divulgação: Quinta-feira, 26 de Outubro de 2023. **Publicação:** Sexta-feira, 27 de Outubro de 2023.

Executivo - DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos Oficiais

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Protocolo: 449933

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

RESOLUÇÃO 002/2023
PROCESSO 23.0.000126741-8

Institui o Regimento Interno da Conferência de Avaliação do Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL (CMDUA), no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 20.013, de 15 de junho de 2018 e a teor do art. 10 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:
fpresi
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o Regimento Interno da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Porto Alegre, que será realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023, no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e salas do Prédio 50 a serem indicados no momento do evento, nos seguintes turnos e horários:

DIA	TURNO	HORÁRIO
07/11/2023	Noite	Das 17h às 21h
08/11/2023	Tarde e Noite	Das 14h às 17h e das 18h às 21h
09/11/2023	Noite	Das 17h às 21h

Art. 2º A Conferência de Revisão do Plano Diretor integra as atividades de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental dispostas na Lei Complementar nº 434/99 alterada pela Lei Complementar nº 646/10 e alterações posteriores.
§ 1º A Conferência de Revisão do Plano Diretor tem por objetivo promover debates sobre as propostas para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e elencar estratégias para o desenvolvimento urbano da cidade, considerando os cenários advindos do cruzamento das leituras técnica e comunitária.
§ 2º A Conferência de Revisão do Plano Diretor é direcionada à participação de toda a sociedade, razão pela qual serão abertos nas plataformas oficiais os processos de credenciamento, com *links* de inscrição, até 15 dias antes da Conferência, através do *site* https://prefeitura.poa.br/planodiretor.
§ 3º Ao manifestar o interesse na participação, o cidadão vai preencher o formulário, sendo orientado a comparecer ao local já designado, oportunidade onde receberá o crachá de identificação, que autorizará o mesmo a frequentar as dinâmicas, os trabalhos e a votar ao final da Conferência.
§ 4º A Conferência de Revisão do Plano Diretor será presidida pelo Presidente do CMDUA e, na sua ausência ou impedimento eventual, por membro por ele indicado/designado.

Art. 3º A Coordenação Técnica (CT), órgão partícipe da Conferência, subsidiada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e pela Consultoria previamente contratada, terá como competências:
I - Planejar e organizar a infraestrutura para a realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor, organizando toda a sua execução;
II - Elaborar o material técnico necessário para o desenvolvimento das atividades, subsidiando-se das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos grupos de trabalho, no que couber;
III - Sistematizar as informações obtidas no desenvolvimento das atividades para fins de continuidade dos trabalhos nas

etapas seguintes do processo de revisão do Plano Diretor;
IV - Mobilizar a Sociedade Civil e o Poder Público, no âmbito de sua atuação, para sensibilização e adesão à Conferência de Revisão do Plano Diretor;
V - Manter e divulgar canais de comunicação que possibilitem a disponibilização de informações correlatas.

Art. 4º O funcionamento da Conferência se dará da seguinte forma:
I - No primeiro dia serão apresentadas as propostas para a Revisão do Plano Diretor para o nivelamento de conhecimento dos participantes e a apresentação da dinâmica dos trabalhos a serem realizados;
II - No segundo dia os trabalhos serão organizados em grupos distintos, a partir de objetivos de desenvolvimento da cidade, para realização das dinâmicas;
§ 1º Na realização das dinâmicas, os grupos irão discutir as propostas, a partir de cenários identificados nas leituras técnica e comunitária e definir estratégias prioritárias para superar os desafios apresentados.
§ 2º As dinâmicas serão realizadas da seguinte forma:
- Apresentação do contexto.
- Discussão do grupo sobre os cenários apresentados e escolhas de estratégias prioritárias para superar os desafios.
- Definição de estratégias prioritárias para serem apresentadas no terceiro dia da Conferência.
III - No terceiro dia, o desenvolvimento dos trabalhos ocorrerá da seguinte forma:
- Abertura.
- Apresentação dos resultados de cada grupo/objetivo.
- Discussão sobre as prioridades de cada grupo.
- Votação das estratégias prioritárias por grupo.
- Encerramento.

Art. 5º Do formato da votação: A votação será computada mediante aprovação em bloco da redação final, por meio do levantamento de crachás de identificação dos participantes presentes, sendo o resultado de maioria simples auferido por contraste.

Art. 6º Será aberta, no dia 07 de novembro de 2023, consulta pública para fins de recebimento de contribuições pela sociedade, concomitantemente à realização da Conferência de Revisão do Plano Diretor, permanecendo à disposição da população pelos próximos 15 dias subsequentes ao evento, através do *site* https://prefeitura.poa.br/planodiretor.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura pelo Presidente do CMDUA e posterior publicação.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2023.

GERMANO BREMM, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

ANEXO I - Cronograma

Edição Completa

Imprimir

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimô nio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.

E1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.

E1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.

E1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.

E1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

E1.7 Diretrizes para os espaços públicos:
Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.

E1.8 Qualificação dos espaços públicos:
Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.

E1.9 Gestão de Espaços Públicos:
Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.

E1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.

E1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.

E1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.

E1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.

E1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.

E1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.

E1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.

E2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar centralidades, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.

E2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.

E2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.

E2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.

E2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.

E2.7 Conexões com a Região Metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo.

E2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.

E2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.

E2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

E2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.

E2.12 Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.

E2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.

E2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.

E2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.

E2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

E2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.

E2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.

E2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.

E2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.

E3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.

E3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.

E3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.

E3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.

E3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.

E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.

E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.

E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.

E3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.

E3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.

E3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.

E3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.

E3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.

E3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.

E3.17 Plano Municipal de Habitação: Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.

E3.18 Acesso à cidade: Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E3.19 Áreas de Desenvolvimento Social: Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.

E3.20 Instrumentos: Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.

E4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.

E4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.

E4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.

E4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.

E4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.

E4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.

E4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.

E4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.

E4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.

E4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.

E4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.

E4.13 Transporte Público Coletivo: emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.

E4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

E4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.

E4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.

E4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.

E4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.

E4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

E4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E5.1 Fortalecer o planejamento urbano: Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.

E5.2 Atuação do CMDUA: Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.

E5.3 Papel dos conselheiros regionais: Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.

E5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.

E5.5 Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.

E5.6 Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.

E5.7 Monitoramento urbano: Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.

E5.8 Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.

E5.9 Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.

E5.10 Revisão dos gravames do PDDUA: Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.

E5.11 Instrumentos de Planejamento: Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.

E5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor: Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas, necessidades e as potencialidades de cada local.

E5.13 EIV: Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.

E5.14 Mitigação e compensação: Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.

E5.15 Projetos Especiais: Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.

E5.16 Investimentos urbanos: Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.

E5.17 Financiamento da Cidade: Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.

E5.18 Zoneamento de Usos: Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.

E5.19 Atividades Econômicas: Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social.

E5.20 Turismo: Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência de Revisão do PDDUA



Porto Alegre, 07 de novembro de 2023

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

2019

OFICINAS TEMÁTICAS - TERRITORIAIS

IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO

2019-2022 | **2023**

ETAPA PREPARATÓRIA

LEITURA DA CIDADE

SISTEMATIZAÇÃO E PROPOSTAS

APROVAÇÃO

1	2	3	4	5	6	7
DIAGNÓSTICO POA 2030	CONFERÊNCIA AVALIAÇÃO DO PLANO	OFICINAS TEMÁTICAS DESAFIOS E OPORTUNIDADES	LEITURA DA CIDADE SEMINÁRIO FECHAMENTO	**CONFERÊNCIA REVISÃO DO PLANO**	**DEBATE DAS PROPOSTAS**	**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

2019-2022 | 2023

ETAPA PREPARATÓRIA

LEITURA DA CIDADE

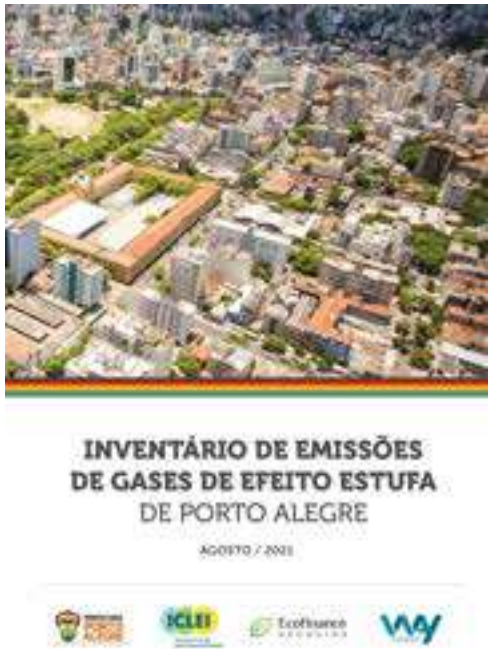
SISTEMATIZAÇÃO E PROPOSTAS

APROVAÇÃO

OFICINAS TEMÁTICAS -TERRITORIAIS

ASSINATURA PCTI - PNUD

INVENTÁRIO GASES DO EFEITO ESTUFA



- ROOFTOP SUSTENTÁVEIS
- TERRÁRIOS URBANOS
- CERTIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL
- BIODIGESTORES
- HORTAS URBANAS
- RECUPERAÇÃO DO VIVEIRO
- QUALIFICAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO
- ESTUDOS DA MATA ATLÂNTICA
- ESTUDO DAS APPS

INVENTÁRIO GASES DO EFEITO ESTUFA



JULHO /2024

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

PLATAFORMA DE DADOS







terrena



https://bhrecicla.com.br/blog/smart-city-voce-sabe-o-que-e-uma-cidade-inteligente/

DEZEMBRO / 2023

SUBSÍDIOS À REVISÃO DO PLANO DIRETOR



EY

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

DEZEMBRO / 2023

PRÓXIMAS AÇÕES

DETALHAMENTOS

REGULAMENTAÇÕES

TERRITÓRIOS MODELO

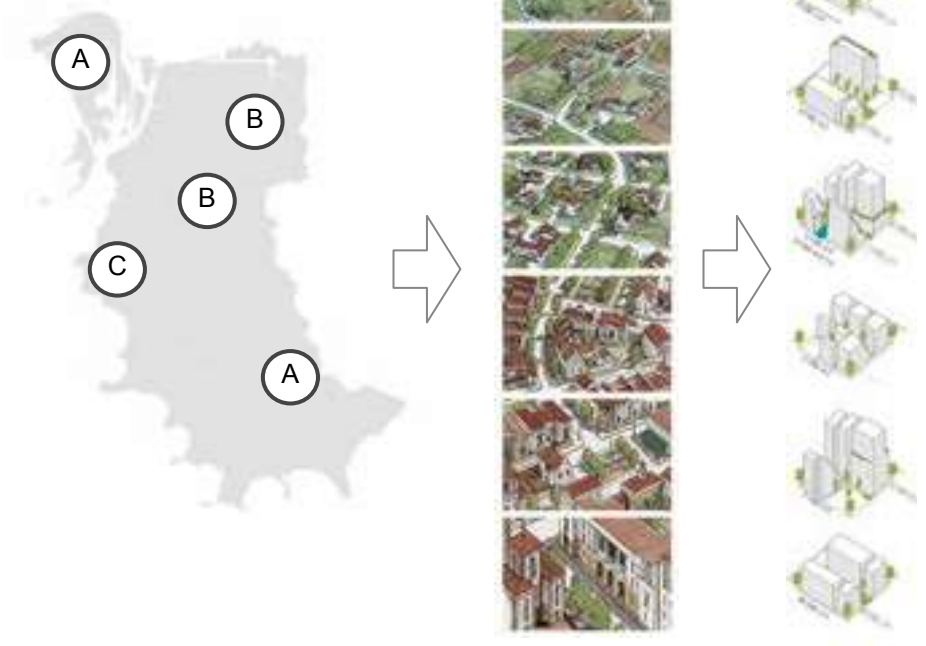
PNUD

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SITUAÇÕES TIPO

EXEMPLOS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS

MODELOS TERRITORIAIS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

OFICINAS TEMÁTICAS - TERRITORIAIS

IMPLANTAÇÃO E MONITORAMENTO

2019-2022 | **2023**

ETAPA PREPARATÓRIA

LEITURA DA CIDADE

SISTEMATIZAÇÃO E PROPOSTAS

APROVAÇÃO

1
DIAGNÓSTICO POA 2030

2
CONFERÊNCIA
AVALIAÇÃO DO PLANO

3
OFICINAS TEMÁTICAS
DESAFIOS E OPORTUNIDADES

4
LEITURA DA CIDADE
SEMINÁRIO FECHAMENTO

5
CONFERÊNCIA
REVISÃO DO PLANO

6
DEBATE DAS PROPOSTAS

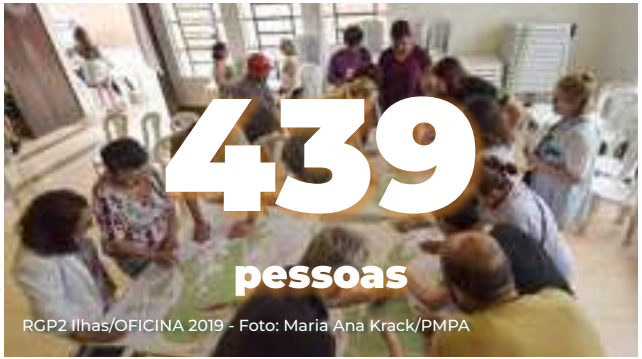
7
AUDIÊNCIA PÚBLICA


RGP4/OFICINA 2019 - Foto: Ricardo Giusti


RGP3/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes


RGP1/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes


RGP6/OFICINA 2019 - Foto: Maria Ana Krack/PMPA



RGP2 Ilhas/OFICINA 2019 - Foto: Maria Ana Krack/PMPA


RGP8/OFICINA 2019 - Foto: Ricardo Giusti


RGP7/OFICINA 2019 - Foto: Sergio Louruz


RGP2 Continente/OFICINA 2019 - Foto: Joel Vargas


RGP5/OFICINA 2019 - Foto: Cesar Lopes

OFICINAS TEMÁTICAS TERRITORIAIS 2019


Exposição Câmara de Vereadores - Foto: Cesar Lopes / PMPA


Exposição Lomba do Pinheiro - Foto: Fernando Ramires/SMAMUS PMPA


Exposição Cavalhada - Foto: Arthur Vargas/ SMAMUS / PMPA


Exposição Humaitá - Foto: Carla Bisol /SMAMUS / PMPA


1.308

pessoas

Exposição Sarandi- Foto: Carla Bisol / PMPA


Acampamento Farroupilha- Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA

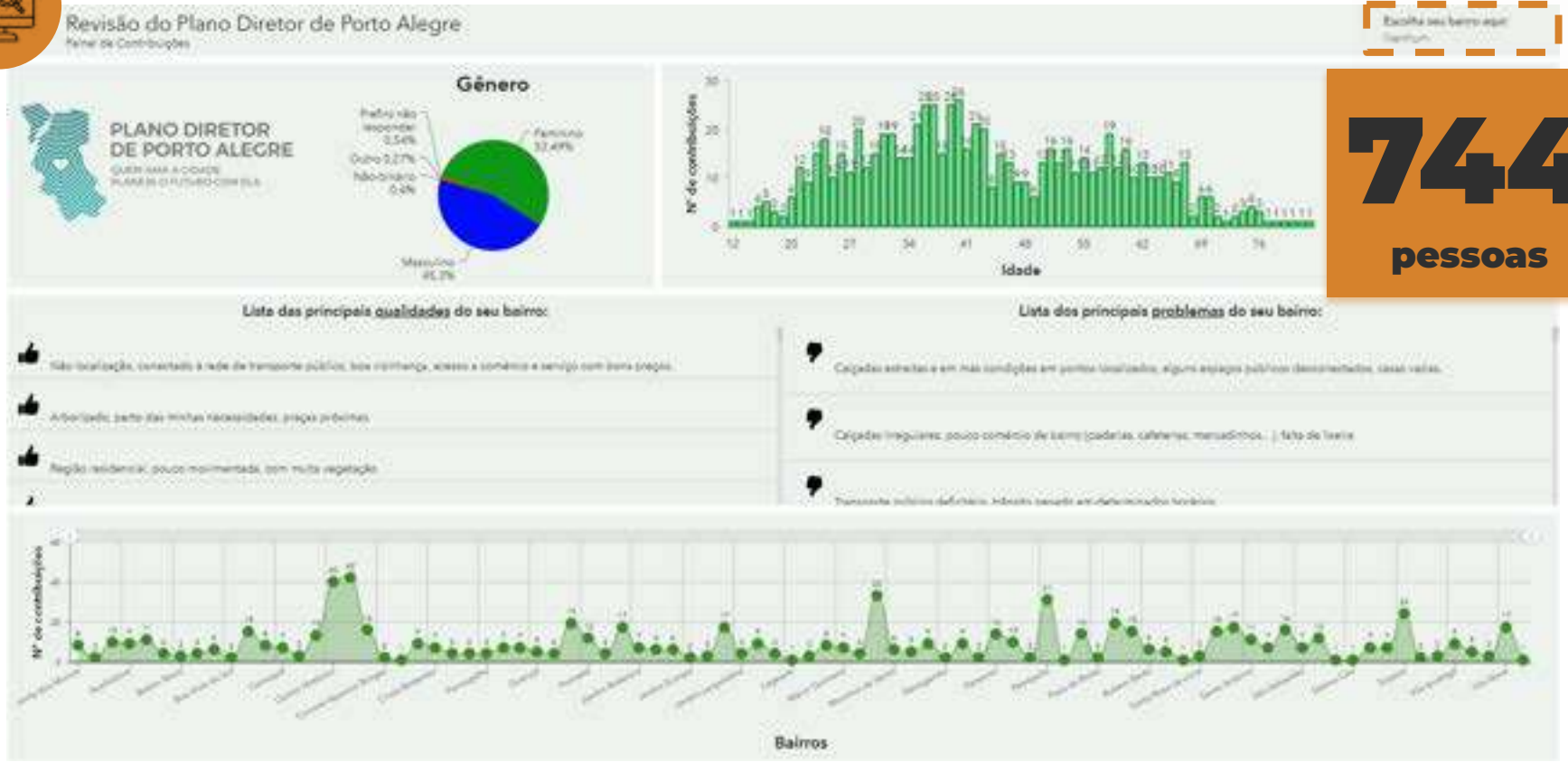

Exposição Restinga - Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA


Exposição Feira do Livro - Foto: Sérgio Louruz/SMAMUS/PMPA


Exposição Concórdia - Foto: Fernando Ramires/SMAMUS PMPA

EXPOSIÇÕES INTERATIVAS 2022

https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD



CONSULTA PÚBLICA REVISÃO PLANO DIRETOR - DIAGNÓSTICO POA 2030









1º SEMINÁRIO POA 2030

Fotos: Banco de Imagens PMPA



Fotos: Gisele Coelho Vargas/ SMAMUS/ PMPA



Fotos: Gisele Coelho Vargas/ SMAMUS/ PMPA



Fotos: Sérgio Louruz/ SMAMUS/ PMPA



Foto: Cesar Lopes / PMPA

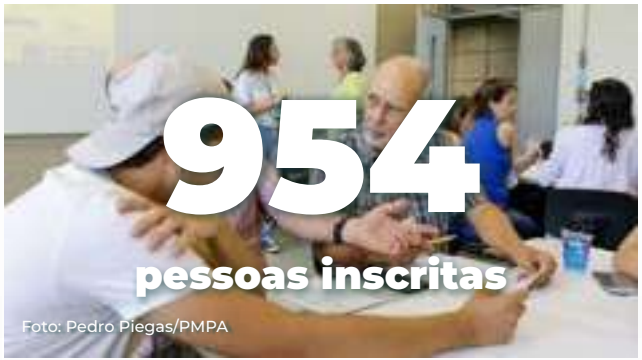
6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA

954

pessoas inscritas


Foto: Pedro Piegas/PMPA

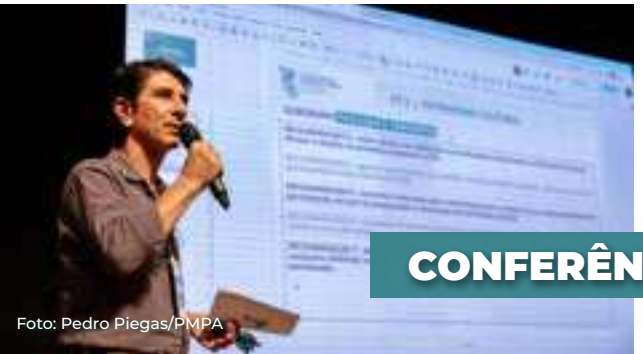

Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR


Foto: Cesar Lopes/PMPA


Foto: Cesar Lopes/PMPA


Foto: César Lopes/PMPA


Foto: Cesar Lopes/PMPA



Foto: Cesar Lopes/PMPA


Foto: DPU/SMAMUS


Foto: Cesar Lopes/PMPA



Foto: Cesar Lopes/PMPA


Foto: Cesar Lopes/PMPA


Foto: Alex Rocha/PMPA


SEMINÁRIO

142

participantes

Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Pedro Piegas/PMPA


Foto: Alex Rocha/PMPA


Foto: Alex Rocha/PMPA

SEMINÁRIO LEITURA DA CIDADE + DEVOLUTIVAS

Conferência de Revisão do PDDUA



Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR



ETAPA PREPARATÓRIA

LEITURA DA CIDADE

SISTEMATIZAÇÃO E PROPOSTAS

APROVAÇÃO

1 DIAGNÓSTICO POA 2030

2 CONFERÊNCIA AVALIAÇÃO DO PLANO

3 OFICINAS TEMÁTICAS DESAFIOS E OPORTUNIDADES

4 LEITURA DA CIDADE SEMINÁRIO FECHAMENTO

5 CONFERÊNCIA REVISÃO DO PLANO

6
- DEBATE DAS PROPOSTAS
- VISITAS TERRITORIAIS
- DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE

7 AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

BOA CONFERÊNCIA!!!

OBRIGADA!!!

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência de Revisão do PDDUA

Porto Alegre, 07 de novembro de 2023

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR



9 OFICINAS TERRITORIAIS



15 EXPOSIÇÕES



2 SEMINÁRIOS



1 CONFERÊNCIA



7 OFICINAS TEMÁTICAS



9 VISITAS ENTIDADES



+140 REUNIÕES GTS E AGENTES



3 REUNIÕES GTS CONJUNTO



2 CONSULTAS PÚBLICAS



9 TERRITÓRIOS + FÓRUM



3 TERMO DE REFERÊNCIA



+70 REGISTROS PARTICIPAÇÃO



30 RELATÓRIOS TÉCNICOS



+10 AVALIAÇÃO CONSULTORIA



1 INTEGRAÇÃO RESULTADOS

Fonte ícones: The Noun Project https://thenounproject.com

METODOLOGIA PARA INTEGRAÇÃO DE RESULTADOS

1	2	3	4	5
TEMAS E GRUPOS	**TRABALHO GRUPOS**	**TRABALHO TÉCNICO**	**DEBATE GRUPOS**	**CONFERÊNCIA**
FORMALIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO PARA DEBATE	POSICIONAR PROBLEMÁTICAS E ESTRATÉGIAS EM CIRCUITO	CRUZAMENTOS E PROPOSTA	DEBATE DA PROPOSTA NOS GRUPOS E NAS REGIÕES	CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PROPOSTA

METODOLOGIA

1

TEMAS E GRUPOS

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

1



Desde **2019**, realizamos oficinas, exposições, seminários e o principal momento de participação do Plano: a **Conferência de Avaliação** do atual **Plano Diretor de Porto Alegre**.

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

1



A partir da Conferência, foram consolidados grupos de trabalho para debater **7 Temas**:

1. Desenvolvimento Social e Cultural
2. Ambiente Natural
3. Patrimônio Cultural
4. Mobilidade e Transporte
5. Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
6. Desenvolvimento Econômico
7. Gestão da Cidade

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

1

O primeiro passo foi a **formalização** destes grupos com os **agentes da sociedade** e **técnicos da Prefeitura Municipal**, visando aprofundar o debate sobre os temas.



1 Desenvolvimento Social e Cultural

2 Ambiente Natural

3 Patrimônio Cultural

4 Mobilidade e Transporte

5 Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

6 Desenvolvimento Econômico

7 Gestão da Cidade

METODOLOGIA

2

TRABALHO GRUPOS

O **objetivo geral** dos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos envolveu **produzir resultados** para o Plano Diretor e **indicações para as políticas de desenvolvimento urbano** no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Considerando o objetivo geral acima estabelecido, dentre os objetivos específicos do processo metodológico está a consolidação dos seguintes resultados a partir do trabalho dos grupos:

a. Elaboração de **indicações de temas, estratégias e instrumentos** para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;

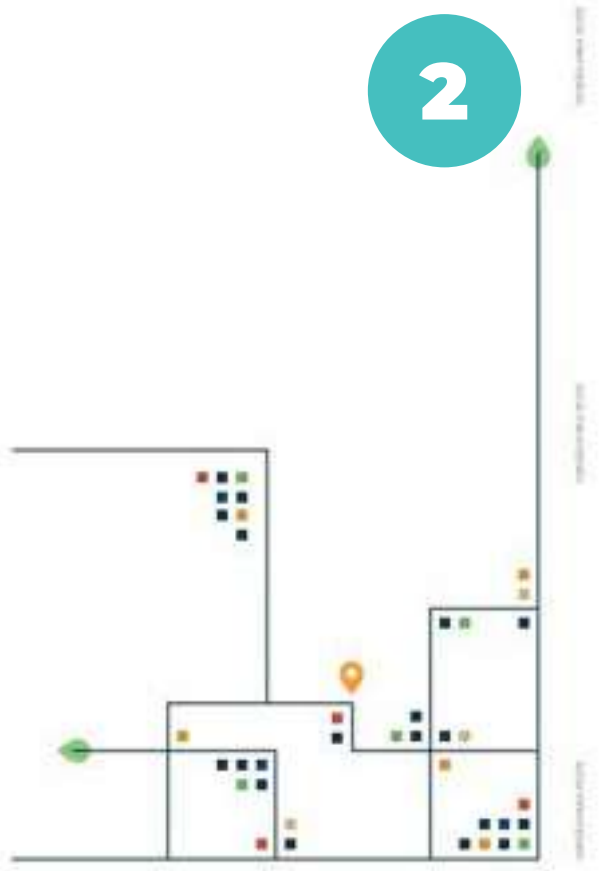
b. Elaboração de **indicações para políticas de desenvolvimento urbano** a partir do Plano Diretor;

c. Elaboração de um **documento síntese com as contribuições** desenvolvidas em a. e b. a ser apresentado no Seminário Leitura da Cidade.

2

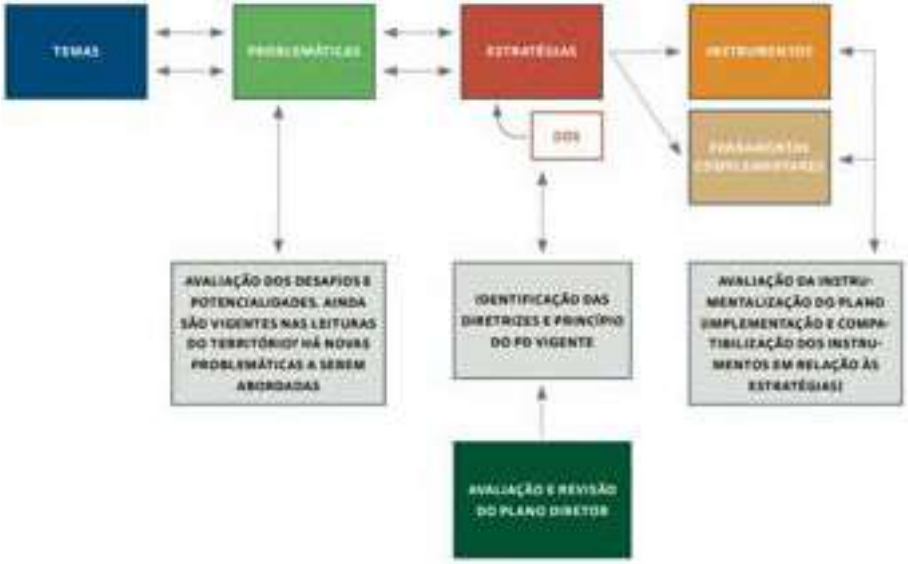
De acordo com o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (BRASIL, 2019)**, o processo de construção de propostas para elaboração e revisão de Planos Diretores deve envolver um percurso vinculando temas às soluções propostas:

a. (i) a **identificação de temas**,
b. (ii) a identificação de **problemáticas** vinculadas a estes temas e
c. (iii) a **definição de estratégias** para o enfrentamento das problemáticas, operadas através de
d. (iv) **instrumentos e ferramentas** complementares.



CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

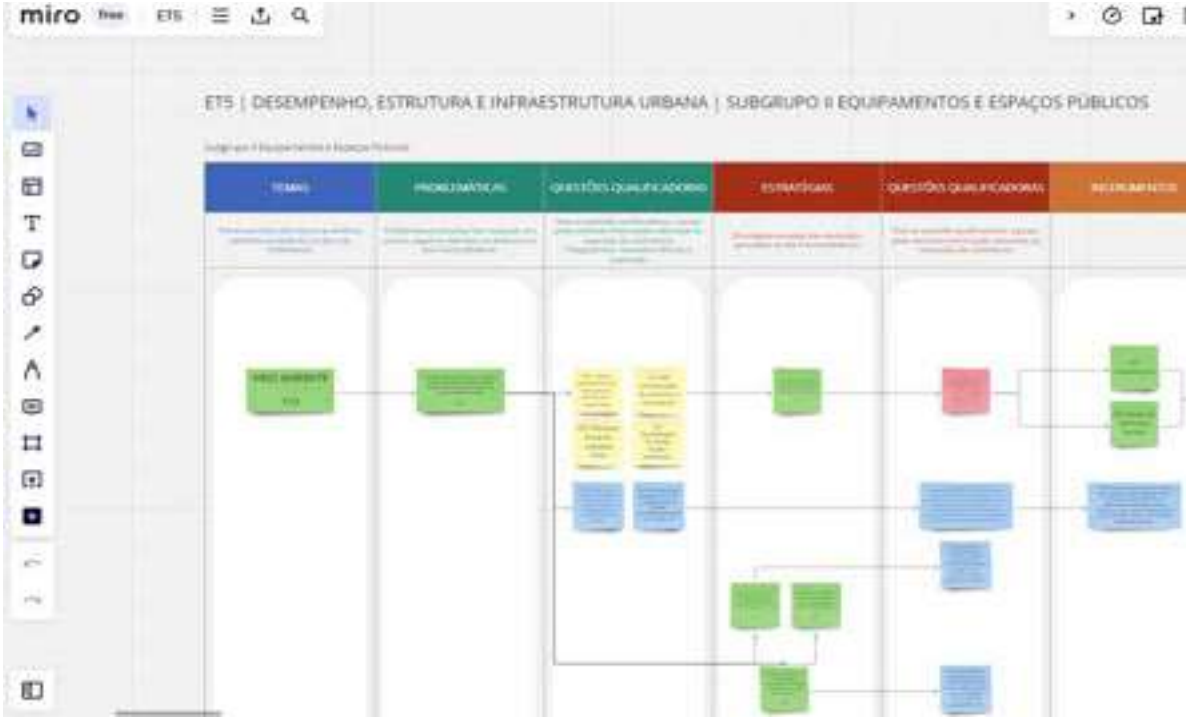
2





CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

2



O segundo passo representou o **trabalho dos grupos** dos eixos temáticos **posicionando problemáticas e estratégias** pensadas para Porto Alegre de acordo com este **circuito**.

METODOLOGIA

3

TRABALHO TÉCNICO

EIXO TEMÁTICO

SUBGRUPO

GP: Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores | RS: Recomendações Subgrupos Conferência | CO: Moções Conferência de Avaliação do Plano 2023 | ET: Contribuições da reunião do Eixo Temático | AT: Análise Técnica

TEMAS	PROBLEMÁTICAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	ESTRATÉGIAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	INSTRUMENTOS	DETALHAMENTOS DOS INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES
Escreva aqui o Tema relacionado à questão	Escreva aqui a Problemática	Escreva nesta coluna as qualificações da Problemática, caso necessário separá-las em duas ou mais	Escreva nesta coluna as Estratégias	Escreva nesta coluna os detalhamentos de cada Estratégia, se houver	Indique nesta coluna os instrumentos da política urbana mais pertinentes, de acordo com o exposto na	Caso haja algum detalhamento do instrumento, utilize os espaços desta coluna para isso	Em caso de Ferramentas complementares, indique nesta coluna para cada Estratégia
Temas extraídos dos tópicos prioritários definidos na dinâmica no dia 2 da Conferência	Problemáticas extraídas das respostas aos pontos negativos definidos na dinâmica no dia 2 da Conferência	Para as questões qualificadoras, o grupo pode adicionar informações adicionais às respostas da conferência: *diagnósticos, resultados oficinas e exposição	Estratégias extraídas das resoluções aprovadas no dia 3 da Conferência	Para as questões qualificadoras, o grupo pode adicionar informações adicionais às resoluções da conferência			

EIXO TEMÁTICO 1 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

SUBGRUPO 1: ÁREAS DE INTERESSE SÓCIO-CULTURAL

GP: Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores | RS: Recomendações Subgrupos Conferência | CO: Moções Conferência de Avaliação do Plano 2023 | ET: Contribuições da reunião do Eixo Temático | AT: Análise Técnica

TEMAS	PROBLEMÁTICAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	ESTRATÉGIAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	INSTRUMENTOS	DETALHAMENTOS DOS INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES
Escreva aqui o Tema relacionado à questão	Escreva aqui a Problemática	Escreva nesta coluna as qualificações da Problemática, caso necessário separá-las em duas ou mais abordagens da Problemática	Escreva nesta coluna as Estratégias	Escreva nesta coluna os detalhamentos de cada Estratégia, se houver	Indique nesta coluna os instrumentos de política urbana mais pertinentes, de acordo com a exposta na seção Instrumentos deste manual	Caso haja algum detalhamento do instrumento, utilize os espaços desta coluna para isso.	Em caso de Ferramentas complementares, indique nesta coluna para cada Estratégia
Temas extraídos dos tópicos prioritários definidos na dinâmica no dia 2 da Conferência.	Problemáticas extraídas das respostas aos pontos negativos definidos na dinâmica no dia 2 da Conferência.	Para as questões qualificadoras, o grupo pode adicionar informações adicionais às respostas da conferência: *diagnósticos, resultados oficinas e exposição	Estratégias extraídas das resoluções aprovadas no dia 3 da Conferência.	Para as questões qualificadoras, o grupo pode adicionar informações adicionais às resoluções da conferência			
T18 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR	P67 No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos	P67 Q2 Se, no município, a baixa representatividade se dá em processos específicos ou territorialmente delimitados (grande empreendimento; urbanização de assentamento precário, regularização fundiária etc.)	E101 Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambien - tal para aumentar a mobilização coletiva e capaci - tar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.	E101 Q3 Se, no município, é preciso mobilizar e capacitar a população para incidir propositivamente na política urbano-ambiental municipal como um todo.	Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Estudo de Impacto Ambiental (EIA)		
T18 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR	Carência de dados para o desenvolvimento de políticas de cunho social	Problemática: o município possui um banco de demandas (os) desarticulado com as políticas de planejamento urbano.					
T18 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR	Carência de dados para o desenvolvimento de políticas de cunho social.	O município não possui monitoramento dos impactos de grandes empreendimentos nas comunidades locais	O mapeamento e memorização devem ser constantemente atualizados, agregadores em suas complexidades, amplamente unificados, abertos e disponíveis para a consulta e construção popular		Monitoramento	Base de Dados	Dados do Orçamento Participativo, Dados dos empreendimentos, Identificação das áreas/mapeamento de equipamentos, impactos de grandes empreendimentos nas comunidades locais

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

3

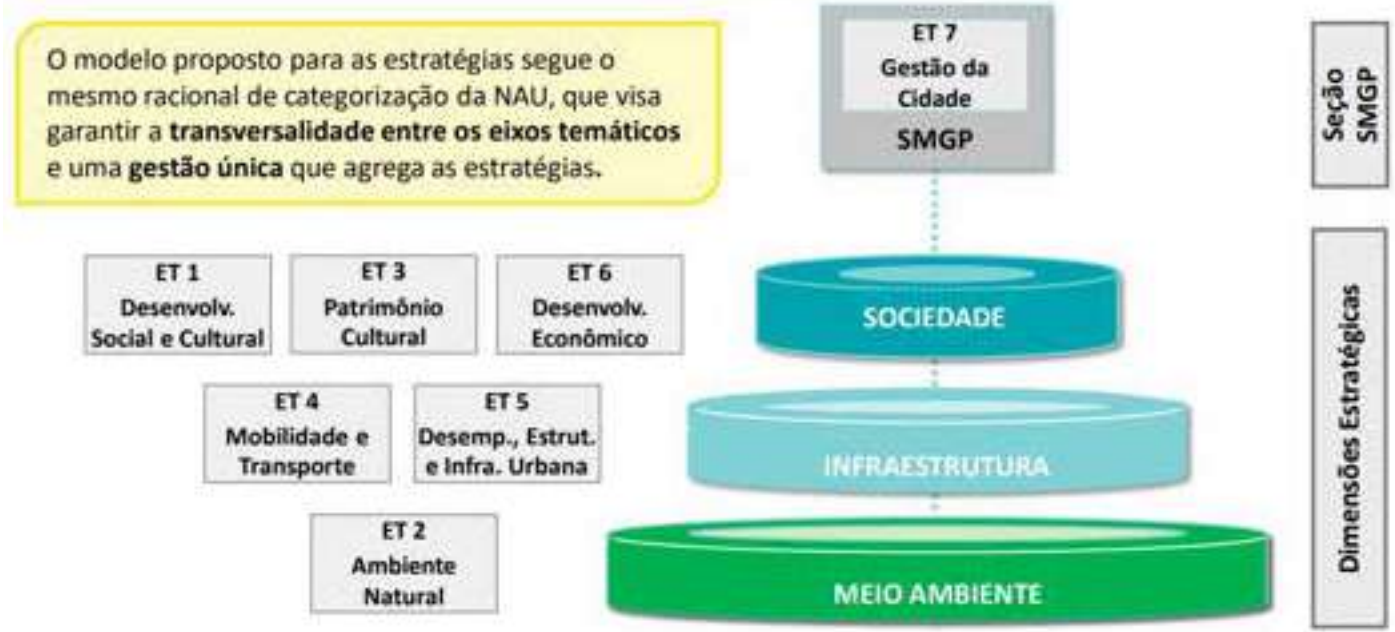




Link: Relatório EIXOS TEMÁTICOS.pdf

Integração dos Eixos Temáticos

O modelo proposto para as estratégias segue o mesmo racional de categorização da NAU, que visa garantir a **transversalidade entre os eixos temáticos** e uma **gestão única** que agrega as estratégias.



Link: Relatório EIXOS TEMÁTICOS.pdf

Integração dos Eixos Temáticos | Exemplo: Espaços Públicos

ET1	ET2	ET3	ET4	ET5	ET6	ET7
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	AMBIENTE NATURAL	PATRIMÔNIO CULTURAL	MOBILIDADE E TRANSPORTE	DESEMPENHO, ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	GESTÃO DA CIDADE
DEMANDA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	MELHORIA DO PERCENTUAL DE ÁREA VERDE POR HABITANTE	PLANOS DE PORMENOR COM FOCO NA PRESERVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	COMPATIBILIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO COM A QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO DA MOBILIDADE ATIVA	INTEGRAÇÃO DO DESENHO URBANO COM ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL	INFRAESTRUTURA URBANA DEVIDAMENTE ARTICULADA À DENSIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	PROJETOS ESPECIAIS DE IMPACTO URBANO COMO FORMA DE VIABILIZAR O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS (FINANCIAMENTO)

3

Integração dos Eixos Temáticos

A partir do trabalho desenvolvido nas agendas com os grupos, o terceiro passo envolveu a **atuação dos técnicos municipais** identificando **objetivos transversais** para consolidar a missão do Plano Diretor de Porto Alegre:

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR



INTEGRAÇÃO
RESULTADOS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR




MISSÃO
INTEGRAÇÃO
RESULTADOS

Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, a qualidade de vida e a prosperidade com foco nas pessoas, especialmente as comunidades carentes e vulneráveis.



5 OBJETIVOS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

3.
HABITAÇÃO

2. MOBILIDADE

4. MEIO AMBIENTE

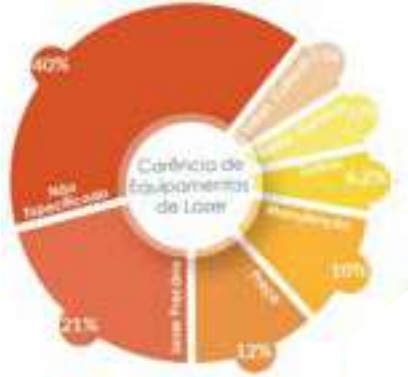


1. ESPAÇOS PÚBLICOS

5. GESTÃO

1. ESPAÇOS PÚBLICOS





OFICINAS TERRITORIAIS

II. Equipamentos e Espaço Público

i. Qualificação dos Espaços Públicos, com ênfase nas calçadas (Anexo com diretrizes, conceitos e critérios no Plano) e compatibilização com a estrutura e infraestrutura da cidade.

ii. Distribuição democrática e qualificação dos Equipamentos Comunitários (áreas verdes), priorizando a instalação em áreas carentes.

iii. Maior transparência e publicidade sobre impactos de grandes empreendimentos imobiliários sobre os Espaços Públicos, diversificando as formas de participação dos diferentes grupos sociais da cidade.

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA



Foto: https://www.levelssunset.com.br/wp-content/uploads/2020/03/1.-Orla-do-Guai%CC%81ba-1.jpg

2. MOBILIDADE





OFICINAS TERRITORIAIS

II. Zoneamento e Estrutura Urbana

i. Compatibilização dos planos setoriais com o Plano Diretor.

ii. Definir planos de ação para atendimento dos objetivos e metas para implantação das diretrizes e estratégias já previstas no Plano Diretor, junto ao sistema de monitoramento contínuo, incluindo a participação popular efetiva, resgatando o caráter democrático e participativo do Plano Diretor.

III. Mobilidade Ativa

i. Definir a governança das calçadas;

ii. Considerar questões de saúde, ambientais e sociais nos impactos que envolvem a mobilidade e o transporte;

IV. Transporte

i. Promover a integração metropolitana através do sistema viário e transporte público;



USO DO SOLO E ESTRUTURA URBANA

INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

MOBILIDADE

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

Foto: Pedro Piegas / PMPA

3.

HABITAÇÃO





OFICINAS TERRITORIAIS

I. Densidade e Infraestrutura, Cidade Consolidada e Regularização Fundiária

i. Os parâmetros de densidade devem ser vinculados ao atendimento da demanda de infraestrutura existente e /ou gerada.

ii. Incluir no Plano Diretor um Capítulo que conceitue e discipline a regularização fundiária, recepcionando a legislação federal (REURB) e instrumentos para garantir os princípios previstos.

REDUZIR O CUSTO DA MORADIA E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE



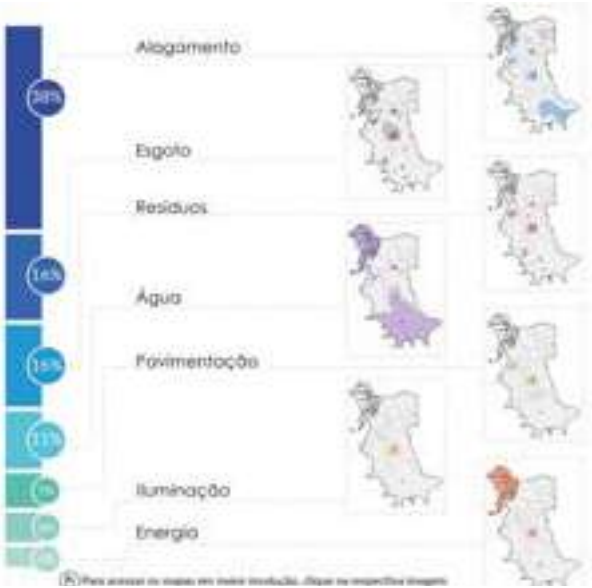
Foto: Filipe Karam / PMPA

https://conceito.de/cidade

4. MEIO AMBIENTE



CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR



OFICINAS TERRITORIAIS

I. Áreas de Risco

i. Contemplar no PDDUA as áreas de risco que devem ser mapeadas e caracterizadas;

ii. Planejar e executar a recuperação de áreas de risco com infraestruturas verdes e sinalização;

iii. Manter estratégias permanentes de educação socioambiental sobre riscos;

iv. Prever a utilização no planejamento urbano de outros planos auxiliares, como: Plano de Ação Climática, Plano Municipal de Defesa Civil, Plano de Mata Atlântica, Plano de Resíduos S. que aborda prevenção, mitigação e adaptação;

v. Incluir nos princípios do PDDUA as áreas de risco com exigências de mitigação;

vi. Integrar por meio de uma plataforma os dados que subsidiam o planejamento;



ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Foto: http://fotosdeportoalegre.blogspot.com/2015/02/ilhas-do-rio-guaiba-de-porto-alegre.html



5. GESTÃO



OFICINAS TERRITORIAIS

V. Monitoramento

i. Construir e implementar um Plano de Ação para o monitoramento da cidade

- Georreferenciamento e logística para monitoramento dos dados de forma a integrar órgão internos e externos ao governo e abertos à população ampliando transparência;
- Promover parcerias colaborativas a partir das demandas de gestão para produção de dados através da pesquisa acadêmica
- A partir da coleta de informações, geração de dados e indicadores que serão utilizados como base para as decisões de gestão e Planejamento

ii. Estabelecer tópicos prioritários para monitoramento, entre os quais recomendamos

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO



ESTRUTURA PLANEJAMENTO URBANO

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

GESTÃO E MONITORAMENTO URBANO

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

ECONOMIA URBANA E FINANCIAMENTO DA CIDADE

Fonte: https://prefeitura.poa.br/planodiretor/oque

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 1 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.

Objetivos	Estratégias	Contribuições Eixos	Instrumentos
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	- E25 Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município. - E29 Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público. - E52 Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município. - E84 Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno. - E101 Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias. - Prefeitura deve agir nas áreas de regulação fundiária, através da implantação de infraestrutura e equipamentos públicos. - Os equipamentos do DMLU que recebem os resíduos da população não são considerados como equipamentos públicos. (ET1) - Não pode ser considerado público um espaço que tem controle de público... É importante ter bem claro o conceito de espaço público. (ET1)	- Planejamento de equipamentos públicos - Plano Setorial? - Muitas vezes, a qualidade do espaço público, principalmente nos espaços não urbanizo termo espaço público Espaço privado de uso público- posse e gestão privadas - sem garantias de que será voltados (áreas nas quais o alargamento viário ainda não ocorreu, ou terrenos ociosos, muitas vezes da própria prefeitura) tem sido afetada pelo descarte irregular de resíduos. - Espaço privado de uso público- ausência de garantias da universalização de acesso , principalmente, qdo vinculada a pagamento para usufrutodistinção na prática entre acesso e uso efetivamente público - por todos. - Não pode ser considerado público um espaço que tem controle de público... É importante ter bem claro o conceito de espaço público. - "Regramento de quesitos mínimos para garantia do acesso à população aos espaços públicos, de forma a limitar a discricionariedade da gestão. Toda e qquer a revisão de conceituação deve ter como norte no sentido de assegurar .. garantir ... não de o flexibilizar como temos visto. Detalhar o termo espaço	- Consórcio Imobiliário. - Contrapartida Social (AT; Análise Tecnica). - Sistema de Equipamentos públicos. - Direito de preempção. - Parcelamento de Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC). - Transferência do Direito de Construir. - Zoneamento. - Zoneamento especial. - Sistema de mobilidade. - Sistema de equipamentos públicos. - Sistema de centralidades. - Sistema de Saneamento Ambiental. - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). - Estudo de Impacto Ambiental (EIA). - Sistema de Áreas Verdes. - Parcelamento do solo urbano. - Parcerias Público Privadas (PPP). - Operação Urbana Consorciada (OUC). - Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEUC). - Órgãos colegiados e fundos municipais de política urbana. Debates, Audiências, Consultas Públicas e Conferências sobre assuntos de

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 2 | AMBIENTE NATURAL			
Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.			
Objetivos	**Estratégias**	**Contribuições Eixos**	**Instrumentos**
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	- E23 Melhorar a qualidade do sistema de macro acessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros. - E24 Prever melhor localização de equipamentos, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano previsto. - E25 Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município. - E28 Incorporar agenda ambiental local (bioma) no planejamento do território. - E29 Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público. - E32 Regulamentar as formas de uso do espaço público e a instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município. - E82 Promover melhor aproveitamento da terra ociosa, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais. - E83 Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município. - Inclusão da Educação Ambiental nos princípios do Plano Diretor. (RS: Recomendações Subgrupos Conferência)	- Benefícios das Áreas Verdes: melhoria da qualidade do ar; mitigação dos eventos climáticos extremos; segurança hídrica; redução de doenças cardíacas, pulmonares, psicológicas e relacionadas à poluição e degradação ambiental; aumento de atividades físicas; resiliência à doenças; redução do estresse; maior coesão social, promovida e estimulada por esses espaços. - Considerar as áreas verdes como promotoras de saúde pública. (RS: Recomendações Subgrupos Conferência). - Importância dos estudos e planejamento para implementação de áreas verdes e melhoria do percentual de área verde por habitante no Município e na sua distribuição no território. - Revisar áreas das unidades de conservação. - Propor soluções para implantação de áreas verdes de lazer nas áreas de regularização fundiária. - Falta contemplar áreas verdes como uma estrutura básica nas AEIS. - Percepção de redução dos espaços verdes públicos na cidade. - Falta de mecanismos no Plano diretor para	- Macrozoneamento; - Zoneamento; - Zoneamento no perímetro rural; - Zoneamento no perímetro urbano; - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): ZEIS em áreas ocupadas; - Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): em áreas vazia; - Parcelamento do Solo Urbano; - Sistema de centralidades; - Sistema de Áreas Verdes; - Sistema de mobilidade; - Sistema de equipamentos públicos; - Sistema de saneamento ambiental; - Direito de preempção; - Transferência do Direito de Construir (TDC) - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); - Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU)

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 3 | PATRIMÔNIO CULTURAL

Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.

Objetivos	Estratégias	Contribuições Eixos	Instrumentos
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	E34 - Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas. E36 - Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico	- Áreas de Ambiência Cultural necessitam ser revisadas para verificar se ainda fazem sentido de existirem ou se precisam ser ajustadas, complementadas, extintas ou incluídas - Revisão da definição e da conceituação de AIC, bem como complementação das AIC's existentes, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, incluindo as pavimentações históricas. - Fomento e potencialização das Áreas de Ambiência e Áreas de Interesse Cultural, para que tenham animação e continuidade, preservando as suas características histórico-culturais. - Compatibilizar os conceitos da Lei do Inventário para contemplar as áreas de ambiência cultural, uma vez que esta legislação é específica à edificação. - Mapeamento do Patrimônio Imaterial. - Planos de Pormenor: que detalhem o desenho das áreas de interesse, trazendo	- Zoneamento - Zoneamento Especial - Sistema de centralidades - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 4 | MOBILIDADE E TRANSPORTE

Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.

Objetivos	Estratégias	Contribuições Eixos	Instrumentos
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	1. Revisão da hierarquia, perfis e gravames viários, bem como os mapas, anexos e diagramas que envolvem a mobilidade e transporte; 2. Definição de novos parâmetros de desenho viário seguro priorizando o transporte ativo e coletivo, compatibilizando com a qualificação do espaço público; 3. Compatibilização dos planos setoriais com o Plano Diretor; 4. Definir planos de ação para atendimento dos objetivos e metas para implementação das diretrizes e estratégias já previstas no Plano Diretor, junto ao sistema de monitoramento contínuo, incluindo a participação popular efetiva, resgatando o caráter democrático e participativo do Plano Diretor; 5. Definir a governança das calçadas; 6. Considerar questões de saúde, ambientais e sociais nos impactos que envolvem a mobilidade e o transporte; 8. Incentivar novas alternativas de transporte sustentável, considerando as potencialidades morfológicas da cidade (transporte hidroviário, teleféricos, etc.); 9. Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal; 10. Incentivar a miscigenação do uso do solo, viabilizando policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade; 11. Fortalecer o Plano Diretor por meio da edição de	- Rever desenhos/perfis viários: a) regularização fundiária (Reurb); b) AEIS I e II (acesso); c) vegetação; - Visão para automóvel defasada (pedestre mais importante que o carro); - Priorização da saúde como parâmetro norteador do PDDUA; - Sistema cicloviário poderia estar em vias secundárias (evitar acidentes); - Priorizar as infras cicloviárias e interligá-las; - Dimensionar os quarteirões considerando a escala do pedestre; - Incentivo à atividades "de rua"; - Compatibilização da arborização com vias, enxergar a árvore como equipamento urbano vivo; - Traffic calming nas regiões escolares; - Redistribuição do espaço viário + espaço para modais ativos; - Estrutura urbana - caminhabilidade - calçadas - infra para todos os modais; - Garantir espaço físico para mobilidade ativa, garantir largura das calçadas; - Necessidade de estratégias urbanas específicas para diferentes classes sociais (papel vital dos espaços públicos);	Macrozoneamento Zoneamento Parcelamento do Solo Urbano Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU) Sistema de centralidades Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) - Sistemas de Estruturação Territorial - Sistema de Mobilidade - Sistema de Áreas Verdes - Sistema de Equipamentos Públicos Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMU) - Plano de melhoria de calçadas - Cartilha/Design Guidelines - Plano Cicloviário - Plano de Acessibilidade - Plano de Segurança Viária Sustentável - Mapa sistema viário - Detalhamento perfis viários

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 5 | DESEMPENHO, ESTUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA

Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.

Objetivos	Estratégias	Contribuições Eixos	Instrumentos
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	Vinculadas aos Subgrupos: II	Equipamentos e Espaços Públicos III	Parcelamento e Uso do Solo - CO PLENÁRIA - RECOMENDAÇÃO ETS 19. Garantir que os loteamentos próximos à orla tenham ruas públicas que levem até a margem do Guaíba permitindo o livre acesso da população. - CO DIA 2 - RECOMENDAÇÃO ETS 6. Qualificação dos espaços públicos, com ênfase nas calçadas, com detalhamento do desenho e da paisagem urbanos (anexo de detalhamento no plano) e compatibilização da estrutura e infraestrutura da cidade. - CO DIA 2 - ETS RECOMENDAÇÃO 8. Maior transparência sobre impactos de grandes empreendimentos imobiliários sobre os espaços públicos, diversificando as formas de participação aos diferentes grupos sociais da cidade. - CO PLENÁRIA - RECOMENDAÇÃO ETS 20. Resgate de todo o espaço de praia de Porto Alegre para a população. - CO PLENÁRIA - ETS RECOMENDAÇÃO 17. Incluir no Plano Diretor dispositivo legal garantindo que os parcelamento do solo na modalidade de loteamento as ruas e equipamentos públicos, como praças e parques, mantenham o livre acesso da população. - CO PLENÁRIA - RECOMENDAÇÃO ETS 21. Revisar os	- E23 q1 Se o município deseja condicionar parâmetros de uso e de ocupação nos lotes privados, a fim de melhorar arborização, drenagem, áreas livres e/ou verdes, de reaproveitamento das águas ou de dimensionamento e qualidade das calçadas, entre outros... - E23 q2 Se o município deseja melhorar as condições de mobilidade ativa nos espaços públicos... - CO PLENÁRIA - RECOMENDAÇÃO ETS 15. Garantir a execução de infraestrutura básica como drenagem, água, esgoto e iluminação pública na implantação de equipamentos de educação, saúde, pontos de ônibus e calçada do entorno. - E25 Q1 - Se no município existem áreas ambientais com potencial de serem conectadas e articuladas em rede... - A interação de empreendimentos e empresas com praças, parques, canteiros e avenidas é uma alternativa com potencial de resultados positivos, atendidas premissas de qualificação e uso público (ETS).	- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). - Planos de Pormenor. - Zoneamento: zoneamento no perímetro urbano - Parcelamento do Solo Urbano - Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU) - Zoneamento - Sistema de áreas verdes - Sistema de mobilidade - Macrozoneamento

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 6 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.			
Objetivos	**Estratégias**	**Contribuições Eixos**	**Instrumentos**
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	E1A) Prever Áreas Especiais de Interesse Turístico que possam ser propostas pelo empreendedor, com regime urbanístico próprio, de forma a criar atrações turísticas E1B) Garantir a infraestrutura necessária para fomentar o turismo náutico (instalação de marina pública, redimensionamento do cais do Lami) E1C) Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares E1D) Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades CO - Zona sul: a) o PDDUA deve fomentar o desenvolvimento econômico e social da zona sul levando em consideração as atividades tradicionais da região; b) Rever as diretrizes de ocupação e uso da Zona Sul. A urbanização acelerada da zona sul contrariou as diretrizes do PDDUA, trazendo problemas relevantes para a infraestrutura daquela região; c) incentivo às atividades econômicas sustentáveis que levem em consideração a agrossociobiodiversidade da cidade de Porto Alegre (Recomendação 33) E1E) Viabilizar investimentos em infraestrutura para que a região possa acolher novos usos E1F) Regulamentar as formas de uso do espaço público e de instalação do comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o Município		

Objetivos e Trabalho dos Eixos Temáticos

ET 7 | GESTÃO DA CIDADE Visão: Tornar Porto Alegre uma cidade atrativa, competitiva, participativa e sustentável, impulsionando a diversidade, qualidade de vida, prosperidade com foco nas pessoas, priorizando as comunidades carentes e vulneráveis.			
Objetivos	**Contribuições Eixos**	**Instrumentos**	**Referências**
1) Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba	CO Subgrupo III RECOMENDAÇÃO ET7 Direito à cidade comprometido com a instalação de condomínios e grandes loteamentos fechados, impactando no desenvolvimento urbano favorecendo alguns em detrimento de outros. CO Subgrupo IV RECOMENDAÇÃO ET7Criação de infraestrutura para preservação da paisagem ambiental (patrimônio natural). Que cada grande projeto habitacional (popular) inclua espaços verdes de convivência, lazer e atividades sociais		
2) Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários	CO Subgrupo III RECOMENDAÇÃO ET7 Direito à cidade comprometido com a instalação de condomínios e grandes loteamentos fechados, impactando no desenvolvimento urbano favorecendo alguns em detrimento de outros. CO Subgrupo V RECOMENDAÇÃO ET7 Direito a cidade acesso à infraestrutura. Acesso a informação internet traduzir facilitar. Não se constrói com base de dados. Representações Comunitárias regiões desenvolvimentos delegados preve instrumentos de monitoramentos e metas a serem compridas.		
3) Reduzir o custo da habitação e	CO Subgrupo III RECOMENDAÇÃO ET7 O plano		

Objetivos, Trabalho dos Eixos Temáticos e Subsídios das Consultorias

Macrozona	Dimensão
MZ 1	**Meio Ambiente**
	• Minimizar dos impactos causados pelas ilhas de calor; • Conectar áreas verdes, praças e parques; • Ampliar a arborização, propiciando a conexão das tramas verdes azuis; • Preservar o ambiente natural e acesso à cidade; • Promover a resiliência da infraestrutura urbana e dos edifícios
	Infraestrutura
	• Potencializar as conexões com a Região Metropolitana; • Qualificar e implementar os equipamentos públicos; • Promover a requalificação dos espaços públicos; • Promover a reestruturação urbana; • Fomentar os transportes hidroviários; • Promover a conexão entre o arquipélago e as demais regiões do município.
	Sociedade
	• Estimular a densificação da região para que as pessoas fiquem cada vez mais próximas do local de trabalho; • Potencializar a miscigenação nos usos e atividades; • Promover acesso à moradia com garantia de segurança para habitações em locais suscetíveis a desastres naturais; • Promover acesso à moradia digna, por meio da regularização fundiária; • Fortalecer as identidades locais; • Valorizar o patrimônio natural e cultural.

METODOLOGIA

4

DEBATE GRUPOS

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

4



O quarto passo envolveu o **debate** da proposta com os grupos de trabalho e os **fóruns** das Regiões de Gestão do Planejamento, buscando incorporar e confrontar os 5 objetivos e a missão com as problemáticas locais.

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR









CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR











METODOLOGIA

5

CONFERÊNCIA



O quinto passo é a **Conferência da Revisão do Plano Diretor**, para **construção coletiva** desta proposta, buscando de forma objetiva estruturar estratégias que possam preparar Porto Alegre para o futuro.

OBJETIVO 1 : Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba



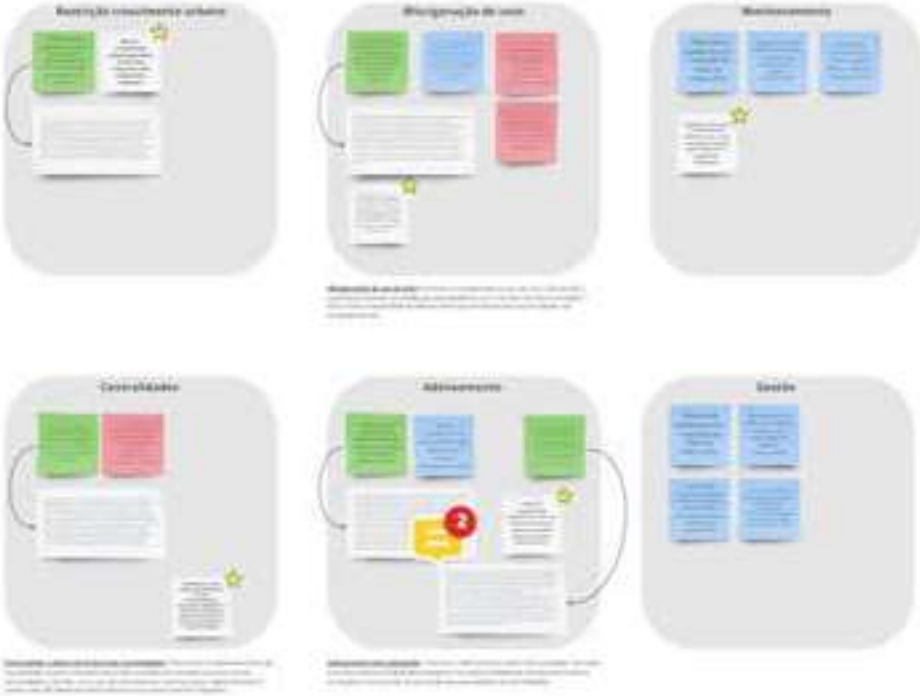
ESTRATÉGIAS



★ TOTAL PARCIAL

20

OBJETIVO 2 : Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários



ESTRATÉGIAS



TOTAL PARCIAL

9

OBJETIVO 3 : Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade









ESTRATÉGIAS



TOTAL PARCIAL

30

OBJETIVO 4: Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.





ESTRATÉGIAS

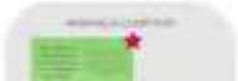


TOTAL PARCIAL

20









OBJETIVO 5: Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento





ESTRATÉGIAS



Instrumentos







PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

OBJETIVO 1
QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS
E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO CUAMM

E1.1 Orla do Guaíba: Promover a apropriação da orla do Lago Guaíba e de seus rios, de modo a ser protagonista, ambientalmente e paisagisticamente, na qualificação da área, através de ações, empreendimentos e projetos, articulados com a população e com os municípios da Região Metropolitana.

E1.2 Parcerias público-privadas: Estimular parcerias público-privadas para qualificar espaços de interesse das cidades, como os parques e praças da cidade.

E1.3 Mirantes Históricos: Promover a preservação dos mirantes históricos da cidade, de modo a valorizar a paisagem do Rio Guaíba.

E1.4 Monitoramento: Promover ações de monitoramento das áreas de interesse de gestão e ocupação do território, com o objetivo de garantir uma leitura da região da cidade e das áreas urbanas e equipamentos públicos, como ferramenta de planejamento.

E1.5 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada região da cidade, através de ações de preservação ambiental, ecológica e cultural.

E1.6 Polos de Lazer: Promover a implantação de polos de lazer, de modo a garantir a qualificação dos espaços públicos existentes e a criação de novos espaços, através de ações de requalificação urbana, de acordo com as características locais e regionais.

E1.7 Áreas Livres: Garantir a preservação de áreas livres públicas, bem como a ocupação de áreas privadas, através de ações de preservação de áreas livres, de modo a garantir a qualidade ambiental e paisagística da cidade.

E1.8 Lazer e Saúde Pública: Promover a integração das áreas de lazer e saúde pública, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida e a promoção da saúde pública e ambiental.

E1.9 Áreas de Interesse Cultural: Manter as áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, de modo a garantir a preservação e a valorização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade, bem como a compatibilização das atividades econômicas, residenciais e de lazer. As áreas deverão ser delimitadas com base em critérios de relevância para a preservação da memória e da identidade da cidade, e deverão ser objeto de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.10 Anexo de Interesse Cultural: Manter os Anexos de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural como instrumentos de proteção e de preservação dos imóveis, bem como a compatibilização das atividades econômicas, residenciais e de lazer. As áreas deverão ser delimitadas com base em critérios de relevância para a preservação da memória e da identidade da cidade, e deverão ser objeto de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.11 Atividades das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Promover a compatibilização das atividades econômicas, residenciais e de lazer com a preservação e valorização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.12 Infraestrutura para os espaços públicos: Promover a implantação de infraestrutura adequada para os espaços públicos, de modo a garantir a qualidade ambiental e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.13 Harmonização Ambiental e Manifestações Culturais: Promover a harmonização ambiental e a preservação das manifestações culturais, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.14 Qualificação dos espaços públicos: Promover a qualificação dos espaços públicos, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.15 Harmonizar Arqueológico: Promover a harmonização arqueológica, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.16 Conflito de Espaços Públicos: Promover a gestão de conflitos de espaços públicos, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.17 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Promover a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.18 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Promover a participação da população na gestão e preservação dos espaços públicos, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E1.19 Fomento e valorização do Patrimônio Cultural: Promover a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

OBJETIVO 2
REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO
DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.1 Adensamento: Promover o adensamento urbano de áreas estratégicas, compatibilizando densidade e infraestrutura urbana, com base em critérios de mobilidade, acessibilidade e qualidade urbana.

E2.2 Integração multimodal: Promover a integração entre os diferentes modos de transporte, de modo a garantir a mobilidade urbana eficiente e sustentável.

E2.3 Uso misto de solo: Promover o uso misto do solo, de forma a combinar usos residenciais, comerciais, de serviços e de lazer, de modo a garantir a diversidade, a vitalidade e a segurança dos espaços públicos.

E2.4 Monitoramento da mobilidade: Promover o monitoramento da mobilidade urbana, com base em indicadores de desempenho, para avaliar a eficiência do sistema de transporte e identificar áreas de melhoria.

E2.5 Intensidade e descentralização das centralidades: Promover a descentralização das atividades econômicas e de serviços, de modo a reduzir a concentração de pessoas e veículos em áreas centrais, através da criação de novas centralidades e da melhoria da acessibilidade.

E2.6 Conexão norte-sul: Promover a conexão norte-sul da cidade, de modo a melhorar a mobilidade urbana e a integração entre as diferentes regiões da cidade, através de ações de requalificação urbana, de melhoria da infraestrutura de transporte e de integração com a região metropolitana.

E2.7 Cidade compacta: Promover a compactação e a densificação de áreas estratégicas, de modo a reduzir a necessidade de deslocamentos e a promover a eficiência do uso do solo.

E2.8 Transporte público: Promover a melhoria e a ampliação do sistema de transporte público, de modo a garantir a acessibilidade e a mobilidade da população.

E2.9 Parcelamento do Solo: Promover o adensamento urbano através do parcelamento do solo, de forma a garantir a compatibilização com a infraestrutura e os equipamentos públicos existentes, e a preservação das áreas de interesse ambiental e cultural. Os parcelamentos deverão ser objeto de ações de preservação, valorização e divulgação, de acordo com a legislação específica.

E2.10 Transporte Intermodal: Promover a integração entre os diferentes modos de transporte, de modo a garantir a eficiência e a sustentabilidade do sistema de transporte público.

E2.11 Requalificação urbana: Promover a requalificação urbana de áreas degradadas ou subutilizadas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população e a sustentabilidade da cidade. Os projetos de requalificação deverão ser objeto de ações de preservação, valorização e divulgação.

E2.12 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos deslocamentos a pé e de bicicleta, através de ações de requalificação urbana, de melhoria da infraestrutura e de integração com o sistema de transporte público.

E2.13 Corredor viário Região Metropolitana: Promover a melhoria e a ampliação do corredor viário que liga a região metropolitana à cidade, de modo a garantir a eficiência do transporte público e a mobilidade da população.

E2.14 Acessibilidade: Promover a melhoria da acessibilidade em áreas de interesse, de modo a garantir a mobilidade e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E2.15 PEVs: Promover a implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) em áreas estratégicas, de modo a garantir a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E2.16 Viadutos: Promover a melhoria da mobilidade urbana, através da construção e da melhoria de viadutos, de modo a garantir a eficiência do transporte público e a mobilidade da população.

E2.17 Logística, cargas e centro de transbordo: Promover a melhoria da logística e do transporte de cargas, através da construção de centros de transbordo e de armazenagem, de modo a garantir a eficiência do transporte público e a mobilidade da população.

E2.18 Localização das Hospedarias: Promover a localização das hospedarias, de modo a garantir a mobilidade e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E2.19 Requalificação Avenidas: Promover a requalificação das avenidas, de modo a garantir a mobilidade e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

OBJETIVO 3
REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E
GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.1 Oferta de Moradia: Promover a ampliação da oferta de moradias, de modo a garantir a diversidade habitacional e a acessibilidade para todos os segmentos da população, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.2 Habitação Cidadã: Promover a implantação de habitações cidadãs, de modo a garantir a qualidade de vida e a dignidade dos moradores, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.3 Acesso aos padrões de conforto de Uso do Solo: Promover a adequação dos padrões de conforto de uso do solo, de modo a garantir a qualidade ambiental e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.4 Moradia de Consumidores: Promover a implantação de moradias para consumidores, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.5 Recuperação e retrofit de edifícios: Promover a recuperação e o retrofit de edifícios, de modo a garantir a qualidade ambiental e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.6 Áreas Ociosas de Interesse Social: Promover a ocupação de áreas ociosas de interesse social, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Promover a assistência técnica para habitação de interesse social, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.10 Urbanização de assentamentos: Promover a urbanização de assentamentos, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.11 Habitação de Interesse Social: Promover a habitação de interesse social, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.12 Áreas de Desenvolvimento Social: Promover a implantação de áreas de desenvolvimento social, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.13 Instrumentos: Promover a utilização de instrumentos urbanísticos, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Promover o acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.15 Sistema de Assistência Solidária: Promover a implantação de um sistema de assistência solidária, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.16 Mulheres na Área de Ocupação Irregular: Promover a participação das mulheres em áreas de ocupação irregular, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

E3.17 Fórum Municipal de Habitação: Promover a implantação de um Fórum Municipal de Habitação, de modo a garantir a qualidade de vida e a segurança dos usuários, através de ações de preservação, valorização e divulgação.

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO
PLANO DIRETOR

OBRIGADA!



EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, NOVEMBRO 2023.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Conferência Revisão do Plano Diretor

Apresentação das Propostas

EY
Building a better working world

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

2 Visão Geral

3 Leitura da Cidade

4 As Potencialidades de Porto Alegre

5 As Propostas para Revisão do PDDUA

6 O Sistema Municipal de Gestão de Planejamento

7 Encerramento

Agenda

1

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

- Visão Geral
- Futuro sustentável
- Fluxo de trabalho

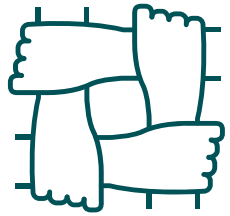
2 Visão Geral

Visão Geral



Objetivo

Atualizar a forma de **planejar e organizar o espaço urbano** de modo a promover o desenvolvimento **sustentável** de Porto Alegre.



Como

Combinando as **contribuições da sociedade** (dores, demandas e anseios) com a **expertise da prefeitura**, seguindo as **diretrizes previstas em leis e acordos** (ex.: Guia Federal, NAU, ODS) e as melhores práticas internacionais de **planejamento, economia urbana e ESG**.

Visão Geral . Futuro sustentável

Desenvolvimento sustentável é um modelo de planejamento urbano que visa **equilibrar** o crescimento **econômico**, a melhoria da **qualidade de vida** e a proteção do **meio ambiente**, combinando o uso responsável dos recursos naturais e a redução dos impactos no ecossistema.







O modelo busca criar cidades mais **eficientes, resilientes, socialmente inclusivas** e **ambientalmente responsáveis**.

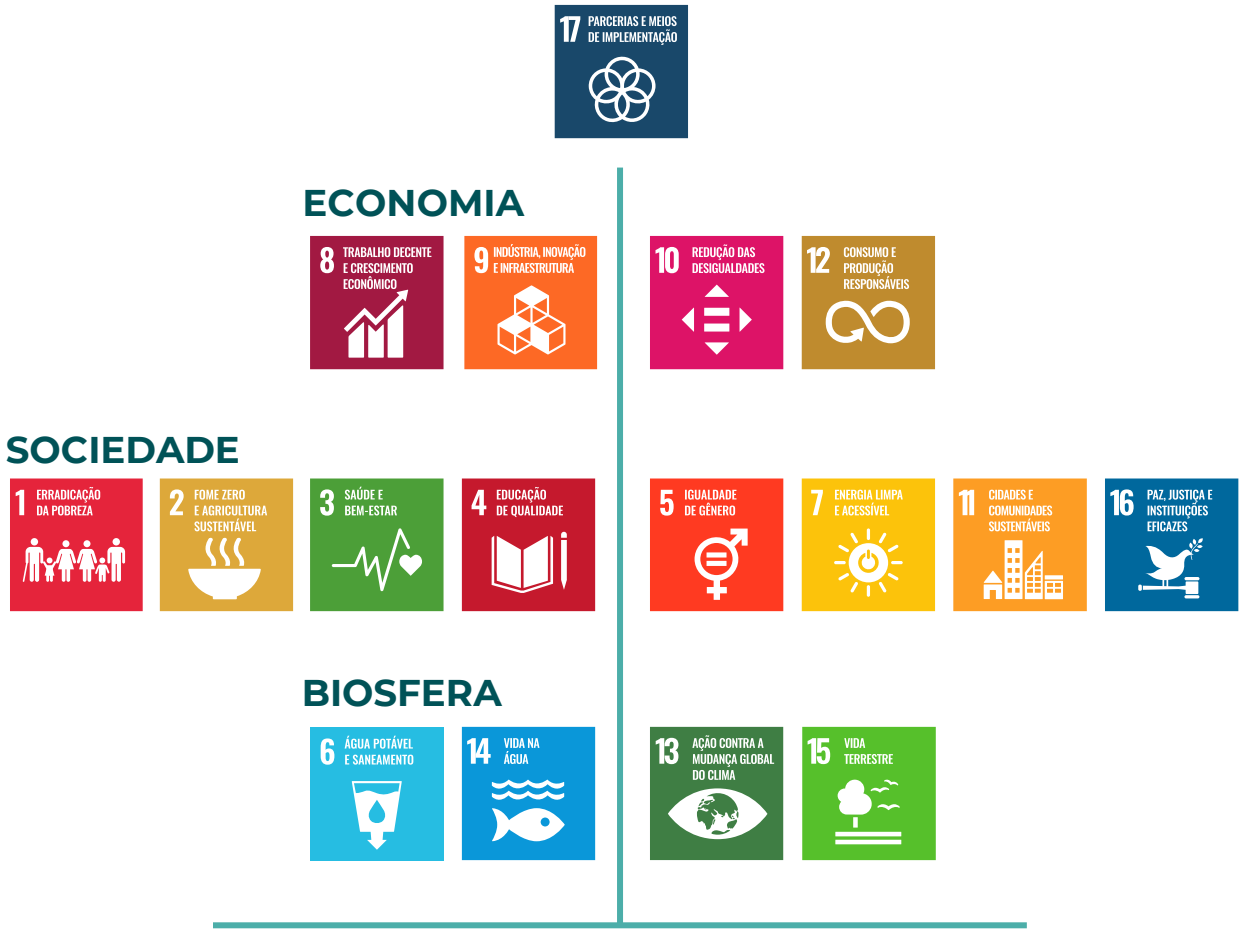
Visão Geral . Futuro sustentável

Como?

- **ONU:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são diretrizes internacionais (Economia, Sociedade e Biosfera).
- ***Think Globally, Act Locally:*** questões globais exigem ações locais.

CIDADES COMO VETOR CENTRAL DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.

Pirâmide das ODSs



Fonte: PNUD e EY

Visão Geral . Futuro sustentável

Como devemos pensar a cidade?

Crescimento desordenado das cidades inviabiliza o desenvolvimento sustentável.

É possível fazer melhor!

Cidades Compactas: uso mais racional de recursos e menos deslocamentos trazem mais benefícios à sociedade.

- Populacionalmente densas;
- Transporte público altamente interligado;
- Empregos e serviços acessíveis à população.

Benefícios das Cidades Compactas

Características das cidades compactas	Contribuições para a sustentabilidade urbana		
	Ambientais	**Sociais**	**Econômicos**
1. Menores deslocamentos	▼Emissão de CO2 ▼Poluição de automóveis	▲Acessibilidade (menores custos) ▲Saúde (maior mobilidade)	▲Produtividade (menos trânsito) ▲Tecnologias verdes
2. Melhor utilização de energia	▼Consumo de energia ▼Emissão de CO2	▼Custos de transporte ▼Consumo de energia	▲Tecnologias verdes ▲Independência energética
3. Equipamentos públicos mais eficiente	▲Ocupação do solo ▼Redução do uso de materiais	▲Bem-estar social (eficiência da infraestrutura)	▼Investimentos em infraestrutura
4. Melhor acesso a uma diversidade de serviços e empregos locais	▼Emissão de CO2, ▼Expansão urbana	▲Acesso a serviços (hospitais, escolas, etc.)	▲Atração de mão de obra qualificada ▲Produtividade

Fonte: OCDE (2012)

Visão Geral . Futuro sustentável

O poder transformador do Plano Diretor

As cidades deveriam...	Adensar as regiões mais centrais	Favorecer utilização de espaços públicos
... por meio de...	▸ Índices construtivos mais permissivos ▸ Regularização fundiária ▸ Equipamentos sociais e infraestrutura ▸ Contrapartidas de obras de impacto ▸ Desprivilegiar automóveis e garagens	▸ Eliminar obrigações de recuos e vagas ▸ Mecanismos de segurança (fachada ativa, câmeras etc.) ▸ Qualidade de calçadas e acessibilidade ▸ Zoneamento misto
... para promover...	▸ Menor tempo de deslocamentos, com consequente redução de poluição ▸ Preservação de áreas verdes da cidade ▸ Maior eficiência dos equipamentos sociais ▸ Melhor cobertura de saneamento	▸ Maior senso de pertencimento na cidade ▸ Qualidade de vida: lazer para a população ▸ Favorecer atividade econômica e emprego ▸ Melhor uso de equipamentos sociais (como terminais de ônibus)

Visão Geral . Futuro sustentável

O poder transformador do Plano Diretor



Rua da República, Cidade Baixa (2011 x 2023).

Fonte: Google Street View

Visão Geral . Futuro sustentável

Um plano diretor precisa...

...ser inspirador e pragmático

Apontar o norte para onde deve ir a cidade, sempre orientado por soluções exequíveis

...ser completo e conciso

Apresentar ou indicar onde estão todas as regras importantes, sem incluir “promessas vagas” ou “palavras vazias”



Visão Geral . Futuro sustentável

Um plano diretor precisa...

...ser previsível e flexível

Construção de regras condicionais ao contexto (só usar guarda-chuva em dias de chuva)

...ser moderno e conectado a história da cidade

Escolha de soluções aderentes ao DNA do município, aos anseios da população e às estruturas já existentes



Visão Geral . Futuro sustentável

Um plano diretor precisa...

... que o setor público foque no que é público

Priorizar ações que potencializem os espaços públicos

...ser norteador sem ser impositivo

Mais do que prever incentivos, é necessário remover os obstáculos à construção da cidade que se deseja





Fonte: Jaime Lerner

Visão Geral . Fluxo de trabalho

Entender a cidade que existe e a que se deseja

Diagnóstico Territorial e identificação das Potencialidades

Percepções da sociedade

Quais os principais obstáculos da cidade para seus habitantes?

Repensar os espaços urbanos em seu modelo espacial

Como repensar a organização dos espaços urbanos para desenvolver uma cidade sustentável?

Objetivos e Estratégias para a cidade que se deseja

Quais os principais objetivos e estratégias para enaltecer as potencialidades da cidade e do modelo espacial pensado?

Revisão do Sistema Municipal de Gestão Pública

Como os instrumentos legais e urbanísticos deveriam ser ajustados ou complementados para alcançar os objetivos traçados?

Elaboração da Minuta de Lei

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

- Ocupação do Território
- Indicadores
- Avaliação Crítica PDDUA
- Avaliação do Município por Dimensão Estratégica

Leitura da Cidade 3

Leitura da Cidade . Ocupação do Território

Na configuração atual de ocupação territorial, aproximadamente **40% do solo** é **impermeável** e os **60%** restantes são **permeáveis**, totalizando em **223 m²** de **superfície permeável por habitante**.

SUPERFÍCIE

496 km²



POPULAÇÃO

1,3 MILHÃO
(Censo 2022)

SOLO URBANIZADO

40%

TECIDO CONTÍNUO



SOLO COM POTENCIAL PERMEÁVEL

60%

TECIDO DESCONTINUADO

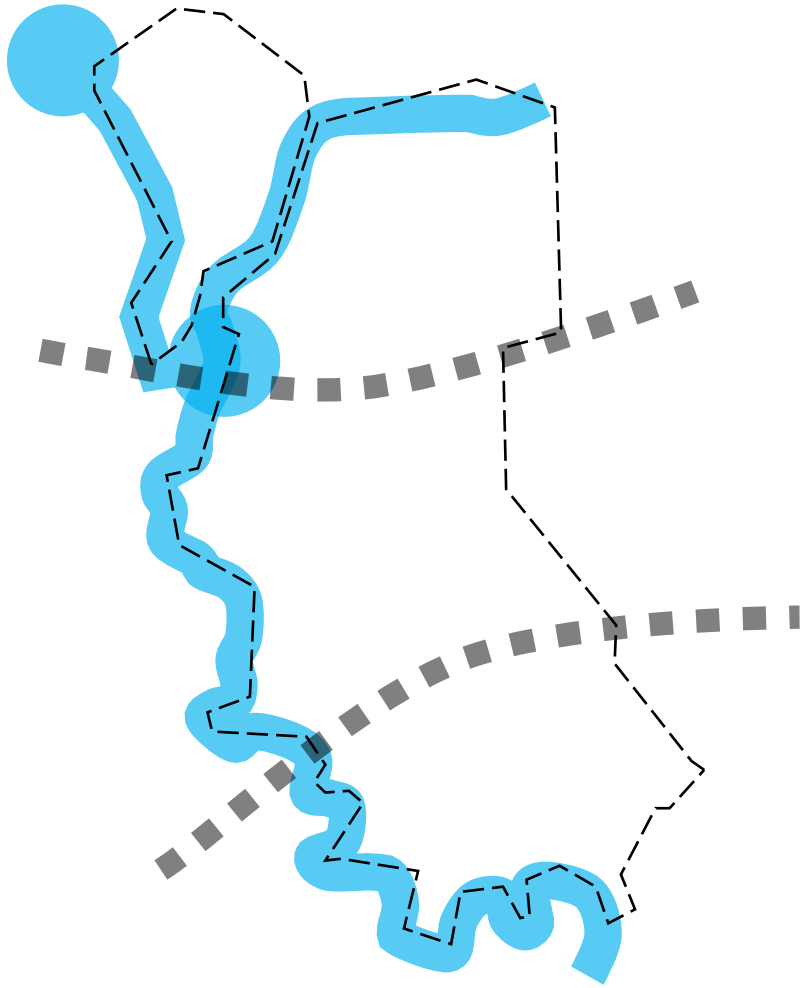
SUPERFÍCIE PERMEÁVEL POR HABITANTE

223 m²

SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS AMORTIZAÇÃO AMBIENTAL

Leitura da Cidade . Ocupação do Território

Identificou-se que a distribuição geográfica da população no município é dividida em **três terços**, sendo a região **norte** de maior densidade, o **centro geográfico** de densidade **média** e o **sul** de densidade baixa.



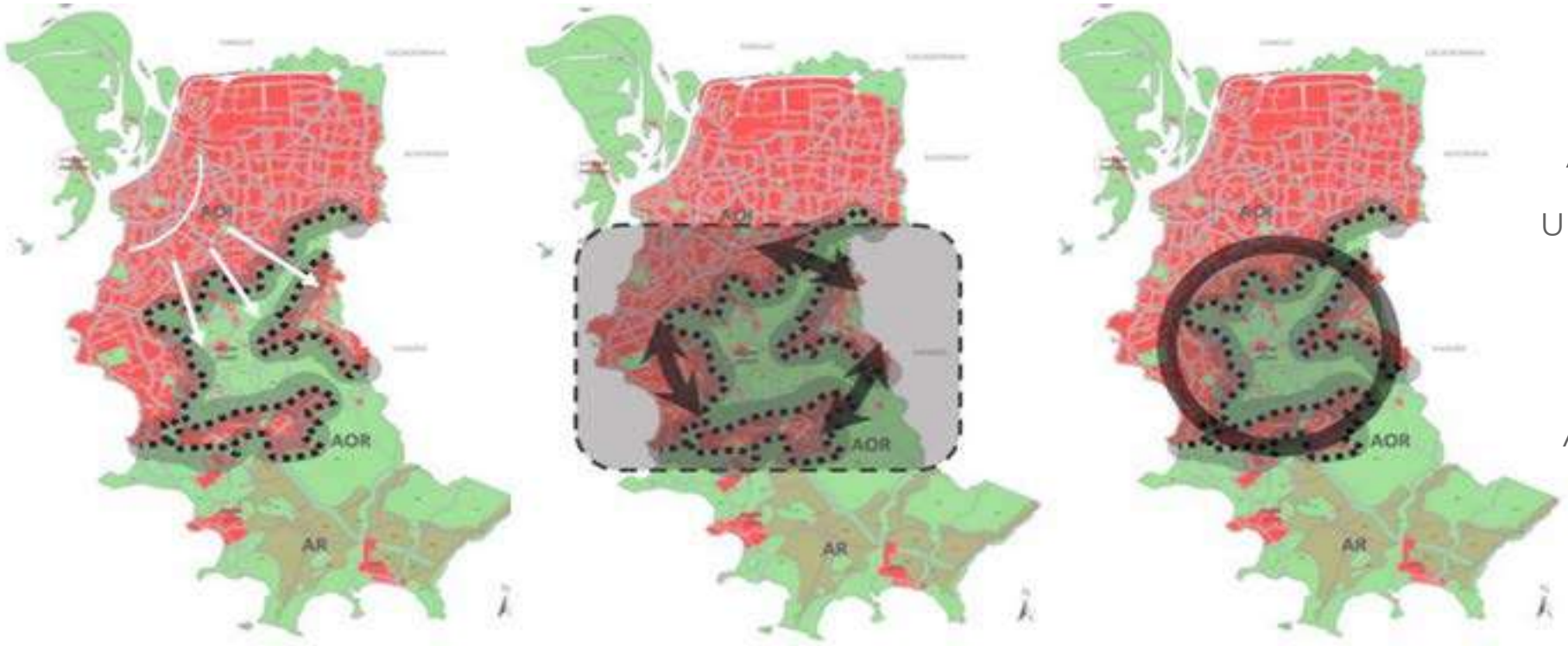
1/3 MAIOR DENSIDADE

1/3 MÉDIA DENSIDADE

1/3 BAIXA DENSIDADE

Leitura da Cidade . Ocupação do Território

Entender a ocupação de baixa, média e maior densidade é crucial para a **dinâmica da cidade** e **otimizar** a gestão municipal em termos de **disponibilidade** de **infraestrutura** e **serviços públicos**, bem como a **preservação** do **ambiente natural.**



Áreas de transição

União entre os tipos de ocupação

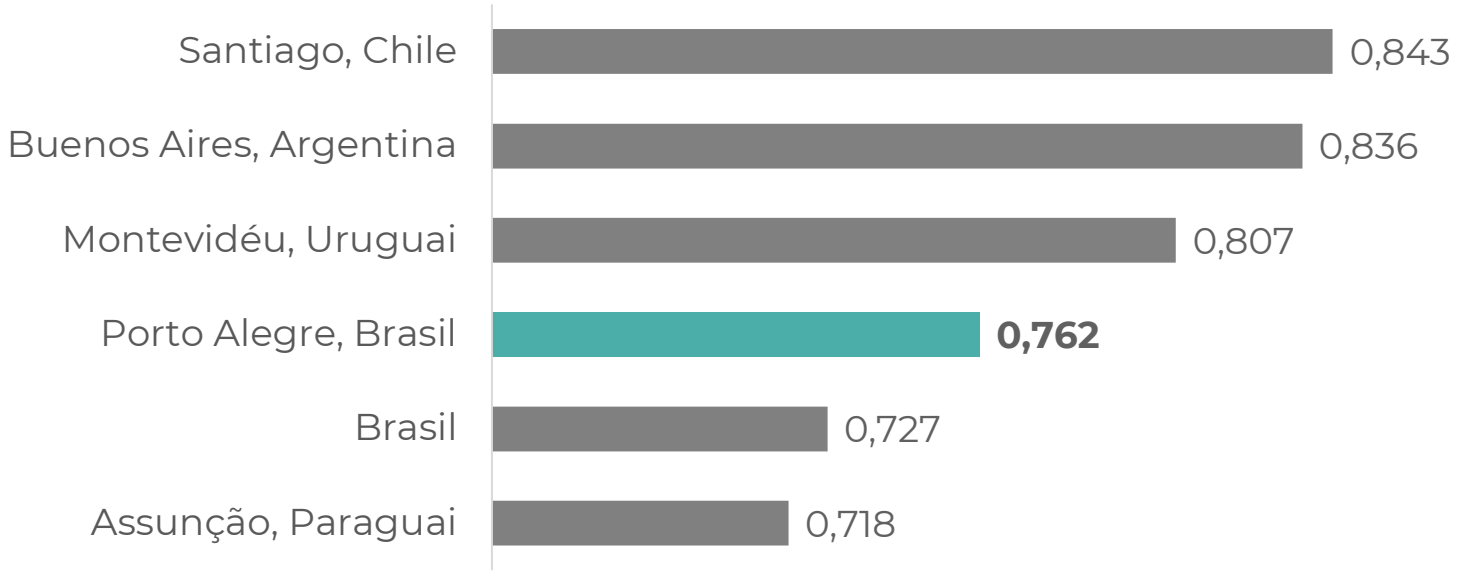
Ocupação de baixa densidade

Avanço imobiliário

Leitura da Cidade . Indicadores

Comparação de indicadores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com:

- as capitais da **América do Sul** que possuem maior proximidade geográfica com Porto Alegre: Buenos Aires, Montevidéu, Santiago e Assunção;
- Brasil.



Nota: IDH em 2010

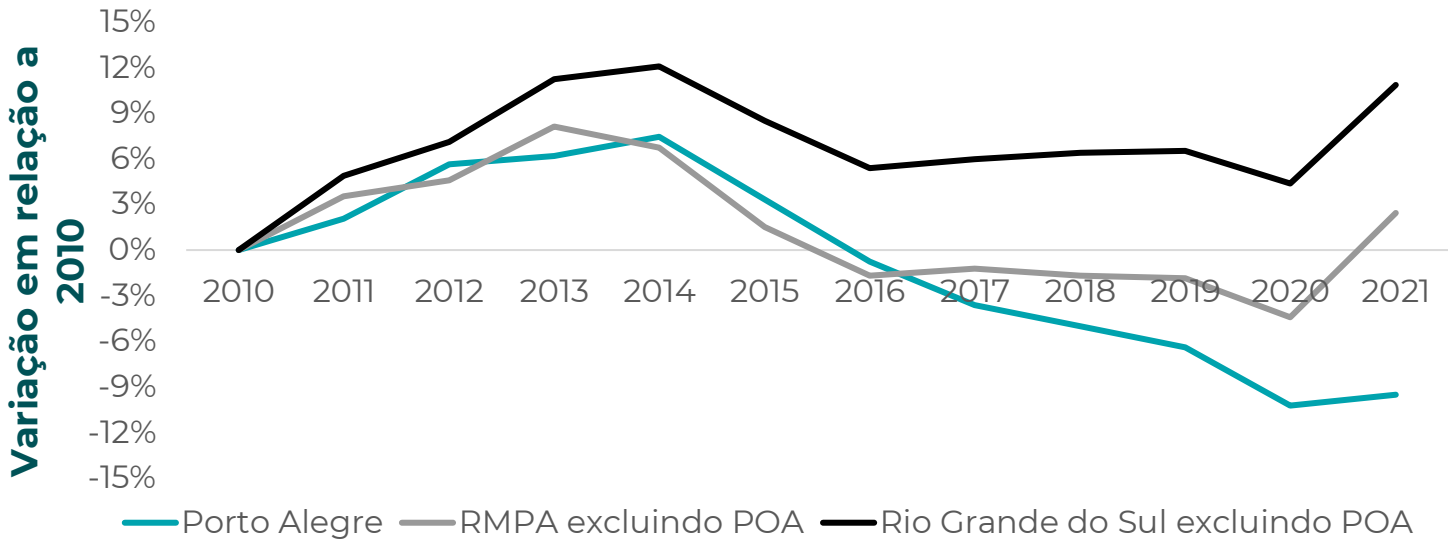


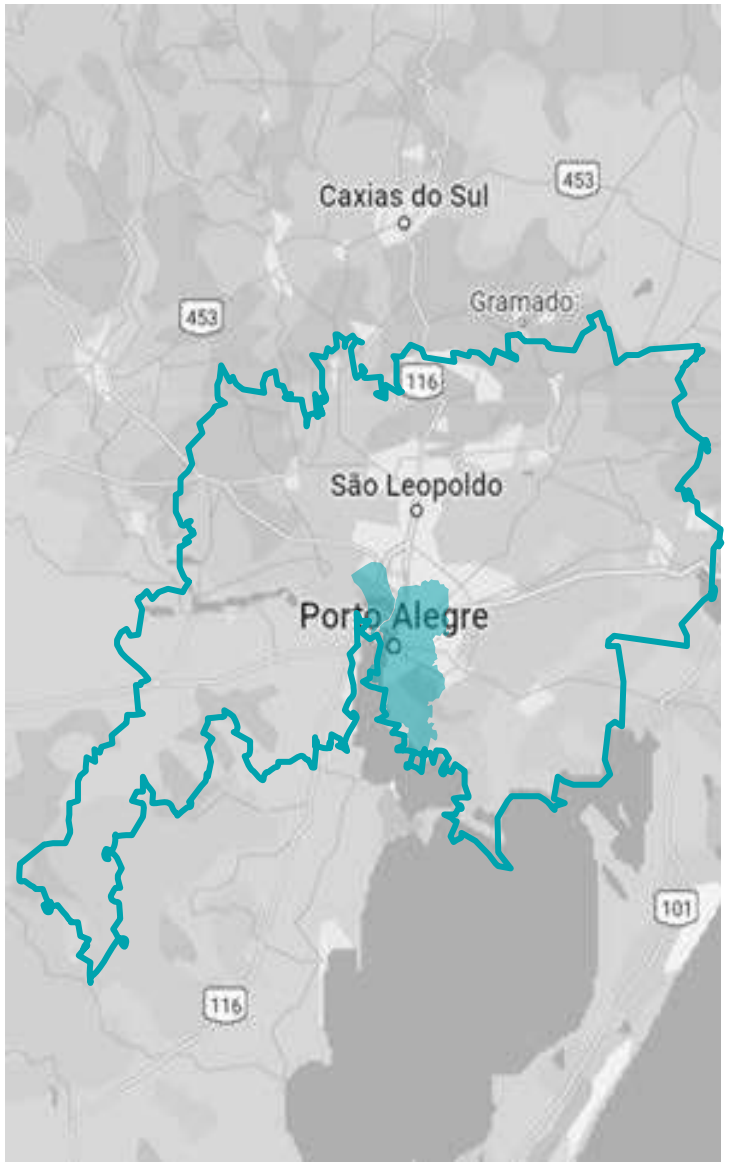
Leitura da Cidade . Indicadores

Porto Alegre é responsável por **22% dos empregos** e **31% da massa de renda do estado**.

Apesar de sua posição privilegiada no mercado de trabalho, a cidade tem enfrentado uma **queda** expressiva de ocupações (aprox. **9,5%** no número de **vínculos empregatícios**), enquanto em municípios da região metropolitana apresentam um crescimento significativo no número de empregos.

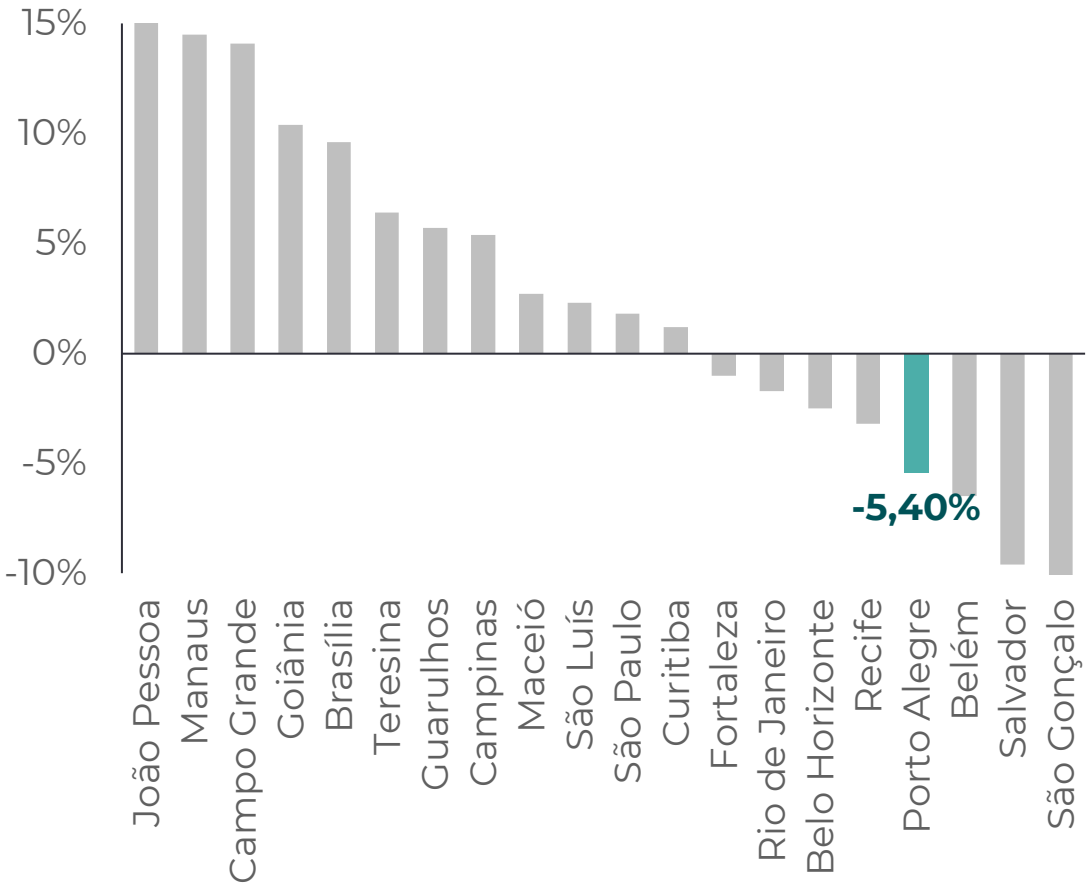
Desde 2010, estima-se que a cidade tenha **perdido 69.105 empregos**.





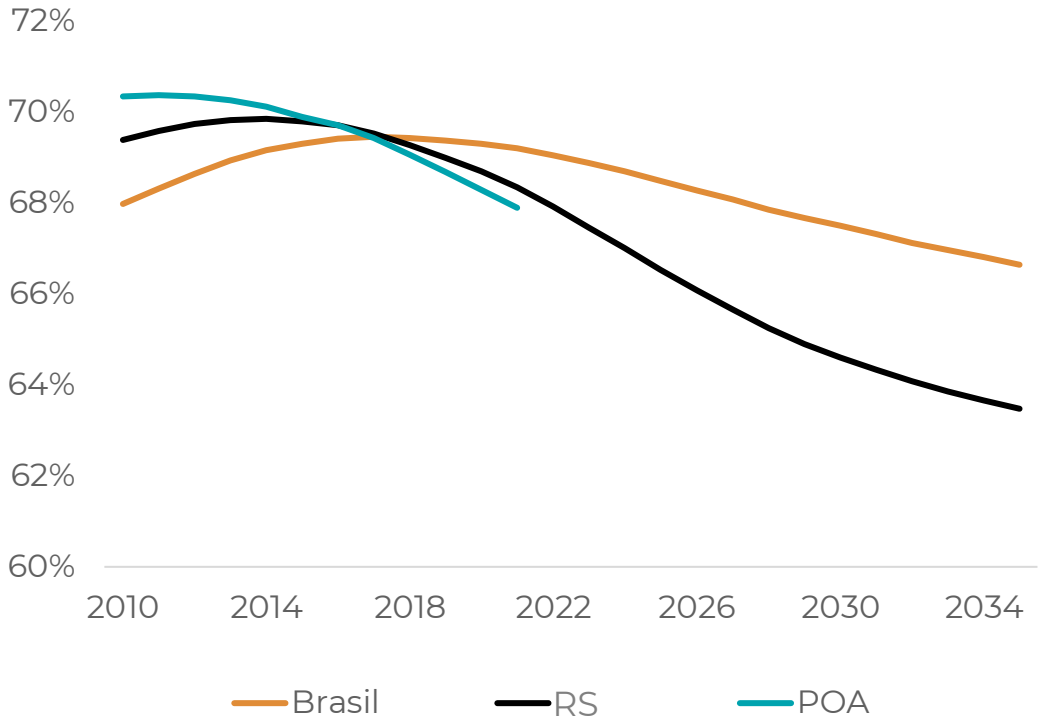
Leitura da Cidade . Indicadores

Cresc. populacional das 20 maiores cidades: 2022 vs 2010



Fonte: Censo IBGE 2010 e 2022.

% da população em idade ativa (15 a 64 anos)



Fonte: IBGE

Leitura da Cidade . Indicadores

Quais são algumas das implicações de um fraco desempenho econômico com redução de população e emprego?

- Para uma cidade ter teatros, bibliotecas e hospitais, é preciso que ela **ofereça emprego** aos artistas, bibliotecários, médicos, enfermeiros...
- Para a cidade continuar a crescer com menos gente trabalhando, trabalhadores precisam ganhar produtividade
  - **Promoção de eficiências:** desenvolver soluções para ajudar a competitividade das empresas locais
- Planejamento urbano deve considerar que a **cidade está em transformação**
  - Como uma capital estruturada para acomodar uma população grande e crescente pode se ajustar a um contexto de redução?
  - Desenvolver estratégias para atrair e reter população

Variação do emprego 2021 vs 2010

BRASIL	**10,6%**
Capitais	**0,3%**
Demais cidades	**17,7%**
RR-BOA VISTA	38,7%
TO-PALMAS	16,6%
MT-CUIABA	16,3%
AP-MACAPA	15,8%
MS-CAMPO GRANDE	14,0%
SC-FLORIANOPOLIS	13,4%
AL-MACEIÓ	12,4%
MA-SAO LUÍS	11,4%
AC-RIO BRANCO	8,3%
AM-MANAUS	8,1%
PI-TERESINA	6,9%
PR-CURITIBA	6,7%
CE-FORTALEZA	5,3%
PB-JOÃO PESSOA	4,5%
GO-GOIÂNIA	4,2%
SP-SÃO PAULO	4,2%
PA-BELÉM	3,5%
SE-ARACAJÚ	3,1%
PE-RECIFE	-0,1%
DF-BRASÍLIA	-1,4%
RN-NATAL	-4,9%
BA-SALVADOR	-6,5%
MG-BELO HORIZONTE	-8,3%
RS-PORTO ALEGRE	**-9,5%**
ES-VITÓRIA	-9,8%
RJ-RIO DE JANEIRO	-10,2%
RO-PORTO VELHO	-36,5%

Leitura da Cidade . Avaliação crítica do PDDUA

Regramentos de Porto Alegre

Porto Alegre tem 217 combinações diferentes de regras de:

- densidades,
- atividade,
- índice de aproveitamento,
- volumetria.



Leitura da Cidade . Avaliação crítica do PDDUA

Revisão do PDDUA

13 Temas abordados na Leitura da Cidade – Volume I

- Evolução Urbana
- Desenvolvimento Socioeconômico
- Transporte e Mobilidade
- Meio Ambiente
- Desenvolvimento Rural Sustentável
- Paisagem e Patrimônio Cultural
- Turismo
- Infraestrutura e Saneamento
- Serviços Públicos e de Interesse Público
- Dinâmica Imobiliária
- Habitação
- Segurança Pública
- Sustentabilidade

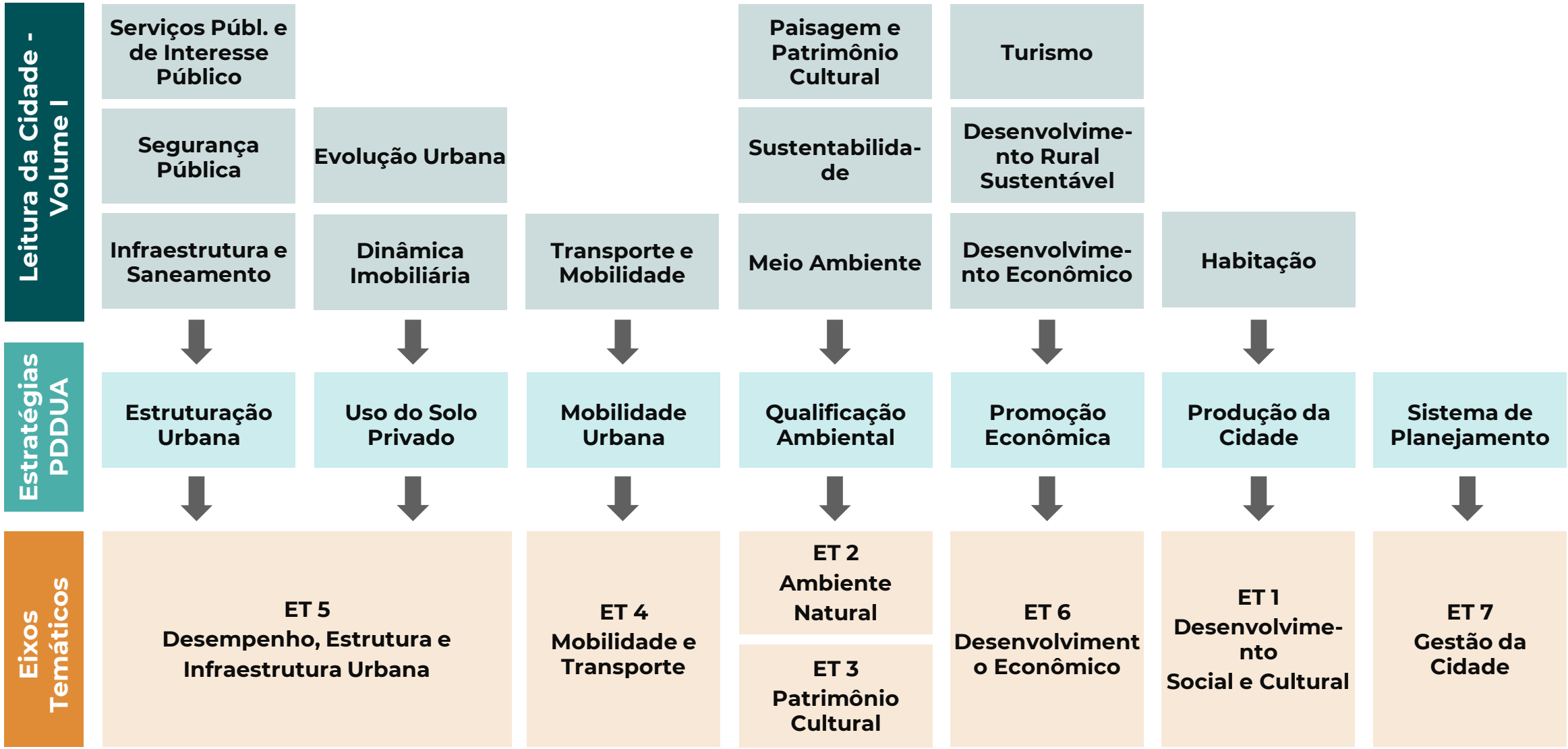
7 Estratégias PDDUA Atual

- Estruturação Urbana
- Uso do Solo Privado
- Mobilidade Urbana
- Qualificação Ambiental
- Promoção Econômica
- Produção da Cidade
- Sistema de Planejamento

7 Temas abordados nos eventos de participação da sociedade

- ET 1 - Desenvolv. Social e Cultural
- ET 2 - Ambiente Natural
- ET 3 - Patrimônio Cultural
- ET 4 - Mobilidade e Transporte
- ET 5 - Desemp, Estrut. e Infra Urbana
- ET 6 - Desenvolv. Econômico
- ET 7 - Gestão da Cidade

Leitura da Cidade . Avaliação crítica do PDDUA



Leitura da Cidade . Avaliação crítica do PDDUA

O PDDUA atual é composto por **7 Estratégias** com os conteúdos geralmente subdivididos em **Objetivos | Conceitos | Diretrizes | Programas**

Sobre as Estratégias

- As Estratégias possuem **diferentes níveis de detalhamento**.
- Deficiência na implementação dos **programas**.
- Espaço para aprimoramentos de **objetivos**, **conceitos** e **diretrizes**.

Os processos de evolução da cidade indicam a atualização das estratégias para que elas reflitam os objetivos e obstáculos de hoje.

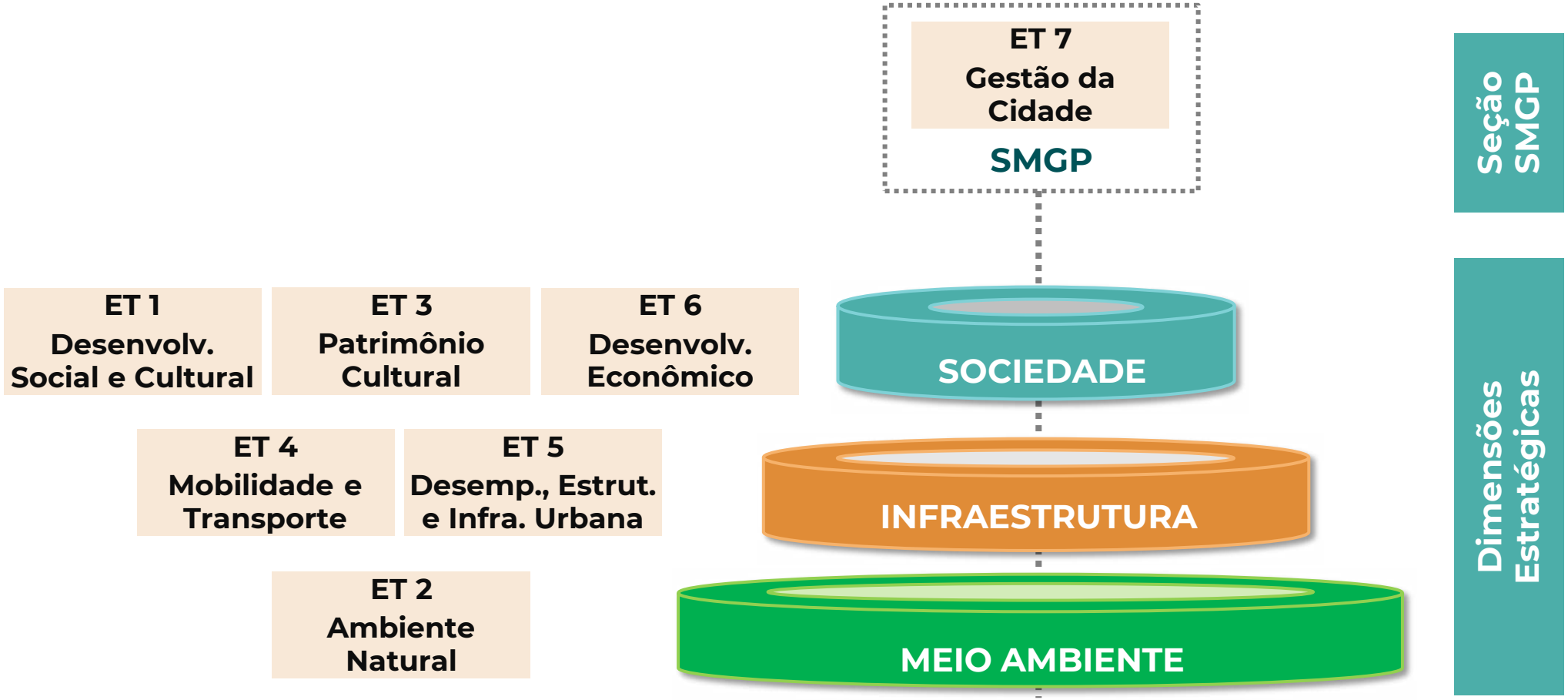
EXISTENTE

		Objetivos	Conceitos	Diretrizes	Programas
i	Estruturação Urbana	●			●
ii	Mobilidade e Transporte	●	●	●	●
iii	Uso do Solo Privado	●			●
iv	Qualificação Ambiental	●	●	●	●
v	Promoção Econômica	●		●	●
vi	Produção da Cidade	●	●		●
vii	Sistema de Planejamento	●			●

Leitura da Cidade . Avaliação crítica do PDDUA

Proposta de Estrutura

O modelo **proposto** estrutura as estratégias em **três dimensões** e visa garantir a **transversalidade entre os eixos temáticos** e uma **gestão única** que agrega todas as dimensões.



Leitura da Cidade . Avaliação do Município

Para ilustrar as **forças, fraquezas, oportunidades** e **ameaças** de Porto Alegre foi utilizada a metodologia da Matriz SWOT.

Metodologia considerada nessa apresentação para **resumir** o trabalho de caracterização do território apresentado nos Produtos Leitura da Cidade – Volume I e II.

Matriz SWOT:
Ferramenta para **mapeamento** das **forças, fraquezas, oportunidades** e **ameaças** de determinado assunto.

- **S** — **STRENGTHS - FORÇAS**
- **W** — **WEAKNESSES - FRAQUEZAS**
- **O** — **OPPORTUNITIES - OPORTUNIDADES**
- **T** — **THREATS - AMEAÇAS**

Leitura da Cidade . Avaliação do Município | Ambiental

Forças	Fraquezas
• Riqueza de recursos hídricos; • Percentual significativo de áreas permeáveis; • Recursos naturais abundantes; • Fragmentos significativos de vegetação, especialmente de mata atlântica	• Desperdício de recursos naturais pela ineficiência da infraestrutura associada à água e energia • Poluição do solo e da água pelo despejo de resíduos e efluentes não tratados • Ocupações irregulares em áreas sensíveis • Pressões urbanas • Drenagem ineficiente
Oportunidades	**Ameaças**
• Desenvolvimento do turismo como estratégia de valorização do ativo ambiental • Promoção dos corredores verdes e azuis • Promoção dos espaços abertos, com conexão entre a natureza e as pessoas • Potencial de uso do Guaíba para atividades econômicas sustentáveis	• Riscos associados às mudanças climáticas • Pressão imobiliária sobre áreas sensíveis • Vulnerabilidade à mudanças climáticas • Resistência à mudança

Leitura da Cidade . Avaliação do Município | Infraestrutura

Forças

- Boa cobertura de iluminação pública
- Distribuição dos equipamentos de saúde acompanha a densidade demográfica
- Bairros de uso misto
- Mancha urbana consolidada na região norte do município
- Integração à RMPA por meio da Trensurb

Fraquezas

- Ocupações fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural
- Vias monocêntricas e congestionadas
- Baixo índice de tratamento de esgoto frente a quantidade de água consumida
- Infraestrutura deficiente em áreas irregulares
- Indicadores para monitoramento defasados

Oportunidades

- Regularização de imóveis
- Incentivos legais à fachada e mobilidade ativa
- Expansão do transporte hidroviário
- Revisão dos parâmetros urbanísticos de potenciais construtivos para crescimento orgânico da cidade

Ameaças

- Falta de disponibilidade de infraestrutura urbana e serviços públicos em determinadas regiões
- Expansão da mancha urbana implicar na expansão da malha viária e de transporte público
- Vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como inundações e tempestades

Leitura da Cidade . Avaliação do Município | Sociedade

Forças	Fraquezas
• Localização estratégica em relação ao Mercosul, Brasil e RMPA • Setores econômicos tradicionais estabelecidos • Polos universitários e instituições de ensino que fornecem mão-de-obra qualificada • 9º aeroporto mais movimentado do Brasil • Rica historicidade	• Queda em competitividade frente à RMPA • Redução expressiva de empregos e comércios • Baixa diversificação econômica • Forte dependência dos setores de serviços e administração pública • Vazios urbanos e locais subutilizados
Oportunidades	**Ameaças**
• Turismo esportivo, de saúde, cultural e ecológico • Diversificação da economia com investimentos em setores emergentes, como tecnologia, inovação, economia criativa, turismo e energias renováveis • Referência em tratamentos de saúde ou consultas médicas	• Competição com outros estados e outros municípios no estado • Queda de população em idade ativa • Tendencias de redução populacional • Falta de monitoramento para controle dos assentamentos informais

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

- Economia Urbana
- Ambiental

As potencialidades de Porto Alegre 3

Potencialidades POA . Economia Urbana

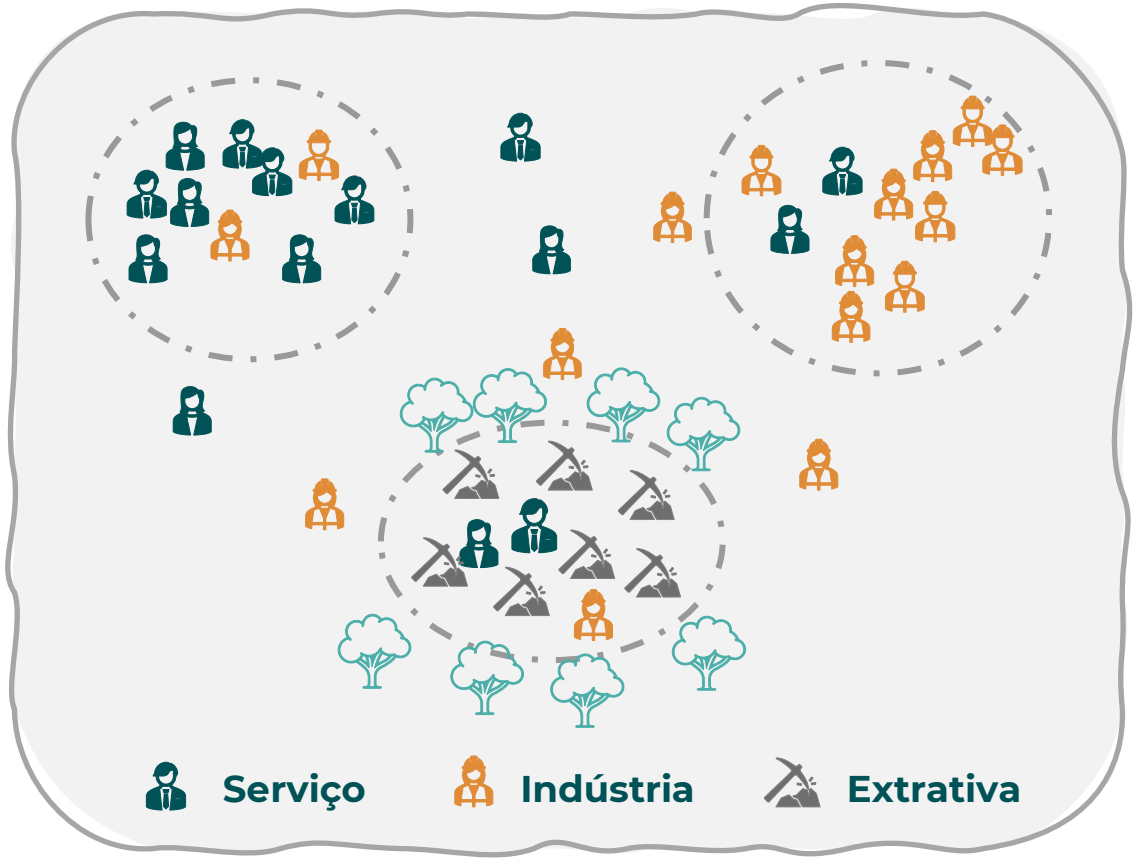
A partir do Diagnóstico desenvolvido na etapa de Leitura da Cidade e dos pontos de atenção apontados pela sociedade, surge a necessidade de pensar no espaço urbano com vista à:

- **Promover a economia** de Porto Alegre em bases sustentáveis;
- Atrair/reter **empregos qualificados**;
- Gerar empregos relacionados às **vocações locais**;
- Promover a **preservação** do ambiente **natural**;
- **Respeitar as características** das regiões de POA.

Imagine uma cidade com a distribuição da atividade econômica igual a da figura ao lado:

- Claramente existem regiões com forte concentração de emprego, de diferentes setores;
- Cada setor necessitará de **políticas públicas específicas**.

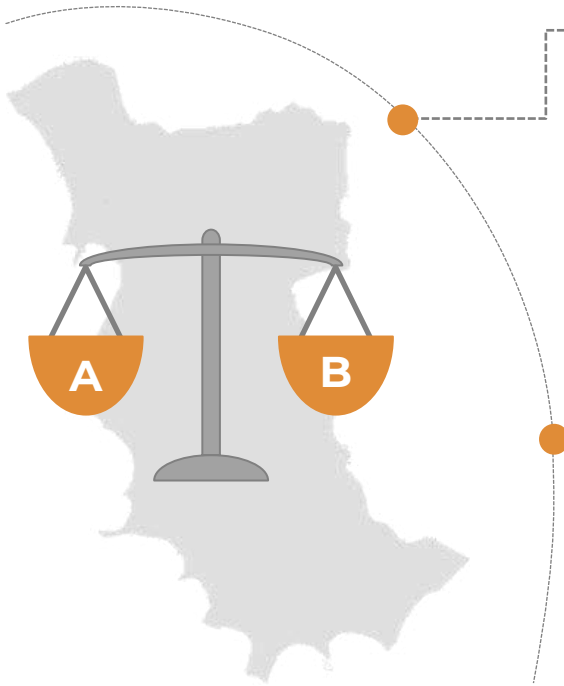
Distribuição de empregos em cidade hipotética



Potencialidades POA . Economia Urbana

Centralidades de Porto Alegre:

“Várias cidades dentro de uma só Porto Alegre“



A. Respeito às **vocações** das regiões

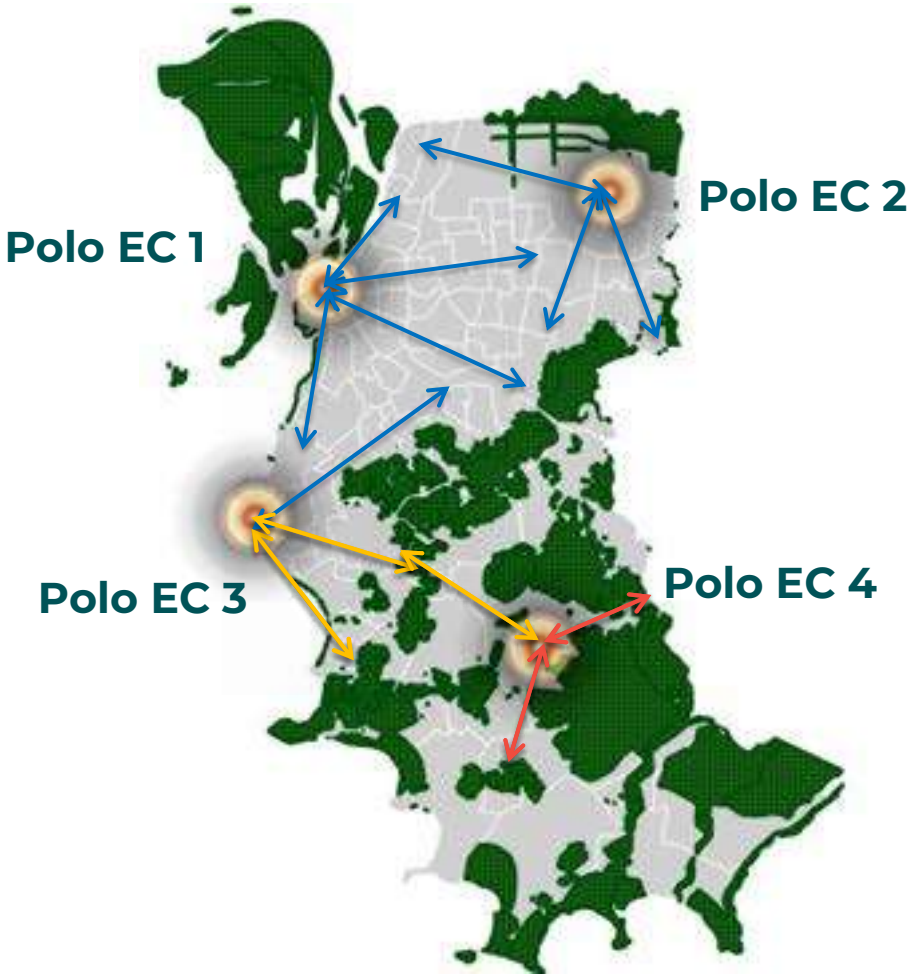
B. Respeito às **pessoas** que as habitam

Fomento por meio do **equilíbrio** entre o respeito às **vocações** socioeconômicas das regiões e o respeito às **pessoas** que as habitam.

Chave para promover a economia de Porto Alegre

Potencialidades POA . Economia Urbana

Polos de cada Eixo de Centralidade e suas áreas de influência:



Possibilidade de invasão de áreas verdes:

Baixo risco
Médio risco
Alto risco

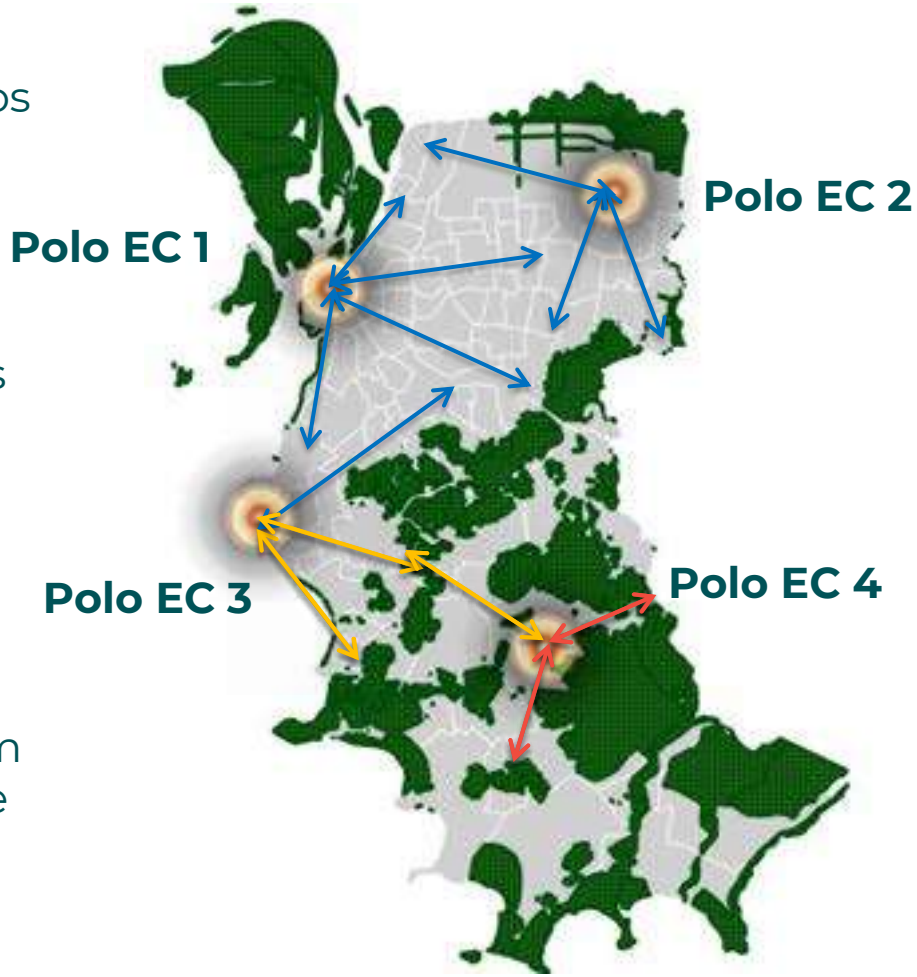
Potencialidades POA . Economia Urbana

Eixo de Centralidade 1:

- Centróide mais consolidada;
- Maior densidade de empregos e população;
- Foco em serviços gerais;
- Meio de transporte bastante voltado a essa região (maior fluxo e presença de terminais de transporte coletivo).

Eixo de Centralidade 3:

- Centróide principal de média densidade, conectividade entre EC 1 e EC 4;
- Vias arteriais, porém hoje com capacidades menores do que arteriais mais ao norte;
- Praças litorâneas;



Eixo de Centralidade 2:

- Concentração de atividades de logística e cargas e indústria;
- Forte conexão com RMPA.

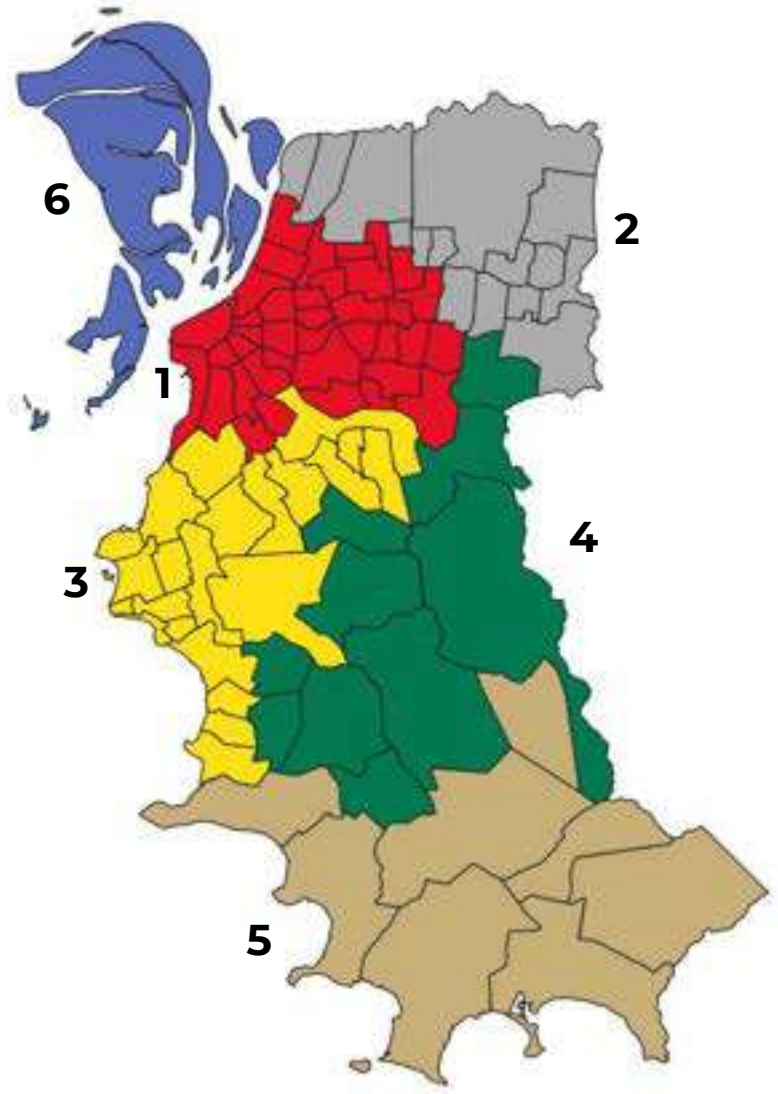
Eixo de Centralidade 4:

- Centróide agregadora de produção serviços ligados a setores rurais;
- Polo habitacional e comercial da região Sul/Extremo-Sul;
- Grande proximidade de áreas com patrimônio ambiental e de proteção.

Potencialidades POA . Economia Urbana

Consolidação das Áreas de Influência, totalizando 6 áreas:

- **1, 2** e **3** com enfoque de **crescimento** e **desenvolvimento econômico**;
- **4** com enfoque de **regularização** e garantir boas **condições de vida**;
- **5** e **6** com **paralelo** entre preservação **ambiental** e vocação **econômica**.

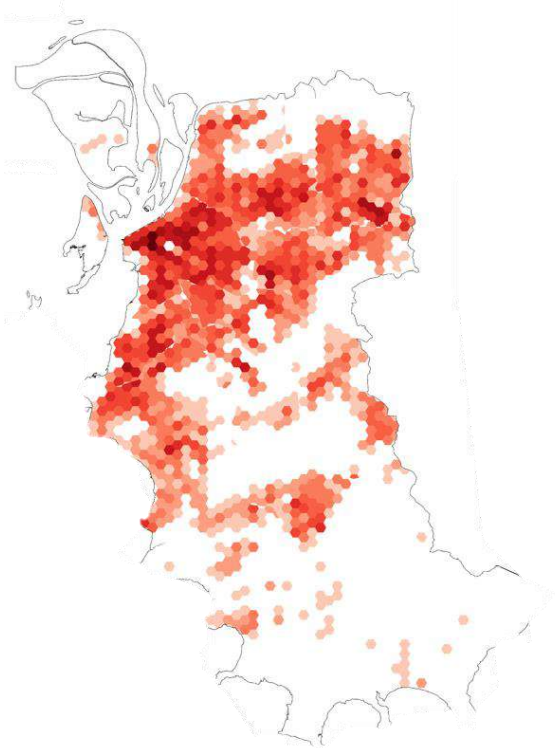


Potencialidades POA . Economia Urbana

Potencial de Ocupação

Para o desenvolvimento do mapeamento de potencial de ocupação de POA, foram considerados os principais problemas sociais que o PD impacta diretamente, sendo eles:

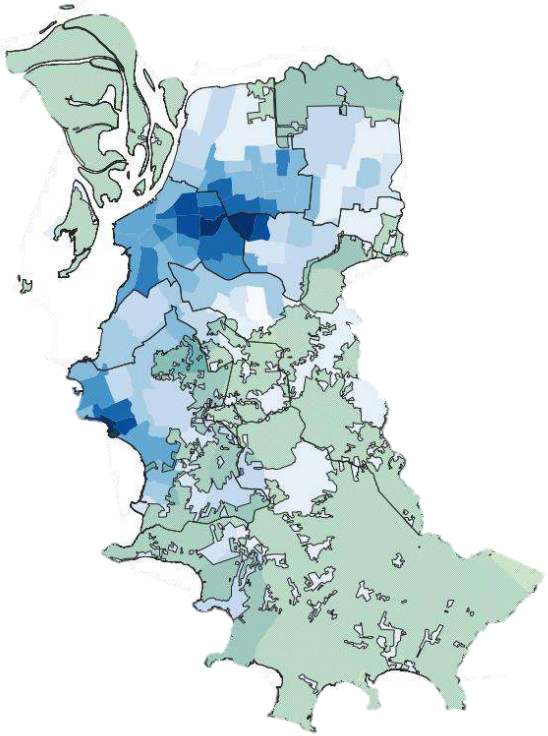
- **Espraiamento urbano;**
- **Desigualdade espacial.**



Onde a população está



Onde o emprego está



Onde a renda está

Potencialidades POA . Economia Urbana

Potencial de Ocupação

Uma forma de mitigar esses desafios é desincentivando o espraiamento. Como buscar isso?

O espraiamento pode ser mitigado **aumentando a oferta de moradia** em locais estratégicos
Desta forma incentivar a **democratização do acesso às concentrações econômicas** e em seus entornos

Alguns benefícios desse adensamento:

- Maior acesso a postos de trabalho e oportunidades de emprego;
- Maior acesso à equipamentos públicos;
- Redução do tempo de locomoção e do congestionamento;
- Redução da poluição com a redução da distância dos trajetos.

Foi desenvolvido um **Modelo Potencial de Ocupação** para analisar **quais** são esses **espaços** que são passíveis de receber o **aumento de oferta de moradia**, como demonstrado a seguir.

Potencialidades POA . Economia Urbana

Potencial de Ocupação

Algoritmo para mapear potencial de ocupação em cada trecho de via em Porto Alegre:

Calculada a **distância de cada trecho de rua** para **elementos urbanos de diversas naturezas** que favorecem ou desfavorecem a capacidade populacional.

Dinâmico, porém previsível: o modelo é dinâmico e adaptável à medida que os espaços recebem aprimoramentos;

Maior potencial de ocupação


Escolas de grande porte


Entornos de grandes praças


Hospitais de grande porte


Concentrações de empregos


Entornos de vias de alto fluxo


Entornos de estações e terminais


Alto fluxo de transporte público

Menor potencial de ocupação


Corpos d'água


Patrimônio Ambiental protegido

Potencialidades POA . Economia Urbana

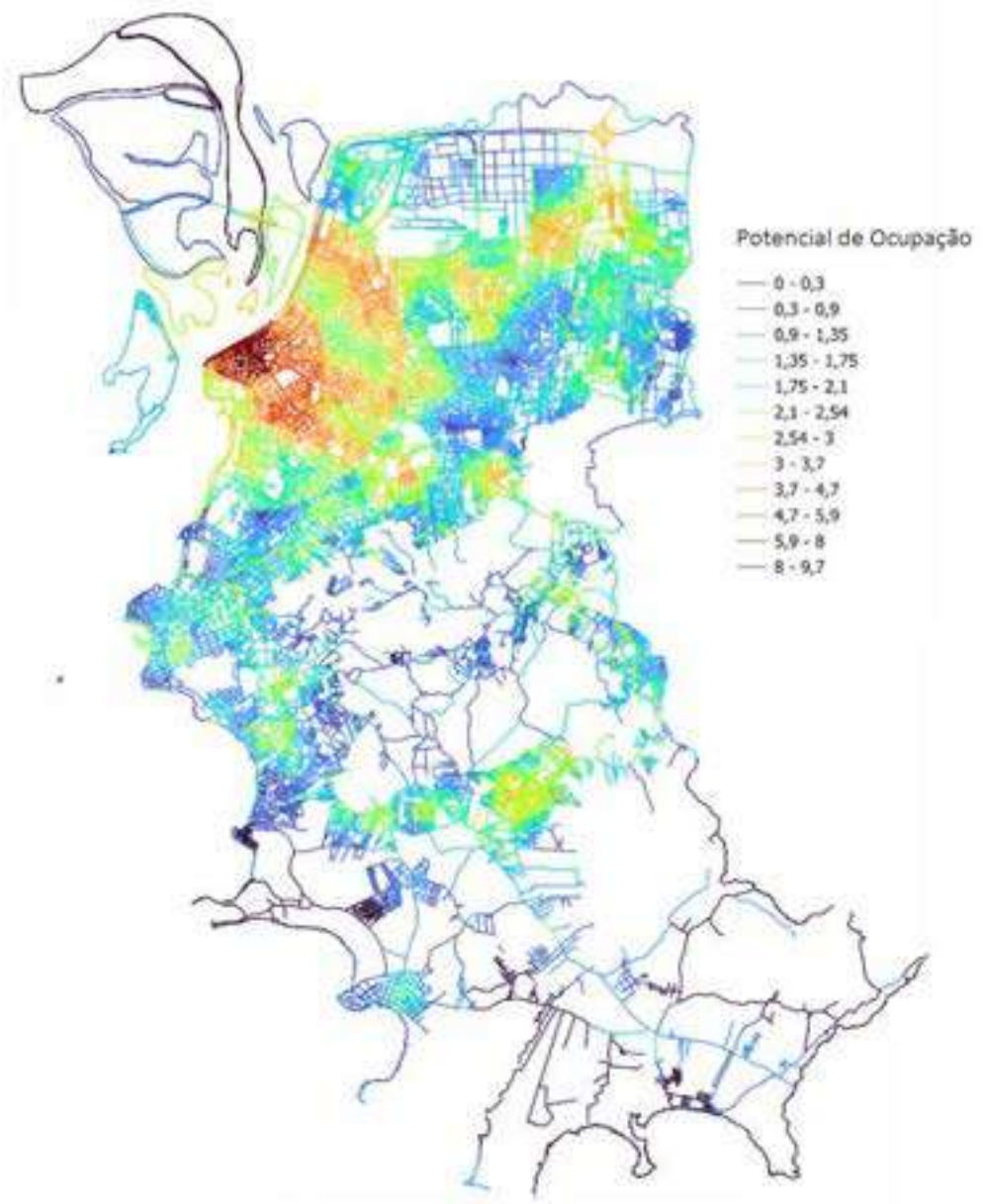
Potencial de Ocupação

Variação no potencial de ocupação de acordo com **proximidade ou falta de proximidade de infraestrutura**

Centro Histórico como epicentro de empregos, possui maior potencial de ocupação em comparação a áreas com menor concentração trabalhista. Presença de escolas e hospitais de alta capacidade em seus entornos.

Região do **Porto Seco e Assis Brasil** também se destacam devido ao seu papel de conexão com o maior polo de empregos.

Sul e Extremo Sul possuem menor capacidade de ocupação e densificação, possuindo pontualmente locais específicos devido à presença de equipamentos públicos, assim como na concentração de empregos na **Restinga**.



Potencialidades POA . Ambiental

Serviços ecossistêmicos:

a) **serviços de provisão**: água, alimentos, madeira..

b) **serviços de suporte**: ciclagem de nutrientes, decomposição de resíduos, polinização, dispersão de sementes, manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético...

c) **serviços de regulação:** sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas.

d) **serviços culturais:** recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.


'Rua mais bonita do mundo' vira ponto turístico em Porto Alegre

Moradores fazem trabalho de preservação da Gonçalo de Carvalho. G1 visitou a rua e conversou com residentes e turistas.

Tatiana Lopes

De G1 RS



Reserva Biológica do Lami (SMAMUS)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

- Estrutura proposta
- Modelo Espacial

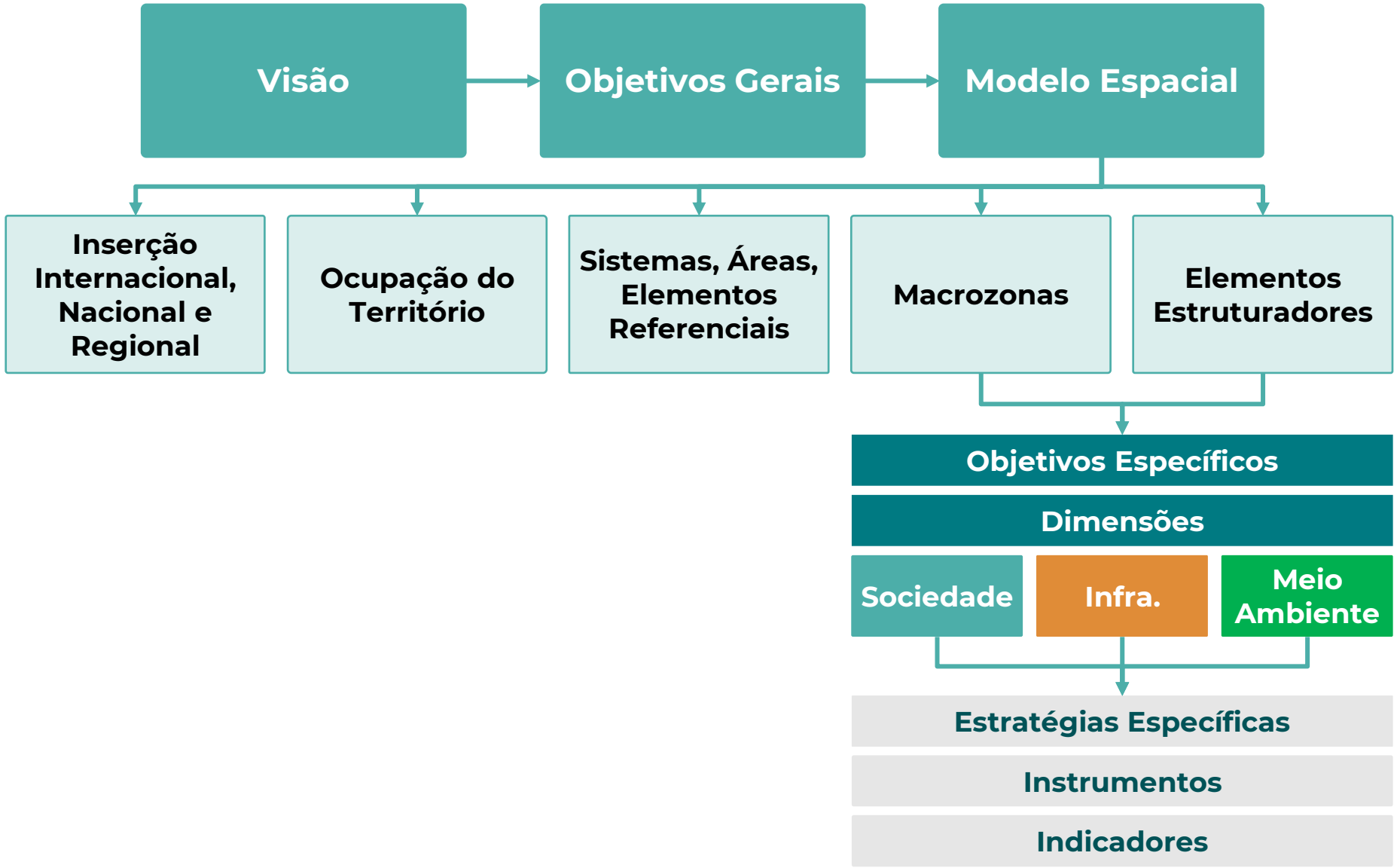
As propostas de revisão 6

Propostas Revisão PDDUA . Estrutura Proposta

Macro Idealização da Cidade

Componentes do Modelo Espacial

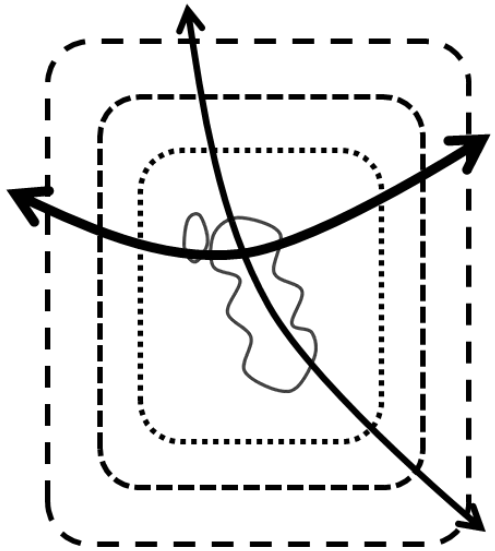
Estrutura e Propostas Estratégicas para o Modelo Espacial

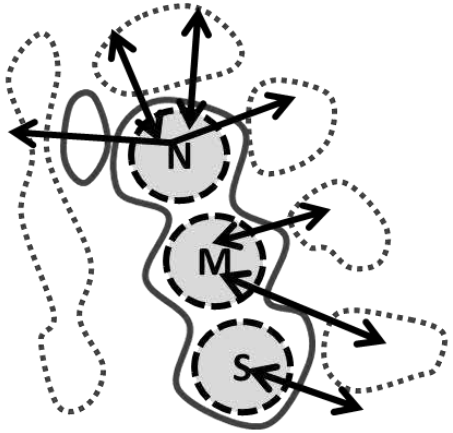


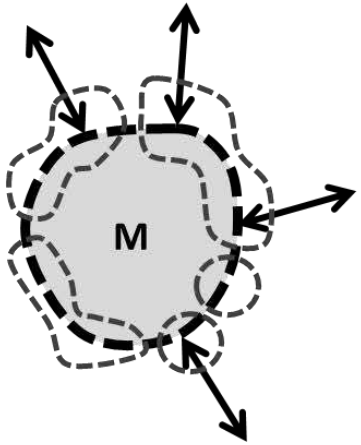
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Inserção Internacional, Nacional e Regional

RED	TERCIOS Y MEDIOS	ANILLO	LOCAL
TERRITORIO Y EXTENSION	CIUDAD GEOGRAFIA Y METROPOLIS	MOVILIDAD Y VINCULOS	SECTOR Y PROGRAMAS





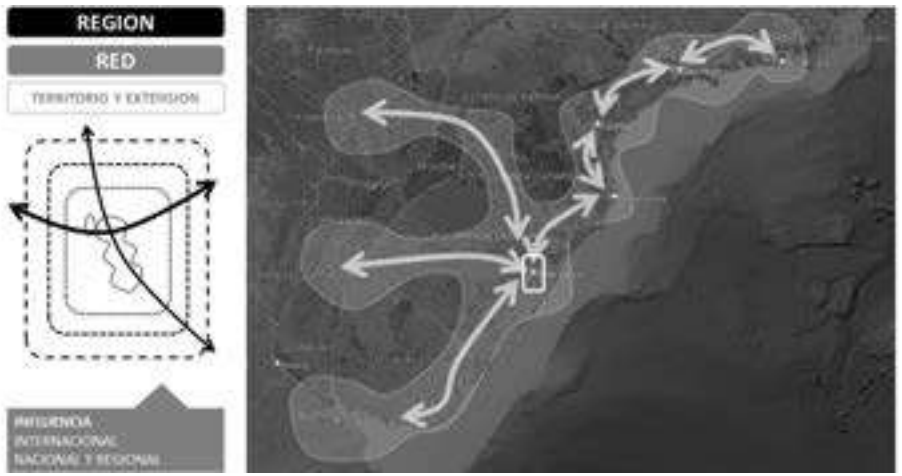


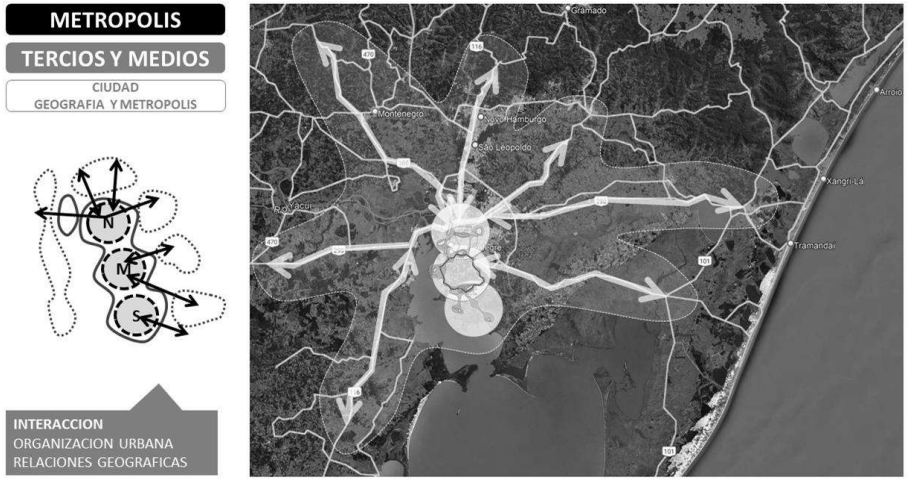


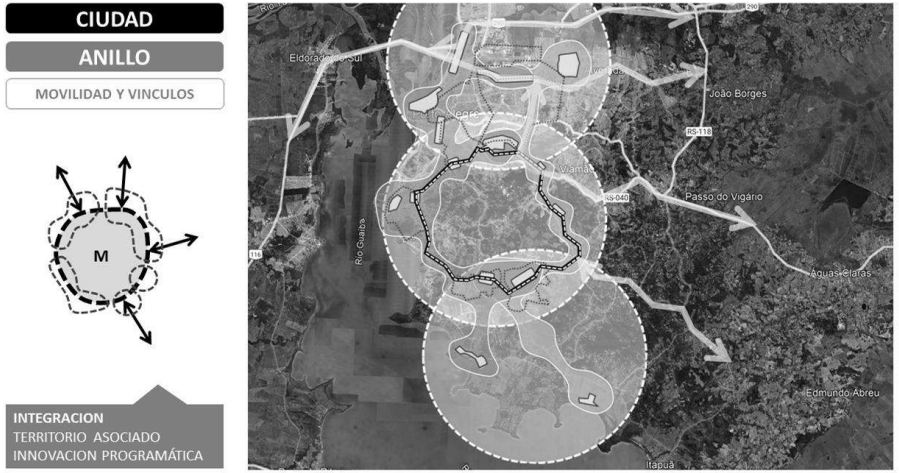
INFLUENCIA	INTERACCION	INTEGRACION	ARTICULACION
INTERNACIONAL NACIONAL Y REGIONAL	ORGANIZACION URBANA RELACIONES GEOGRAFICAS	TERRITORIO ASOCIADO INNOVACION PROGRAMÁTICA	DESARROLLO ECONOMICO FORTALECIMIENTO SOCIAL

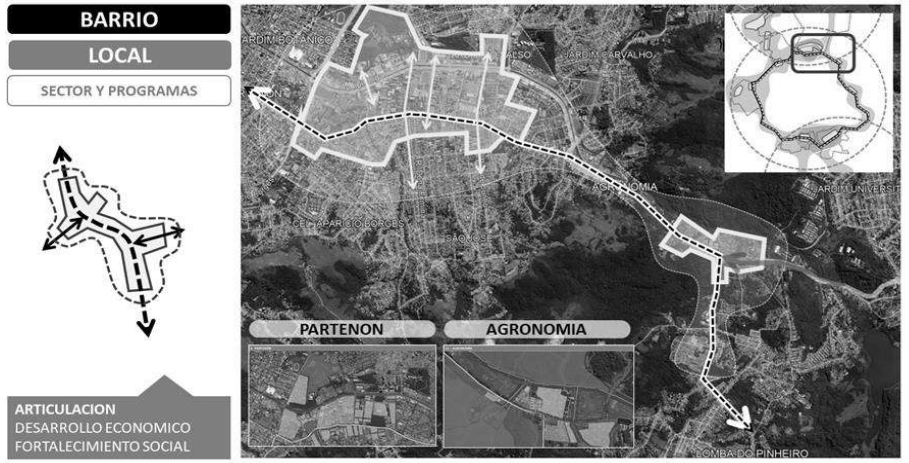
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Inserção Internacional, Nacional e Regional



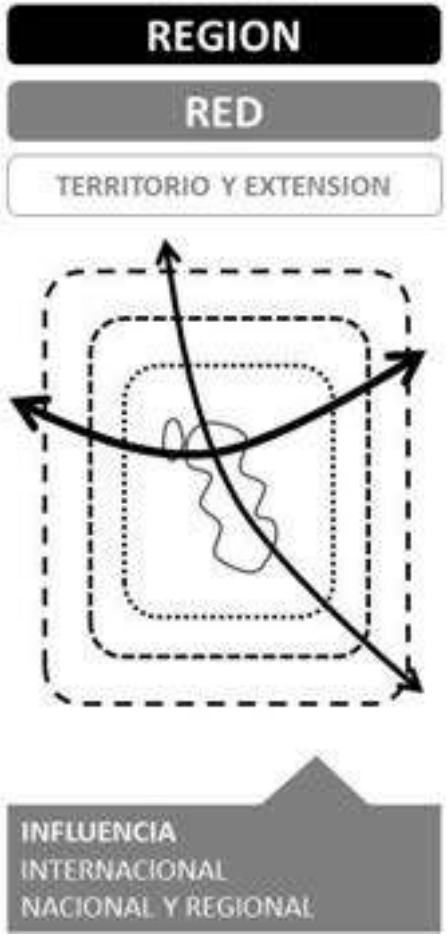






Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Inserção Internacional, Nacional e Regional

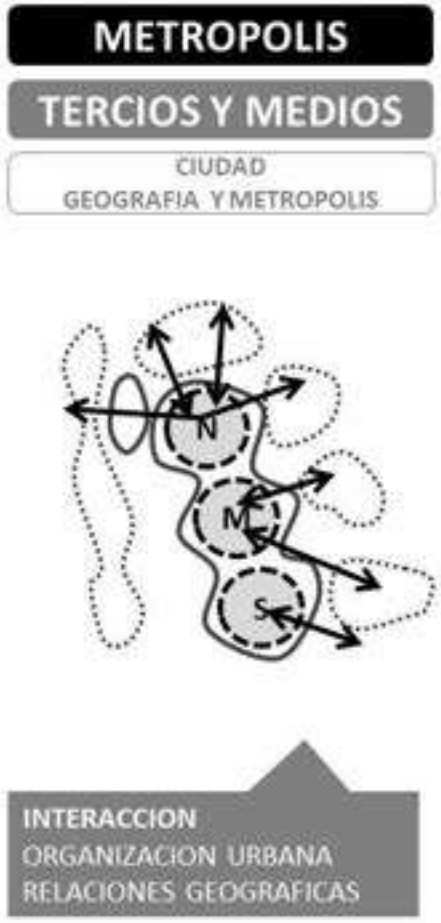


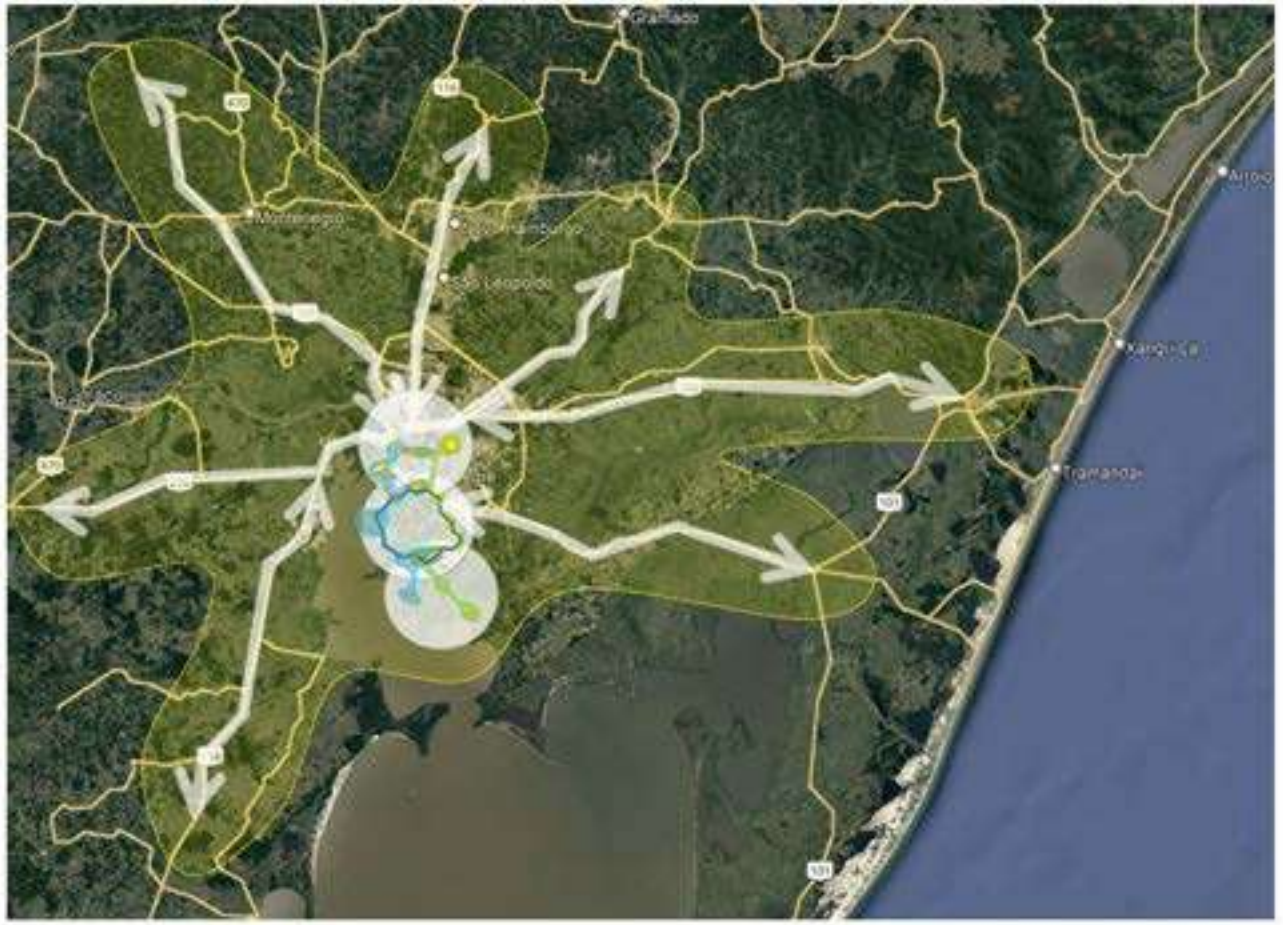


REGIONAL: Comprender la RED, en términos de la influencia nacional e internacional

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Inserção Internacional, Nacional e Regional

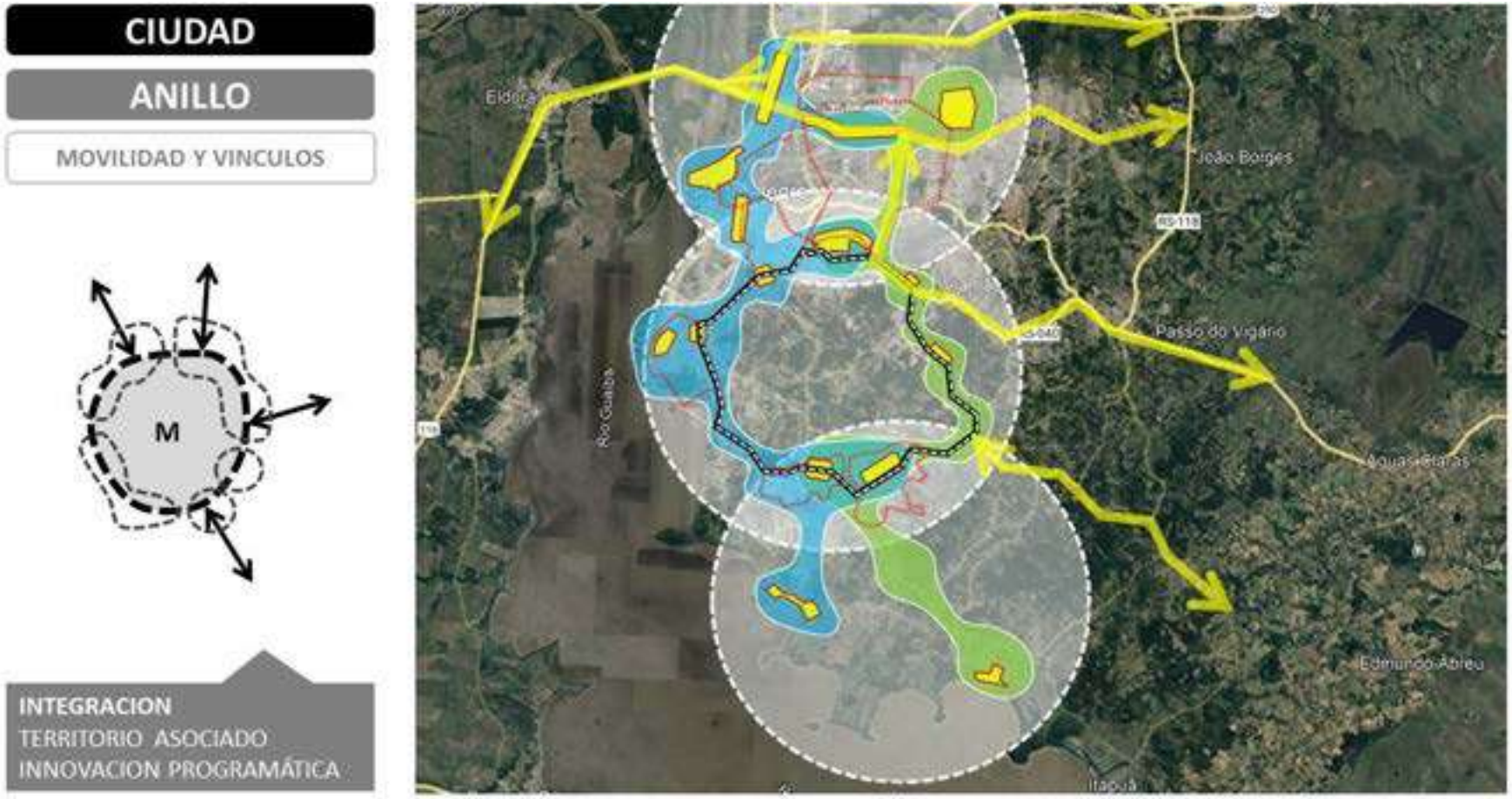




METROPOLITANA: Identificar los TERCIOS y MEDIOS, como la interacción latente para organizar lo urbano en la geografía.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

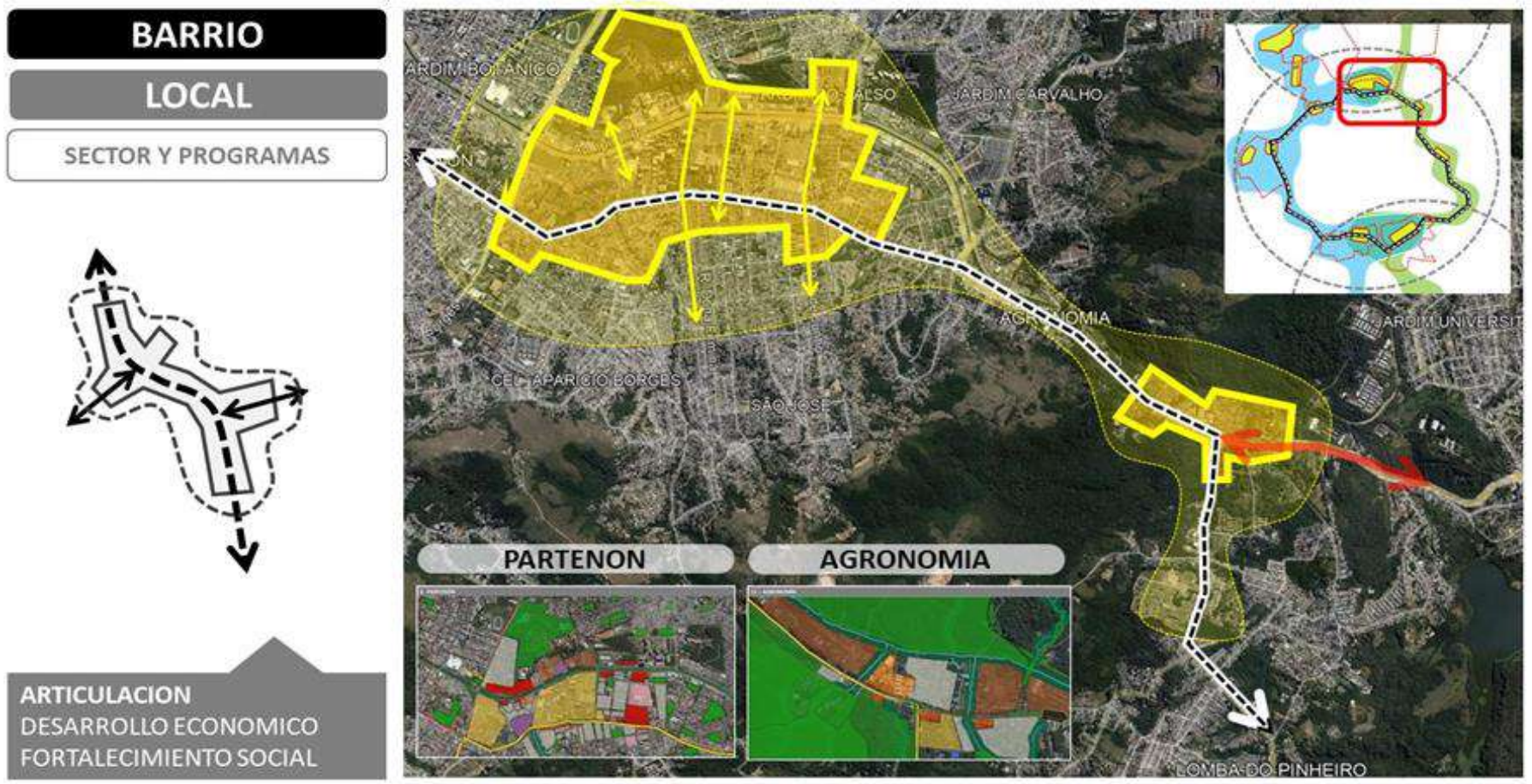
Inserção Internacional, Nacional e Regional



URBANA-RURAL: Integrar los territorios asociados a partir de la movilidad, el rol de los usos predominantes y la potencialidad de usos complementarios.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Inserção Internacional, Nacional e Regional

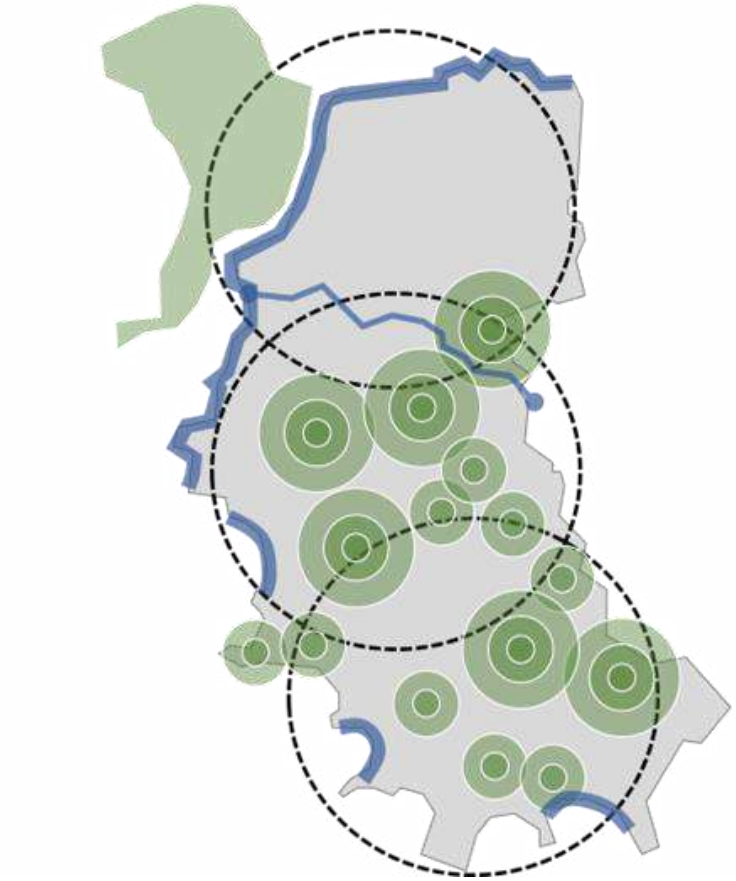


BARRIAL-LOCAL: Articular el desarrollo de las economías locales con el fortalecimiento de las actividades locales y su relación con barrios vecinos y centros más cercanos.

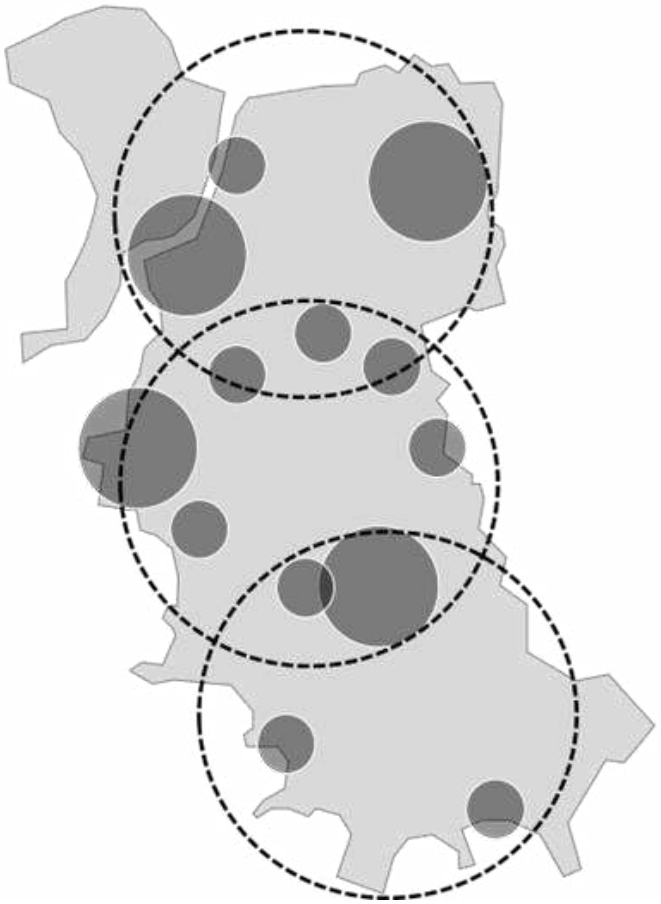
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Ocupação do Território

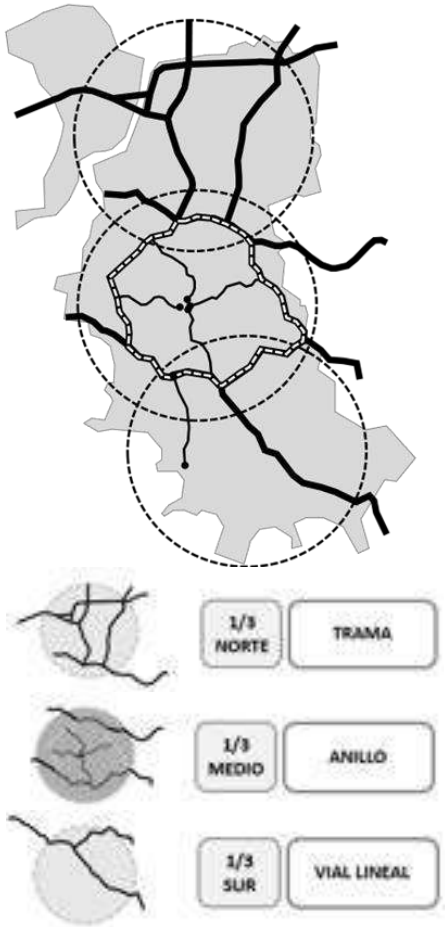
Geografía / Contexto Físico



Centralidade / Contexto Nodal



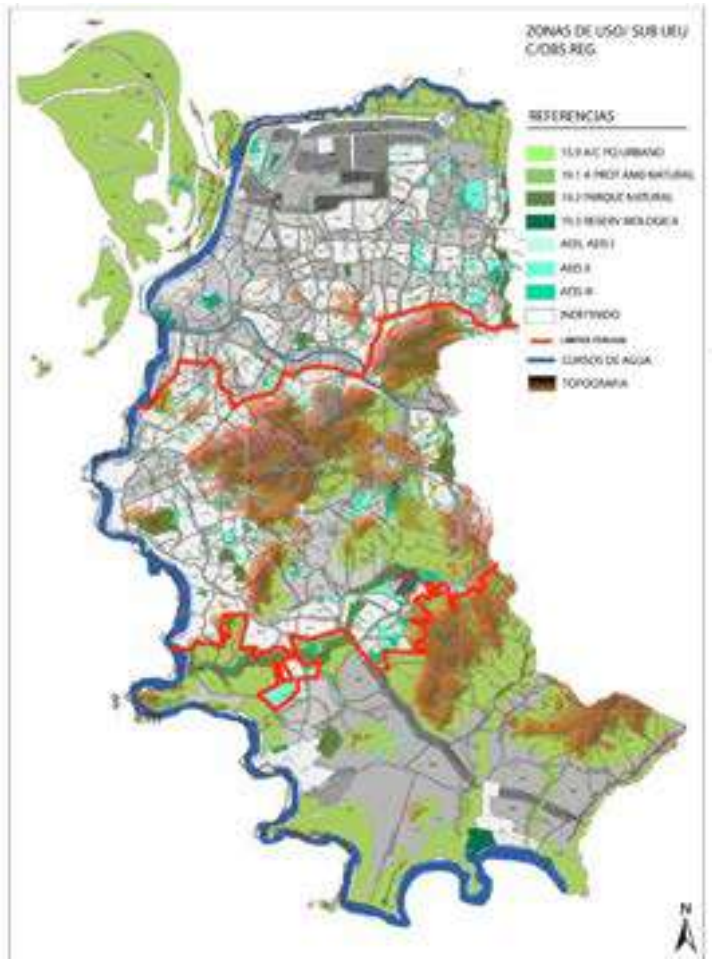
Infraestruturas / Contexto Redes



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Ocupação do Território

Geografía / Contexto Físico



Centralidade / Contexto Nodal



Infraestruturas / Contexto Redes



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Ocupação do Território

Geografía / Contexto Físico



Centralidade / Contexto Nodal



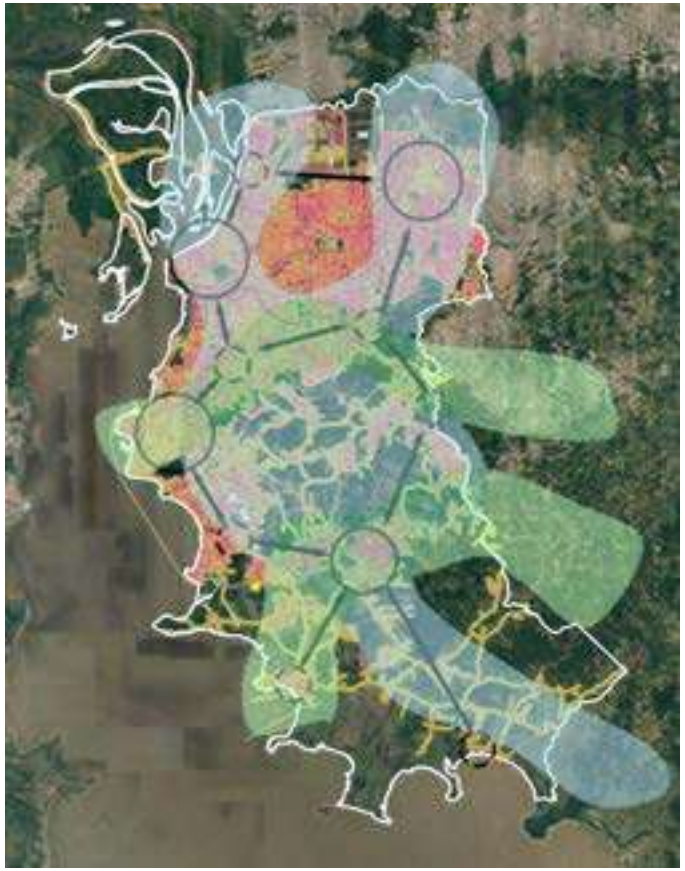
Infraestruturas / Contexto Redes



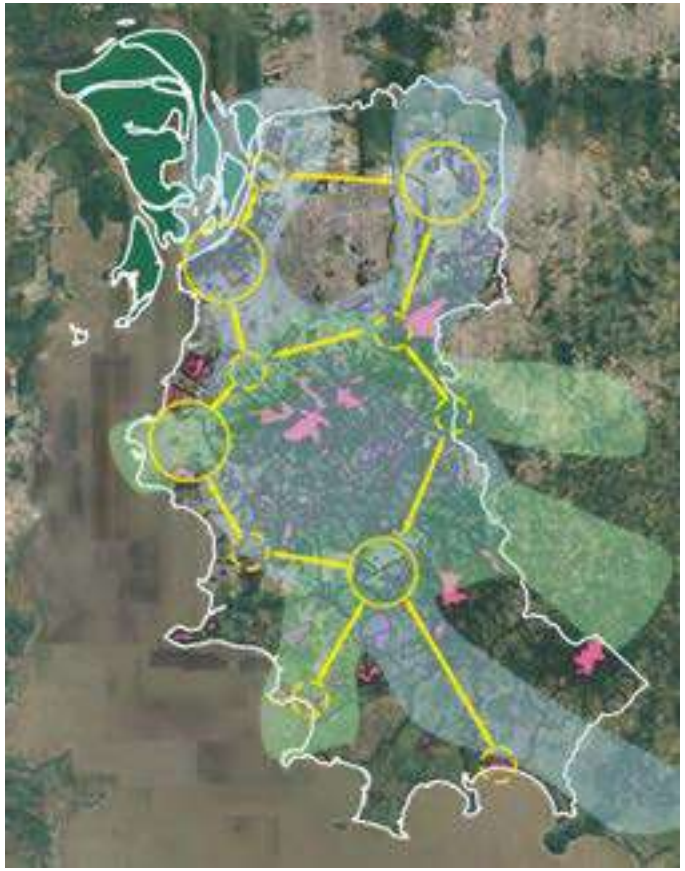
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Sistemas, Áreas, Elementos Referenciais

Sistema



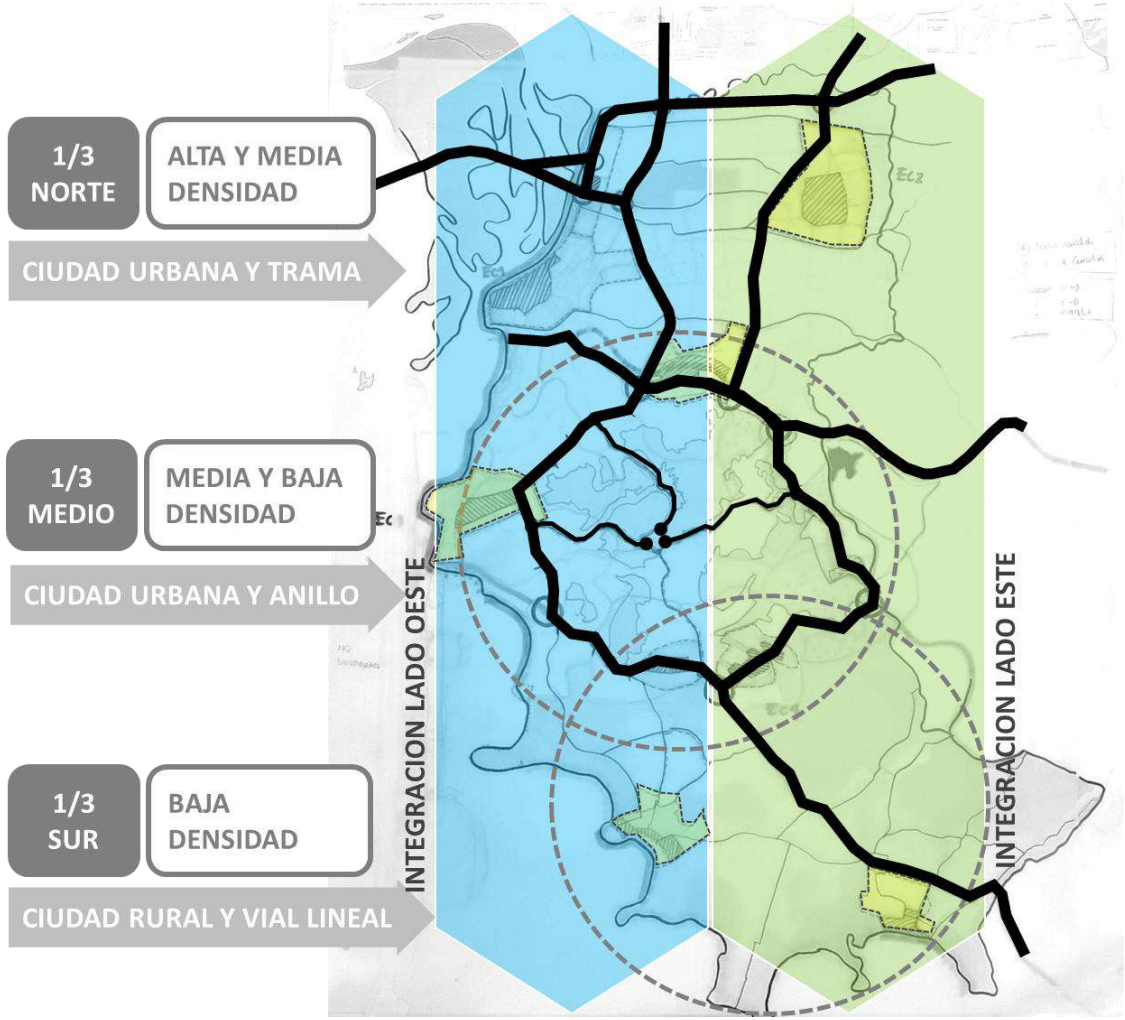
Áreas



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas

Para **proposta** inicial de **macrozonas** utilizou-se como **norteadores** os estudos de **áreas de influência** detalhados no Produto Leitura da Cidade – Volume II e as identificações das características do território, com frente **Urbana-Orla no Oeste** e **Urbana-Rural no Leste**.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas

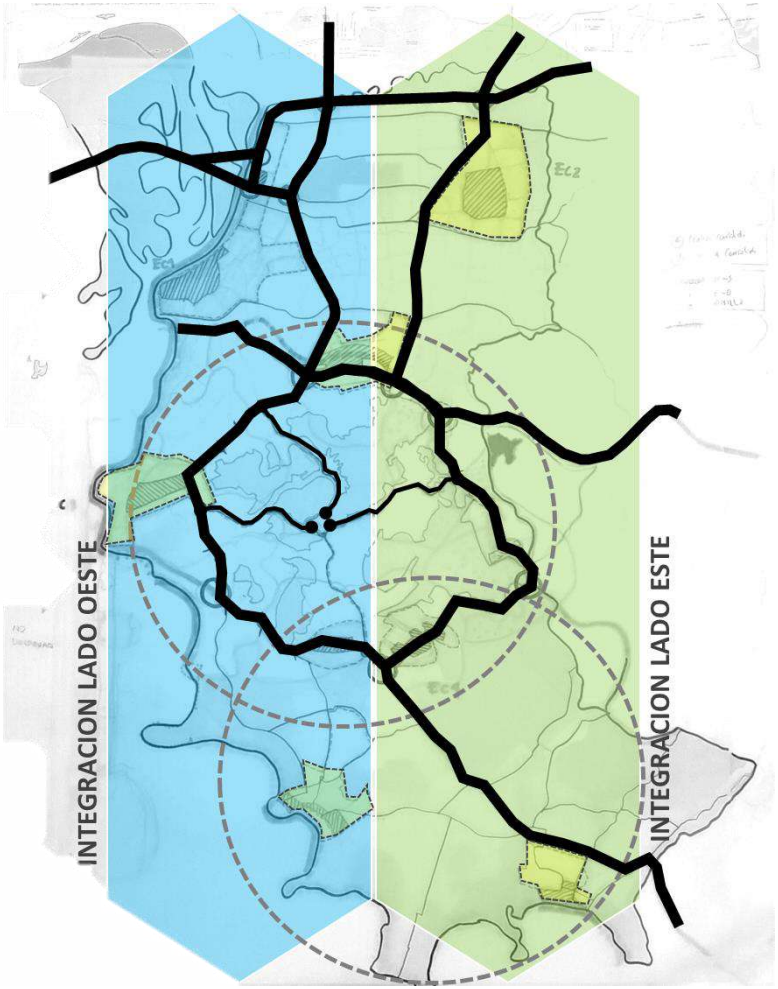
Conforme mencionado no tópico anterior, as **Áreas de Influência**, detalhadas no início desta apresentação, foram um dos **norteadores** para a proposta de delimitação das macrozonas. Ao todo foram identificadas **6 áreas de influência** em Porto Alegre.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas

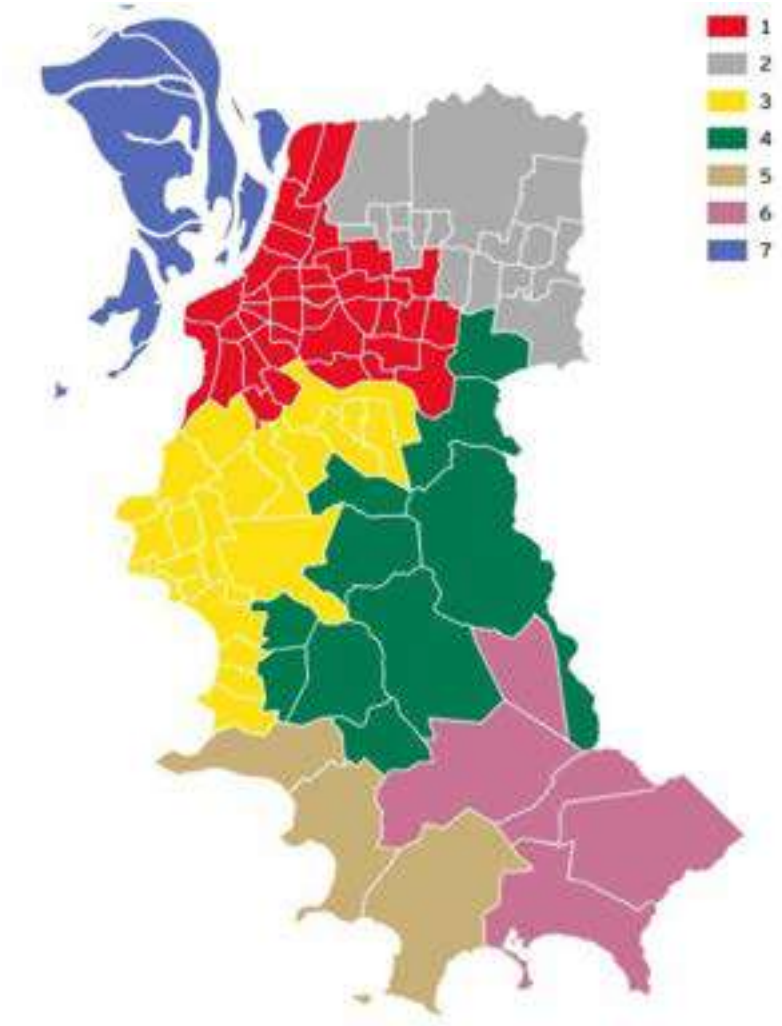




Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas

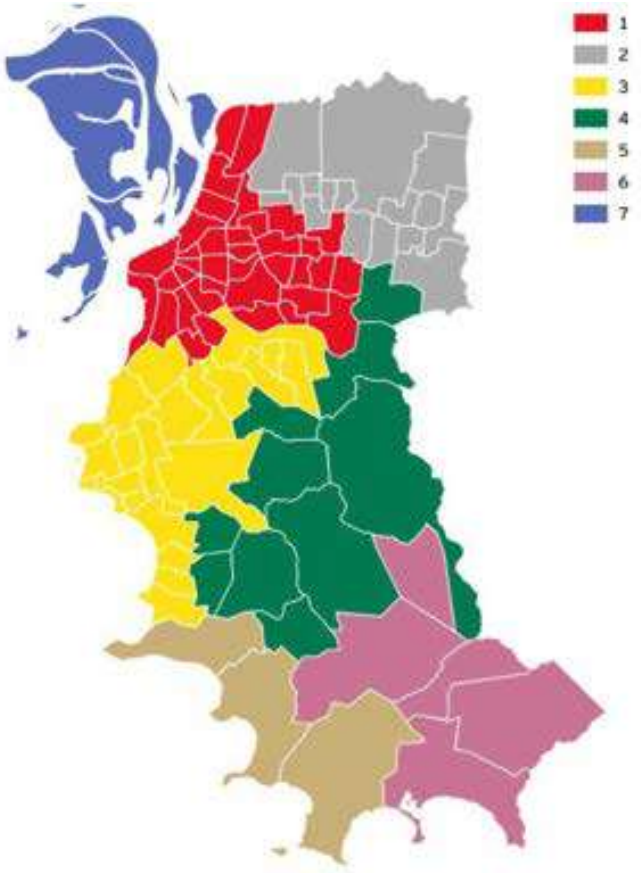
Com base nos **pontos norteadores**, nas **visitas técnicas** in-loco e na forma que as **análises quantitativas e qualitativas** permitiram que a **cidade seja compreendida da forma que ela é**, chegou-se à conclusão das seguintes delimitações de Macrozonas:



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas





Comparação entre as macrozonas do PDDUA Atual e Proposta de divisão para revisão.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 1

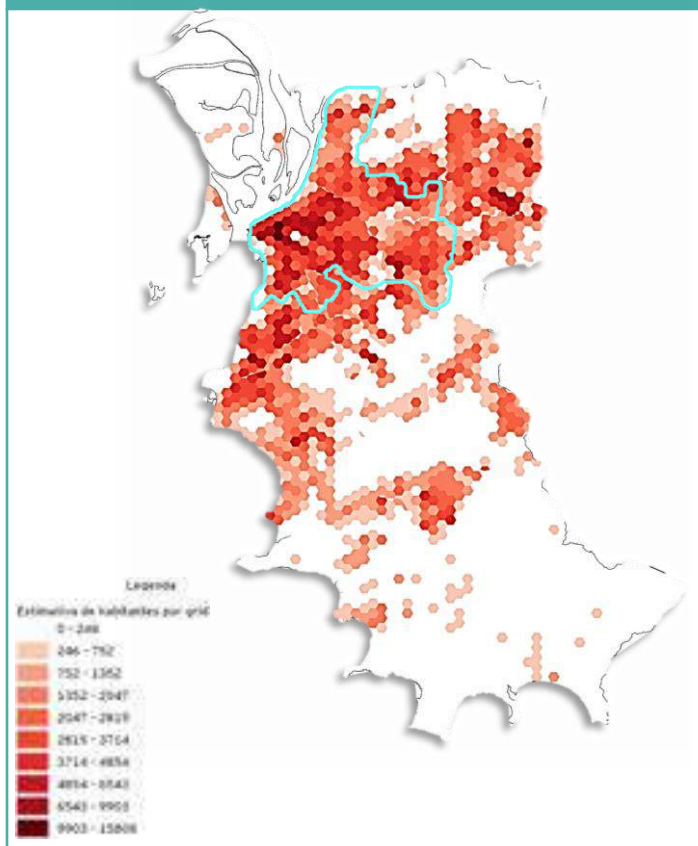
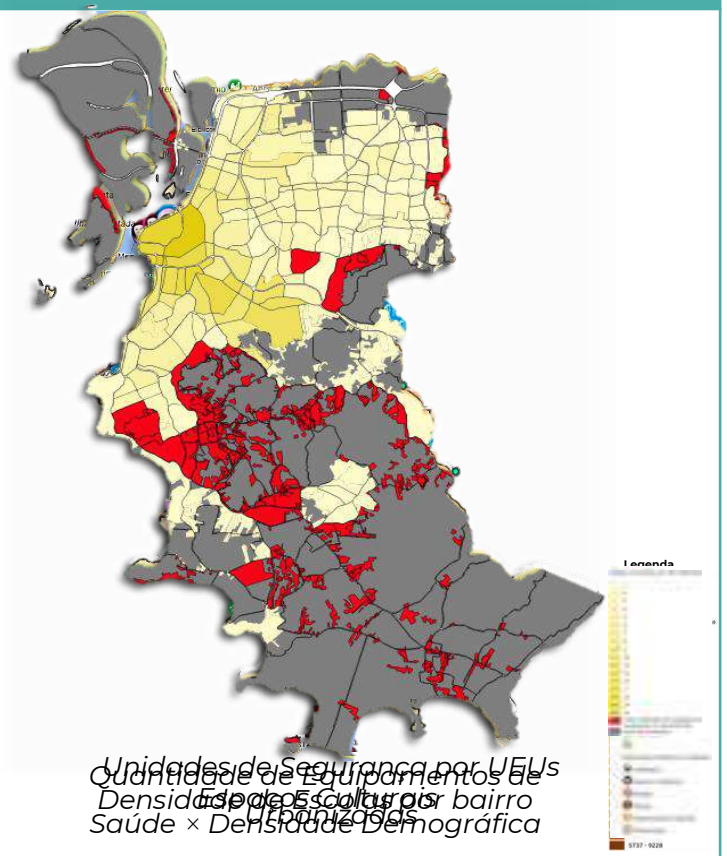
OBJETIVO:

Elevar bairros da região a **referências culturais, turísticas** e de atividades relacionadas a **prestação de serviços** no município e na região metropolitana, **aproveitando a infraestrutura** existente para o adensamento populacional e comercial.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 1

Densidade Alta	Miscigenação de Usos	Elevada concentração de equipamentos e serviços públicos e infraestrutura
		

Densidade Populacional por Setor Censitário

Unidades de Segurança por UEUs

Quantidade de Equipamentos de Educação e Cultura por bairro

Saúde × Densidade Demográfica

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 2

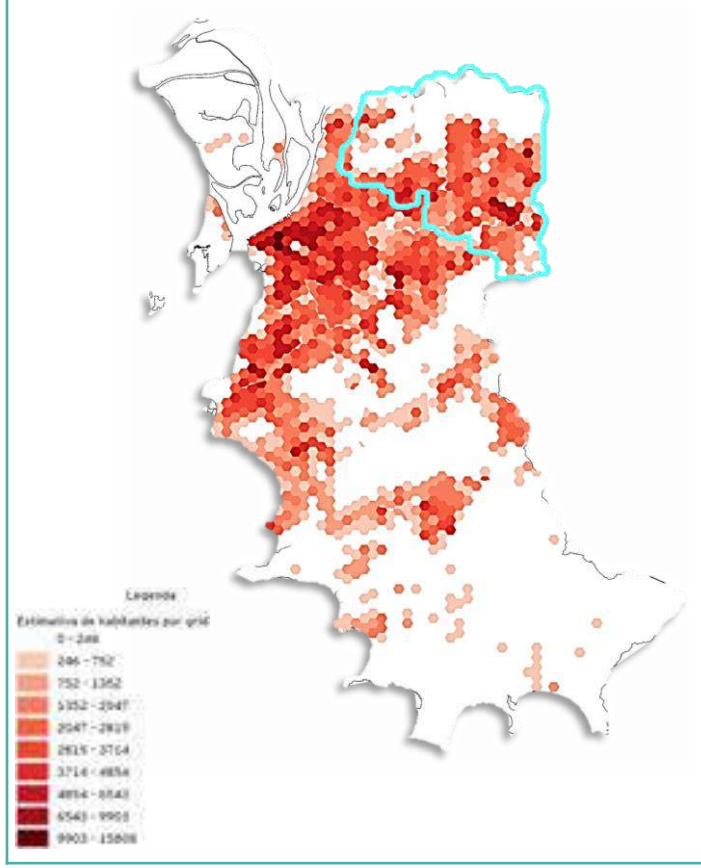
OBJETIVO:

Desenvolver **atividades econômicas** relacionadas à **logística e produção** municipal e regional, promovendo o adensamento ao entorno com garantia a **infraestrutura básica e aos equipamentos públicos**.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 2

Densidade Alta	Miscigenação de Usos	Conexões com RMPA
		

Fonte: Google Street View.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 3

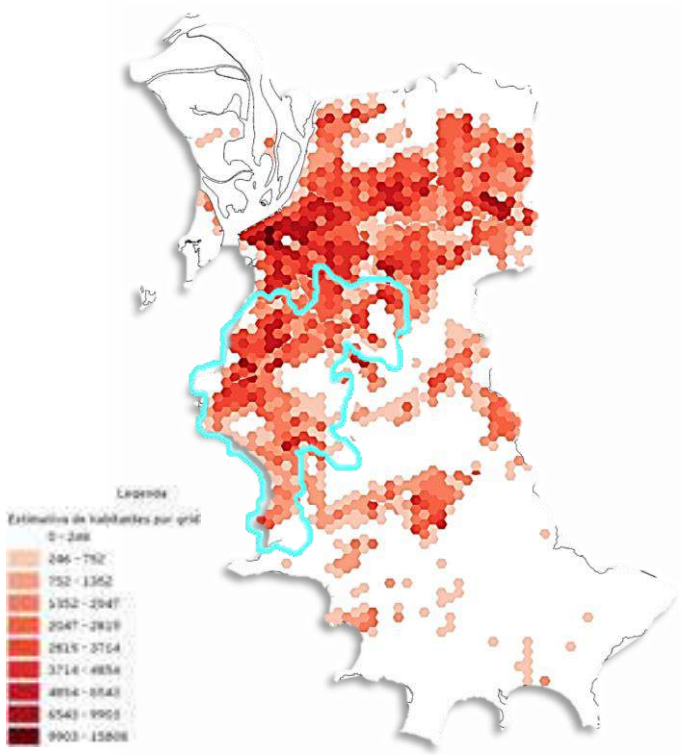
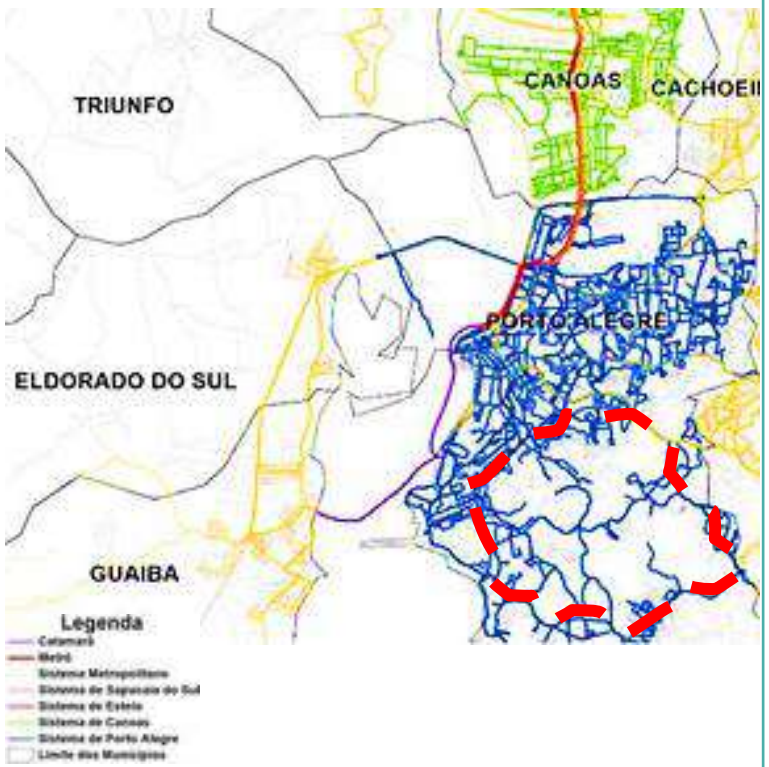
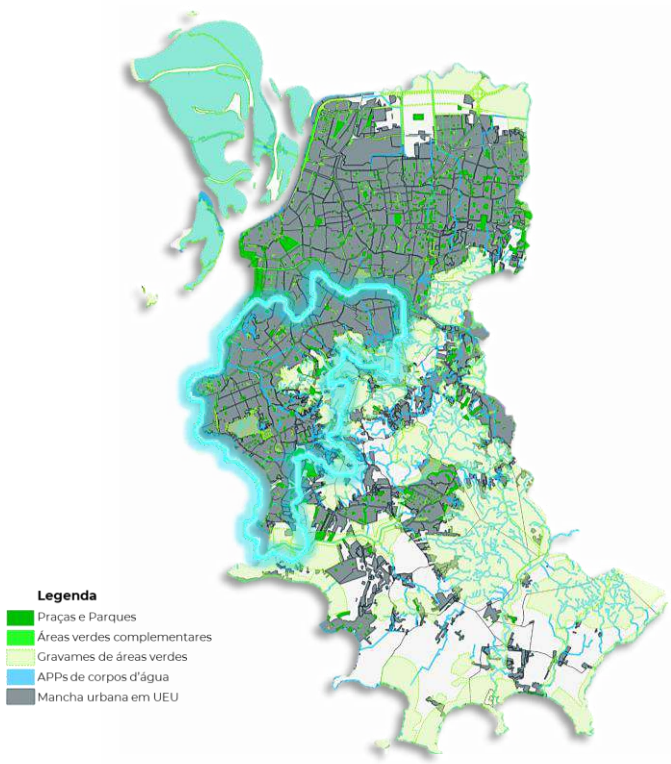
OBJETIVO:

Conter a mancha urbana em áreas de **preservação dos morros**, desenvolvendo a **economia local** e provendo **boas condições de vida** aos moradores.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 3

Densidade Média/Alta	Conexão com Anel Viário Central e Guaíba	Áreas de Preservação
		

APPs e áreas verdes

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 4

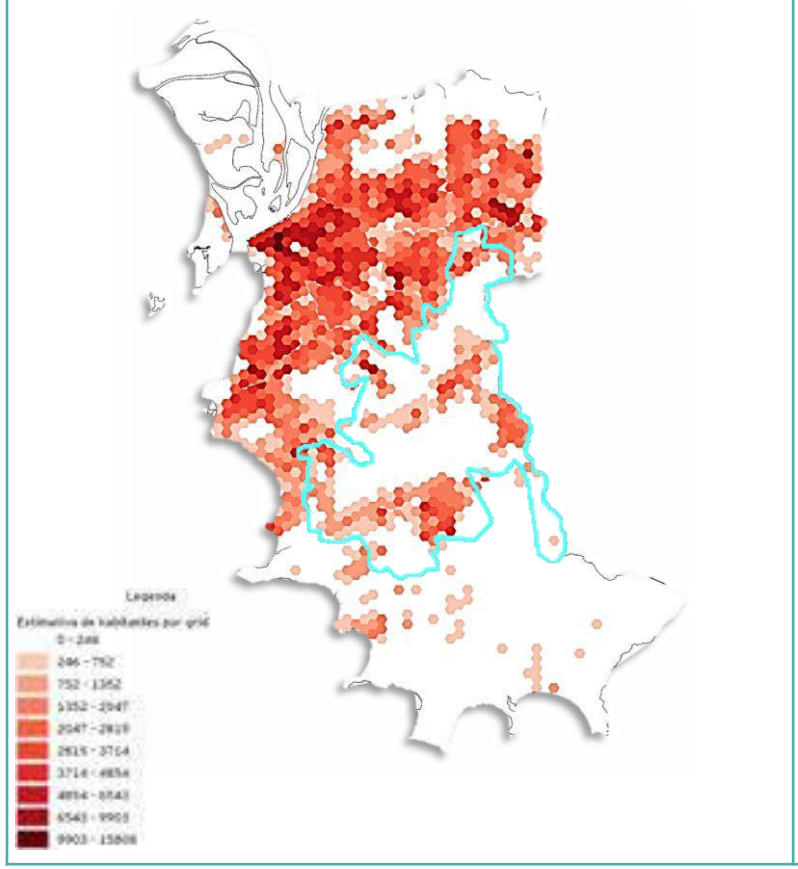
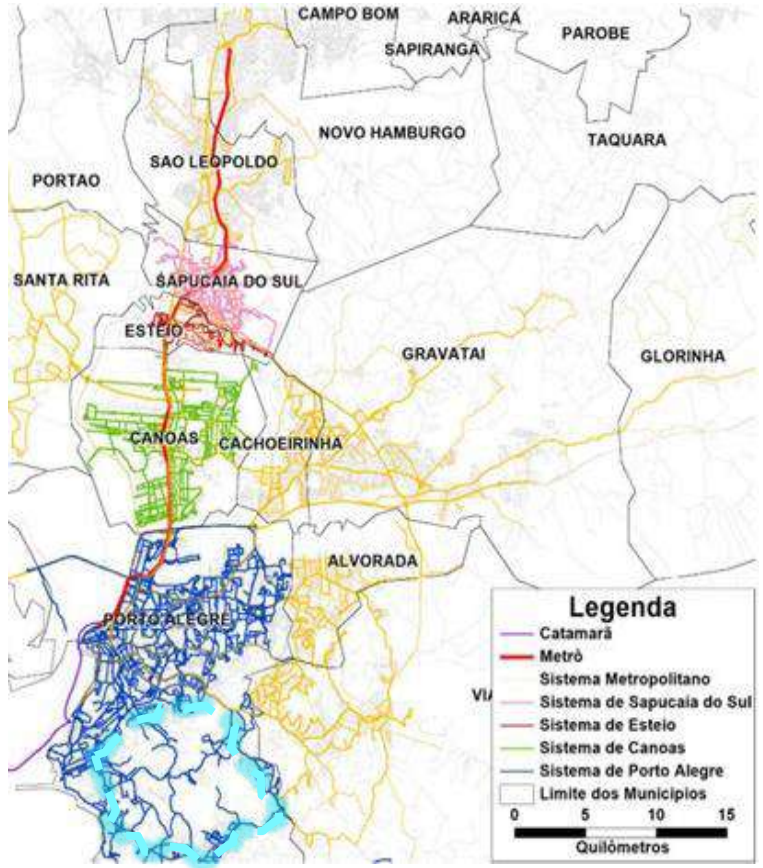
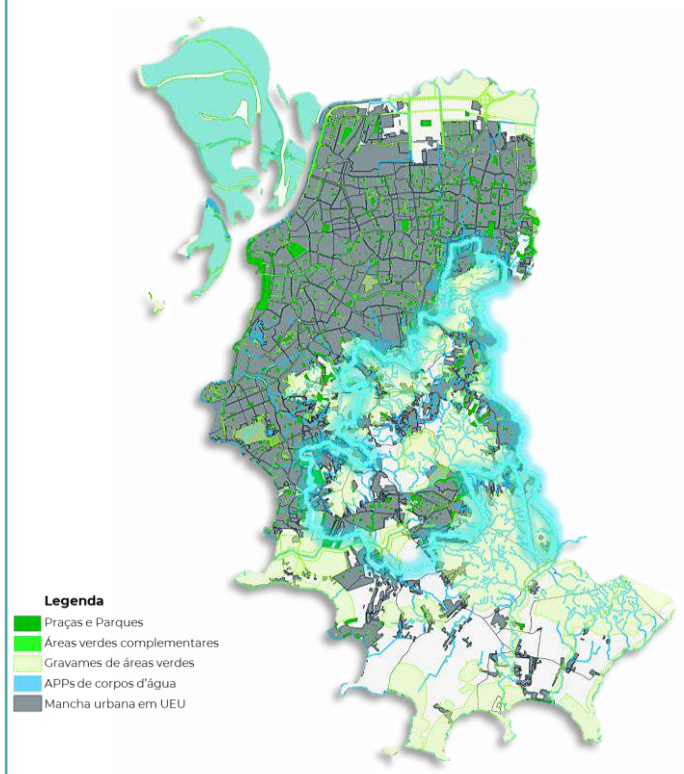
OBJETIVO:

Conter a expansão da mancha urbana,
desenvolvendo
a infraestrutura básica e acesso a
equipamentos públicos.



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 4

Densidade Média/Baixa	Conexão com Anel Viário Central e RMPA	Áreas de Preservação
		
		APPs e áreas verdes

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 5

OBJETIVO:

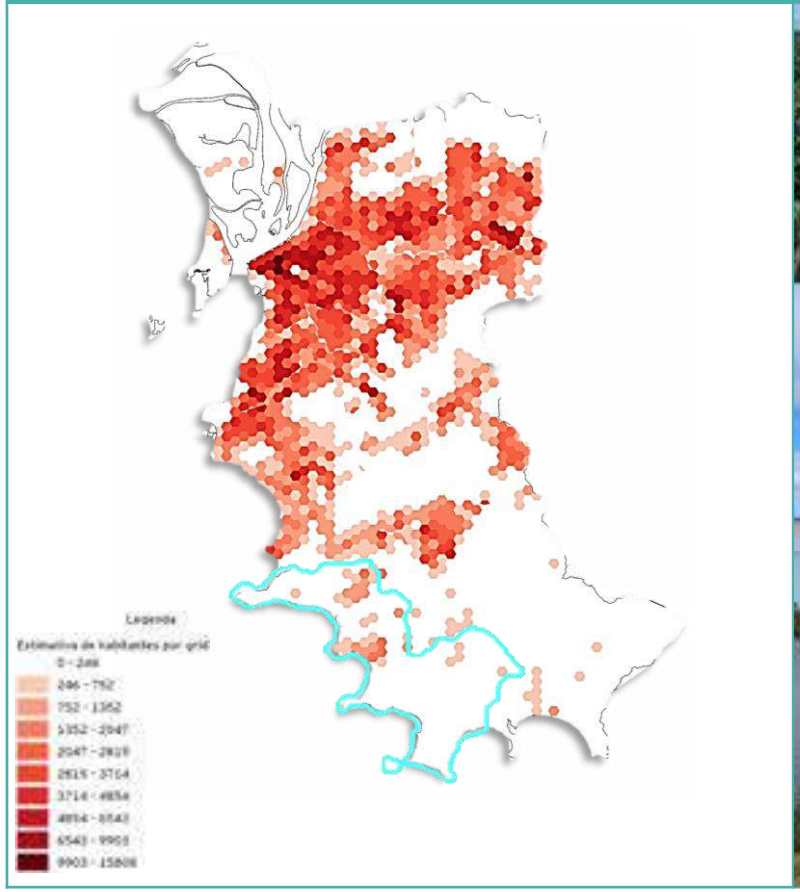
Promover dignidade e conexão aos moradores da
região sem comprometer o ambiente natural.



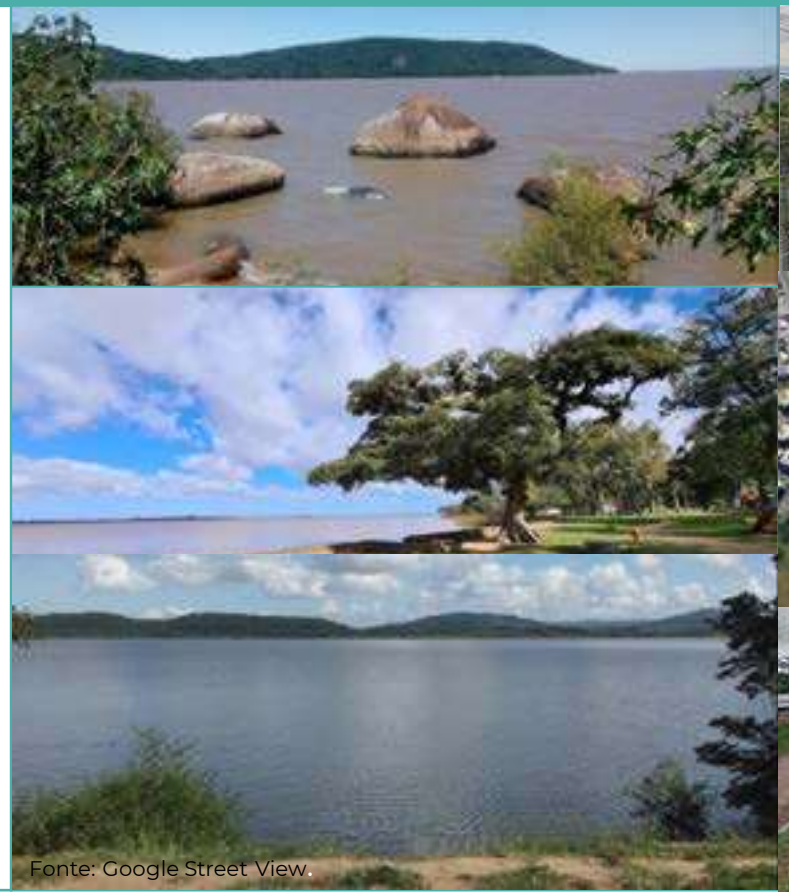
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 5

Densidade Baixa



Conexão com Guaíba



Fonte: Google Street View.



Fonte: Google Street View.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 6

OBJETIVO:

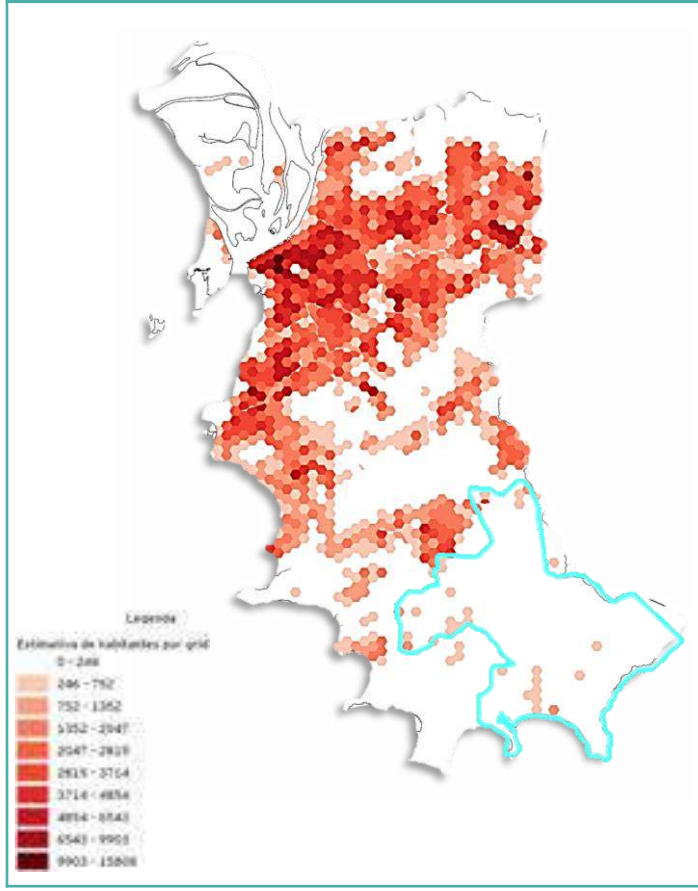
Elevar a região do Extremo Sul-Leste a **polo de referência nas atividades rurais** municipal e regional sem comprometer **o ambiente natural.**



Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

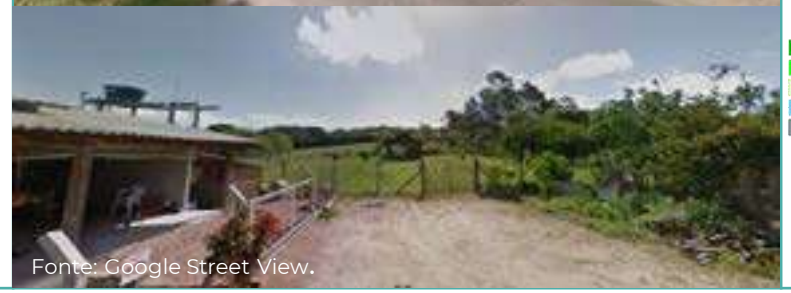
Macrozonas: MZ 6

Densidade Baixa	Predominância Rural	Áreas de Preservação

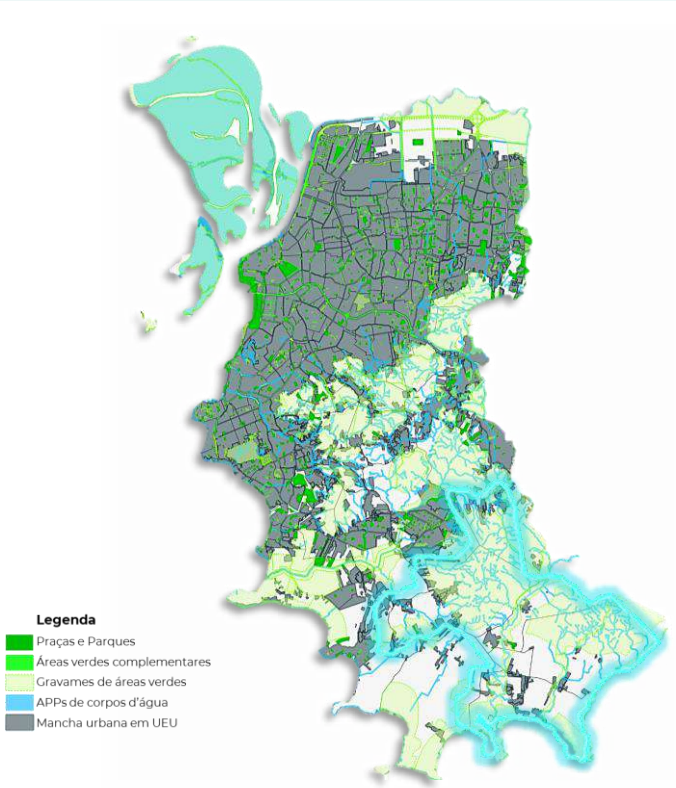








Fonte: Google Street View.



APPs e áreas verdes

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 7

OBJETIVO:

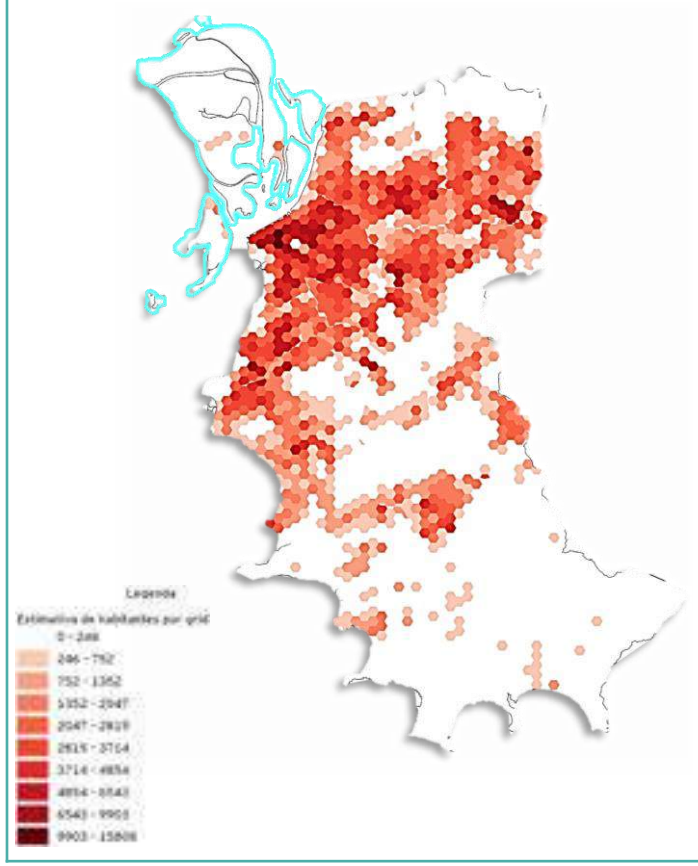
Revitalizar a estrutura local **respeitando as características naturais** do meio ambiente, potencializando a **economia sustentável** e a dinâmica existente.



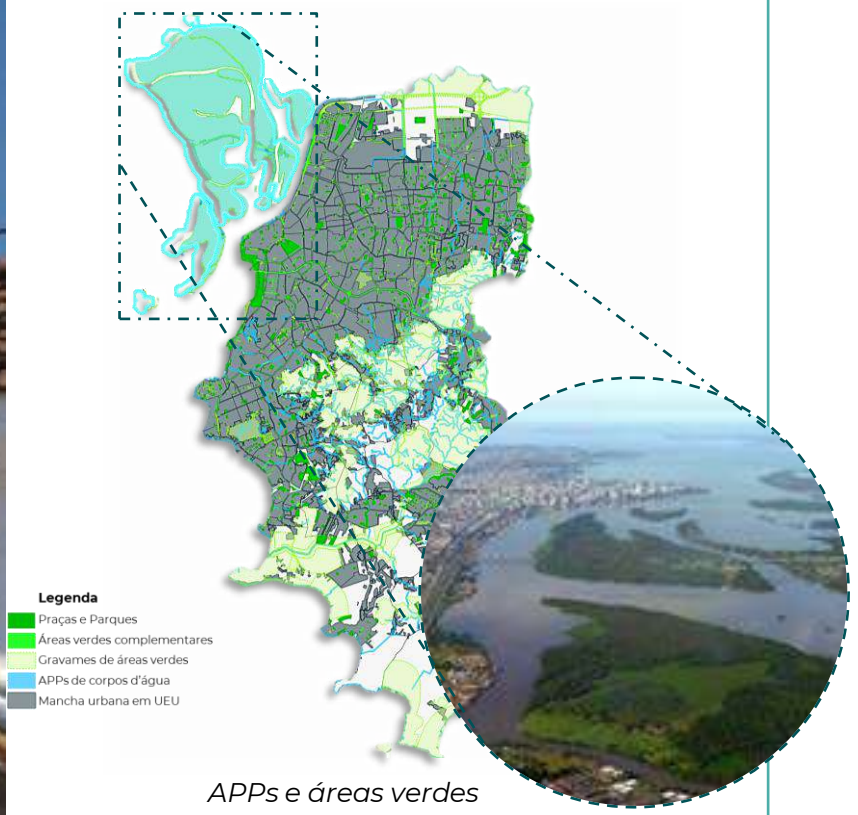
Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Macrozonas: MZ 7

Densidade Baixa	Conexão com RMPA e Guaíba	Áreas de Preservação Ambiental e Turismo Sustentável







APPs e áreas verdes

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

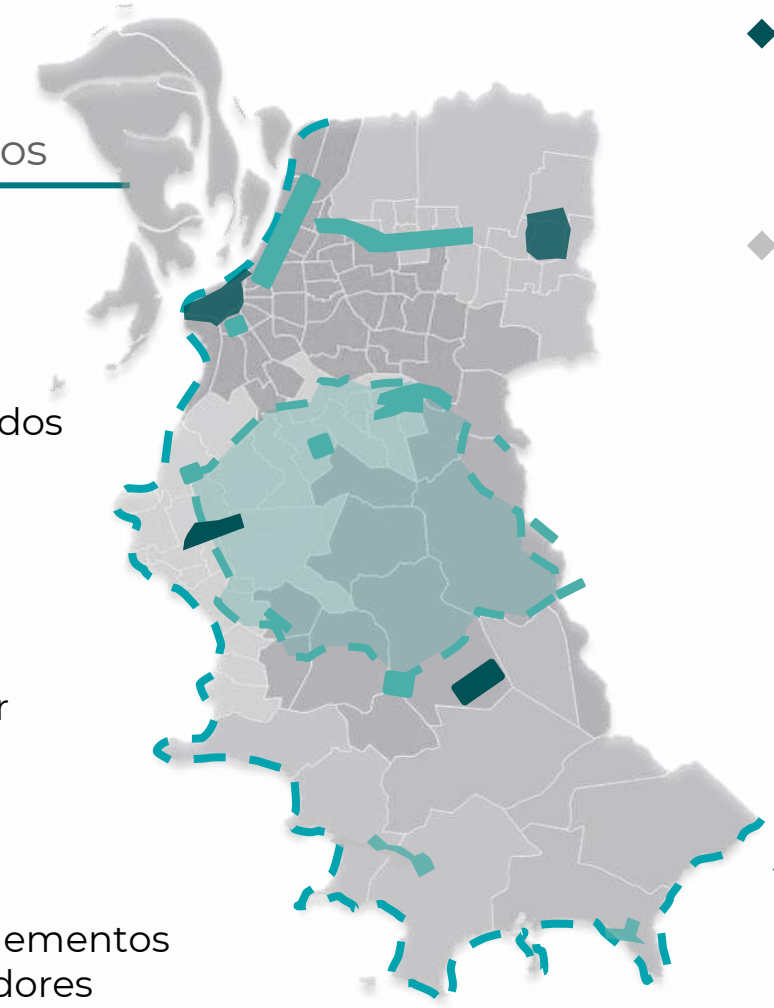
Elementos Estruturadores

18
Elementos

4
Centros Consolidados

11
Centros à Consolidar

3
Demais Elementos Estruturadores



Centros Consolidados

1. Área Central
2. Porto Seco
3. Centro Sul
4. Restinga

Centros à Consolidar

5. 4º Distrito
6. Partenon
7. Teresópolis/ Cruzeiro
8. Cavalhada
9. Hípica
10. Lomba
11. Agronomia
12. Belem Novo
13. Lami
14. Av. Sertório/ Assis Brasil
15. Azenha/ Santana

Demais Elementos Estruturadores

16. Orla
17. Anel viário
18. Núcleo Anel viário

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Elementos Estruturadores – Centros Consolidados



1. Área Central: Impulsionar o desenvolvimento econômico, elevando a região a um centro dinâmico, onde passado e presente coexistem harmoniosamente, atraindo investimentos, turismo cultural e proporcionando um ambiente atraente para a comunidade local.

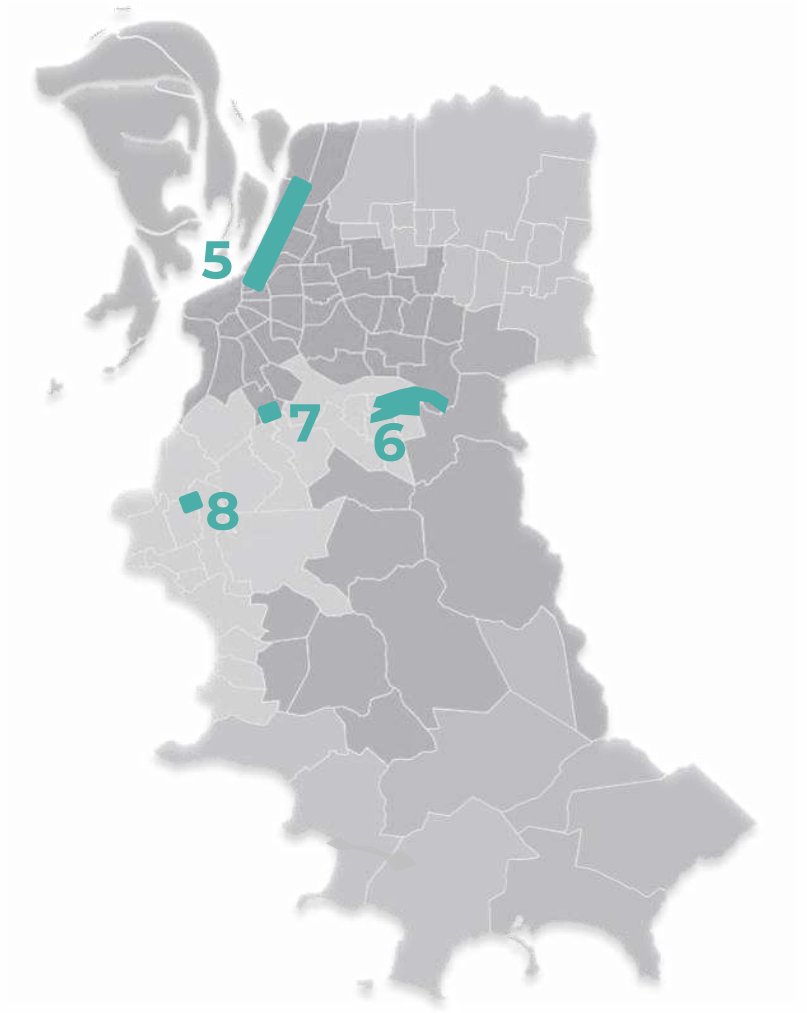
2. Porto Seco: Elevar a região de Porto Seco a principal polo de referência nas atividades relacionadas à logística e produção municipal e regional.

3. Centro Sul: Estimular as atividades econômicas existentes na região, a densificação e a HIS, aproveitando a estrutura viária, urbana e o acesso ao transporte público, também por meio da requalificação econômica, urbanística e social, além de conectar a Área Central e a Restinga.

4. Restinga: Promover o uso eficiente do espaço urbano sem o crescimento da mancha urbana, estimulando atividades econômicas de baixo impacto ambiental, coesão social e preservação de recursos naturais por um ambiente harmonioso e saudável para as gerações futuras.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Elementos Estruturadores – Centros a Consolidar



5. 4° Distrito: Promover no 4° Distrito diversidade de usos e de atividades voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, valorizando suas características, sua história e sua identidade, com vistas à transformação da região em um lugar aprazível para morar, trabalhar, estudar e empreender.

6. Partenon: Impulsionar atividades econômicas e acadêmicas, bem como a conexão entre os eixos de centralidade da Área Central e Restinga.

7. Teresópolis/Cruzeiro: Promover a transformação sustentável da região que conecta os polos do Centro Sul e Área Central, maximizando seu potencial estratégico, promovendo a requalificação urbana, econômica e social.

8. Cavalhada: Elevar a qualidade de vida dos moradores, por meio da requalificação econômica, urbanística e social, otimizando o aproveitamento da infraestrutura existente no local.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Elementos Estruturadores – Centros a Consolidar



9. Hípica: Promover o uso eficiente do espaço urbano sem o crescimento da mancha urbana, criando ambiente propício para servir como suporte à área rural e ao centro consolidado da Restinga, a fim de garantir qualidade de vida para a comunidade.

10. Lomba do Pinheiro: Promover a preservação ambiental reduzindo a ocupação, ao mesmo tempo em que se proporciona novas oportunidades e melhoras para os moradores, visando um equilíbrio harmonioso entre o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida. Além disso, pretende-se potencializar a conexão entre Eixo de Centralidade Restinga e o Eixo de Centralidade do Porto Seco.

11. Agronomia: Promover a requalificação que englobe aspectos econômicos, sociais e urbanísticos, com ênfase no potencial tecnológico da região, que conta com a presença de universidades.

12. Belém Novo: Promover o uso eficiente do espaço urbano sem o crescimento da mancha urbana, estimulando atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Elementos Estruturadores – Centros a Consolidar



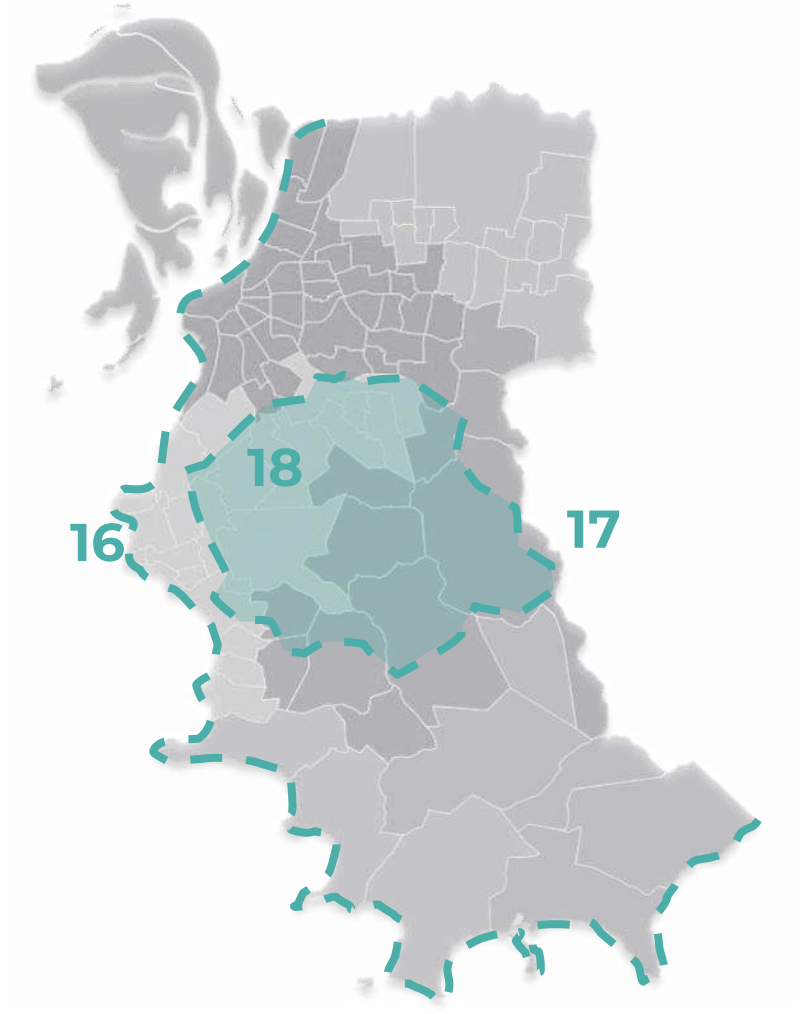
13. Lami: Promover o uso eficiente do espaço urbano sem o crescimento da mancha urbana, estimulando atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

14. Sertório/Assis Brasil: Promover a revitalização urbana da região, potencializando a economia local e fomentando a mobilidade ativa.

15. Azenha/Santana: Promover a revitalização urbana da região e o aumento da densidade populacional da região, bem como o fomento econômico em uma região já provida de infraestrutura urbana.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

Elementos Estruturadores – Demais Elementos Estruturadores



16. Orla: Revitalizar a estrutura local respeitando as características naturais do meio ambiente, potencializando a economia sustentável e a dinâmica existente.

17. Anel Viário Central: Aprimorar a infraestrutura de conexão municipal dos diferentes terços, possibilitando o acesso à cidade, com incentivos ao desenvolvimento turístico e respeitando as áreas de preservação natural.

18. Núcleo Viário Central: Valorizar o ambiente natural, promover turismo sustentável e envolver a comunidade na valorização do patrimônio natural.

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

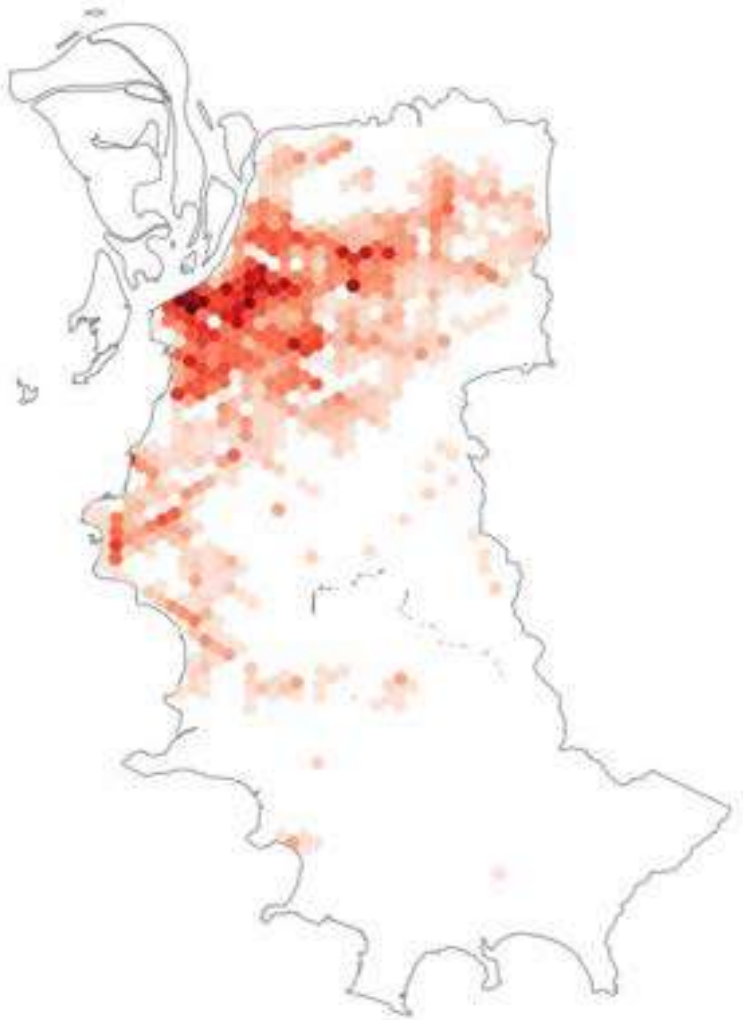
Elementos Estruturadores - Síntese



CRESCER

Locais onde foi constatada o potencial para o crescimento econômico, devido a infraestruturas disponíveis, bem como considerável potencial de serviços já existentes

1. Área Central
2. Porto Seco
5. 4° Distrito



Locais com elevado número de vínculos de emprego

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

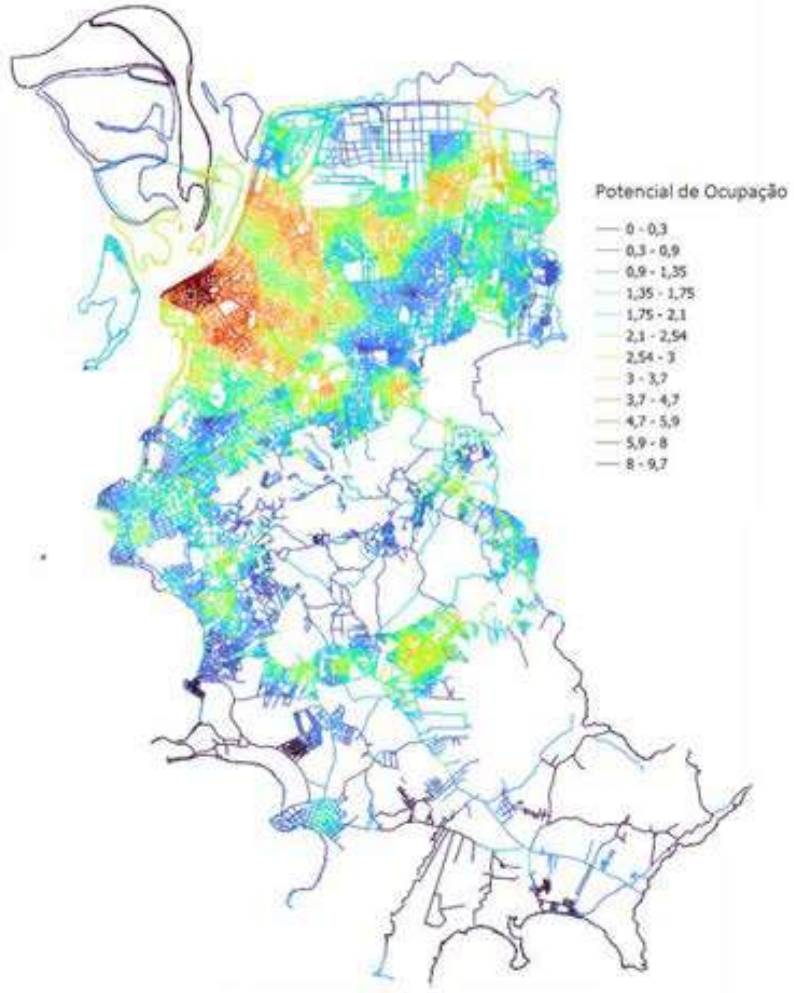
Elementos Estruturadores - Síntese



ATRAIR

Locais com disponibilidade de infraestrutura, equipamentos públicos, ofertas de emprego e fluxo de pessoas. Possui como principal objetivo aumentar a densidade e atrair pessoas.

14. Sertório/Assis Brasil
15. Azenha/Santana



Locais com disponibilidade de equipamento e serviços públicos

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

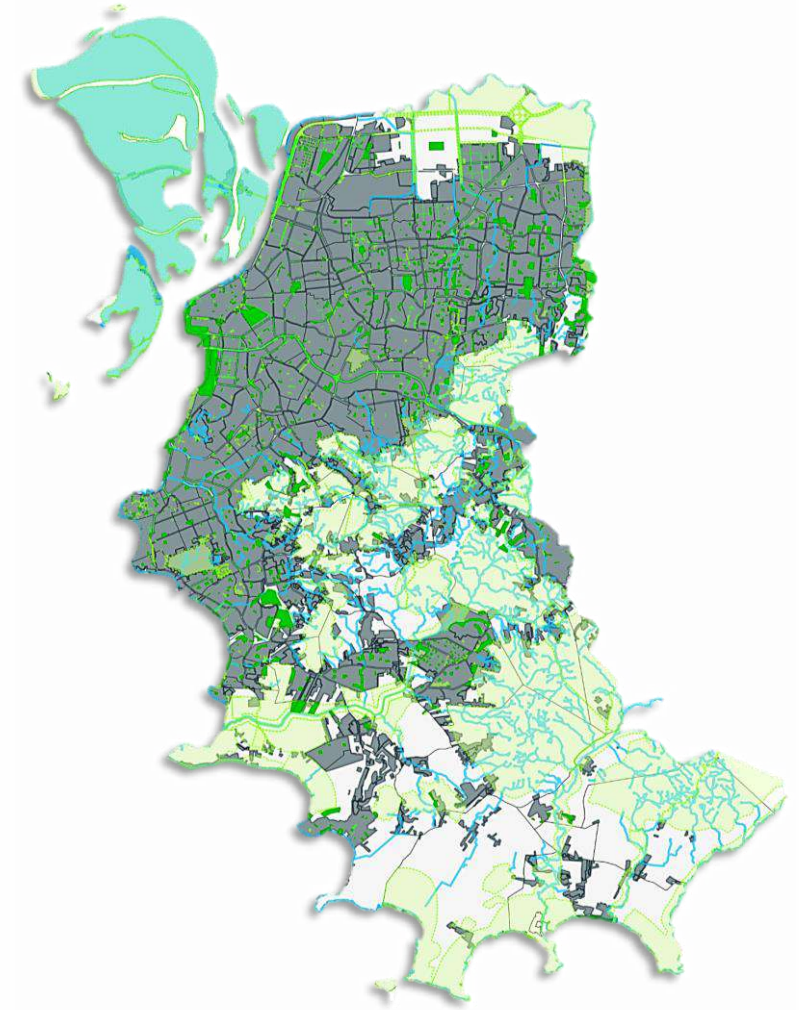
Elementos Estruturadores - Síntese



ORGANIZAR / ORDENAR

Locais com enfoque de organização e reordenação da mancha urbana com o intuíto de preservação do meio ambiente.

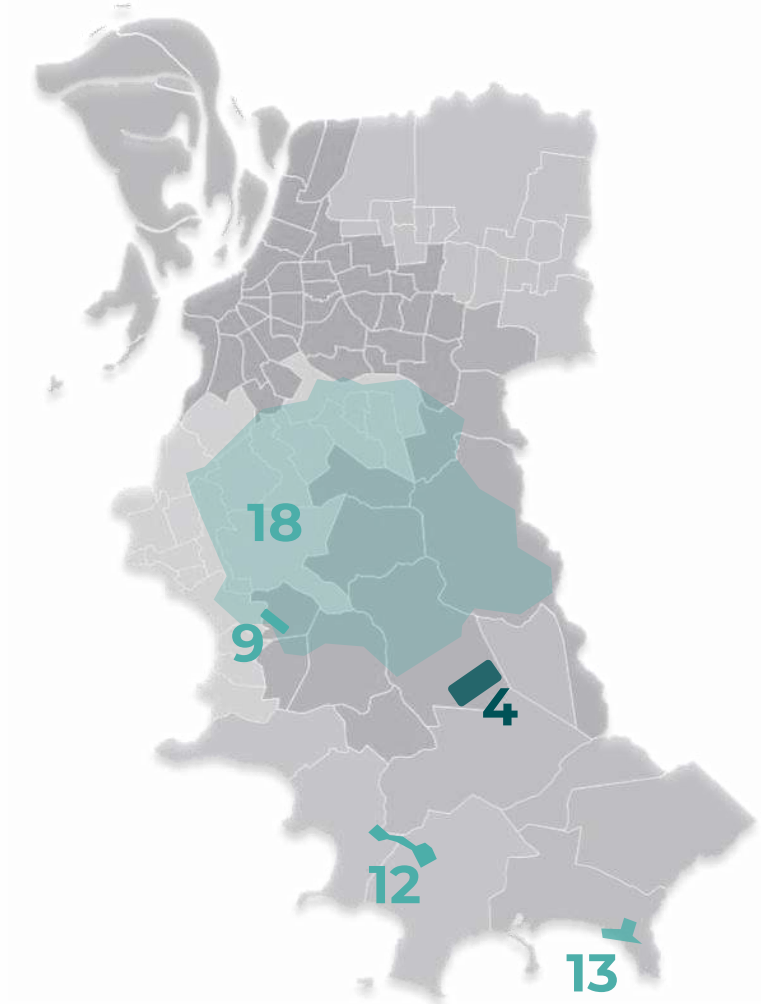
10. Lomba do Pinheiro



Locais com sensibilidade ambiental

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

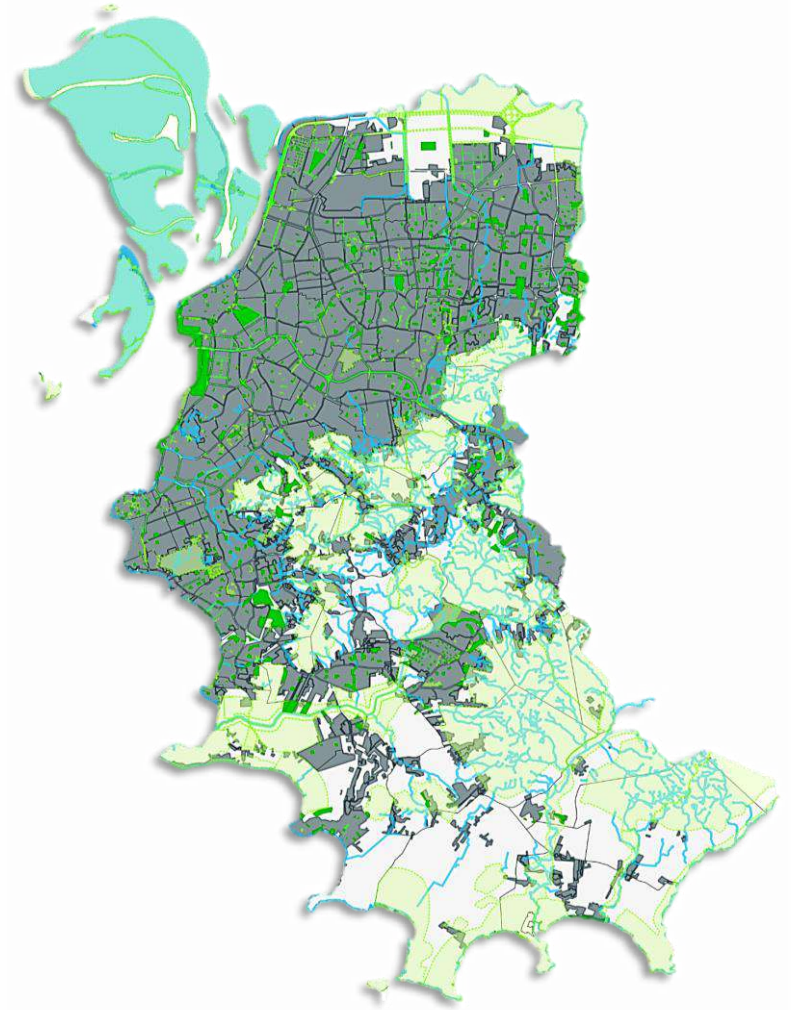
Elementos Estruturadores - Síntese



MANTER/QUALIFICAR

Locais com enfoque de conter o crescimento da mancha urbana, trazendo qualidade de vida e preservação do meio ambiente.

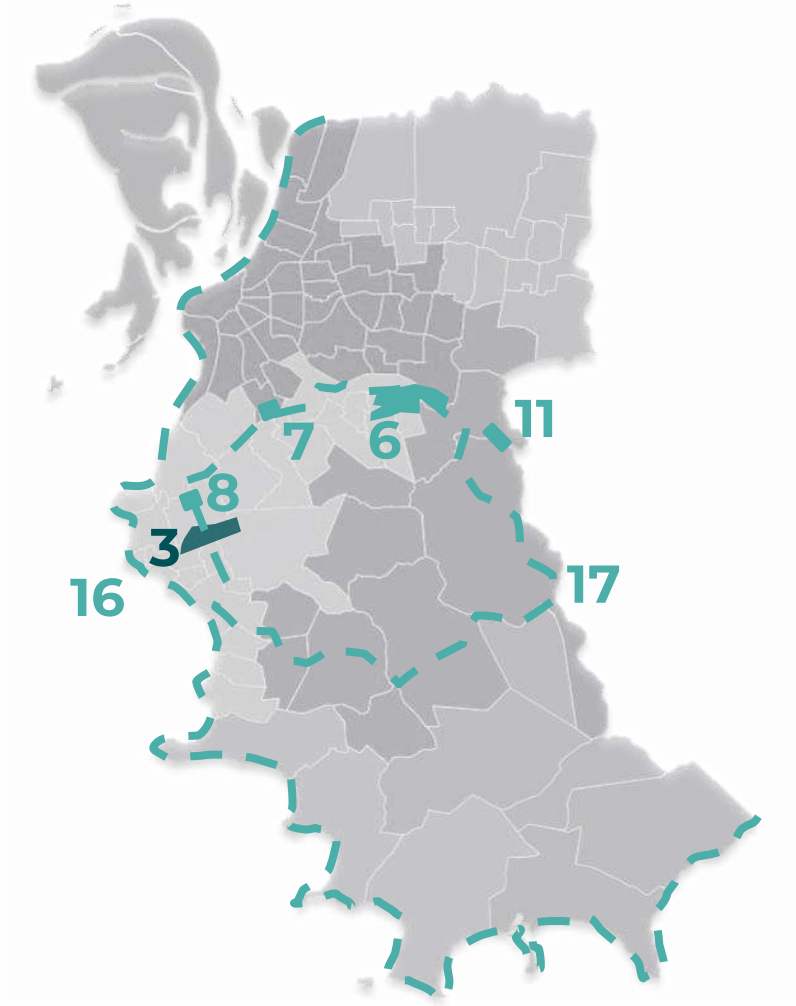
4. Restinga
9. Hípica
12. Belém Novo
13. Lami
18. Núcleo Viário Central



Locais com sensibilidade ambiental

Propostas Revisão PDDUA . Modelo Espacial

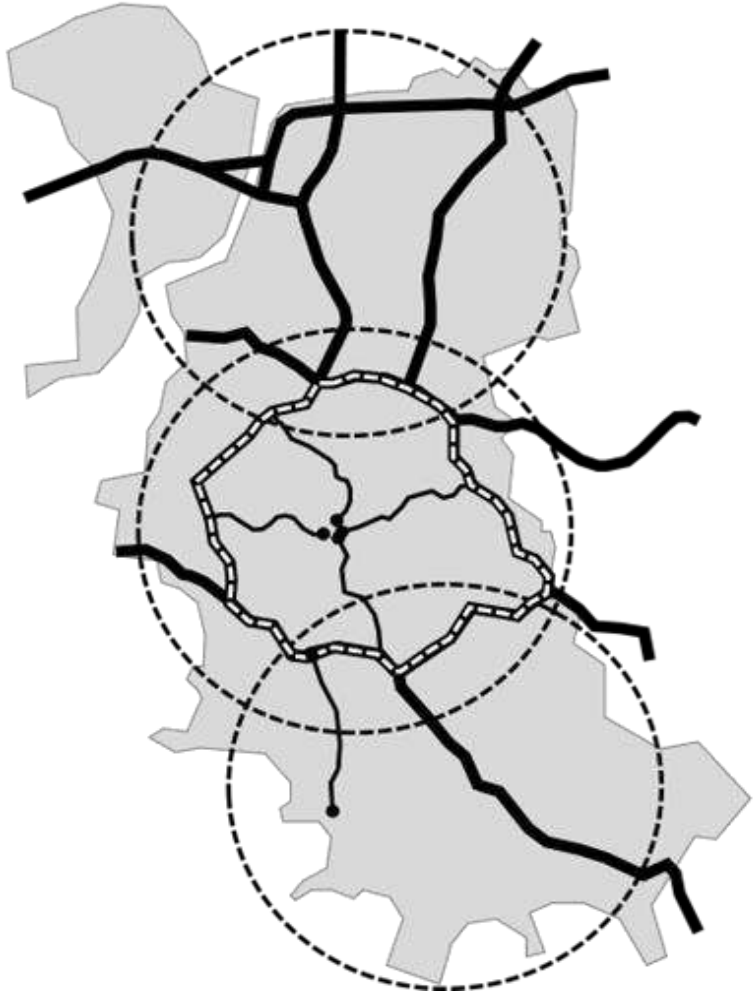
Elementos Estruturadores - Síntese



TRANSFORMAR

Locais com necessidade de requalificação econômica, urbanística e social.

3. Centro Sul
6. Partenon
7. Teresópolis/Cruzeiro
8. Cavalhada
11. Agronomia
16. Orla
17. Anel Viário Central



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

EY
Building a better working world

- Síntese das Legislações
- Sistema Atual
- Síntese dos Conteúdos
- O Modelo Proposto

Sistema Municipal de Gestão de Planejamento 5

SMGP . Síntese das Legislações



LEGISLAÇÃO FEDERAL

Matérias obrigatórias

- Zonas: urbanas, de expansão urbana, de urbanização específica e rural
- Instrumentos (aplicação territorial)

Matérias facultativas

- Zoneamento
- APPs
- ZEIS
- Plano de mobilidade
- Projetos de Expansão Urbana
- Regulamentação dos Instrumentos de Política Urbana

SMGP . Síntese das Legislações

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Constituição Estadual e Lei 10.116/94

- Legislação validada pelo Art. 24, I, da CF
- Zonas de expansão urbana devem ser contíguas à cidade e com zoneamento definido
- Leis municipais distintas para sistema de planejamento, plano diretor, programa prioritário de obras e participação popular
- Plano diretor deve delimitar áreas de urbanização preferencial, urbanização restrita, renovação urbana e regularização fundiária

Conteúdo obrigatório

- estimativa de população; perímetro urbano; áreas de preservação permanente, patrimônio cultural, polos geradores de tráfego, atividades poluidoras, equipamentos públicos, sistema viário, uso e ocupação do solo; e atividades sujeitas a licenciamento especial
- Planos estaduais a serem observados: Bacia hidrográfica do Lago Guaíba
- RS não tem ZEE, PDUI ou plano de desenvolvimento

SMGP . Síntese das Legislações

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

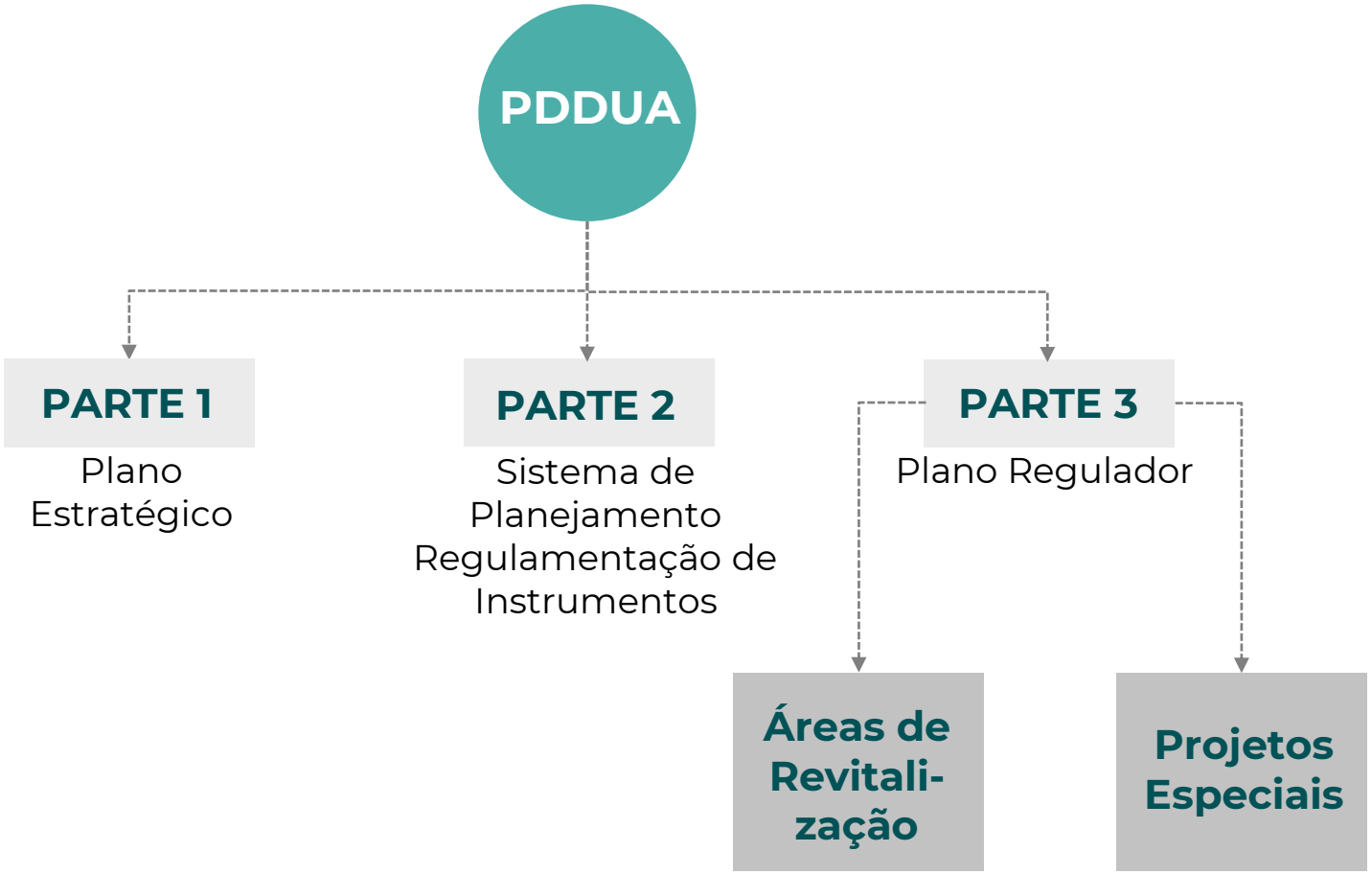
Lei Orgânica

- Conteúdo do plano diretor: delimitação das áreas urbanas, de expansão urbana e rurais, reservas ambientais, impróprias à ocupação urbana, de preservação ambiental, destinadas a atividades com potencial poluidor; normas técnicas de expansão urbana, destinadas à habitação popular (com infraestrutura e não alagáveis); desmembramento e remembramento; usos permitidos e proibidos; índices máximos e mínimos de aproveitamento; identificação de vazios urbanos; e parâmetros mínimos e máximos de parcelamento do solo.
- Restrições ambientais específicas
- Previsão de "planos diretores"

Outras Leis relevantes

- Planos urbanísticos: Centro Histórico, 4º Distrito
- Instrumentos de política urbana: PEUC, OUC, EIV, Outorga Onerosa

SMGP . Sistema atual



PONTOS DE ATENÇÃO

- O **plano regulador** estabelece regras detalhadas para um território muito amplo (todo o município)
- As **áreas de revitalização** permitem a existência de **regras específicas** para determinados territórios
- Os **projetos especiais flexibilizam** a rigidez do plano regulador
- Uma **tipificação de planos de escala intermediária** para as áreas de revitalização poderá **institucionalizar** melhor Programas como os do Centro Histórico e do 4º Distrito

SMGP . Síntese dos Conteúdos

Expansão Urbana e Parcelamento do Solo

- PDDUA não faz uso dos conceitos de zonas de expansão urbana, urbana e rural
- Área de ocupação intensiva (AOI) e Área de ocupação rarefeita (AOR)
- AOR tem características de zona rural, mas admite parcelamento do solo
- AOI foi ampliada por leis de iniciativa parlamentar e deve ser revista

Zoneamento

- PDDUA consolida o regime urbanístico no plano regulador
- Projetos especiais permitem flexibilidade
- Planos do Centro Histórico e do 4º Distrito têm regras sobrepostas ao PDDUA

SMGP . Síntese dos Conteúdos

Solo Criado

- Porto Alegre tem um sistema único, que sobrepõe coeficientes, estabelecidos por lote, e estoques, estabelecidos por quarteirão
- O interessado precisa ter disponíveis simultaneamente, para aquisição, índices no lote e estoque no quarteirão
- A fórmula de cálculo da outorga pode ser simplificada
- Estoques
  - Estabelecidos pelo CMDUA
  - Critérios para sua fixação podem ser aperfeiçoados
  - São vendidos diretamente a cada empreendedor

Obras Públicas

- PDDUA tem malha viária básica, mas não inclui trens metropolitanos e outras infraestruturas de grande porte
- Intervenções podem ser realizadas sem previsão no PDDUA
- Não há exigência de planejamento urbanístico do entorno das infraestruturas
- Não há regulamentação de um plano de escala intermediária, que integre intervenções com reparcelamento e uso do solo
- Pagamento de desapropriações com TDC é inovação positiva

SMGP . Síntese dos Conteúdos

Assentamentos Informais

- PDDUA delimita AEIS, mas pode haver Reurb fora delas
- Não há um plano de regularização fundiária com definições dos assentamentos a serem regularizados e priorização
- A fiscalização para impedir novas ocupações pode ser melhorada
- Há um sistema de oficialização de sistema viário que independe da regularização fundiária
- Lei municipal determina instalação de água em assentamentos independentemente de regularização

SMGP . O Modelo Proposto

Plano Diretor Estratégico

- Estratégias, modelo espacial, macrozonas, elementos estruturadores, áreas especiais
- Linguagem mais técnica que jurídica

Plano Diretor de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

- Zoneamento
- Parâmetros urbanísticos

Planos de Pormenor (escala de áreas especiais)

- Zoneamento, intervenções

Projetos Especiais

- 1º grau desburocratizado, 2º grau com EIV e padrões de desempenho

Planos Locais (escala de macrozona)

- Zoneamento
- Intervenções
- Incentivos

Código de Urbanismo

- Tipificação de planos, participação popular, sistema de planejamento, instrumentos
- Inclusão de medidas setoriais no ordenamento territorial
- Introdução de instrumentos de reparcelamento do solo

Orientações de projeto

- Orientações técnicas não obrigatórias, a serem observadas sempre que possível



EY
Building a better working world

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SITE PLANO DIRETOR

TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE REVISÃO

Porto Alegre, 07 de novembro de 2023

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!

O que é o Plano Diretor?



O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhora da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!

CONTATO

AGENDA HISTÓRICO CRONOGRAMA

TRANSPARÊNCIA

PARTICIPAÇÃO INFORMAÇÃO

CONTRIBUIÇÕES NOTÍCIAS

Menu Superior



Menu Superior

Banner



Menu Superior

Banner

O que é?

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!

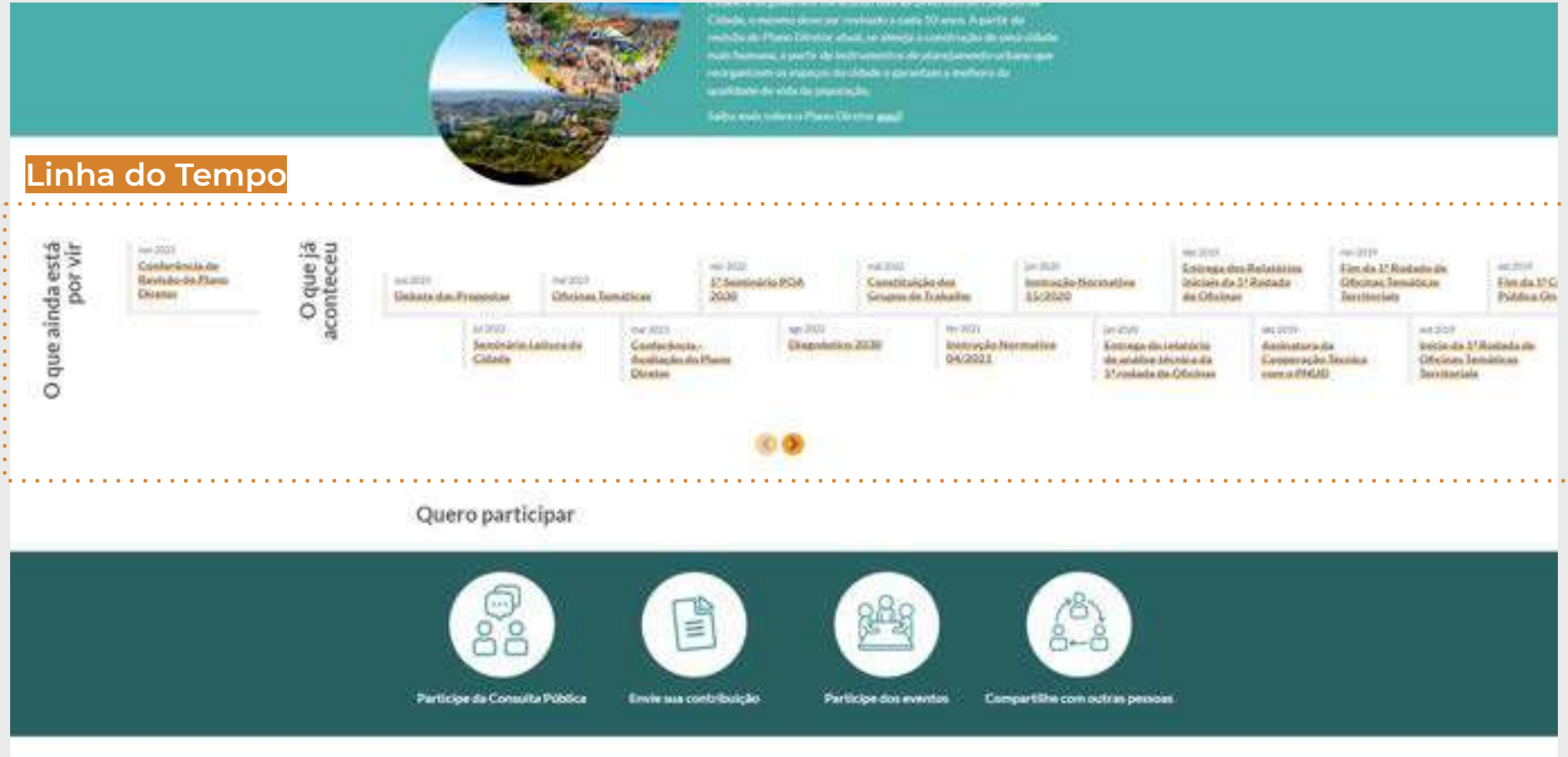
O que é o Plano Diretor?



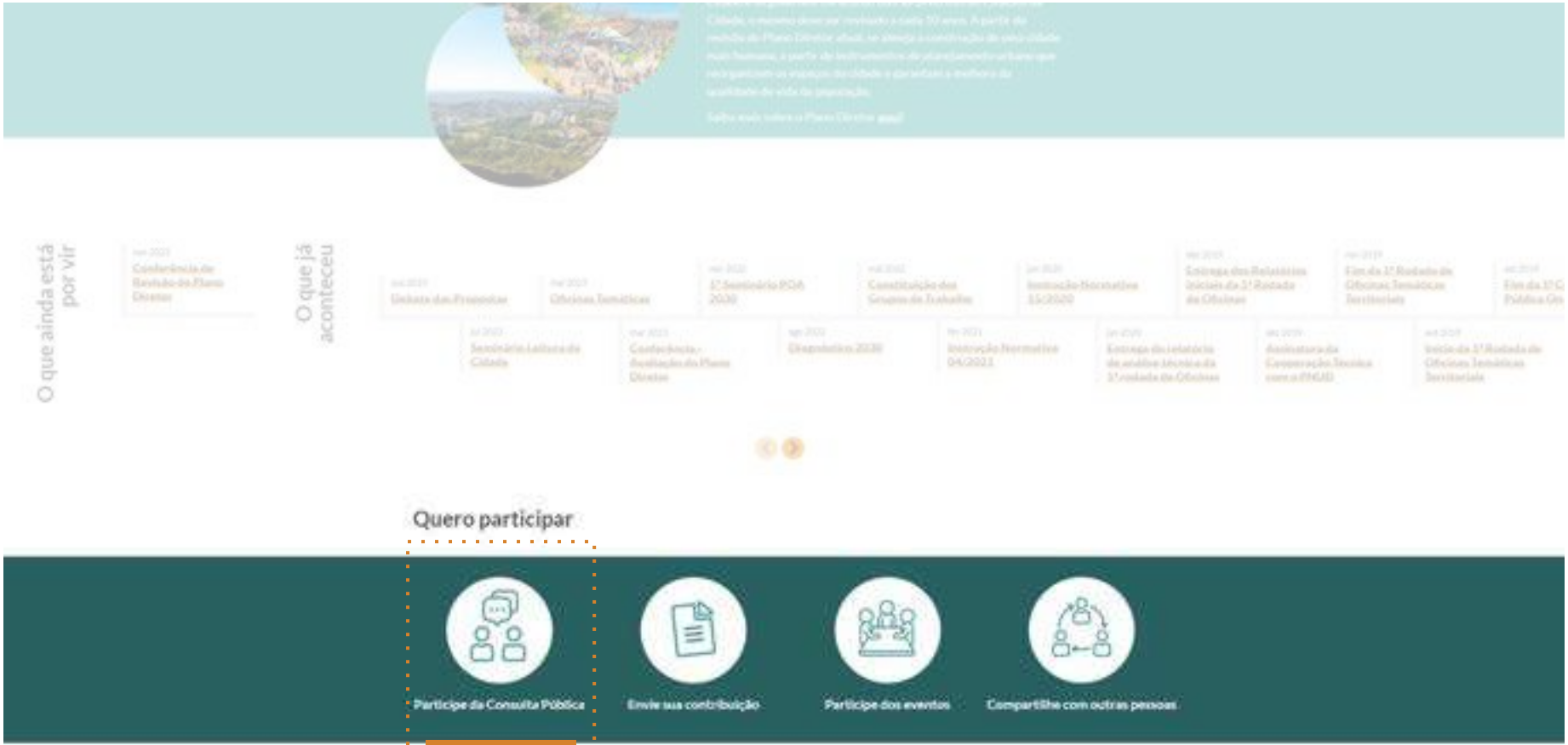
O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

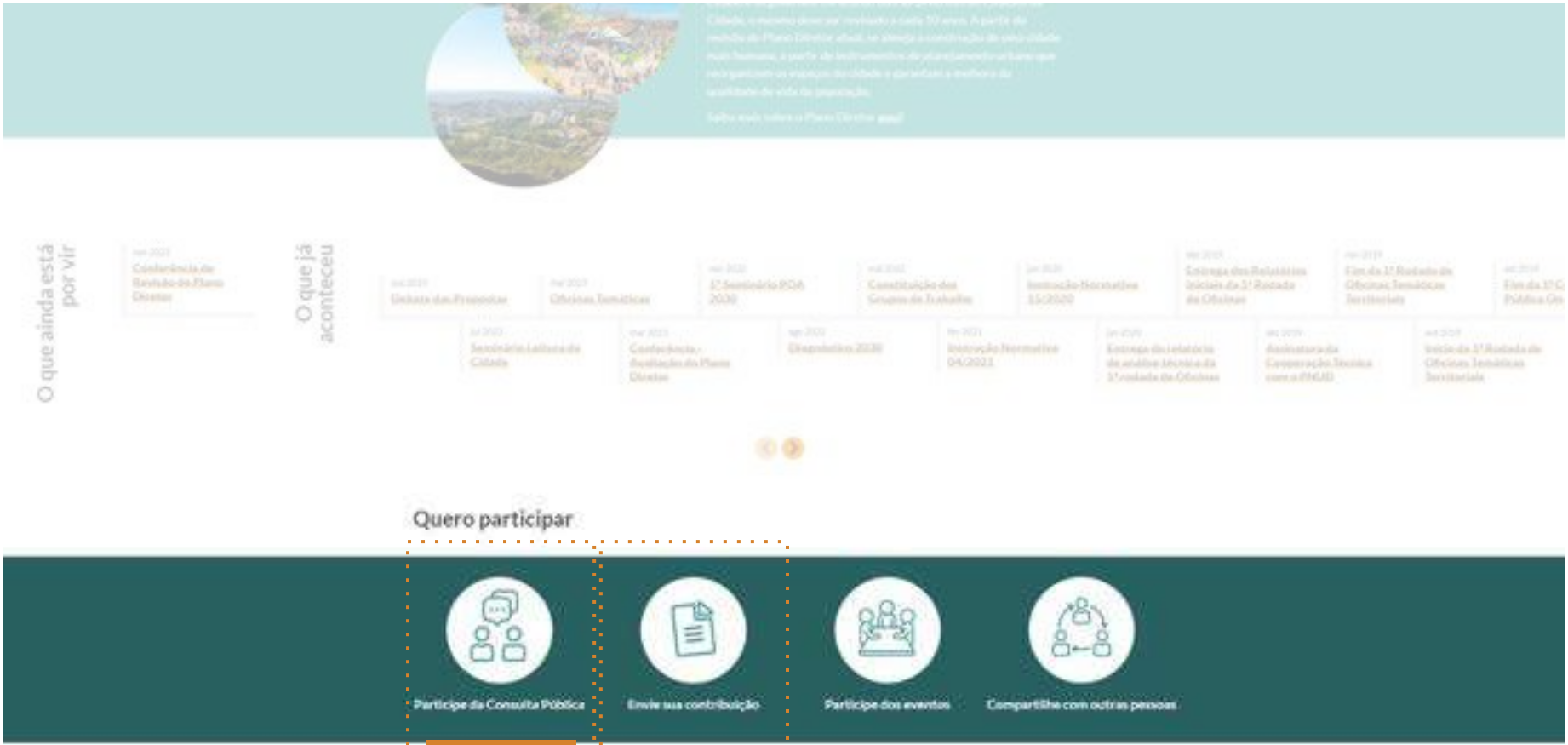
Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhora da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!


Linha do Tempo
O que ainda está por vir
Conferência de Revisão do Plano Diretor
O que já aconteceu
Debate das Propostas
Oficinas Temáticas
1º Seminário PDA 2030
Constituição dos Grupos de Trabalho
Instrução Normativa 15/2020
Entrega dos Relatórios Iniciais da 1ª Rodada de Oficinas
Fim da 1ª Rodada de Oficinas Temáticas Territoriais
Seminário Leitura da Cidade
Conferência - Avaliação do Plano Diretor
Diagnóstico 2030
Instrução Normativa 04/2021
Entrega do relatório de análise técnica da 1ª rodada de Oficinas
Assinatura da Cooperação Técnica com o PNUD
Início da 1ª Rodada de Oficinas Temáticas Territoriais
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas


Linha do Tempo
O que ainda está por vir
Conferência de Revisão do Plano Diretor
O que já aconteceu
Debate das Propostas
Oficinas Temáticas
1º Seminário PDA 2030
Constituição dos Grupos de Trabalho
Instrução Normativa 15/2020
Entrega dos Relatórios Iniciais da 1ª Rodada de Oficinas
Fim da 1ª Rodada de Oficinas Temáticas Territoriais
Seminário Leitura da Cidade
Conferência - Avaliação do Plano Diretor
Diagnóstico 2030
Instrução Normativa 04/2021
Entrega do relatório de análise técnica da 1ª rodada de Oficinas
Assinatura da Cooperação Técnica com o PNUD
Início da 1ª Rodada de Oficinas Temáticas Territoriais
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas
Formas de Participar


O que ainda está por vir
O que já aconteceu
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas
Consultas Públicas


O que ainda está por vir
O que já aconteceu
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas
Consultas Públicas
Contribuições

Como participar

Sua sugestão é essencial para construirmos a cidade da melhor forma possível. Todas as sugestões dadas são encaminhadas para o e-mail da equipe.

Selecione o tema sobre o qual deseja contribuir:

- Desenvolvimento econômico
- Ambiente natural
- Desenvolvimento social e cultural
- Mobilidade e transporte
- Desempenho, estrutura e infraestrutura
- Patrimônio cultural
- Gestão da cidade
- Outros temas

Como participar

Sua sugestão é essencial para construirmos a cidade da melhor forma possível. Todas as sugestões dadas são encaminhadas para o e-mail da equipe.

Selecione o tema sobre o qual deseja contribuir:

- Desenvolvimento econômico
- Ambiente natural
- Desenvolvimento social e cultural
- Mobilidade e transporte
- Desempenho, estrutura e infraestrutura
- Patrimônio cultural
- Gestão da cidade
- Outros temas

Como participar

Sua sugestão é essencial para construirmos a cidade da melhor forma possível. Todas as sugestões dadas são encaminhadas para o e-mail da equipe.

Selecione o tema sobre o qual deseja contribuir:

- Desenvolvimento econômico
- Ambiente natural
- Desenvolvimento social e cultural
- Mobilidade e transporte
- Desempenho, estrutura e infraestrutura
- Patrimônio cultural
- Gestão da cidade
- Outros temas

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Formulário Ambiente Natural

Nome*

E-mail*

Mensagem*

Enviar


O que ainda está por vir
O que já aconteceu
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas
Consultas Públicas
Contribuições
Eventos

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

Agenda

Confira a programação dos próximos eventos do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Participe!

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07/11/2023
16:30
09/11/2023
21:00

+ Ver eventos anteriores

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? SOBRE A REVISÃO COMO PARTICIPAR AGENDA TRANSPARÊNCIA

Agenda

Confira a programação dos próximos eventos do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Participe!

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07/11/2023
16:30
09/11/2023
21:00

+ Ver eventos anteriores


O que ainda está por vir
O que já aconteceu
Quero participar
Participe da Consulta Pública
Envie sua contribuição
Participe dos eventos
Compartilhe com outras pessoas
Consultas Públicas
Contribuições
Eventos
Compartilhe

Quero participar

Compartilhe o site do Plano Diretor nas suas redes:

Feito!

Informações sobre as RGPs

Regiões de planejamento

Acompanhe esta página e participe das pesquisas, audiências públicas, oficinas, conferências e outros formatos de participação que virão.

Mande suas sugestões para o e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br

- Região 1 - Centro
- Região 2 - Humaitá, Navegantes, Ilhas e Noroeste
- Região 3 - Norte e Eixo Baltazar
- Região 4 - Leste e Nordeste
- Região 5 - Glória, Cruzeiro e Cristal
- Região 6 - Centro-Sul e Sul
- Região 7 - Lomba do Pinheiro e Partenon
- Região 8 - Restinga e Extremo Sul



Vídeos



Como está a revisão do plano diretor?



Por que participar do plano diretor



Você sabe o que é plano diretor?

Informações sobre as RGPs

Vídeos

Regiões de planejamento

Acompanhe esta página e participe das pesquisas, audiências públicas, oficinas, conferências e outros formatos de participação que virão.

Mande suas sugestões para o e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br

- Região 1 - Centro
- Região 2 - Humaitá, Navegantes, Ilhas e Noroeste
- Região 3 - Norte e Glu Baltazar
- Região 4 - Leste e Nordeste
- Região 5 - Glória, Cruzeiro e Cristal
- Região 6 - Centro-Sul e Sul
- Região 7 - Lomba do Pinheiro e Partenon
- Região 8 - Restinga e Extremo Sul



Vídeos



Como está a revisão do plano diretor?



Por que participar do plano diretor



Você sabe o que é plano diretor?

Notícias

Redes Sociais

Plano Diretor na mídia



Palestra do urbanista Alain Bertaud amplia debate sobre o Plano Diretor de Porto Alegre



Plano Diretor em debate

Notícias



Conferência de Revisão do Plano Diretor começa nesta terça



Alain Bertaud palestra sobre plano diretor no desenvolvimento das cidades



Referência mundial em planejamento urbano faz palestra em Porto Alegre



Abertas as inscrições para a 2ª Conferência do Plano Diretor

MAIS NOTÍCIAS

SMAMUS nas redes

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!

O que é o Plano Diretor?



O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhora da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!

O que é o Plano Diretor?



O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhoria da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!

O que é?



O Plano Diretor tem a função de estabelecer prioridades e normas para a organização e o desenvolvimento do território, e estas devem ser consideradas na elaboração do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, de planos setoriais (planos de habitação, de saneamento, de mobilidade, etc.) e na execução de intervenções concretas na cidade.

Continua...

CONTEXTO HISTÓRICO

1914

PLANO GERAL DE MELHORAMENTOS

Porto Alegre é a primeira Capital do país a ter um Plano Diretor.

No início do Século XX, surgiu a primeira tentativa de organizar o crescimento da cidade com o arquiteto João Moreira Maciel. Apesar de ser um plano tipicamente viário, era baseado em princípios orientadores bem definidos. Estabelecia, basicamente, a necessidade de criação de vias de acesso suficientemente amplas que desafogassem o tráfego do Centro para a periferia, e vice-versa.



1935

1959

1979

1999

2010

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!

O que é o Plano Diretor?



O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhora da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!

Sobre a Revisão

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do **Estatuto da Cidade** (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual **Plano Diretor de Porto Alegre**, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/1999** e modificado pela **Lei Complementar 646/2010**, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019 ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais** nas Regiões de Gestão do Planejamento.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, denominado **"POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável"**, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020** ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, conforme artigo:



Perguntas e Respostas

- Para que serve o Plano Diretor?
- Qual é o objetivo da Revisão do Plano Diretor?
- Quem é responsável por elaborar o Plano Diretor?
- Quanto tempo dura a Revisão do Plano Diretor?
- Quem participa Revisão do Plano Diretor?
- Quais as etapas do Plano Diretor?
- Como participar da Revisão do Plano Diretor?
- Como ficar por dentro das notícias da Revisão do Plano Diretor?
- Quais atividades serão realizadas em 2023?
- Onde eu acesso o Plano Diretor atual?
- Como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre é dividido?

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

O QUE É? | SOBRE A REVISÃO | COMO PARTICIPAR | AGENDA | TRANSPARÊNCIA

Conferência de Revisão do Plano Diretor

07, 08 e 09 de novembro de 2023
PUCRS

Inscreva-se e participe!



O que é o Plano Diretor?

O Plano Diretor é uma lei municipal que orienta o planejamento do desenvolvimento urbano sustentável do município. O Plano Diretor atual foi instituído pela Lei Complementar 434/99 e, posteriormente, alterado pela Lei Complementar 646/2010.

Mais do que uma lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado e os governos. De acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade, o mesmo deve ser revisado a cada 10 anos. A partir da revisão do Plano Diretor atual, se almeja a construção de uma cidade mais humana, a partir de instrumentos de planejamento urbano que reorganizem os espaços da cidade e garantam a melhora da qualidade de vida da população.

Saiba mais sobre o Plano Diretor aqui!

Transparência

142
Reuniões dos Grupos de Trabalhos

27
Eventos nas Regiões de Planejamento

2
Seminários

1
Conferência



Documentos

Confira documentos, legislação e referências



Eventos Participativos

Confira material dos eventos de participação da sociedade



Publicações

Confira relatórios e materiais técnicos

Documentos

Acesse aqui os documentos relativos ao Processo de Revisão do Plano Diretor.

Legislação

- Estatuto da Cidade
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre
- Instrução Normativa Nº 055/2020
- Instrução Normativa Nº 004/2021

Documentos de Referência

Memorando de Entendimentos | ONU-Habitat

Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI)

Transparência

142
Reuniões dos Grupos de Trabalhos

27
Eventos nas Regiões de Planejamento

2
Seminários

1
Conferência



Documentos

Confira documentos, legislação e referências



Eventos Participativos

Confira material dos eventos de participação da sociedade



Publicações

Confira relatórios e materiais técnicos

Eventos Participativos

Confira o material dos eventos de participação da sociedade.



Devolutivas

Confira os detalhes do evento



Seminário Leitura da Cidade

Confira os detalhes do evento



Oficinas Temáticas

Confira os detalhes do evento



Conferência de Avaliação do Plano Diretor

Confira os detalhes dos três dias de evento



Exposições Diagnóstico POA 2030

Confira os detalhes do evento



Oficinas Temáticas - Territoriais

Confira os detalhes do evento

Eventos Participativos

Confira o material dos eventos de participação da sociedade.



Devolutivas

Confira os detalhes do evento



Seminário Leitura da Cidade

Confira os detalhes do evento



Oficinas Temáticas

Confira os detalhes do evento



Conferência de Avaliação do Plano Diretor

Confira os detalhes dos três dias de evento



Exposições Diagnóstico POA 2030

Confira os detalhes do evento



Oficinas Temáticas - Territoriais

Confira os detalhes do evento

Seminário Leitura da Cidade

Confira o material apresentado no evento.

Apresentações

- Bloco 1
  - Apresentação de Abertura | Diretoria de Planejamento (A Gano)
  - Apresentação Consultoria | Ernst & Young
- Bloco 2
- Bloco 3

Gravação

- Turno da Manhã



Transparência

142
Reuniões dos Grupos de Trabalhos

27
Eventos nas Regiões de Planejamento

2
Seminários

1
Conferência



Documentos

Confira documentos, legislação e referências



Eventos Participativos

Confira material dos eventos de participação da sociedade



Publicações

Confira relatórios e materiais técnicos

Publicações

Confira mais detalhes do material técnico produzido durante o processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Material Técnico

- Glossário
- Objetivos e Estratégias - Conferência de Revisão do Plano Diretor
  - Objetivos e Estratégias

Consultorias

- WayCarbon & Ichel
- Ernst & Young
  - Termo de Referência - Português
  - Termo de Referência - Inglês
  - Produto 1
  - Produto 2
  - Produto 3/4
  - Produto 5
  - Produto 5
  - Produto 7/8
- Terrama Tech

CONSULTA PÚBLICA



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

OBRIGADA!

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Foto: Giulian Serafim/PMPA

CONSULTA PÚBLICA



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 07 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO

PREFEITURA



- **OBJETIVO:** Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;

- **METODOLOGIA:** Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;

- **DÚVIDAS:** É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no **horário** previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no **silencioso**;
- **Não fale ao celular** dentro da sala;
- **Ouça e respeite** a fala dos demais;
- Evite discutir **temas que não sejam relacionados** com o que está sendo tratado;
- Administre bem o **tempo**.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

OBJETIVO: Promover o **DEBATE** a respeito das **ESTRATÉGIAS PROPOSTAS** para a revisão do Plano Diretor.

As **ESTRATÉGIAS PROPOSTAS** foram compiladas com base nas **PROBLEMÁTICAS** levantadas na etapa de **LEITURA DA CIDADE** e **CONTRIBUIÇÕES** ao longo do processo.

As **ESTRATÉGIAS PROPOSTAS** serão discutidas com base nos **OBJETIVOS GERAIS**:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.

2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.

3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.

4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.

5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento.

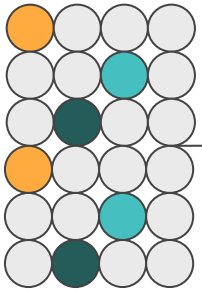
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

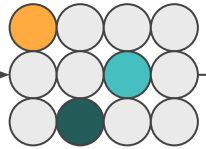
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

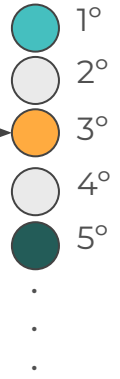
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

PRIORIZAÇÃO NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA

LOCAL

- PRÉDIO 50 DA PUCRS, 4º ANDAR;
- CREDENCIAMENTO - **13H30;**
- 10 SALAS DISPONÍVEIS, SENDO 2 PARA CADA OBJETIVO (SE NECESSÁRIO);
- LOTAÇÃO DAS SALAS - 60 PESSOAS.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES **CONSULTORIA** (EY) E **SMAMUS;**
- **OBJETIVO:** ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA **CONSULTA DO MATERIAL** DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA **CONTRIBUIÇÕES**.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será priorizado no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 1

- **INÍCIO DOS TRABALHOS** - 14h00
- **EXPLICAÇÃO DINÂMICA** - TEMPO - 05 MINUTOS
- **APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL** - TEMPO - 05 MINUTOS
- **APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS** - TEMPO - 20 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)

MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	MESA 5
ESTRATÉGIA 01	ESTRATÉGIA 05	ESTRATÉGIA 09	ESTRATÉGIA 13	ESTRATÉGIA 17
ESTRATÉGIA 02	ESTRATÉGIA 06	ESTRATÉGIA 10	ESTRATÉGIA 14	ESTRATÉGIA 18
ESTRATÉGIA 03	ESTRATÉGIA 07	ESTRATÉGIA 11	ESTRATÉGIA 15	ESTRATÉGIA 19
ESTRATÉGIA 04	ESTRATÉGIA 08	ESTRATÉGIA 12	ESTRATÉGIA 16	ESTRATÉGIA 20
RM1	RM2	RM3	RM4	RM5

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.

	PRÓS	CONTRAS
ESTRATÉGIA 01		
ESTRATÉGIA 02		
ESTRATÉGIA 03		
ESTRATÉGIA 04		

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PREFEITURA

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo

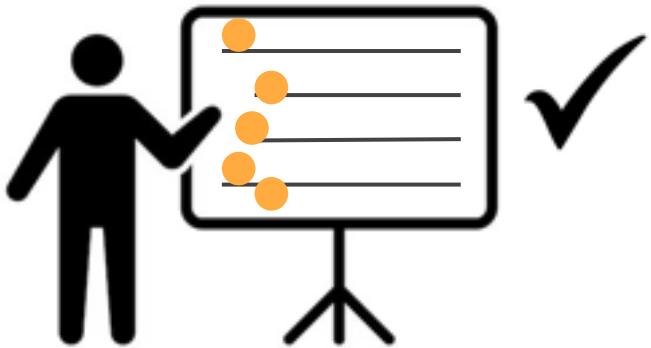


CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

10 M

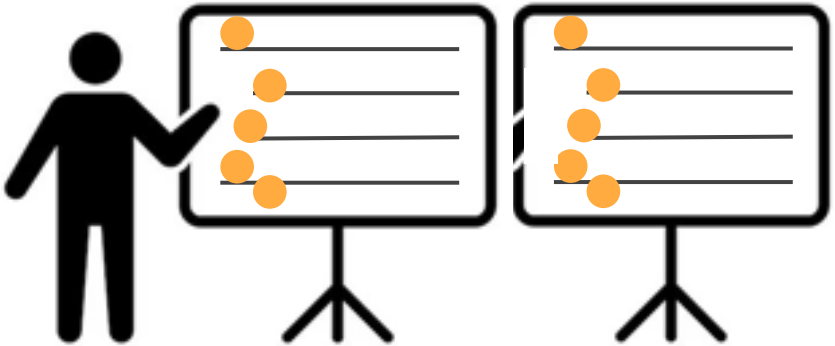
BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher **5 ESTRATÉGIAS** - TEMPO - 10 MINUTOS



BLOCO 3

Os resultados e Painéis das **ESTRATÉGIAS** das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

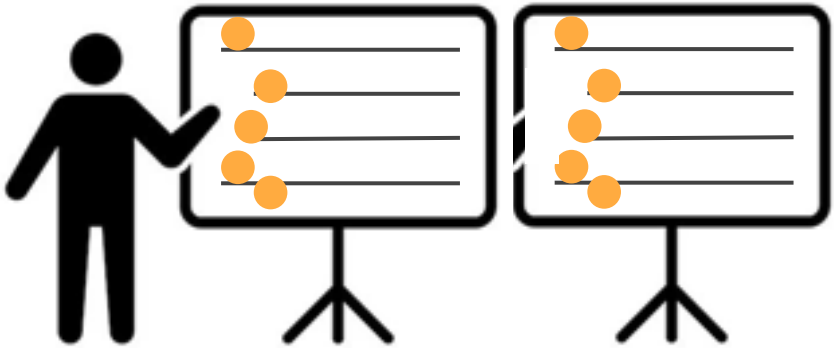
PREFEITURA

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

PREFEITURA

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e deliberação para **PRIORIZAÇÃO** das **ESTRATÉGIAS**.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

PREFEITURA

REGRAS GERAIS

- Chegue no **horário** previsto;
- Mantenha o celular no **silencioso** e **não fale ao celular** dentro do auditório;
- **Ouça e respeite** a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações **sobre o tema que está sendo abordado;**
- Respeite o **tempo de fala (3 min),** faltando **1 minuto** será avisado e após o tempo o **microfone será silenciado**;
- Cada pessoa tem direito a uma **(1) fala** por objetivo;
- **Não será permitido ceder** seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, **outras pessoas** também tem o direito de se **manifestar**;
- Serão **priorizadas** as falas da **população** em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

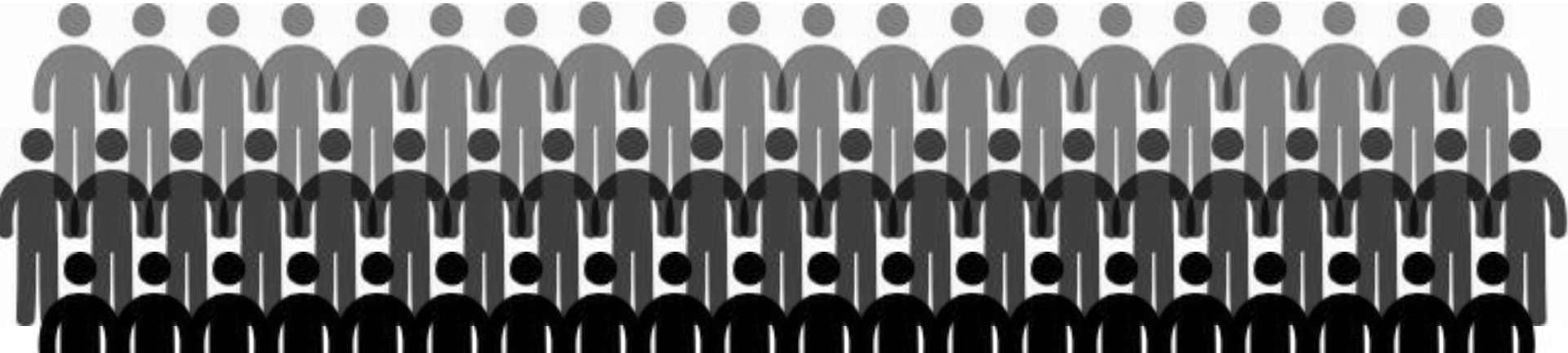
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.





PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

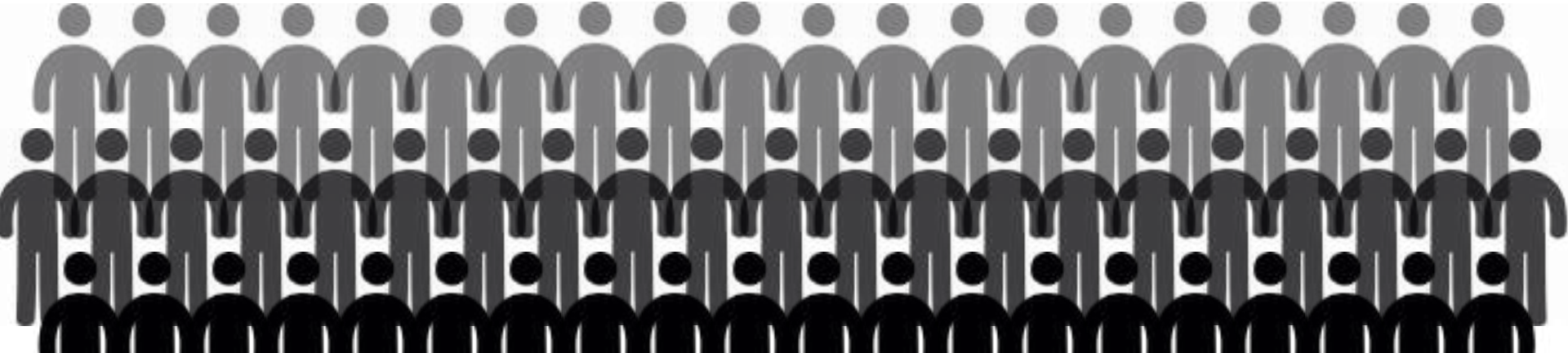
PREFEITURA

25 M

MANIFESTAÇÃO

- **Inscrição** para fala será feita **durante a apresentação**;
- Até 8 falas por OBJETIVO, totalizando aproximadamente 25 minutos.





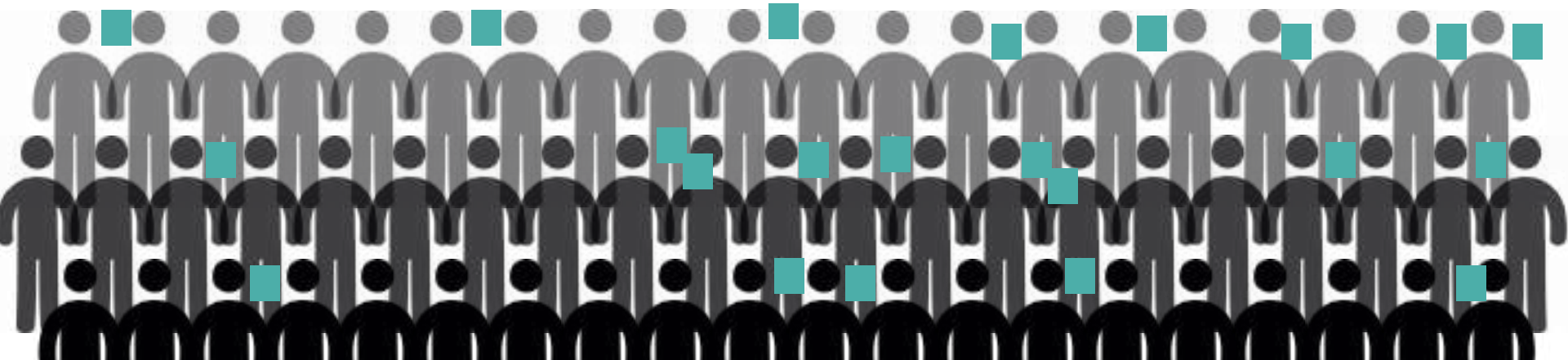
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

10 M

PRIORIZAÇÃO

As ESTRATÉGIAS escolhidas no dia anterior serão deliberadas quanto a sua PRIORIZAÇÃO.

A verificação será por CONTRASTE, devendo o participante levantar o crachá para priorizar a estratégia.



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

OBRIGADA!

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 08 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO



- OBJETIVO: Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;
- METODOLOGIA: Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;
- DÚVIDAS: É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no horário previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no silencioso;
- Não fale ao celular dentro da sala;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Evite discutir temas que não sejam relacionados com o que está sendo tratado;
- Administre bem o tempo.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO: Promover o DEBATE a respeito das ESTRATÉGIAS PROPOSTAS para a revisão do Plano Diretor.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS foram compiladas com base nas PROBLEMÁTICAS levantadas na etapa de LEITURA DA CIDADE e CONTRIBUIÇÕES ao longo do processo.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS serão discutidas com base nos OBJETIVOS GERAIS:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.
2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.
3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.
4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.
5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será debatido no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

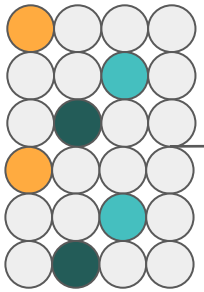
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

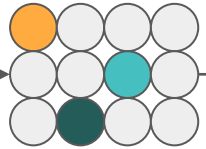
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

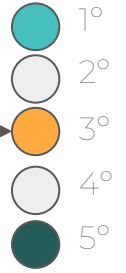
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

DEBATE NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 3 – Agenda proposta para o Dia 2

	INÍCIO	FIM	DURAÇÃO (MIN)	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
BLOCO 1	13:30	14:00	30	Credenciamento	SMAMUS
	14:00	14:30	30	Introdução	Facilitador SMAMUS
	14:30	14:40	10	Separação em mesas	Facilitador SMAMUS
BLOCO 2	14:40	15:20	40	Prós e contras das 4 estratégias por mesas - 5 mesas	Público
	15:20	15:35	15	Intervalo	Geral
	15:35	16:50	5 x 15	Apresentação Mesas	Representantes Mesas
	16:50	17:00	10	Priorização Individual	Público
	17:00	18:00	60	Priorização Individual + Cofee Break	Geral
BLOCO 3	18:00	21:00	180	Exposição dos resultados para sala	Facilitador SMAMUS

Fonte: Elaboração EY (adaptado)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

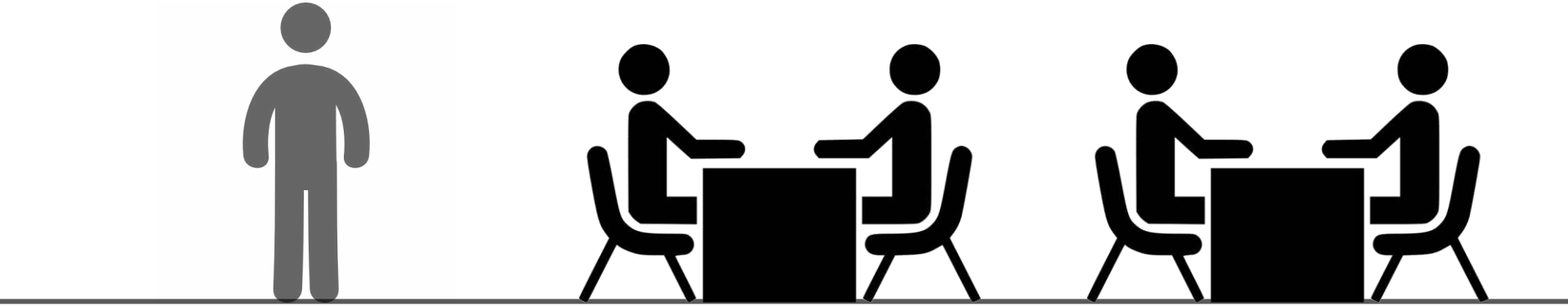
BLOCO 1

- EXPLICAÇÃO DINÂMICA - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS - TEMPO - 20 MINUTOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES CONSULTORIA (EY) E SMAMUS;
- OBJETIVO: ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA CONSULTA DO MATERIAL DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA CONTRIBUIÇÕES.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

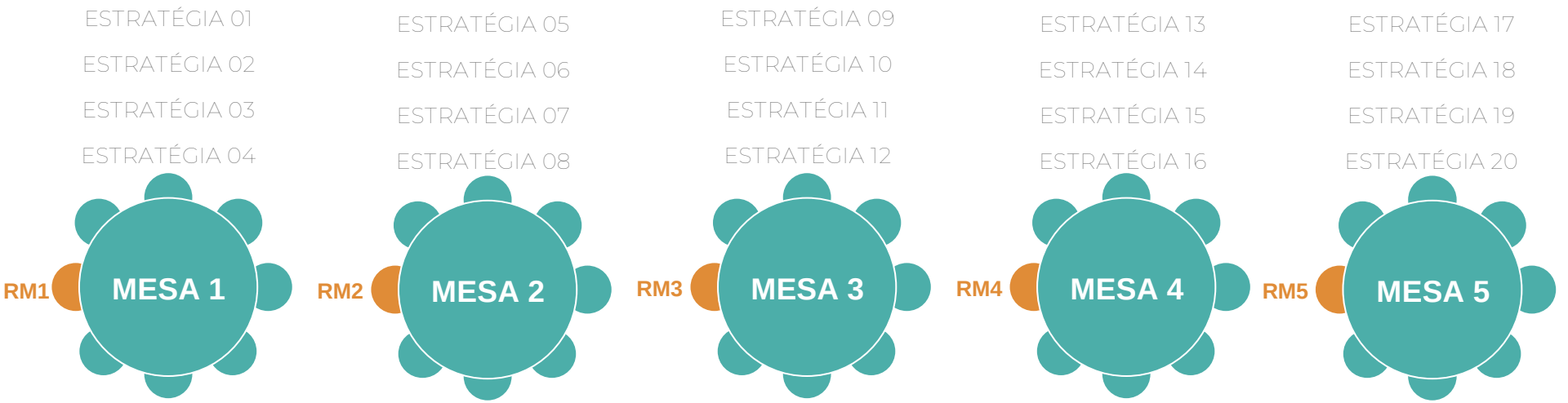
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 1

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

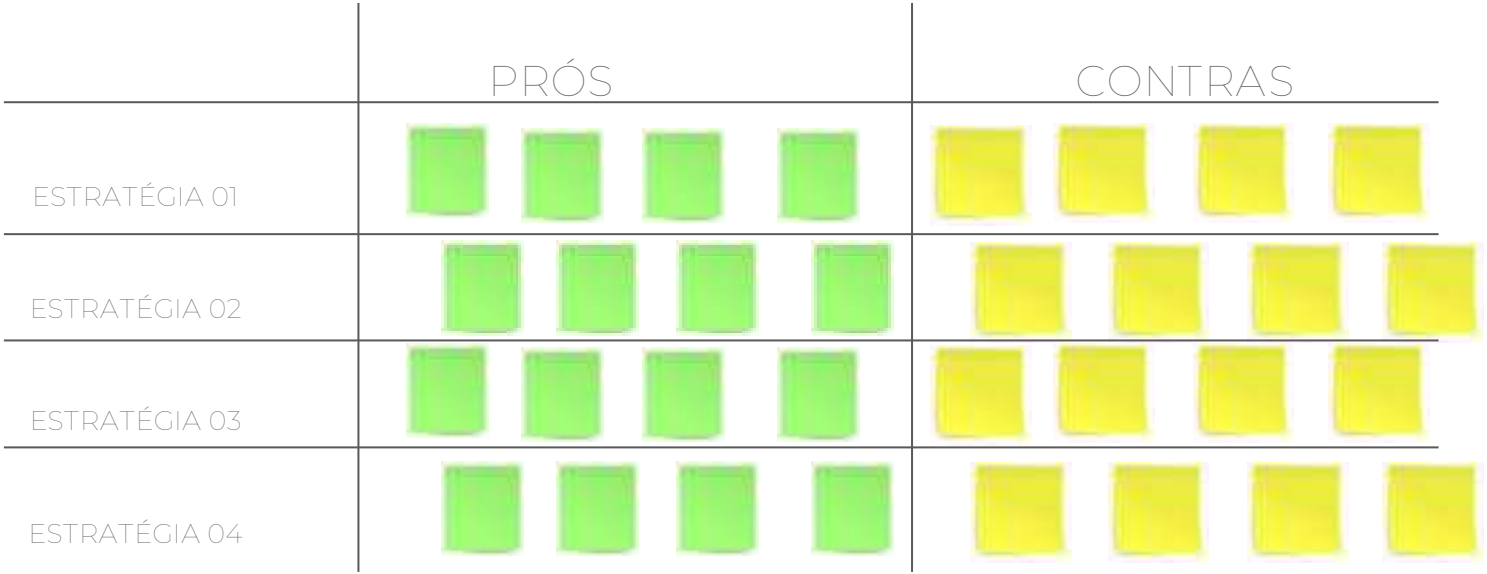
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

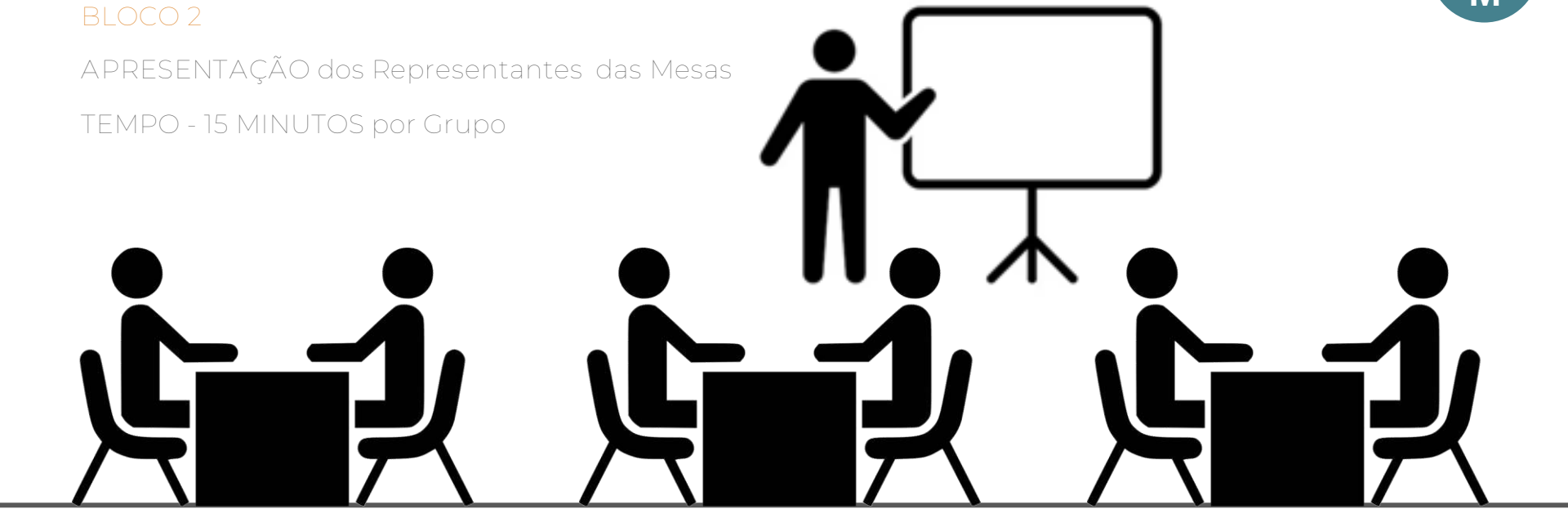
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

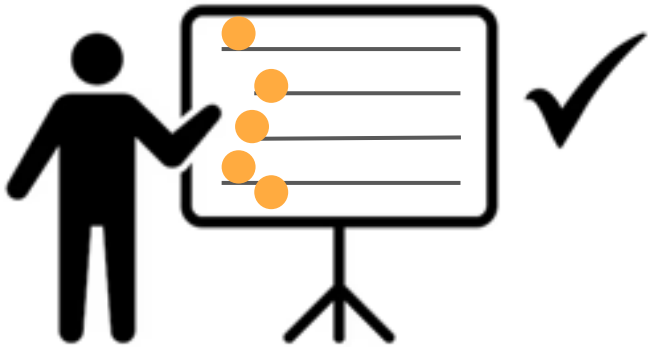
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

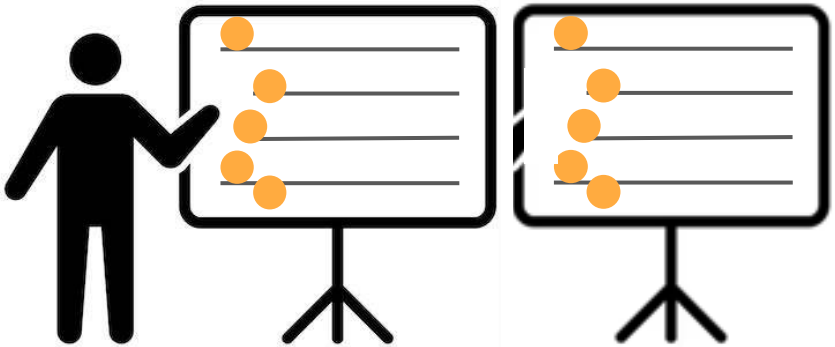
PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 3

Os resultados e Painéis das ESTRATÉGIAS das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

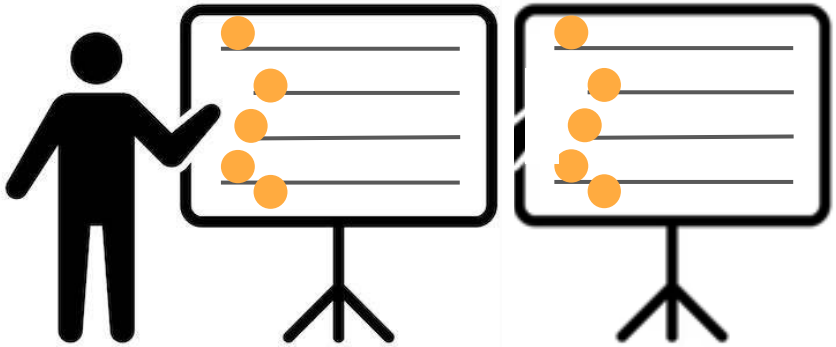
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

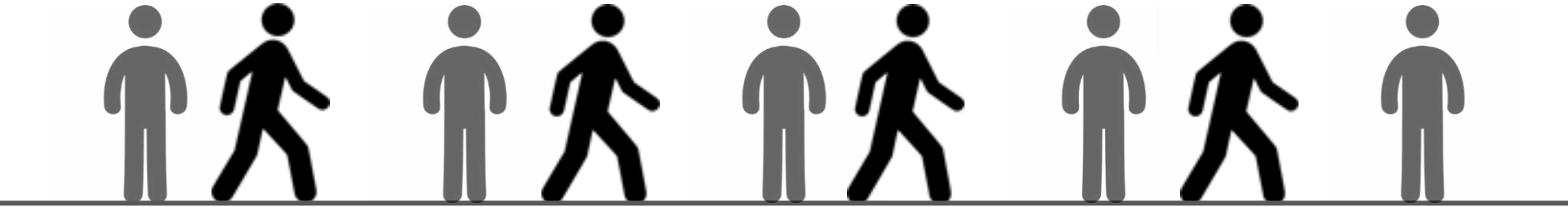
180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e DEBATE das ESTRATÉGIAS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

REGRAS GERAIS

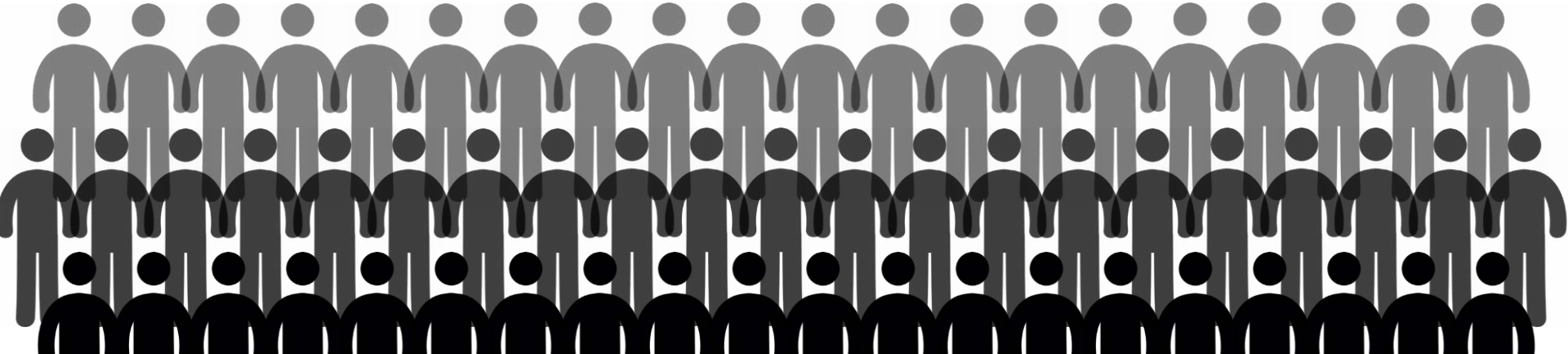
- Chegue no horário previsto;
- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;
- Respeite o tempo de fala (3 min), faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.



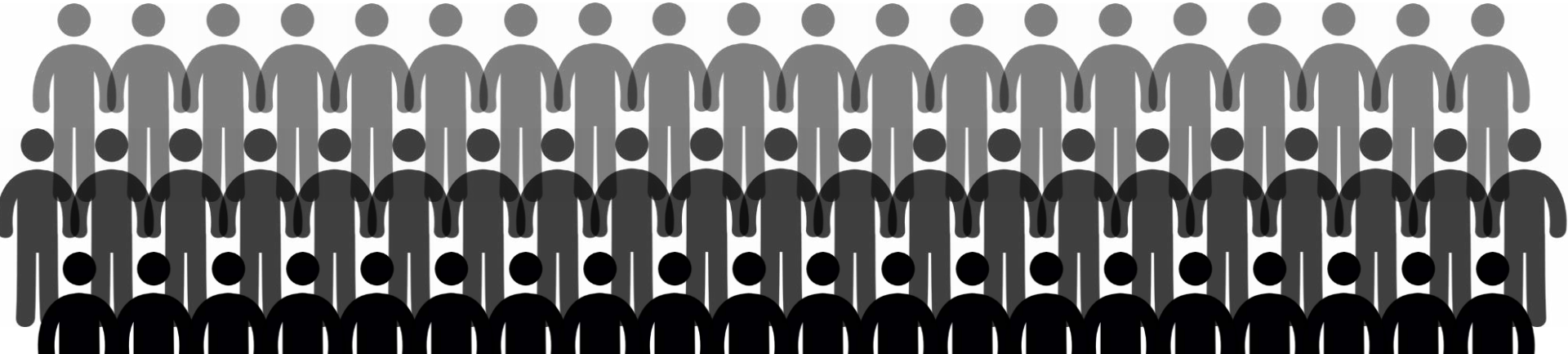


25 M

MANIFESTAÇÃO

- Inscrição para fala será feita durante a apresentação;
- Até 8 falas por OBJETIVO.





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 1

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 - ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

MESA 1

E1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.

E1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.

E1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

MESA 2

E1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.

E1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

E1.7 Diretrizes para os espaços públicos: Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.

E1.8 Qualificação dos espaços públicos: Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 - ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

MESA 3

E1.9 Gestão de Espaços Públicos: Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.

E1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.

E1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.

E1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 - ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

MESA 4

E1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.

E1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 - ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

MESA 5

E1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.

E1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

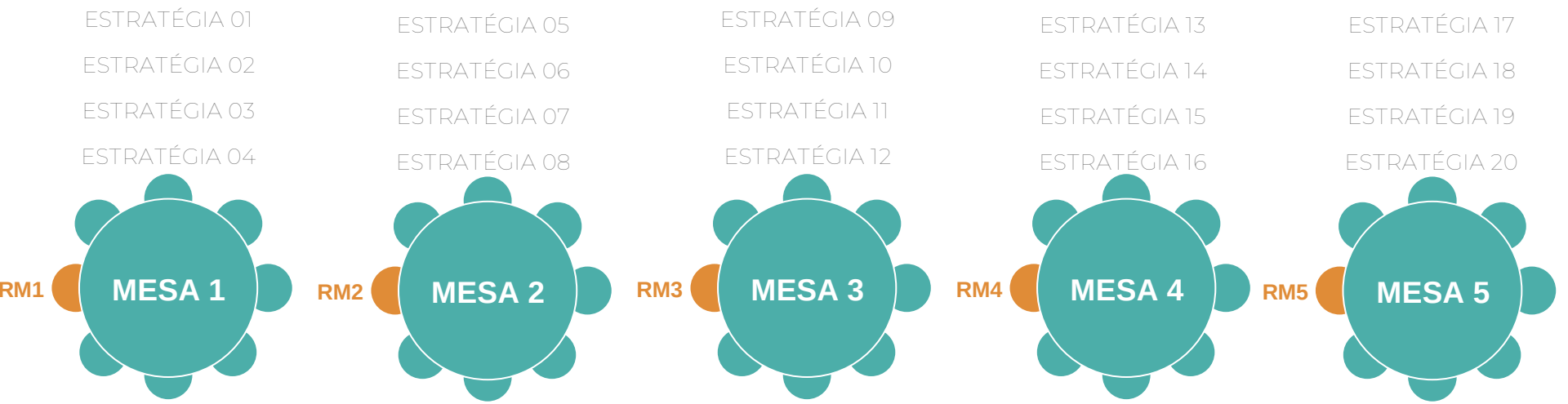
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



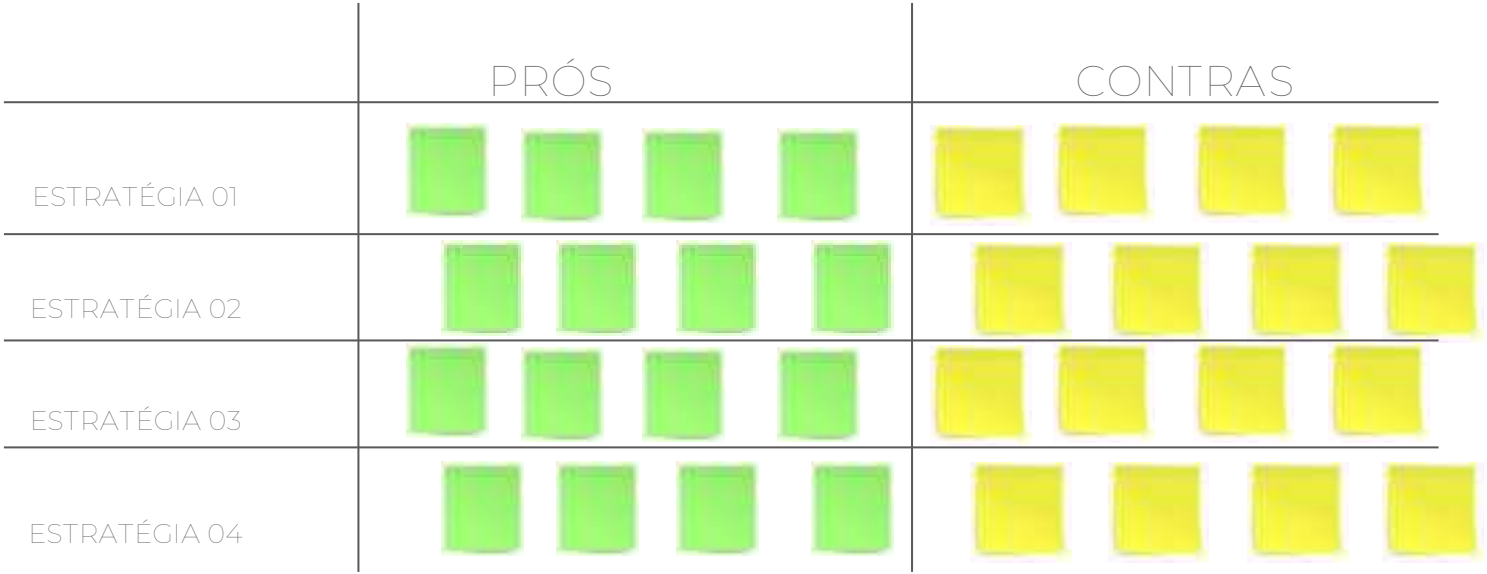
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a votação individual.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MATERIAL DE APOIO

40 M

SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

	PRÓS	CONTRAS
EL1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.		

EL1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.

PRÓS

CONTRAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

INTERVALO - 15 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÕES GRUPOS

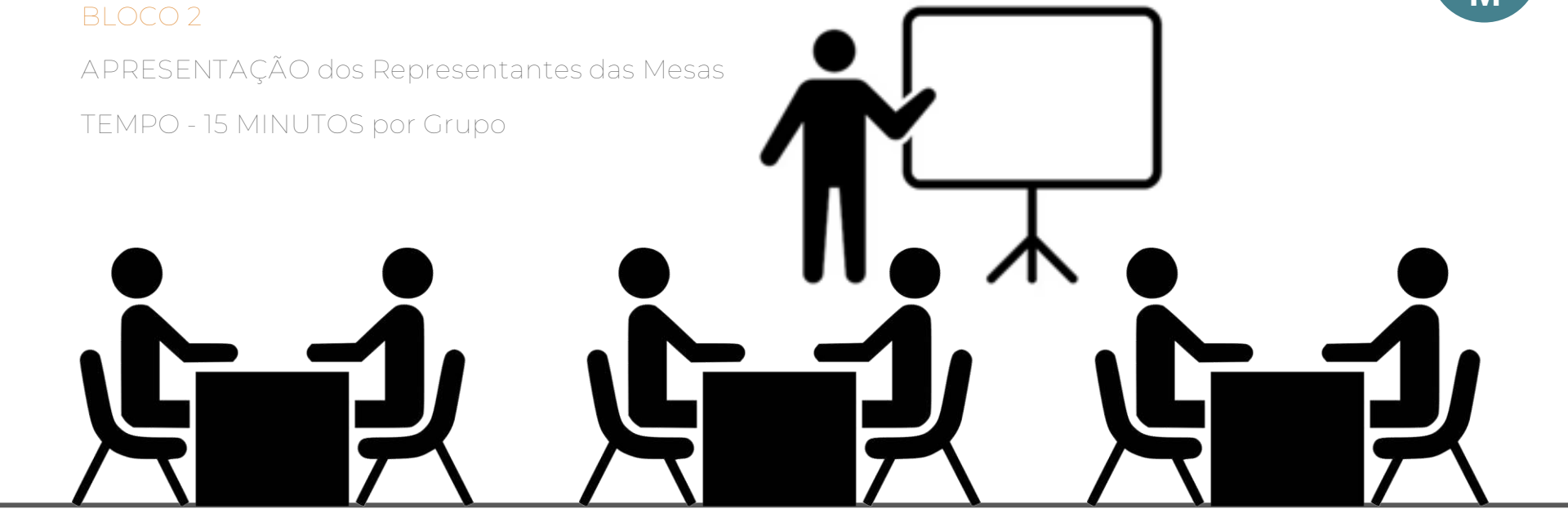
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

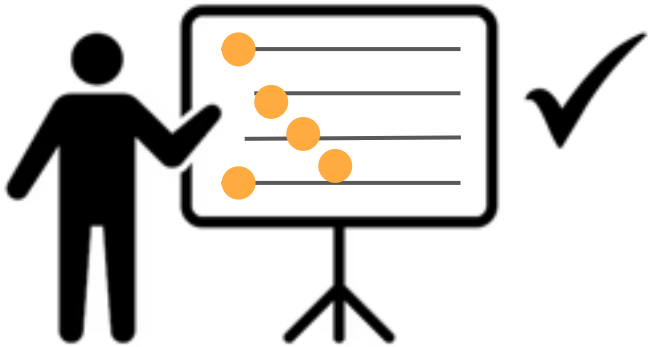
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

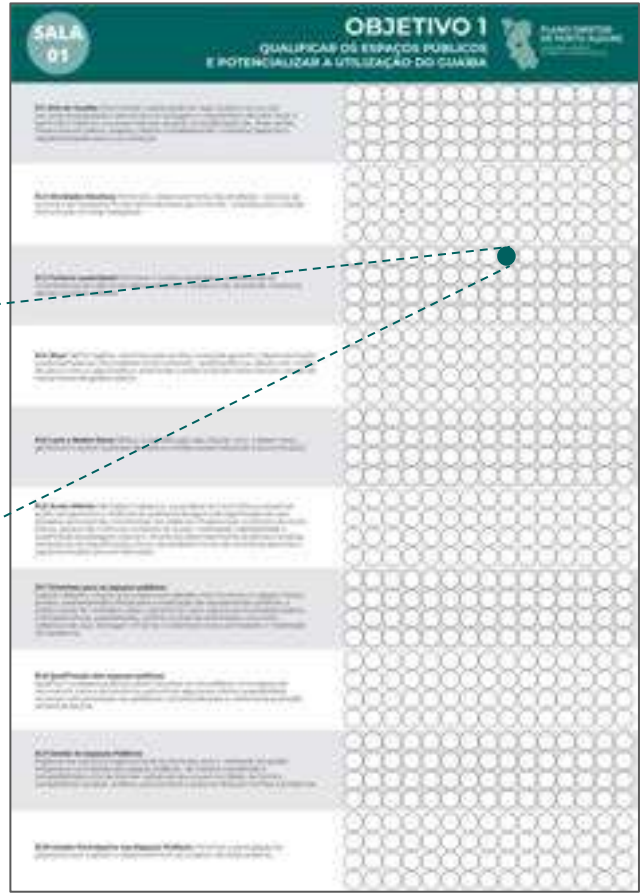
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

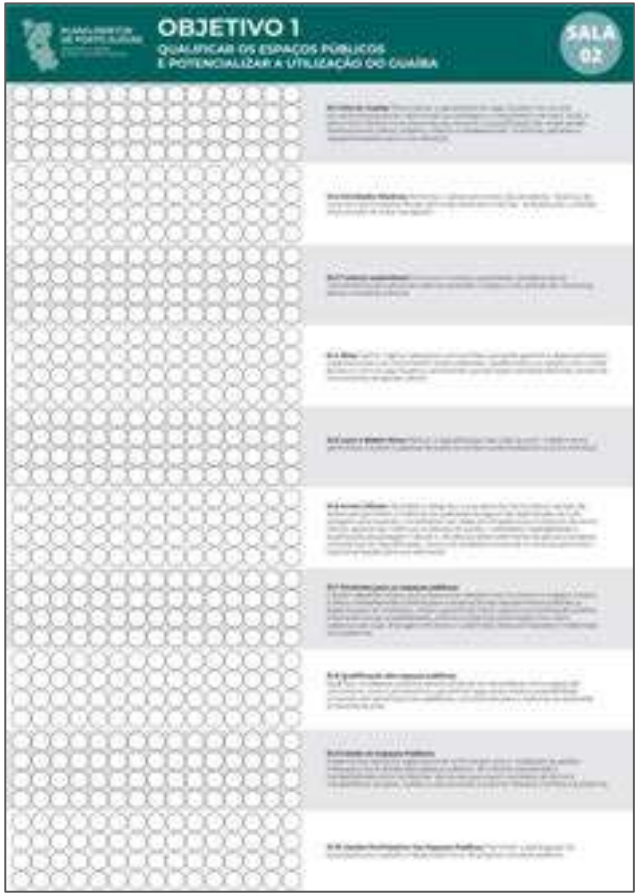
porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

10 M



ADESIVO





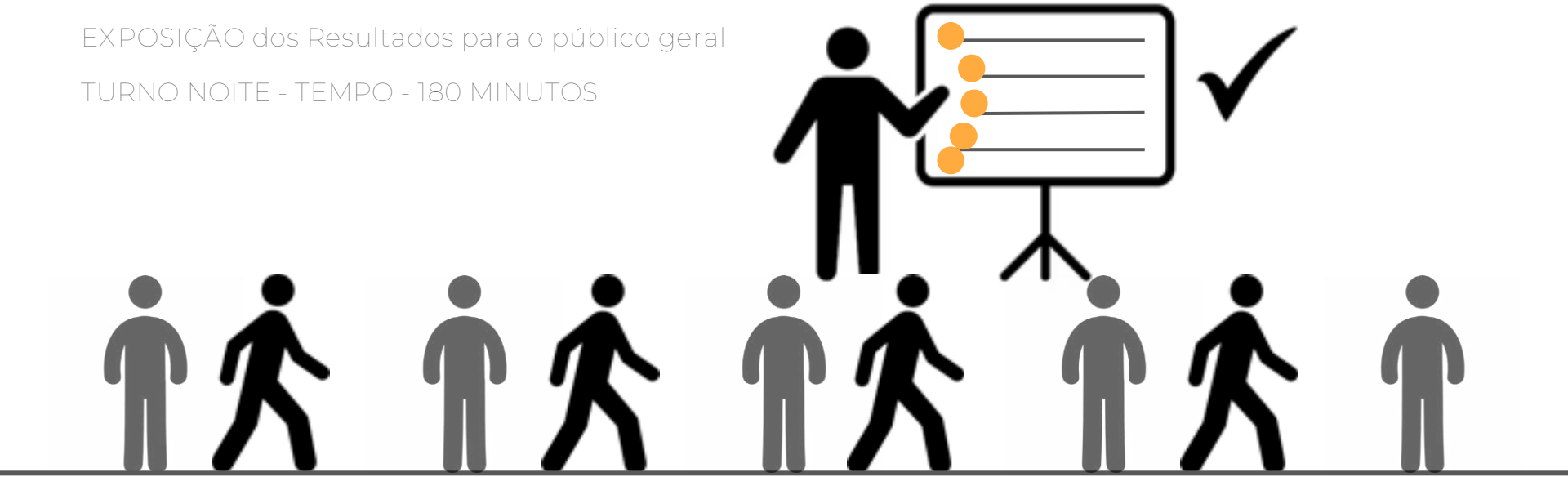
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
EXPOSIÇÃO

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TURNO NOITE - TEMPO - 180 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

COFFEE BREAK

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 08 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO



- OBJETIVO: Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;
- METODOLOGIA: Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;
- DÚVIDAS: É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no horário previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no silencioso;
- Não fale ao celular dentro da sala;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Evite discutir temas que não sejam relacionados com o que está sendo tratado;
- Administre bem o tempo.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO: Promover o DEBATE a respeito das ESTRATÉGIAS PROPOSTAS para a revisão do Plano Diretor.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS foram compiladas com base nas PROBLEMÁTICAS levantadas na etapa de LEITURA DA CIDADE e CONTRIBUIÇÕES ao longo do processo.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS serão discutidas com base nos OBJETIVOS GERAIS:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.
2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.
3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.
4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.
5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será debatido no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

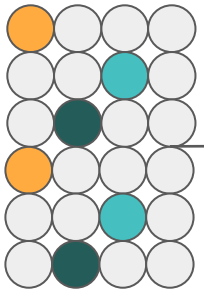
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

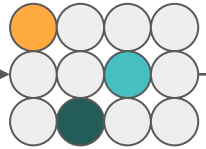
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

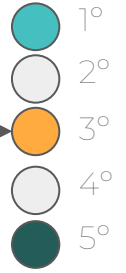
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

DEBATE NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 3 – Agenda proposta para o Dia 2

	INÍCIO	FIM	DURAÇÃO (MIN)	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
BLOCO 1	13:30	14:00	30	Credenciamento	SMAMUS
	14:00	14:30	30	Introdução	Facilitador SMAMUS
	14:30	14:40	10	Separação em mesas	Facilitador SMAMUS
BLOCO 2	14:40	15:20	40	Prós e contras das 4 estratégias por mesas - 5 mesas	Público
	15:20	15:35	15	Intervalo	Geral
	15:35	16:50	5 x 15	Apresentação Mesas	Representantes Mesas
	16:50	17:00	10	Priorização Individual	Público
	17:00	18:00	60	Priorização Individual + Cofee Break	Geral
BLOCO 3	18:00	21:00	180	Exposição dos resultados para sala	Facilitador SMAMUS

Fonte: Elaboração EY (adaptado)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

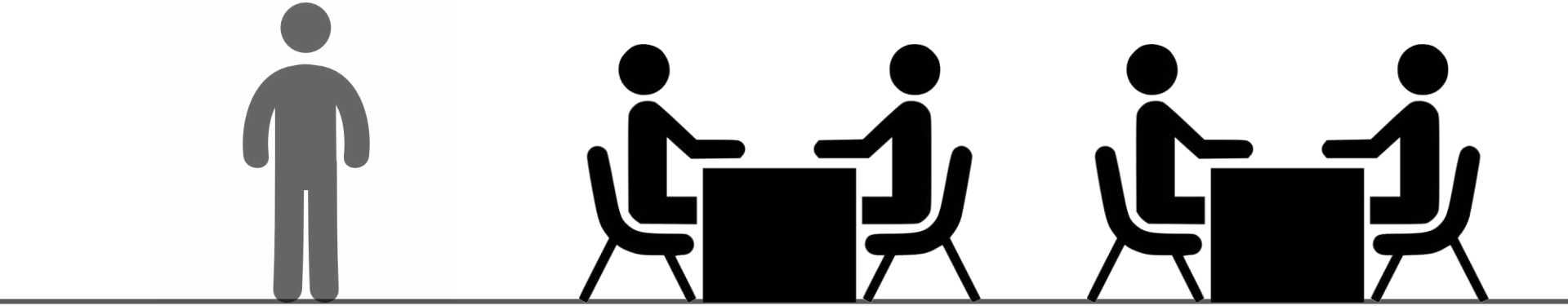
BLOCO 1

- EXPLICAÇÃO DINÂMICA - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS - TEMPO - 20 MINUTOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES CONSULTORIA (EY) E SMAMUS;
- OBJETIVO: ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA CONSULTA DO MATERIAL DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA CONTRIBUIÇÕES.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 1

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)

MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	MESA 5
ESTRATÉGIA 01	ESTRATÉGIA 05	ESTRATÉGIA 09	ESTRATÉGIA 13	ESTRATÉGIA 17
ESTRATÉGIA 02	ESTRATÉGIA 06	ESTRATÉGIA 10	ESTRATÉGIA 14	ESTRATÉGIA 18
ESTRATÉGIA 03	ESTRATÉGIA 07	ESTRATÉGIA 11	ESTRATÉGIA 15	ESTRATÉGIA 19
ESTRATÉGIA 04	ESTRATÉGIA 08	ESTRATÉGIA 12	ESTRATÉGIA 16	ESTRATÉGIA 20



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

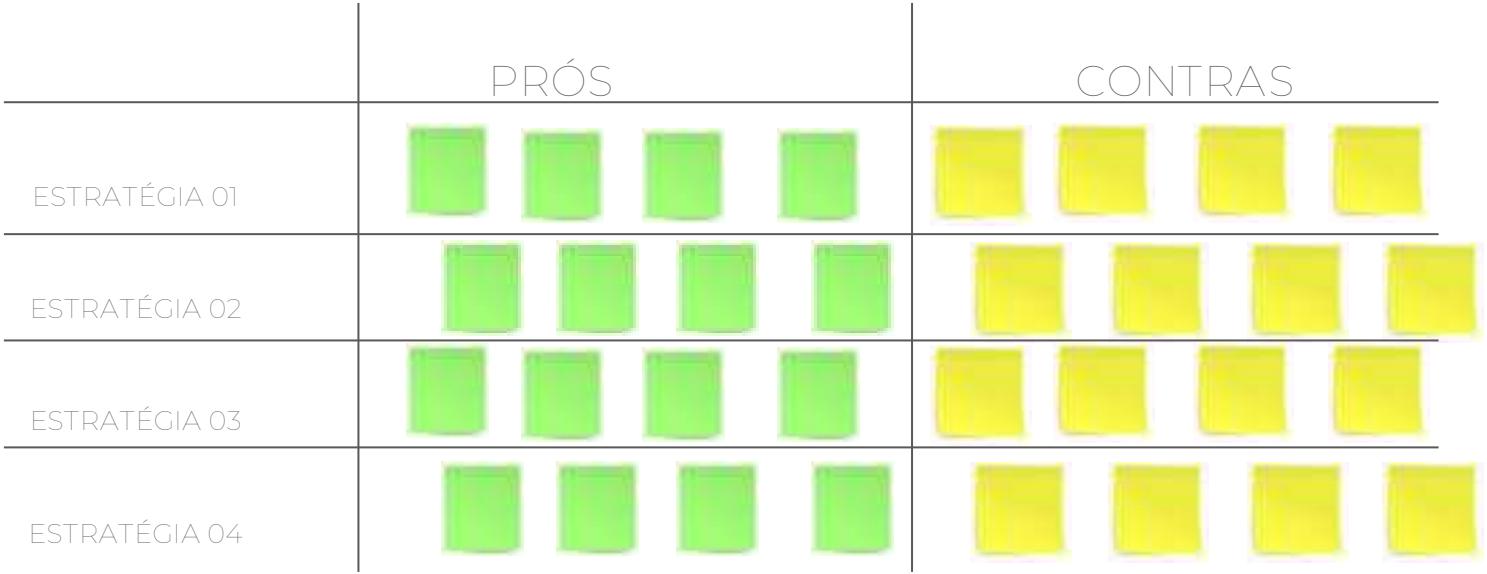
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

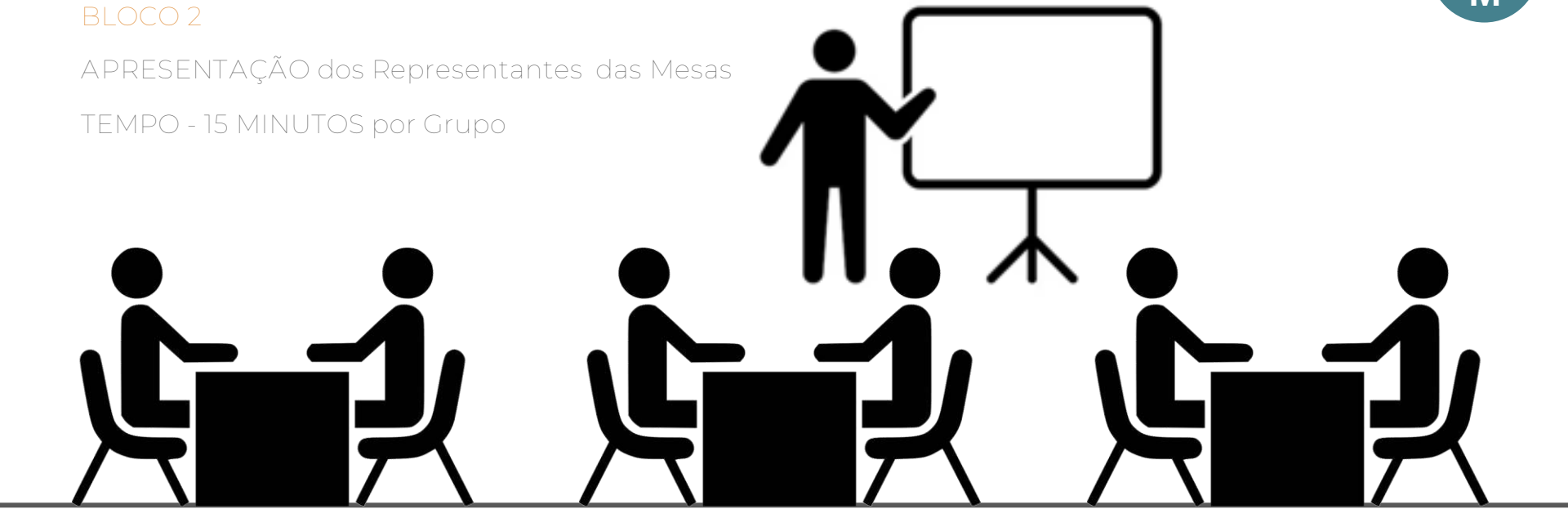
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

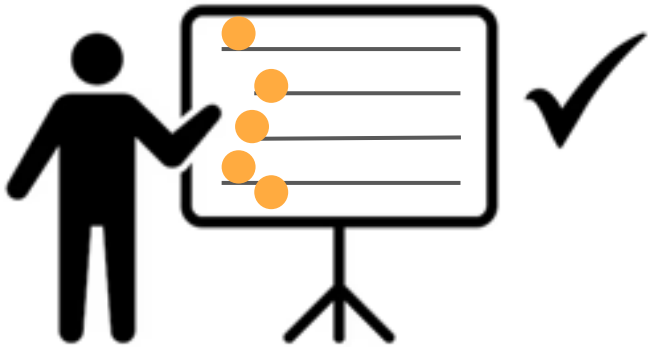
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

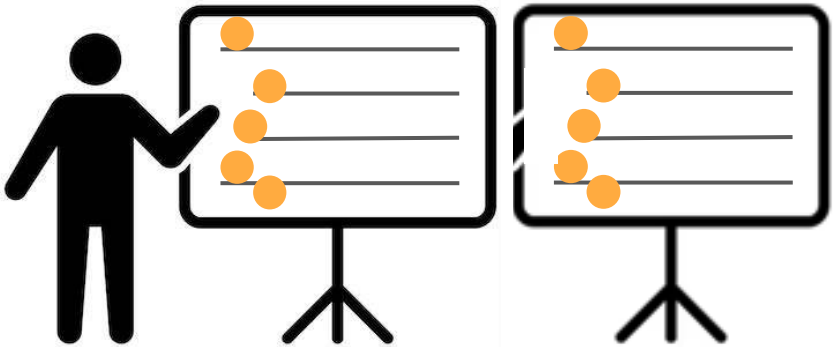
PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 3

Os resultados e Painéis das ESTRATÉGIAS das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

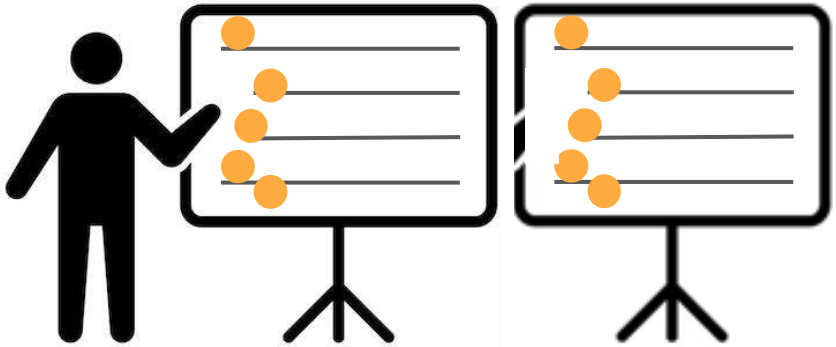
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

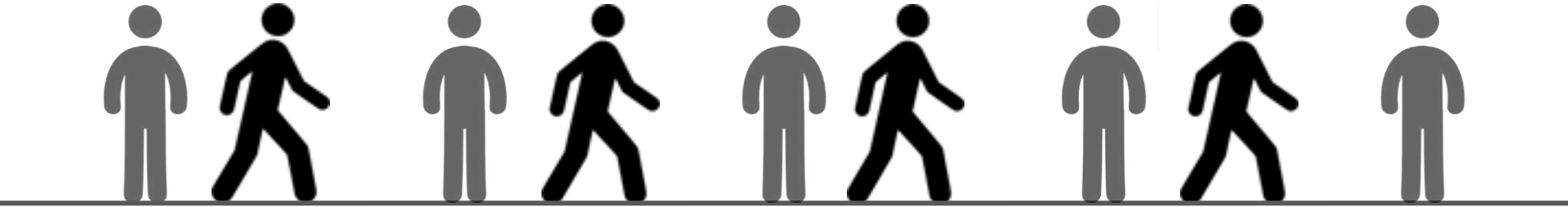
180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e DEBATE das ESTRATÉGIAS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

REGRAS GERAIS

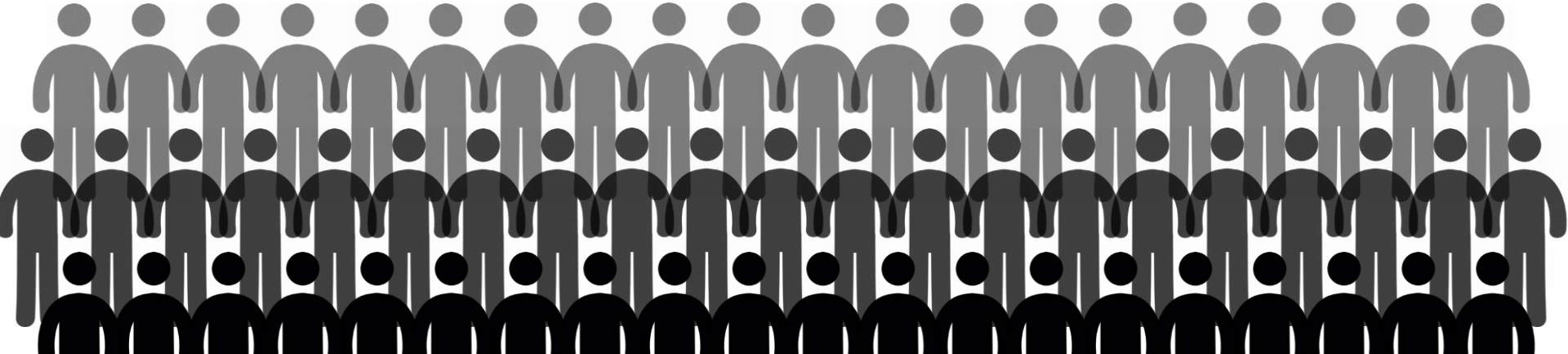
- Chegue no horário previsto;
- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;
- Respeite o tempo de fala (3 min), faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.



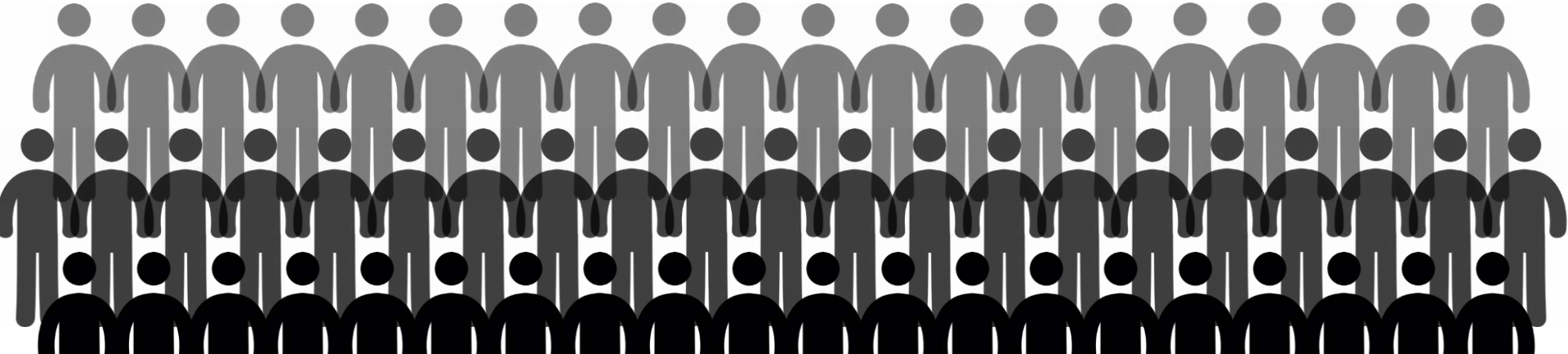


25 M

MANIFESTAÇÃO

- Inscrição para fala será feita durante a apresentação;
- Até 8 falas por OBJETIVO.





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 2

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

MESA 1

E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.

E2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar áreas de desenvolvimento econômico, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.

E2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.

E2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

MESA 2

E2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.

E2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.

E2.7 Conexões com a região metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo.

E2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

MESA 3

E2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.

E2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

E2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.

E2.12 Monitoramento da Mobilidade: Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

MESA 4

E2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.

E2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.

E2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.

E2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

MESA 5

E2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.

E2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.

E2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.

E2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)

MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	MESA 5
ESTRATÉGIA 01	ESTRATÉGIA 05	ESTRATÉGIA 09	ESTRATÉGIA 13	ESTRATÉGIA 17
ESTRATÉGIA 02	ESTRATÉGIA 06	ESTRATÉGIA 10	ESTRATÉGIA 14	ESTRATÉGIA 18
ESTRATÉGIA 03	ESTRATÉGIA 07	ESTRATÉGIA 11	ESTRATÉGIA 15	ESTRATÉGIA 19
ESTRATÉGIA 04	ESTRATÉGIA 08	ESTRATÉGIA 12	ESTRATÉGIA 16	ESTRATÉGIA 20
RM1	RM2	RM3	RM4	RM5

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.

	PRÓS	CONTRAS
ESTRATÉGIA 01		
ESTRATÉGIA 02		
ESTRATÉGIA 03		
ESTRATÉGIA 04		

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MATERIAL DE APOIO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

40 M



E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.

PRÓS

CONTRAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

INTERVALO - 15 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÕES GRUPOS

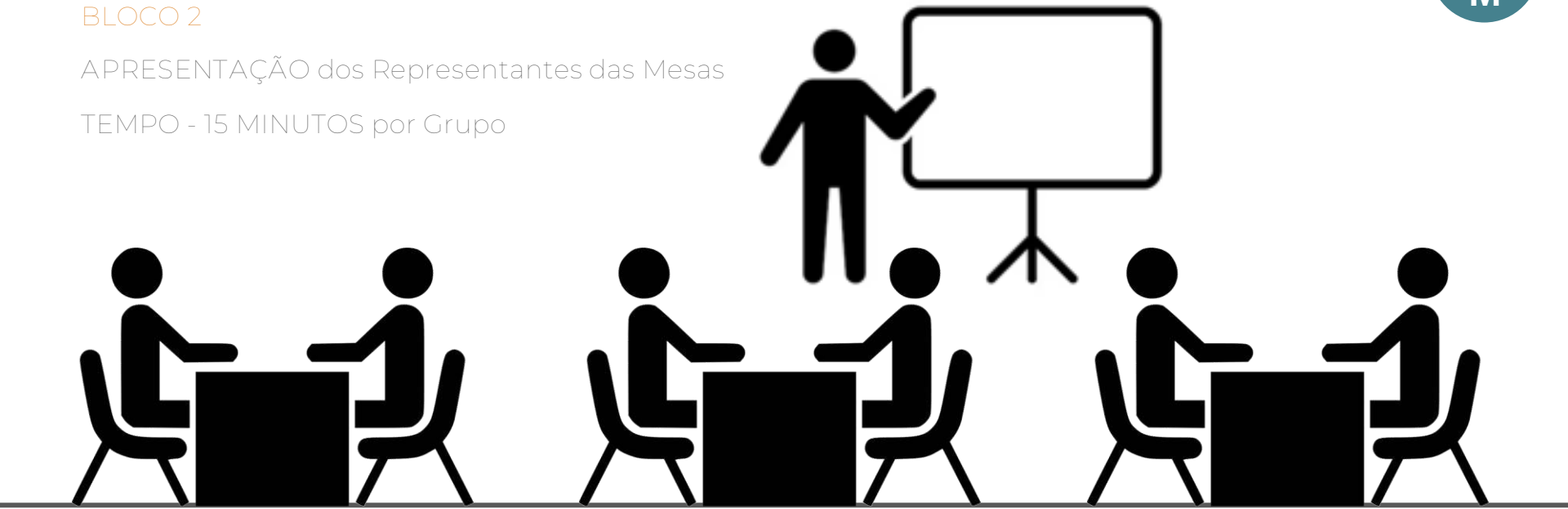
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

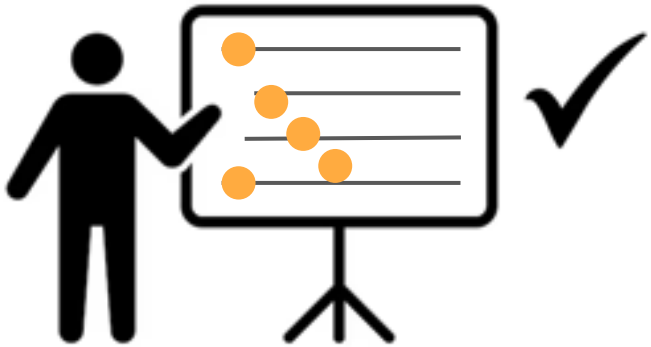
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

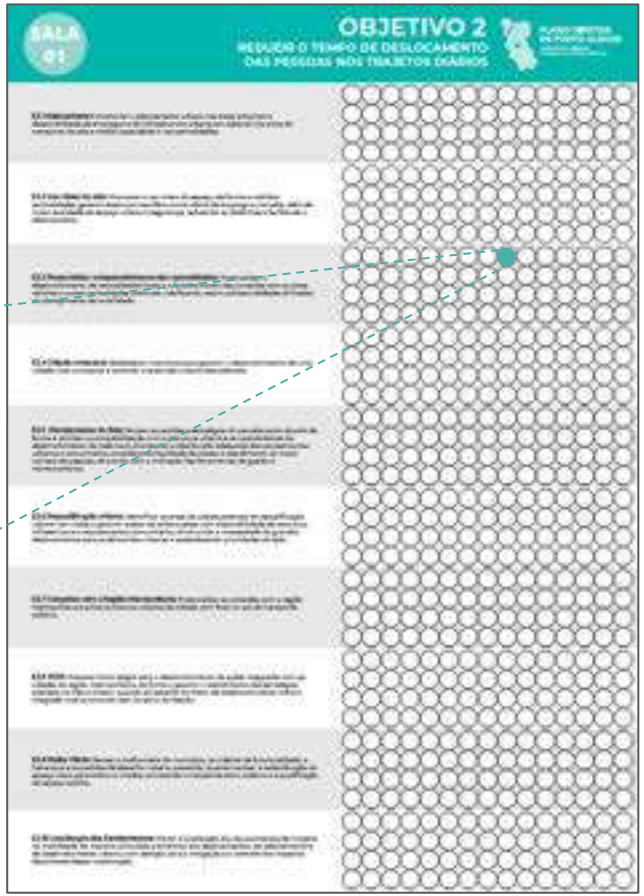
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

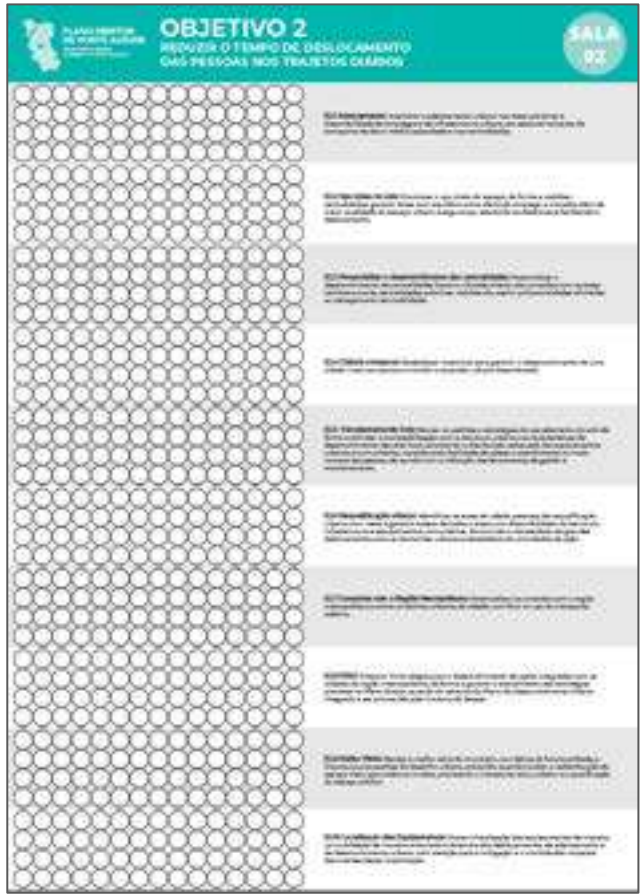
porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

10 M



ADESIVO





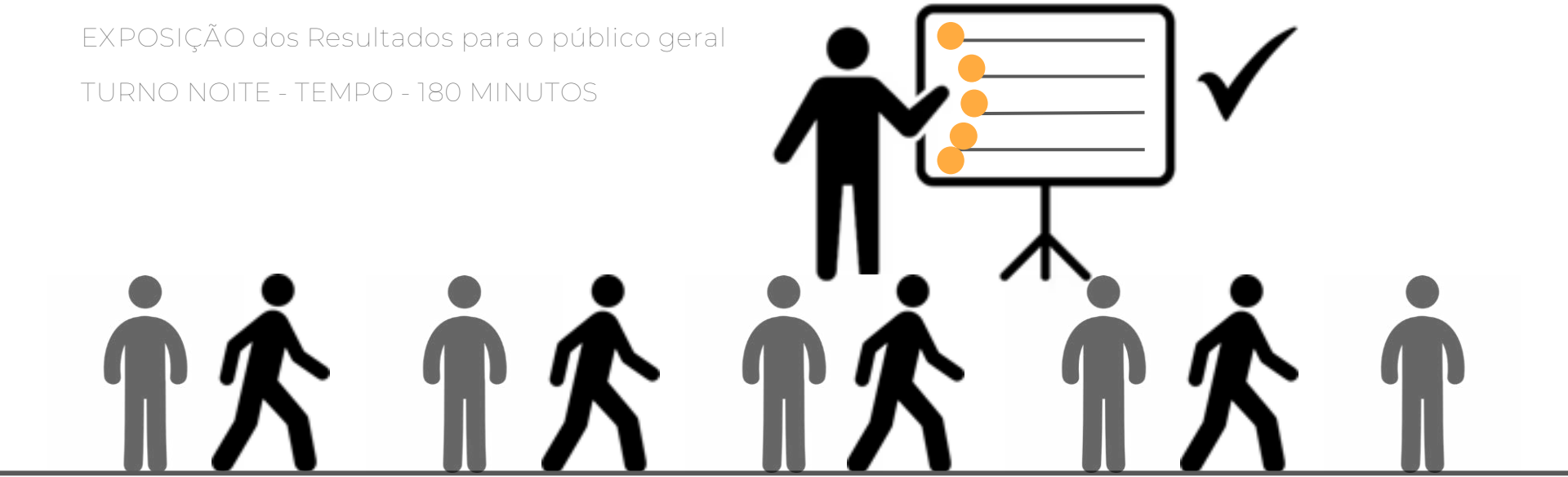
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
EXPOSIÇÃO

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TURNO NOITE - TEMPO - 180 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

COFFEE BREAK

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 08 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO



- OBJETIVO: Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;
- METODOLOGIA: Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;
- DÚVIDAS: É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no horário previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no silencioso;
- Não fale ao celular dentro da sala;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Evite discutir temas que não sejam relacionados com o que está sendo tratado;
- Administre bem o tempo.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO: Promover o DEBATE a respeito das ESTRATÉGIAS PROPOSTAS para a revisão do Plano Diretor.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS foram compiladas com base nas PROBLEMÁTICAS levantadas na etapa de LEITURA DA CIDADE e CONTRIBUIÇÕES ao longo do processo.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS serão discutidas com base nos OBJETIVOS GERAIS:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.
2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.
3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.
4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.
5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será debatido no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

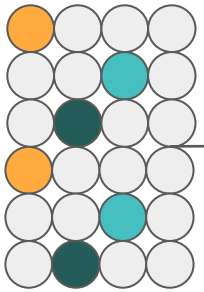
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

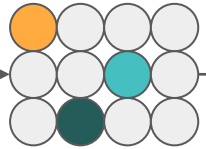
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

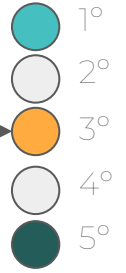
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

DEBATE NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 3 – Agenda proposta para o Dia 2

	INÍCIO	FIM	DURAÇÃO (MIN)	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
BLOCO 1	13:30	14:00	30	Credenciamento	SMAMUS
	14:00	14:30	30	Introdução	Facilitador SMAMUS
	14:30	14:40	10	Separação em mesas	Facilitador SMAMUS
BLOCO 2	14:40	15:20	40	Prós e contras das 4 estratégias por mesas - 5 mesas	Público
	15:20	15:35	15	Intervalo	Geral
	15:35	16:50	5 x 15	Apresentação Mesas	Representantes Mesas
	16:50	17:00	10	Priorização Individual	Público
	17:00	18:00	60	Priorização Individual + Cofee Break	Geral
BLOCO 3	18:00	21:00	180	Exposição dos resultados para sala	Facilitador SMAMUS

Fonte: Elaboração EY (adaptado)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

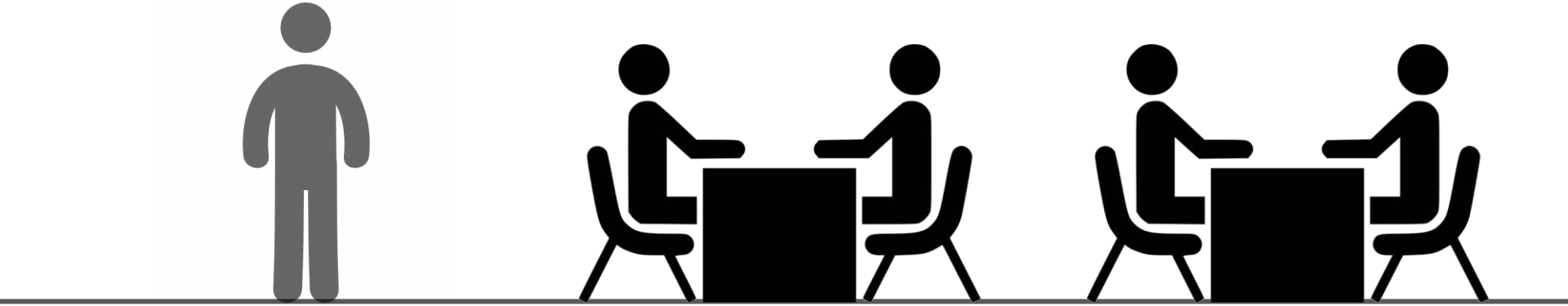
BLOCO 1

- EXPLICAÇÃO DINÂMICA - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS - TEMPO - 20 MINUTOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES CONSULTORIA (EY) E SMAMUS;
- OBJETIVO: ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA CONSULTA DO MATERIAL DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA CONTRIBUIÇÕES.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

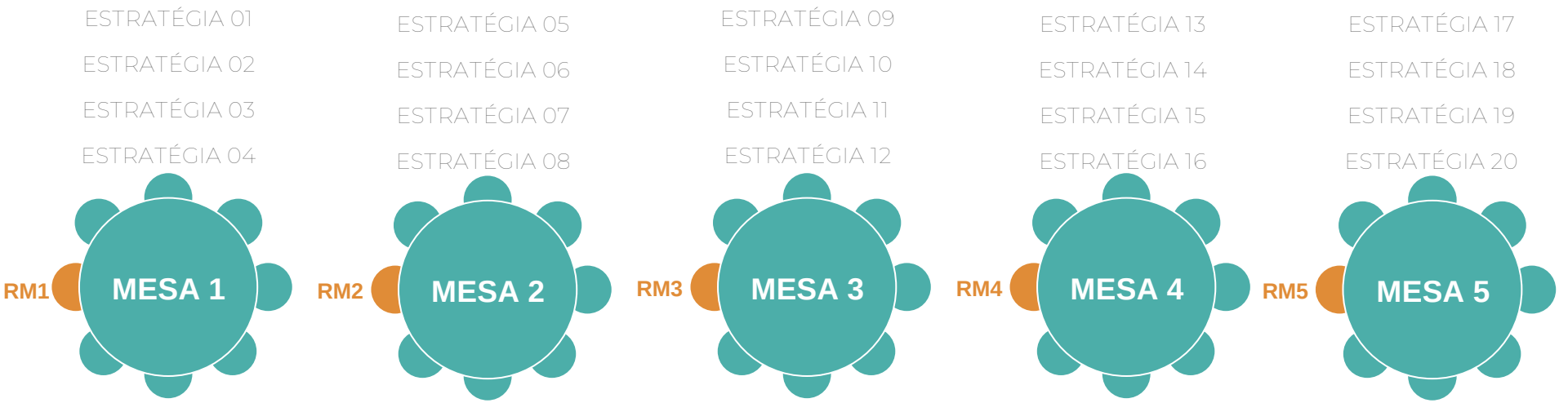
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 1

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

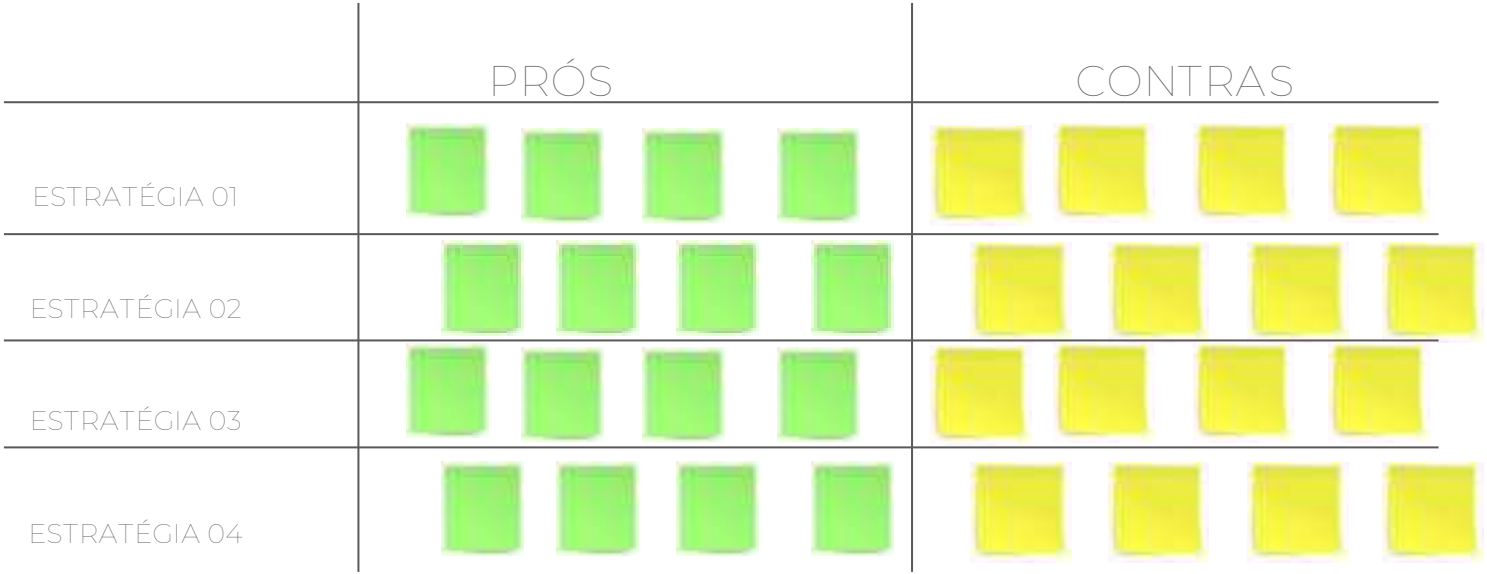
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

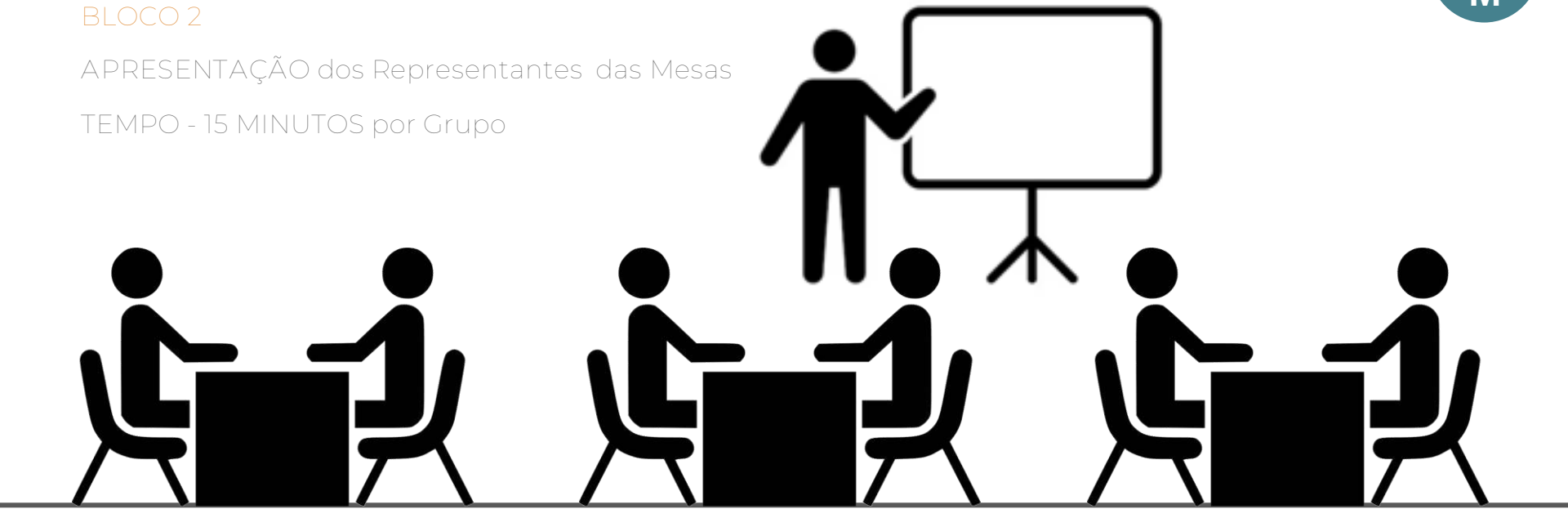
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

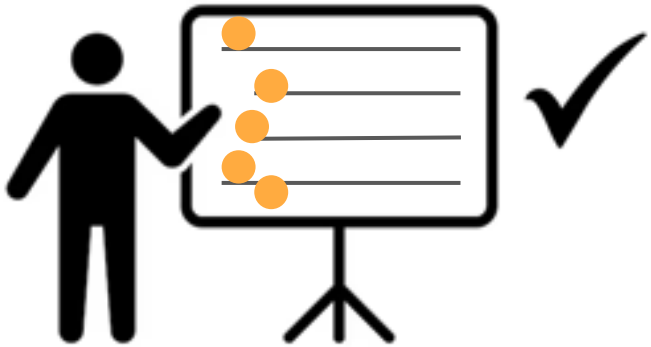
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

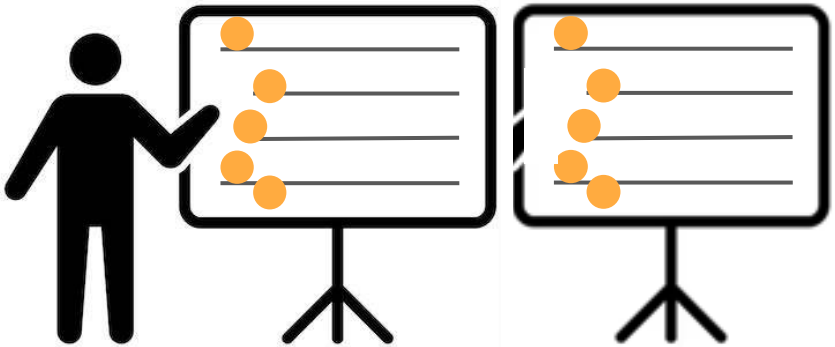
PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 3

Os resultados e Painéis das ESTRATÉGIAS das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



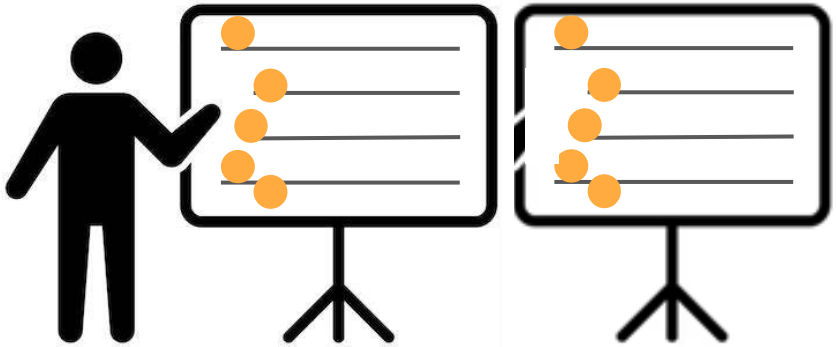
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e DEBATE das ESTRATÉGIAS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

REGRAS GERAIS

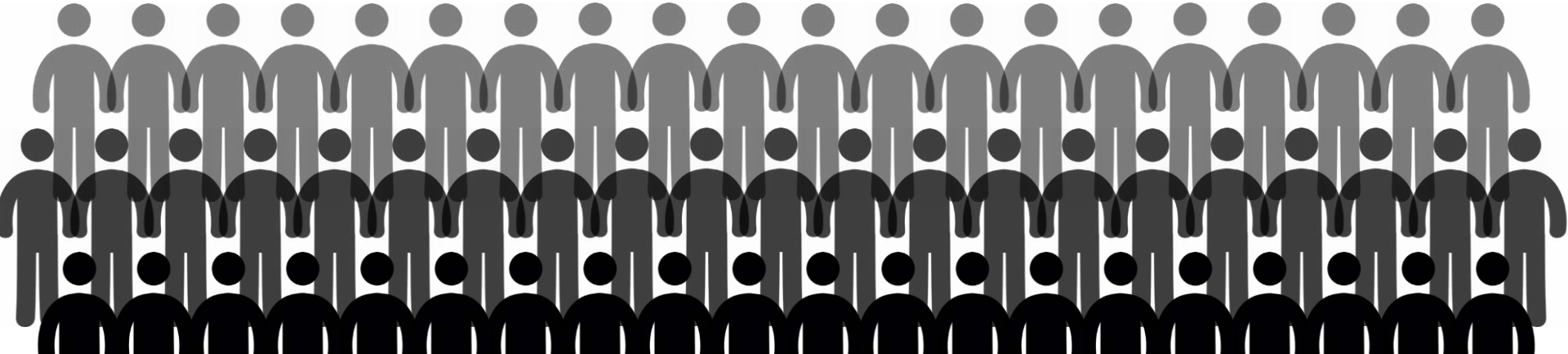
- Chegue no horário previsto;
- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;
- Respeite o tempo de fala (3 min), faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.



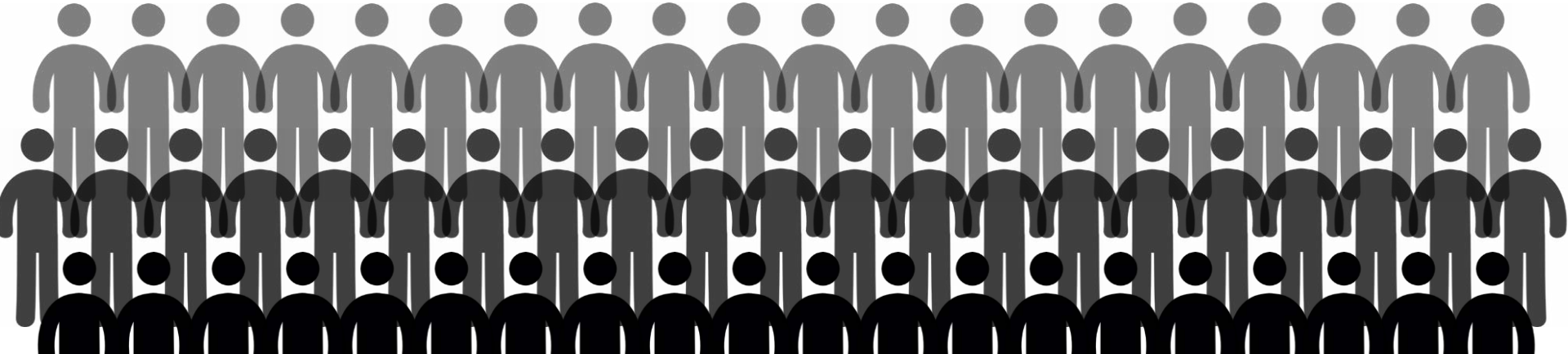


25 M

MANIFESTAÇÃO

- Inscrição para fala será feita durante a apresentação;
- Até 8 falas por OBJETIVO.





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 3

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

MESA 1

E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.

E3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.

E3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.

E3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

MESA 2

E3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.

E3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.

E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.

E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

MESA 3

E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.

E3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.

E3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.

E3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

MESA 4

E3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.

E3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.

E3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 - ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

MESA 5

E3.17 Plano Municipal de Habitação: Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.

E3.18 Acesso à cidade: Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E3.19 Áreas de Desenvolvimento Social: Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.

E3.20 Instrumentos: Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

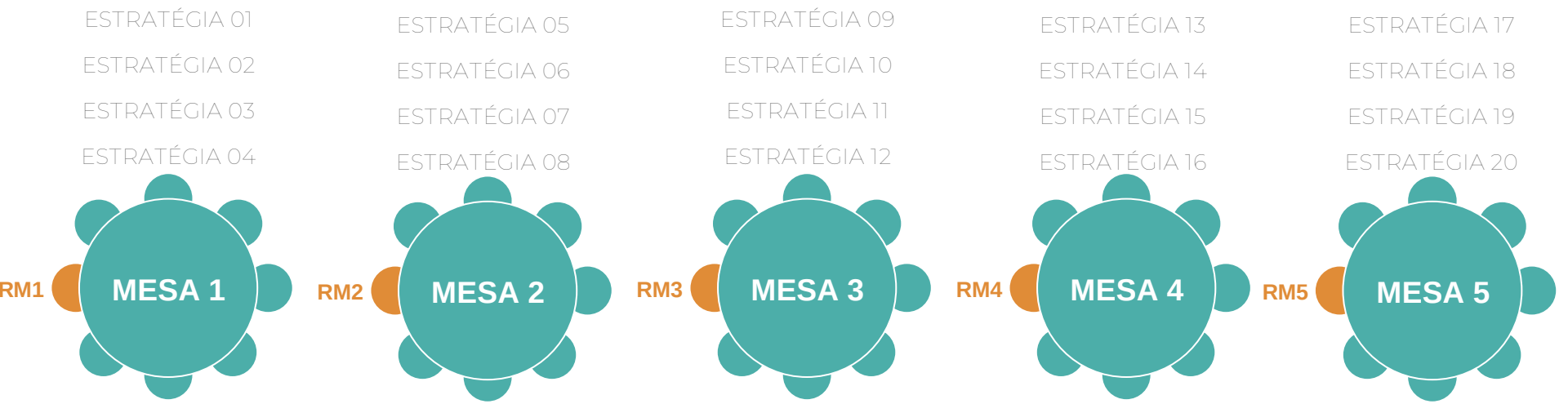
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.

	PRÓS	CONTRAS
ESTRATÉGIA 01		
ESTRATÉGIA 02		
ESTRATÉGIA 03		
ESTRATÉGIA 04		

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MATERIAL DE APOIO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M



E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.

PRÓS

CONTRAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

INTERVALO - 15 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÕES GRUPOS

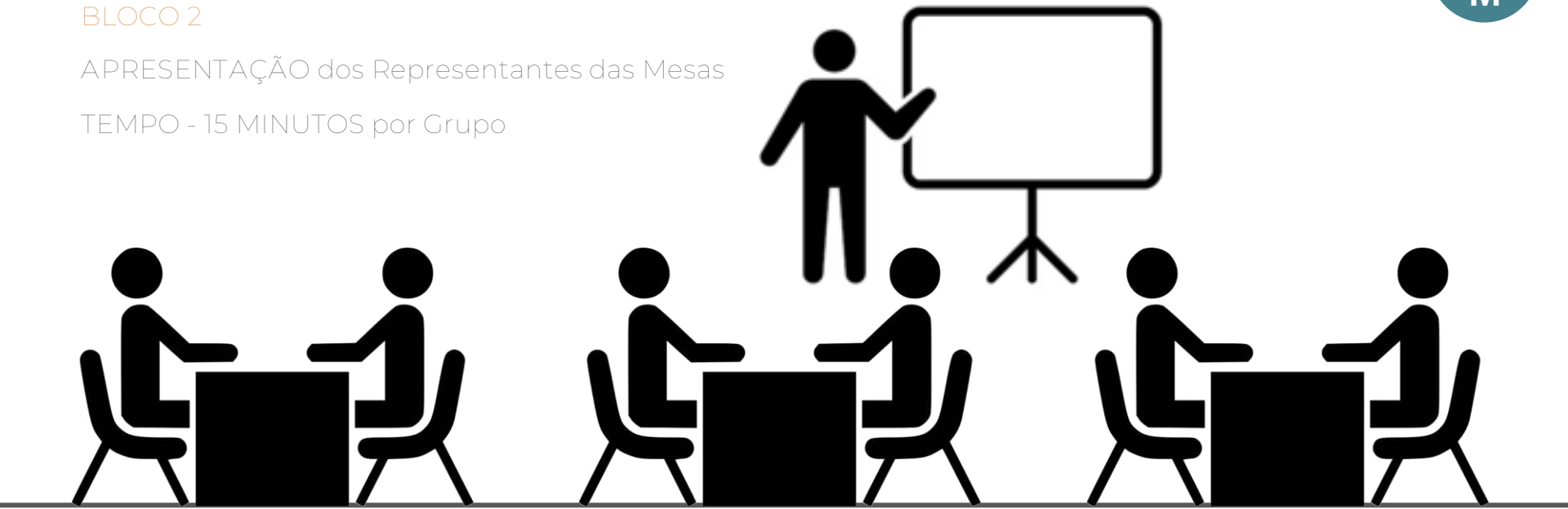
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

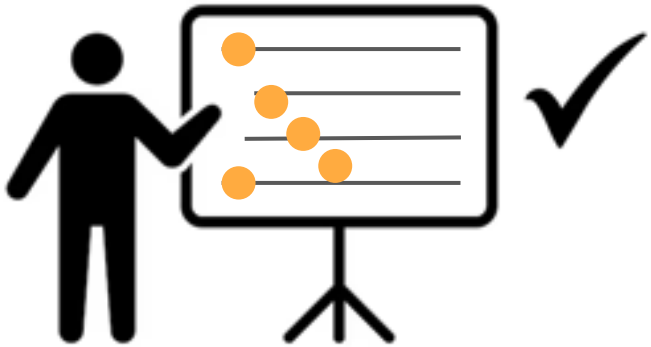
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

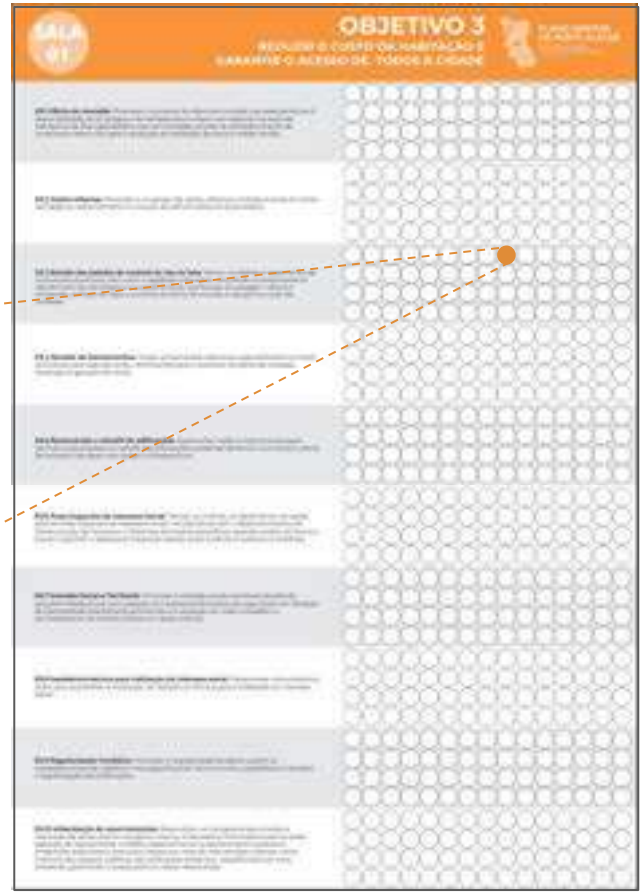
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

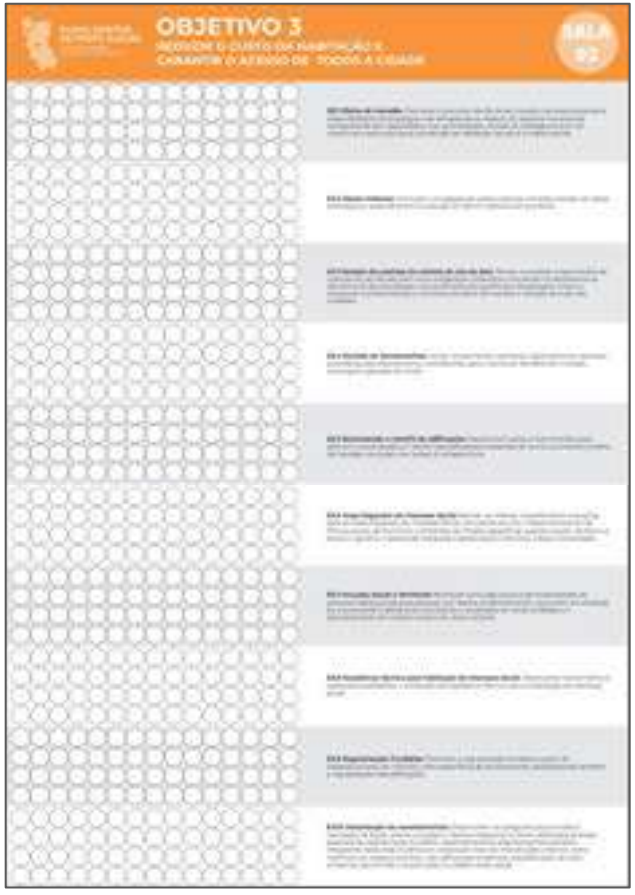
porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

10 M



ADESIVO





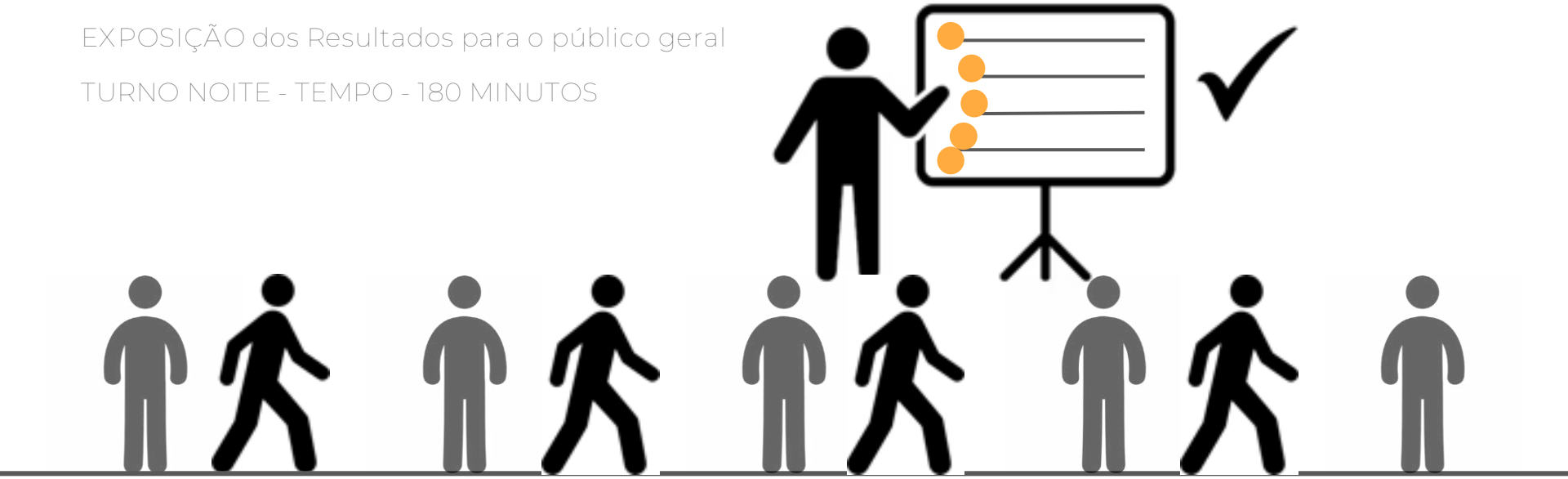
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
EXPOSIÇÃO

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TURNO NOITE - TEMPO - 180 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

COFFEE BREAK

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 08 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO



- OBJETIVO: Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;
- METODOLOGIA: Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;
- DÚVIDAS: É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no horário previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no silencioso;
- Não fale ao celular dentro da sala;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Evite discutir temas que não sejam relacionados com o que está sendo tratado;
- Administre bem o tempo.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO: Promover o DEBATE a respeito das ESTRATÉGIAS PROPOSTAS para a revisão do Plano Diretor.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS foram compiladas com base nas PROBLEMÁTICAS levantadas na etapa de LEITURA DA CIDADE e CONTRIBUIÇÕES ao longo do processo.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS serão discutidas com base nos OBJETIVOS GERAIS:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.
2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.
3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.
4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.
5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será debatido no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

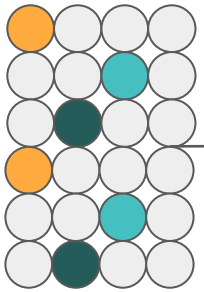
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

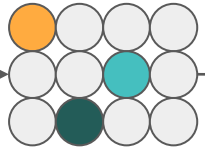
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

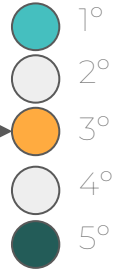
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

DEBATE NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 3 – Agenda proposta para o Dia 2

	INÍCIO	FIM	DURAÇÃO (MIN)	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
BLOCO 1	13:30	14:00	30	Credenciamento	SMAMUS
	14:00	14:30	30	Introdução	Facilitador SMAMUS
	14:30	14:40	10	Separação em mesas	Facilitador SMAMUS
BLOCO 2	14:40	15:20	40	Prós e contras das 4 estratégias por mesas - 5 mesas	Público
	15:20	15:35	15	Intervalo	Geral
	15:35	16:50	5 x 15	Apresentação Mesas	Representantes Mesas
	16:50	17:00	10	Priorização Individual	Público
	17:00	18:00	60	Priorização Individual + Cofee Break	Geral
BLOCO 3	18:00	21:00	180	Exposição dos resultados para sala	Facilitador SMAMUS

Fonte: Elaboração EY (adaptado)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

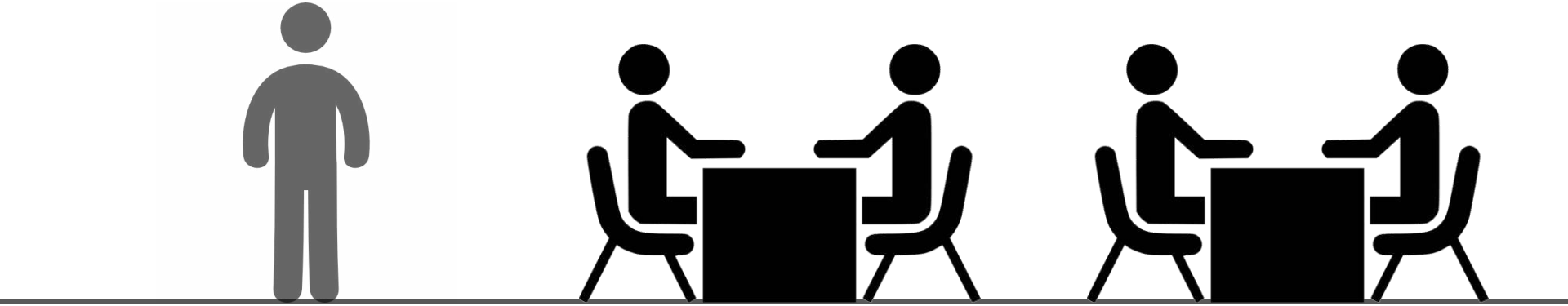
BLOCO 1

- EXPLICAÇÃO DINÂMICA - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS - TEMPO - 20 MINUTOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES CONSULTORIA (EY) E SMAMUS;
- OBJETIVO: ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA CONSULTA DO MATERIAL DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA CONTRIBUIÇÕES.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 1

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)

MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	MESA 5
ESTRATÉGIA 01	ESTRATÉGIA 05	ESTRATÉGIA 09	ESTRATÉGIA 13	ESTRATÉGIA 17
ESTRATÉGIA 02	ESTRATÉGIA 06	ESTRATÉGIA 10	ESTRATÉGIA 14	ESTRATÉGIA 18
ESTRATÉGIA 03	ESTRATÉGIA 07	ESTRATÉGIA 11	ESTRATÉGIA 15	ESTRATÉGIA 19
ESTRATÉGIA 04	ESTRATÉGIA 08	ESTRATÉGIA 12	ESTRATÉGIA 16	ESTRATÉGIA 20



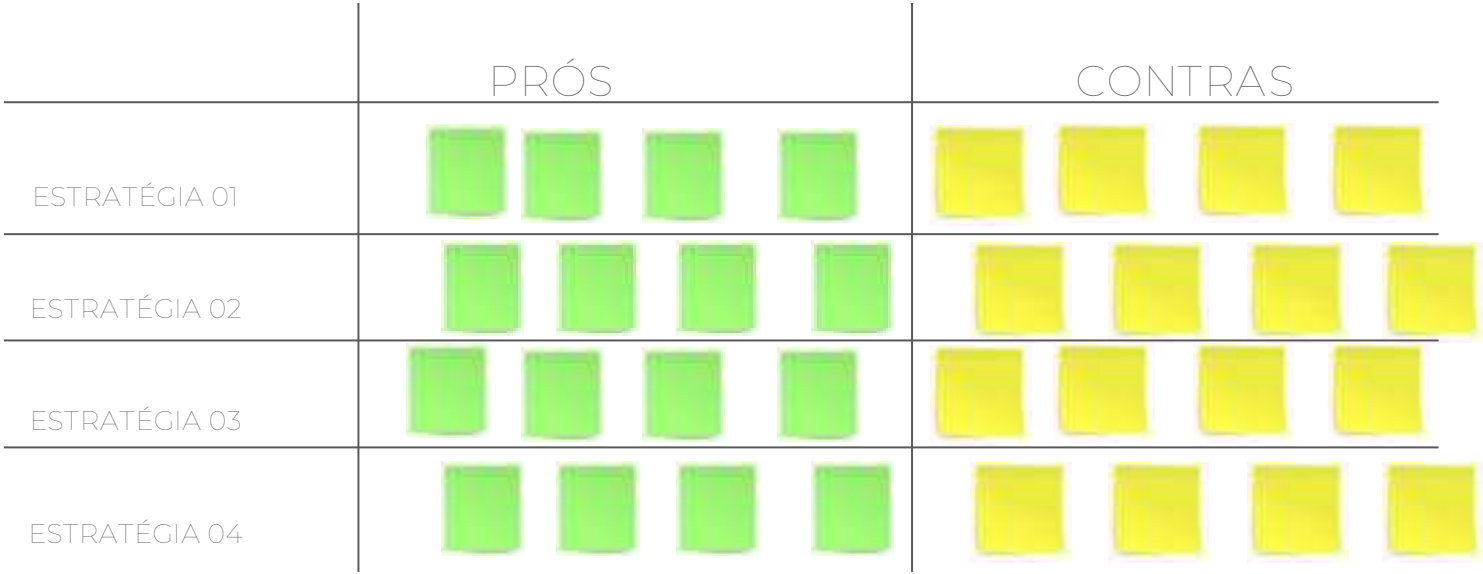
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

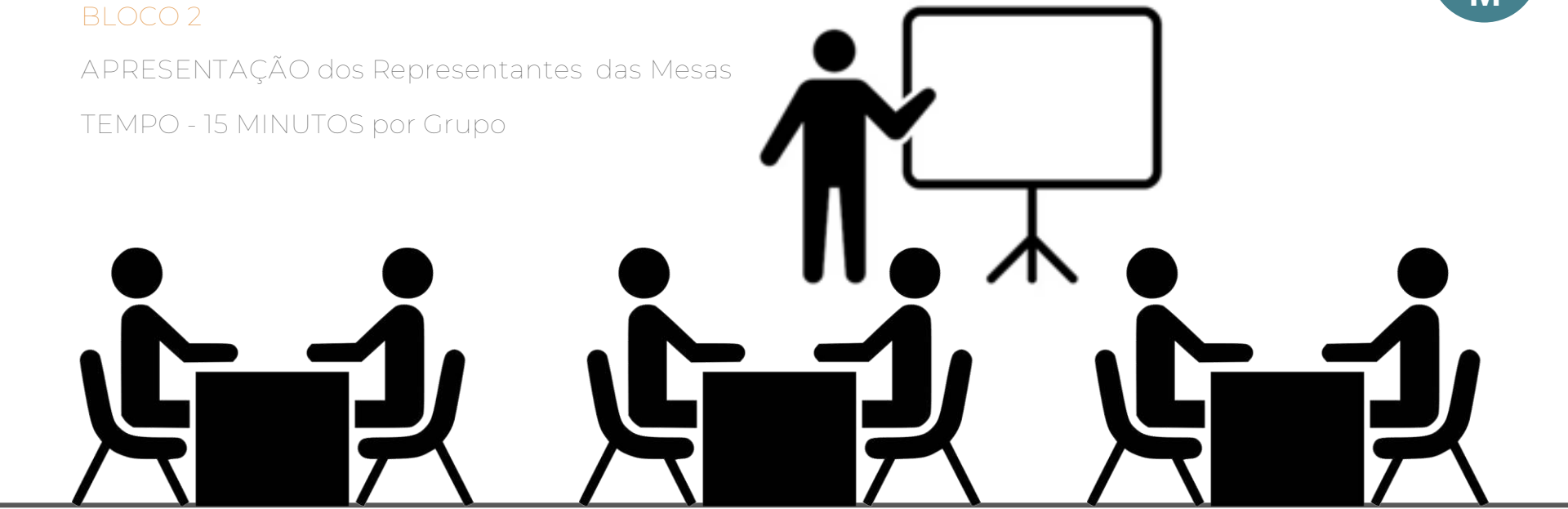
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

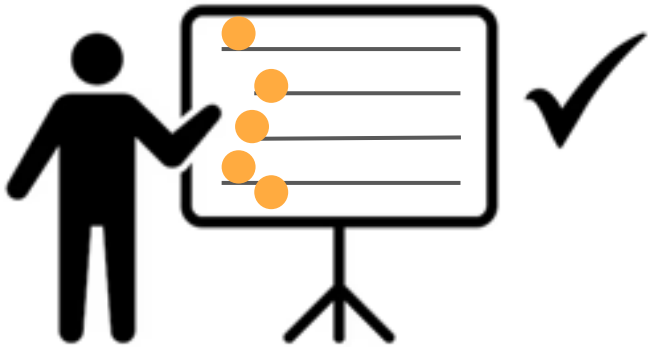
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

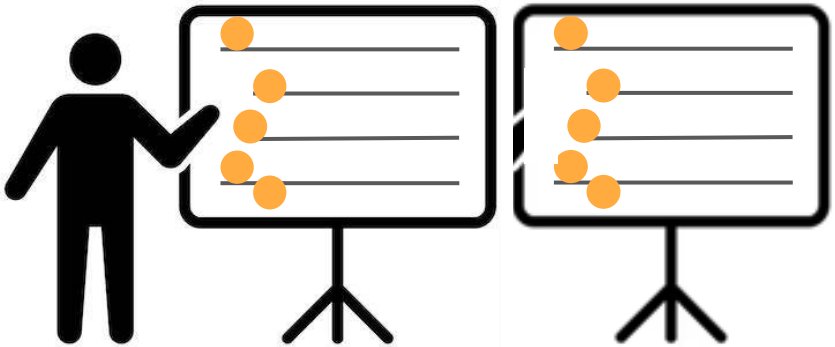
PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 3

Os resultados e Painéis das ESTRATÉGIAS das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

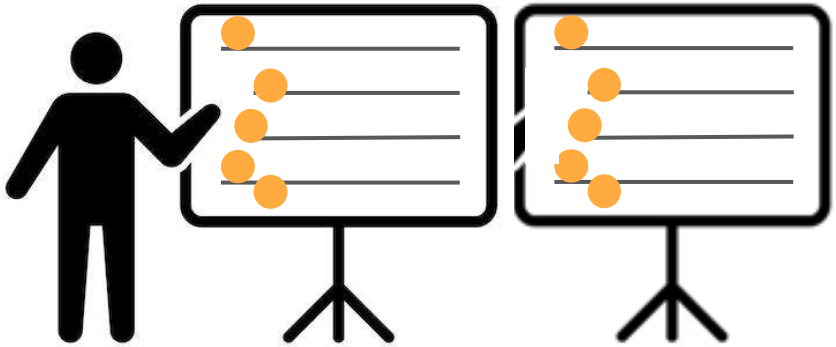
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

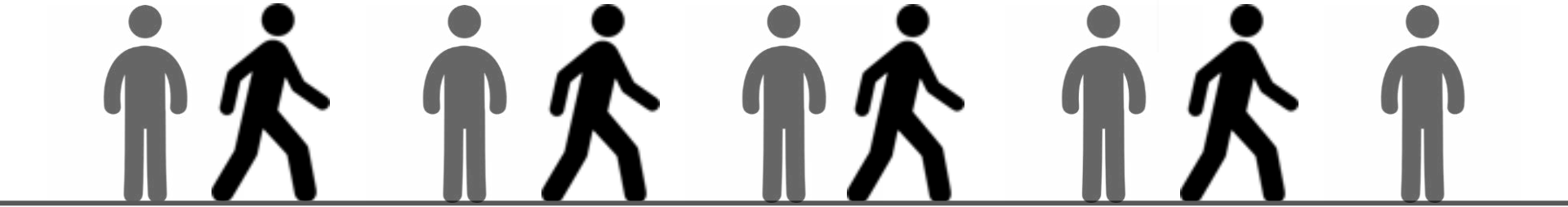
180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e DEBATE das ESTRATÉGIAS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

REGRAS GERAIS

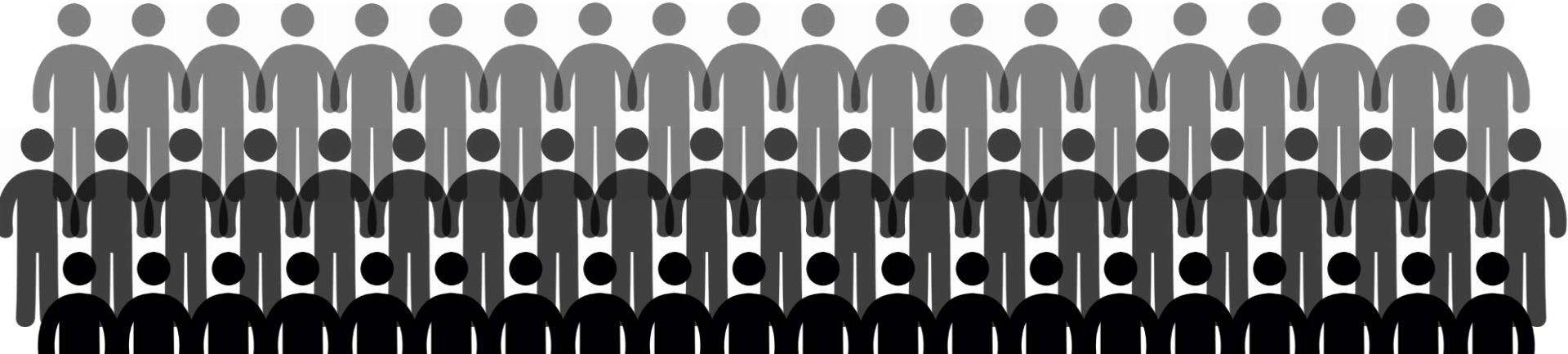
- Chegue no horário previsto;
- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;
- Respeite o tempo de fala (3 min), faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.



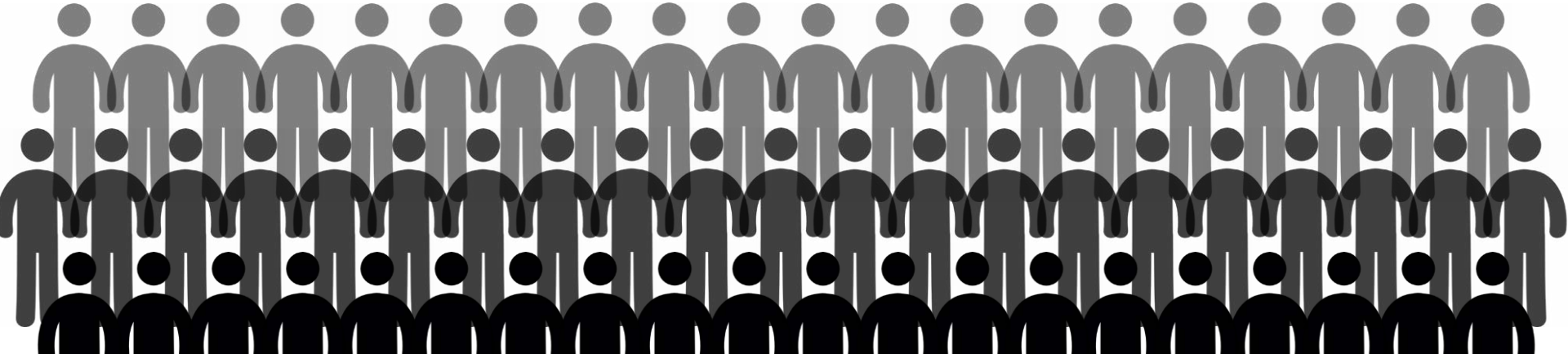


25 M

MANIFESTAÇÃO

- Inscrição para fala será feita durante a apresentação;
- Até 8 falas por OBJETIVO.





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 4

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 - ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

MESA 1

E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.

E4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.

E4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.

E4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 - ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

MESA 2

E4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.

E4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.

E4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.

E4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

MESA 3

E4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.

E4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.

E4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.

E4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 - ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

MESA 4

E4.13 Transporte Público Coletivo - emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.

E4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

E4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.

E4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 - ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

MESA 5

E4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.

E4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.

E4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

E4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)

MESA 1	MESA 2	MESA 3	MESA 4	MESA 5
ESTRATÉGIA 01	ESTRATÉGIA 05	ESTRATÉGIA 09	ESTRATÉGIA 13	ESTRATÉGIA 17
ESTRATÉGIA 02	ESTRATÉGIA 06	ESTRATÉGIA 10	ESTRATÉGIA 14	ESTRATÉGIA 18
ESTRATÉGIA 03	ESTRATÉGIA 07	ESTRATÉGIA 11	ESTRATÉGIA 15	ESTRATÉGIA 19
ESTRATÉGIA 04	ESTRATÉGIA 08	ESTRATÉGIA 12	ESTRATÉGIA 16	ESTRATÉGIA 20
RM1	RM2	RM3	RM4	RM5

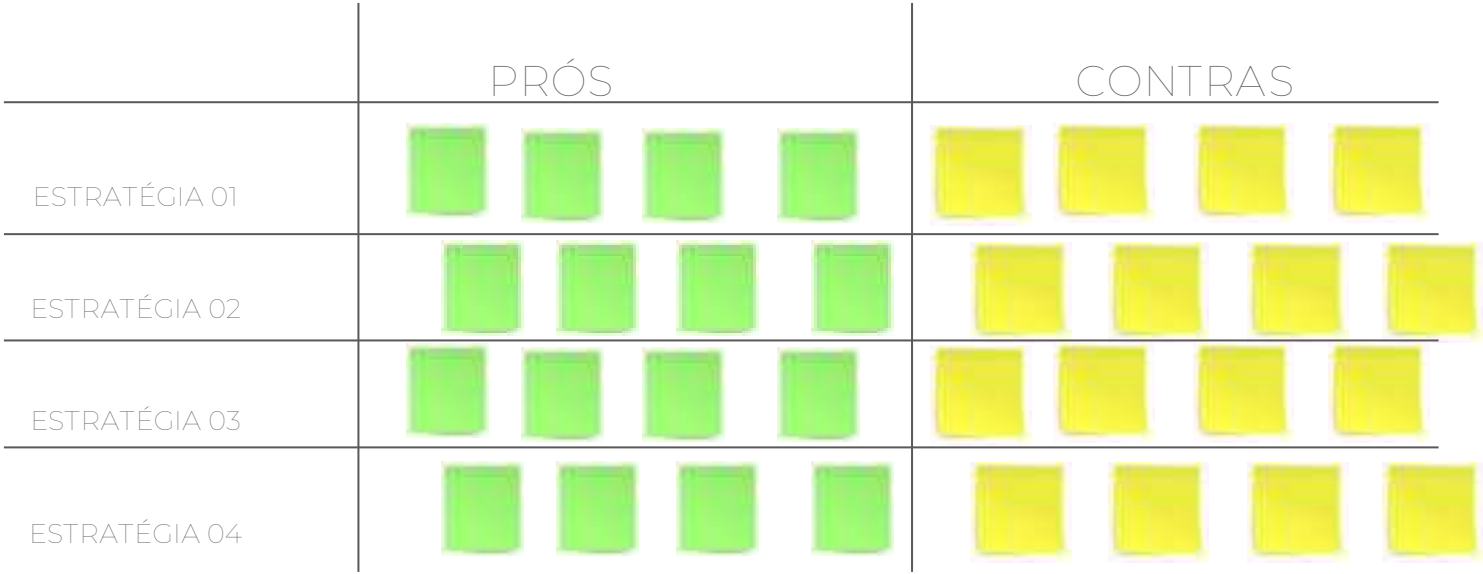
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MATERIAL DE APOIO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

	PRÓS	CONTRAS

E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco; identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.

PRÓS

CONTRAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

INTERVALO - 15 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÕES GRUPOS

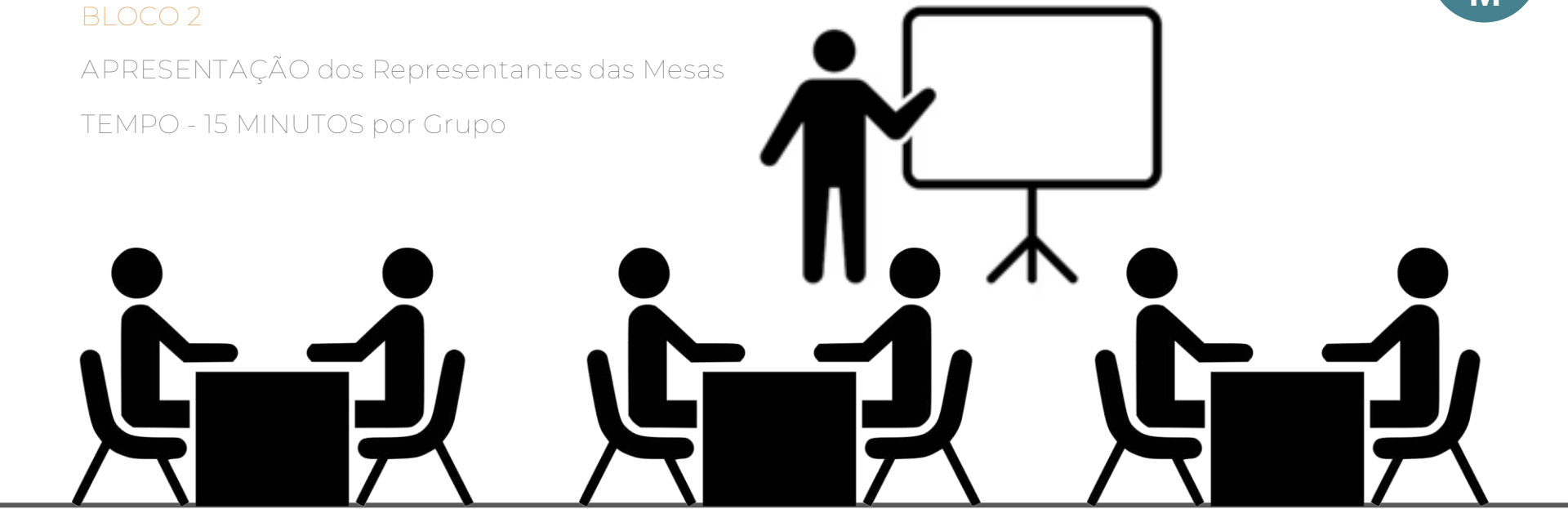
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

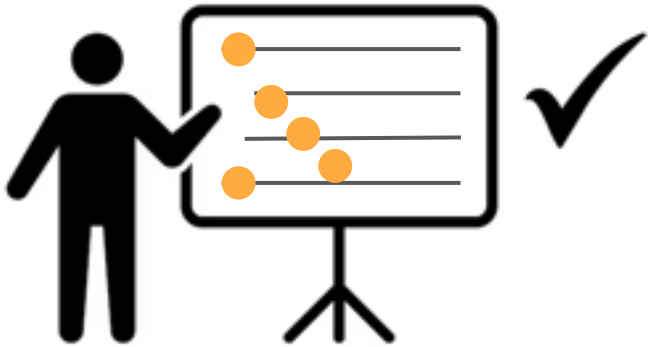
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

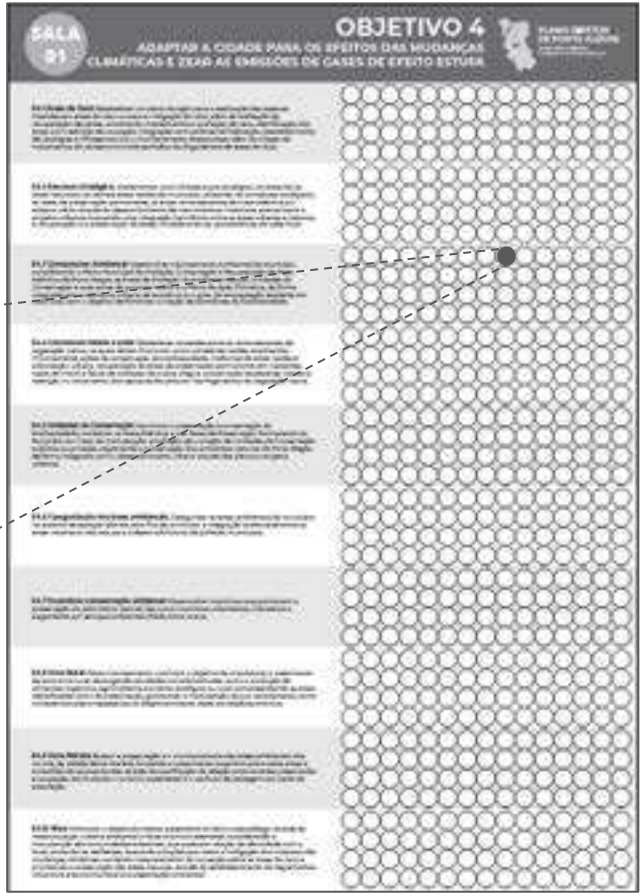
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

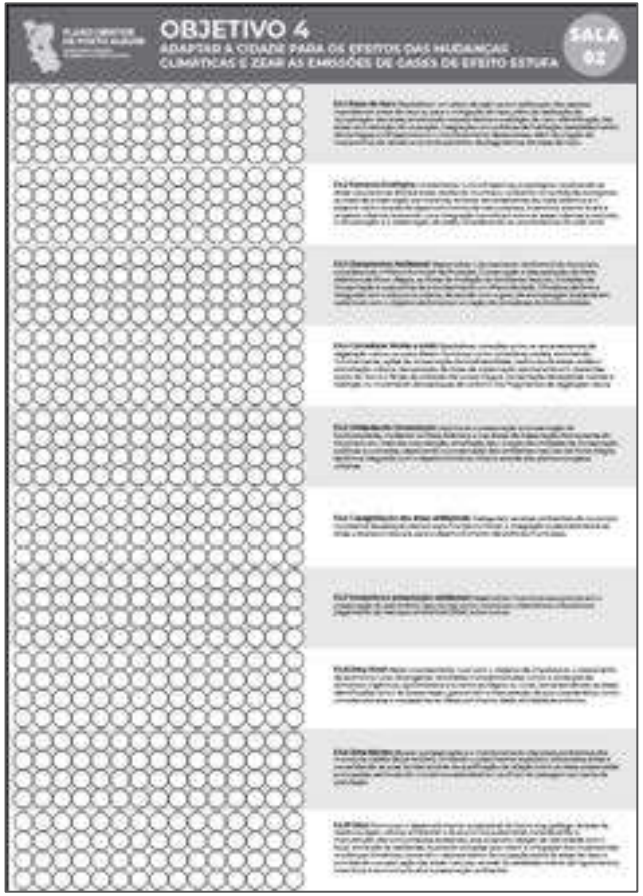
porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

10 M



ADESIVO





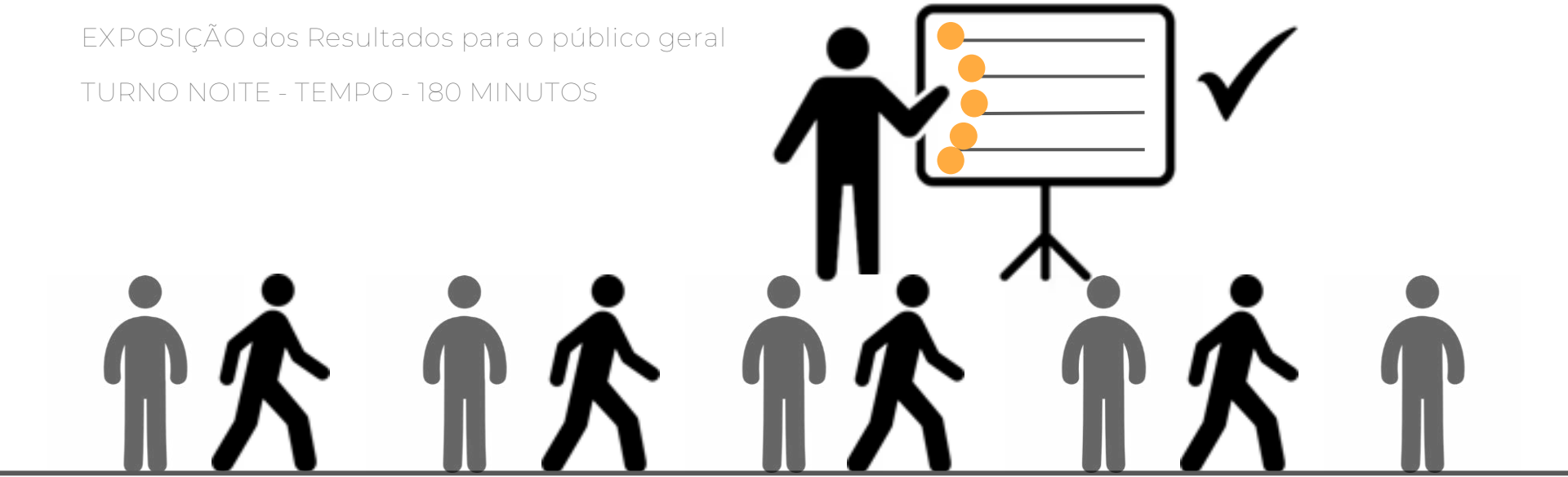
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
EXPOSIÇÃO

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TURNO NOITE - TEMPO - 180 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

COFFEE BREAK

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência Municipal de Revisão do Plano Diretor



Porto Alegre, 08 de Novembro de 2023.

Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
DIA 2 - INTRODUÇÃO



- OBJETIVO: Explicar de forma geral como se dará a dinâmica do trabalho colaborativo no dia 2;
- METODOLOGIA: Desenvolvida pela SMAMUS em conjunto com o escritório Design Studio da Consultoria EY com base nos processos participativos e diagnóstico;
- DÚVIDAS: É normal ter dúvidas, que serão esclarecidas durante o andamento dos trabalhos no dia 2.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGRAS GERAIS

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES



https://www.b-lab.us/metodologias-ativas-e-sthem/

- Chegue no horário previsto para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Mantenha o celular no silencioso;
- Não fale ao celular dentro da sala;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Evite discutir temas que não sejam relacionados com o que está sendo tratado;
- Administre bem o tempo.

E em especial:

Esteja presente e participativo!

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO: Promover o DEBATE a respeito das ESTRATÉGIAS PROPOSTAS para a revisão do Plano Diretor.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS foram compiladas com base nas PROBLEMÁTICAS levantadas na etapa de LEITURA DA CIDADE e CONTRIBUIÇÕES ao longo do processo.

As ESTRATÉGIAS PROPOSTAS serão discutidas com base nos OBJETIVOS GERAIS:

1. Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba.
2. Reduzir tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários.
3. Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade.
4. Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa.
5. Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 2 – Cronograma geral Dia 2

BLOCO 1	BLOCO 2	BLOCO 3
Introdução sobre o objetivo da sala e explicações sobre a dinâmica que será realizada durante o dia	Dinâmica com os participantes de cada sala, priorizando as estratégias que estão mais conectadas com o objetivo da sala	Oportunidade de todos os participantes do evento terem acesso aos resultados dos trabalhos dos grupos por meio dos painéis de exposição, e ter conhecimento do que será debatido no dia 3.
Início: 14h00	Início: 14h40	Início: 18h00
Término: 14h40	Término: 17h00	Término: 21h00

Fonte: EY /SMAMUS.

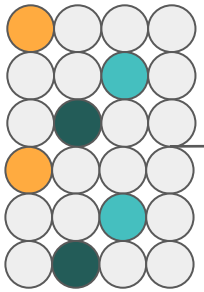
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

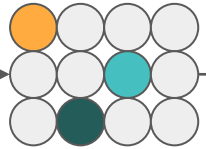
DIA 2

APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS



DISCUSSÃO EM GRUPOS

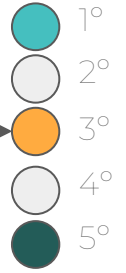
PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS NAS SALAS



EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO

DIA 3

DEBATE NA PLENÁRIA



TARDE

NOITE

NOITE

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

Tabela 3 – Agenda proposta para o Dia 2

	INÍCIO	FIM	DURAÇÃO (MIN)	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
BLOCO 1	13:30	14:00	30	Credenciamento	SMAMUS
	14:00	14:30	30	Introdução	Facilitador SMAMUS
	14:30	14:40	10	Separação em mesas	Facilitador SMAMUS
BLOCO 2	14:40	15:20	40	Prós e contras das 4 estratégias por mesas - 5 mesas	Público
	15:20	15:35	15	Intervalo	Geral
	15:35	16:50	5 x 15	Apresentação Mesas	Representantes Mesas
	16:50	17:00	10	Priorização Individual	Público
	17:00	18:00	60	Priorização Individual + Cofee Break	Geral
BLOCO 3	18:00	21:00	180	Exposição dos resultados para sala	Facilitador SMAMUS

Fonte: Elaboração EY (adaptado)

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

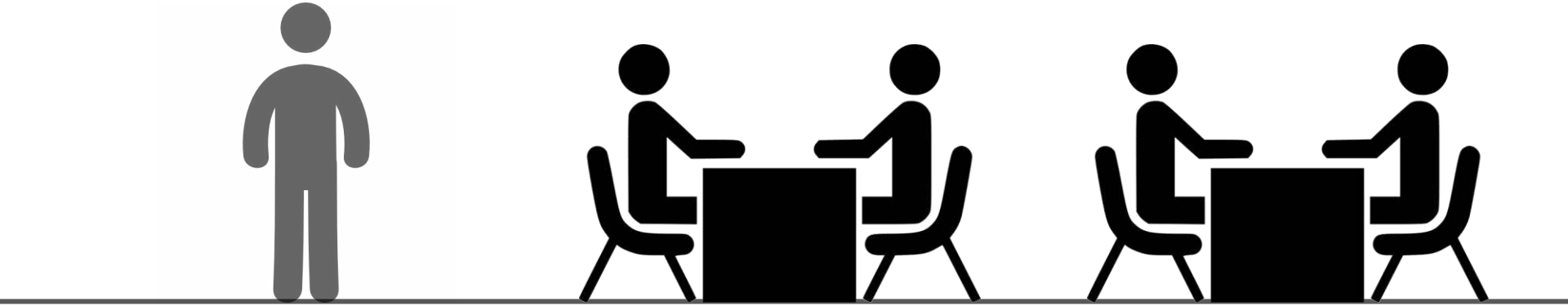
BLOCO 1

- EXPLICAÇÃO DINÂMICA - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO OBJETIVO GERAL - TEMPO - 05 MINUTOS
- APRESENTAÇÃO ESTRATÉGIAS - TEMPO - 20 MINUTOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SALA DE APOIO

- REPRESENTANTES CONSULTORIA (EY) E SMAMUS;
- OBJETIVO: ATENDER AOS PARTICIPANTES PARA SANAR DÚVIDAS ESPECÍFICAS SOBRE O TRABALHO JÁ REALIZADO;
- COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA CONSULTA DO MATERIAL DO SITE DO PLANO DIRETOR;
- COMPUTADOR E FORMULÁRIOS PARA CONTRIBUIÇÕES.



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

PAINÉIS OBJETIVOS

- Para consulta de todos os OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

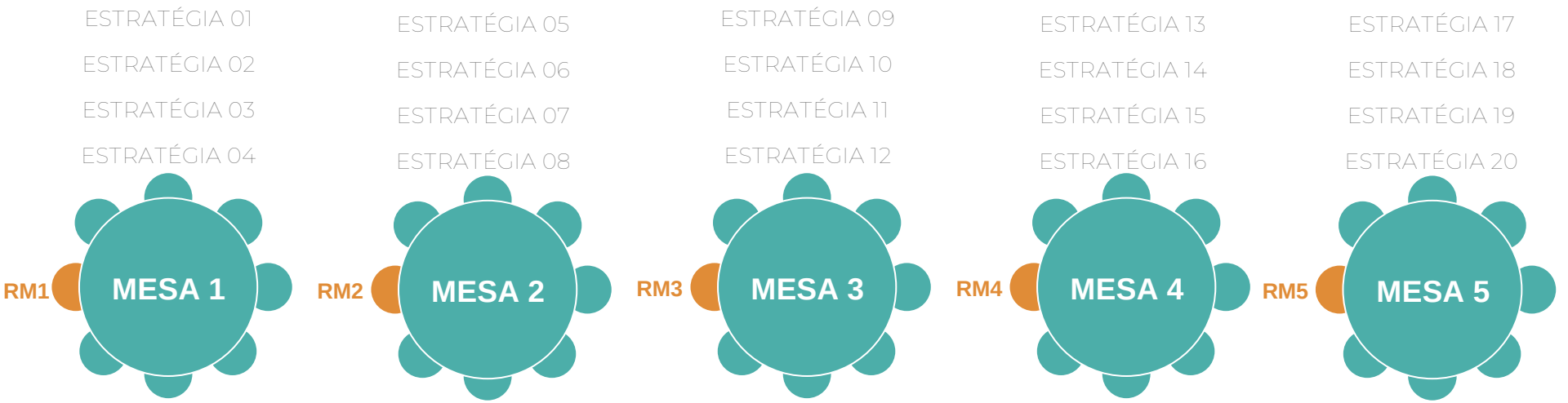
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 1

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

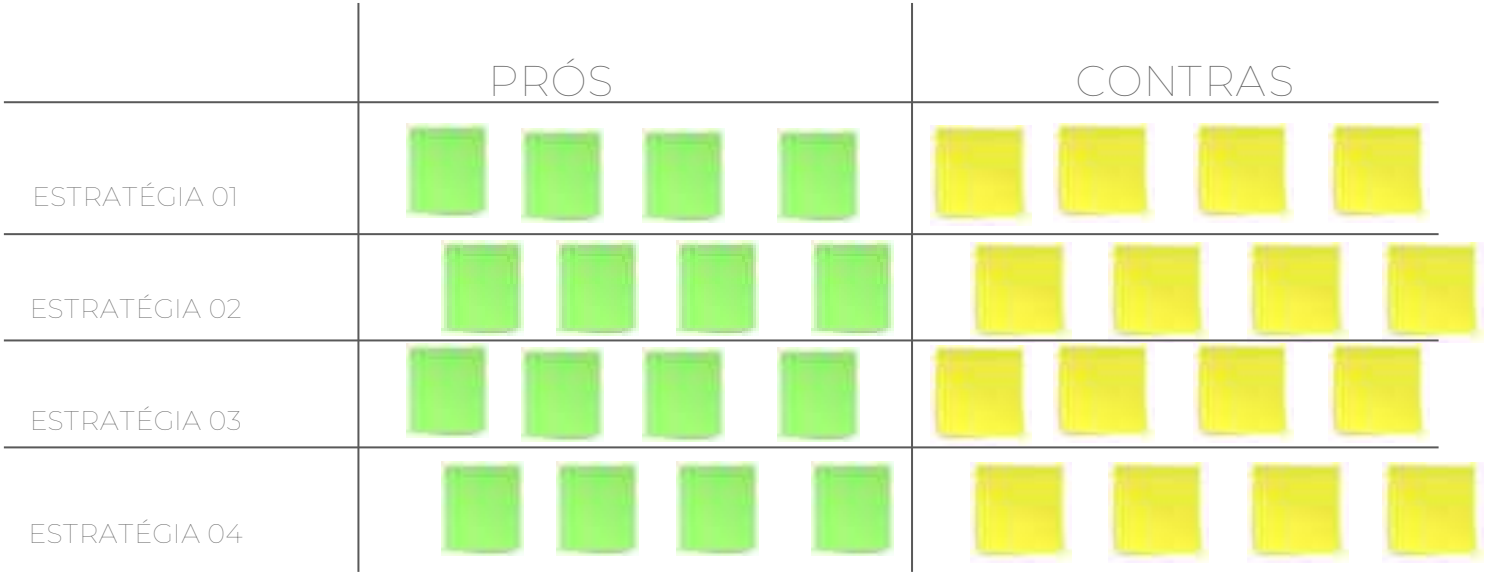
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

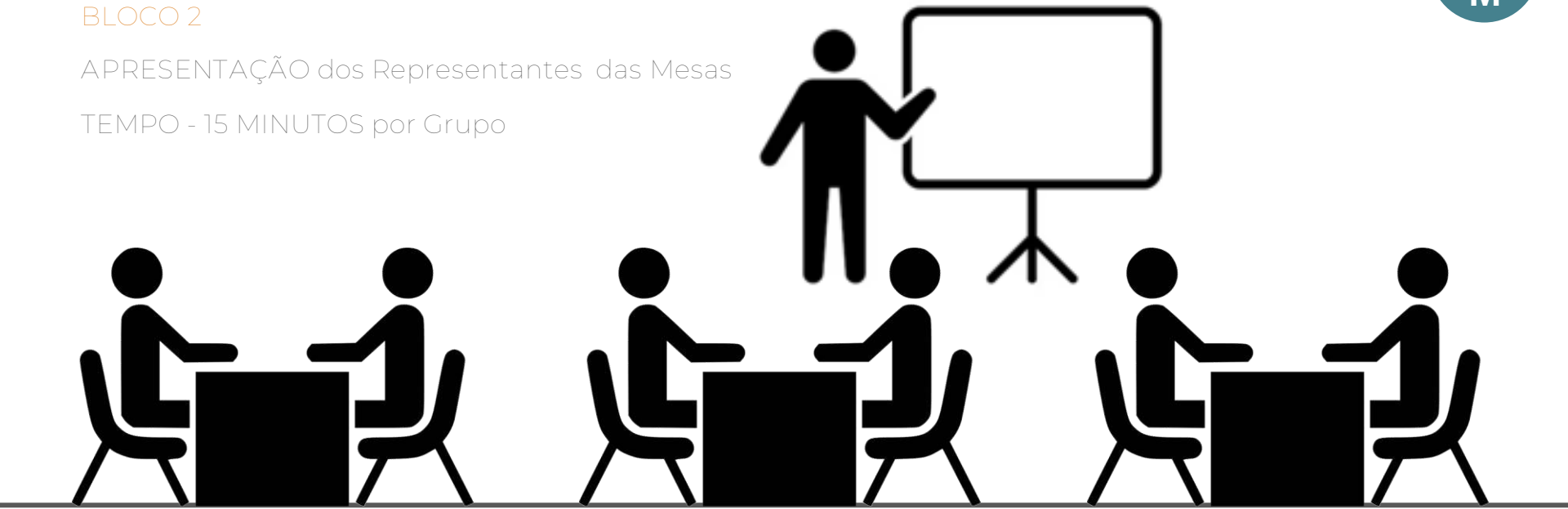
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

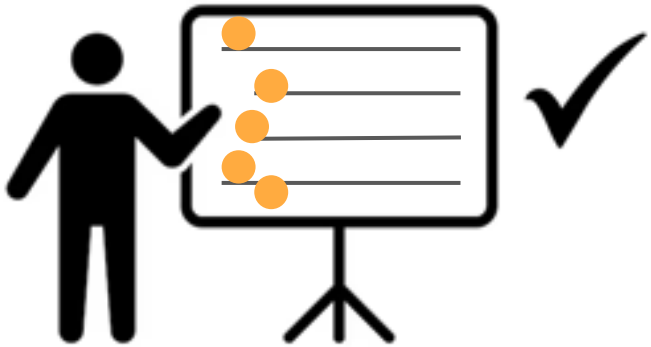
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

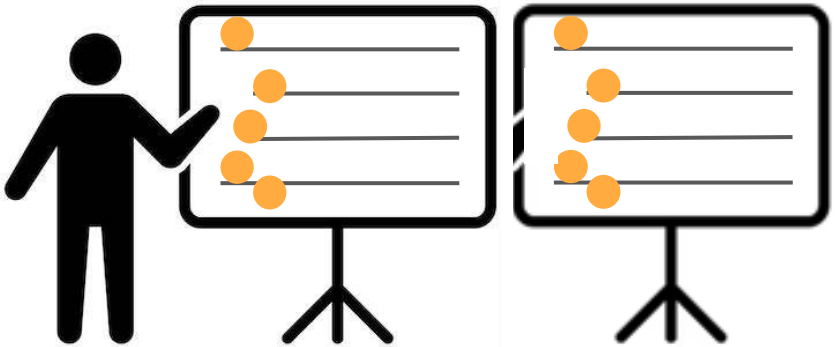
PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

BLOCO 3

Os resultados e Painéis das ESTRATÉGIAS das 2 salas do Objetivo (se houver), serão dispostas na sala 1 do Objetivo, para exposição.



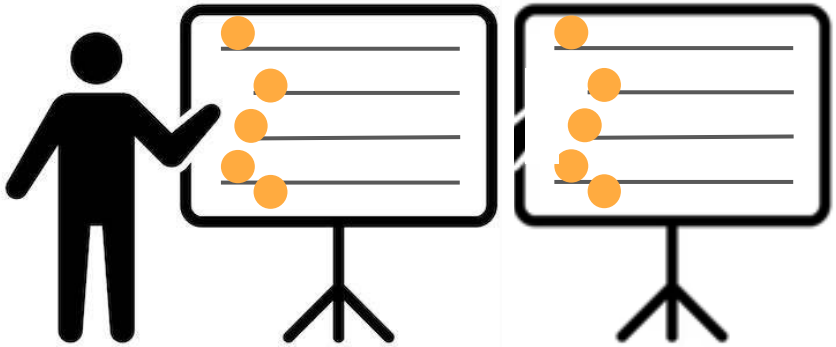
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
METODOLOGIA DIA 2

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TEMPO - 180 MINUTOS





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

DIAS 07, 08 E 09 DE NOVEMBRO DE 2023 (PUCRS)

PARTICIPAÇÃO

DIA 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

OBJETIVO

Apresentação dos trabalhos e das estratégias selecionadas para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS e DEBATE das ESTRATÉGIAS.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PLENÁRIA DIA 3

REGRAS GERAIS

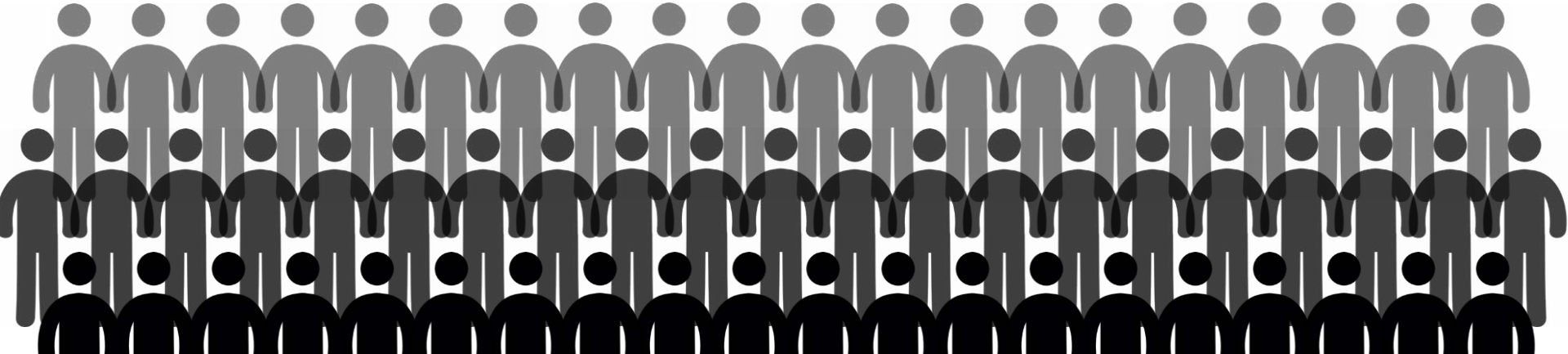
- Chegue no horário previsto;
- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;
- Respeite o tempo de fala (3 min), faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente.

10 M

APRESENTAÇÃO

Coordenadores das salas apresentam os resultados dos OBJETIVOS e ESTRATÉGIAS selecionadas.



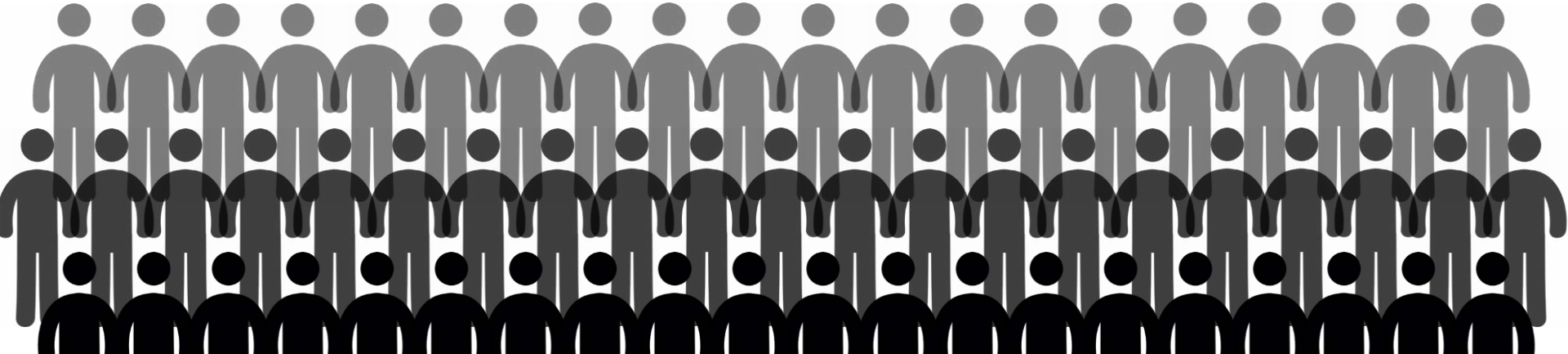


25 M

MANIFESTAÇÃO

- Inscrição para fala será feita durante a apresentação;
- Até 8 falas por OBJETIVO.





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 5

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 - ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

MESA 1

E5.1 Fortalecer o planejamento urbano: Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.

E5.2 Atuação do CMDUA: Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.

E5.3 Papel dos conselheiros regionais: Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.

E5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

MESA 2

E5.5 Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.

E5.6 Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.

E5.7 Monitoramento urbano: Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.

E5.8 Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 - ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

MESA 3

E5.9 Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.

E5.10 Revisão dos gravames do PDDUA: Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.

E5.11 Instrumentos de Planejamento: Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.

E5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor: Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas,

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 - ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

MESA 4

E5.13 EIV: Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.

E5.14 Mitigação e compensação: Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.

E5.15 Projetos Especiais: Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.

E5.16 Investimentos urbanos: Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 - ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

MESA 5

E5.17 Financiamento da Cidade: Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.

E5.18 Zoneamento de Usos: Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.

E5.19 Atividades Econômicas: Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social

E5.20 Turismo: Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

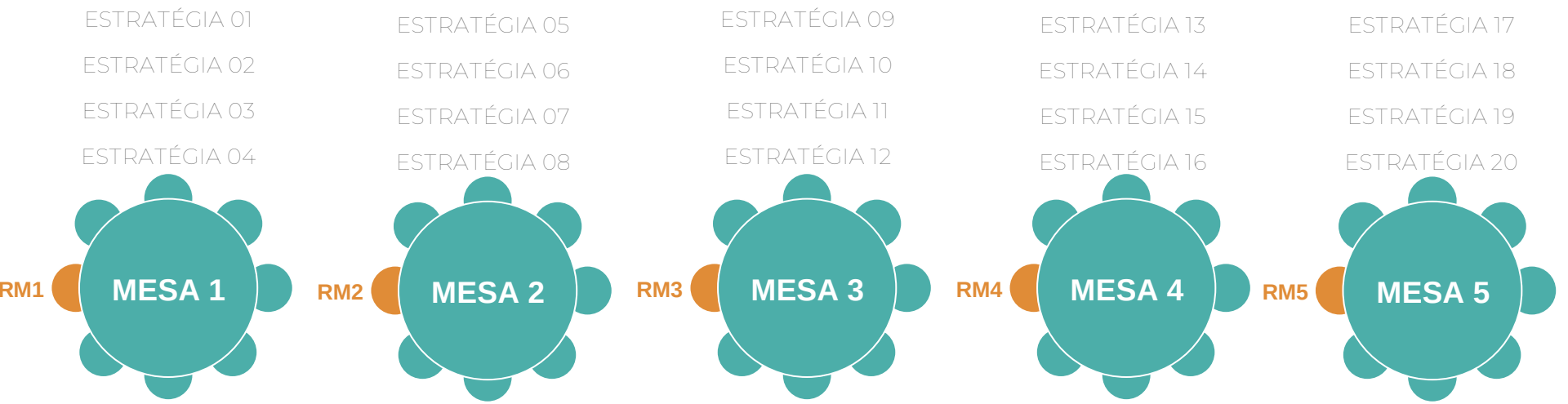
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

DIVISÃO DAS MESAS - TEMPO - 10 MINUTOS

Escolher Representante da Mesa (RM)



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
TRABALHO EM GRUPO

40 M

BLOCO 2

ANALISAR as 20 ESTRATÉGIAS propostas para o OBJETIVO - TEMPO - 40 MINUTOS

O objetivo é debater cada ESTRATÉGIA para subsidiar a priorização individual.

	PRÓS	CONTRAS
ESTRATÉGIA 01		
ESTRATÉGIA 02		
ESTRATÉGIA 03		
ESTRATÉGIA 04		

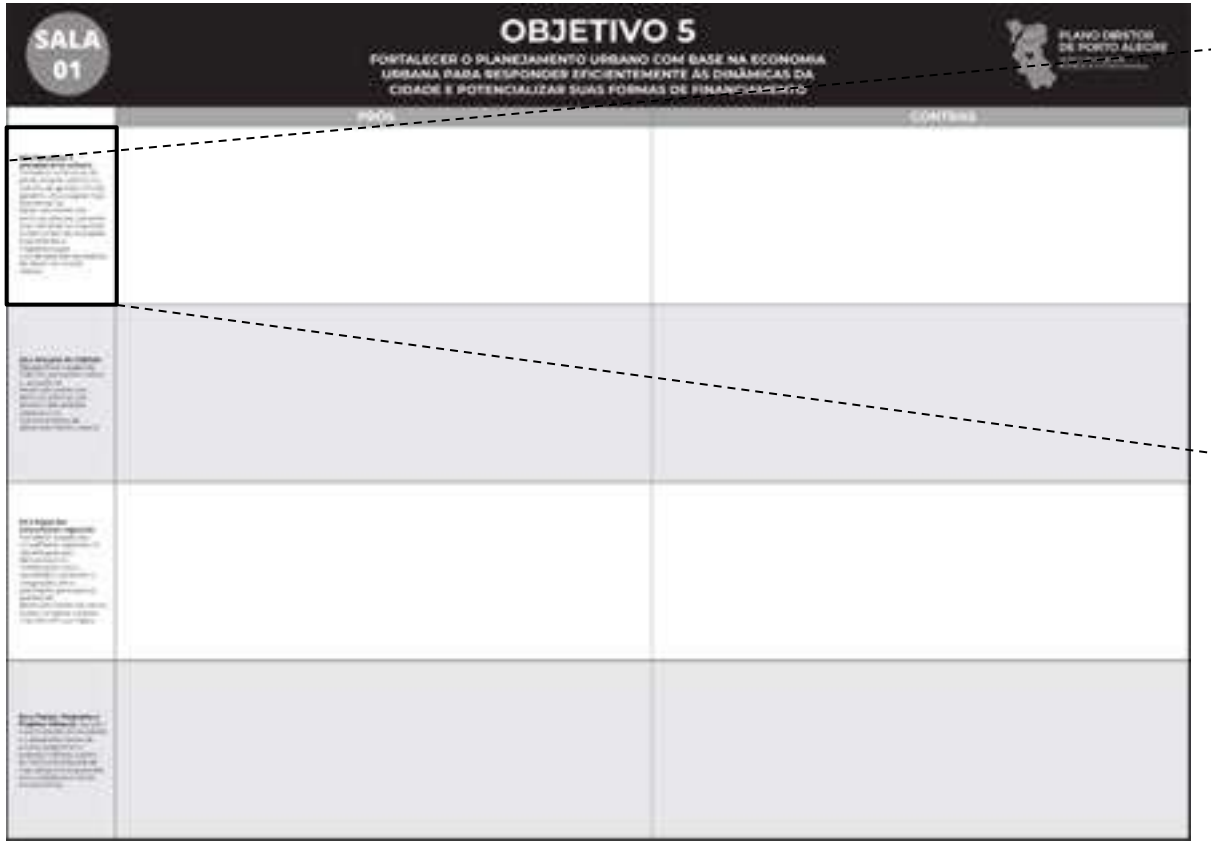
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MATERIAL DE APOIO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

40 M



E5.3 Fortalecer o planejamento urbano:
Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas as demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.

PRÓS

CONTRAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

INTERVALO - 15 MINUTOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
APRESENTAÇÕES GRUPOS

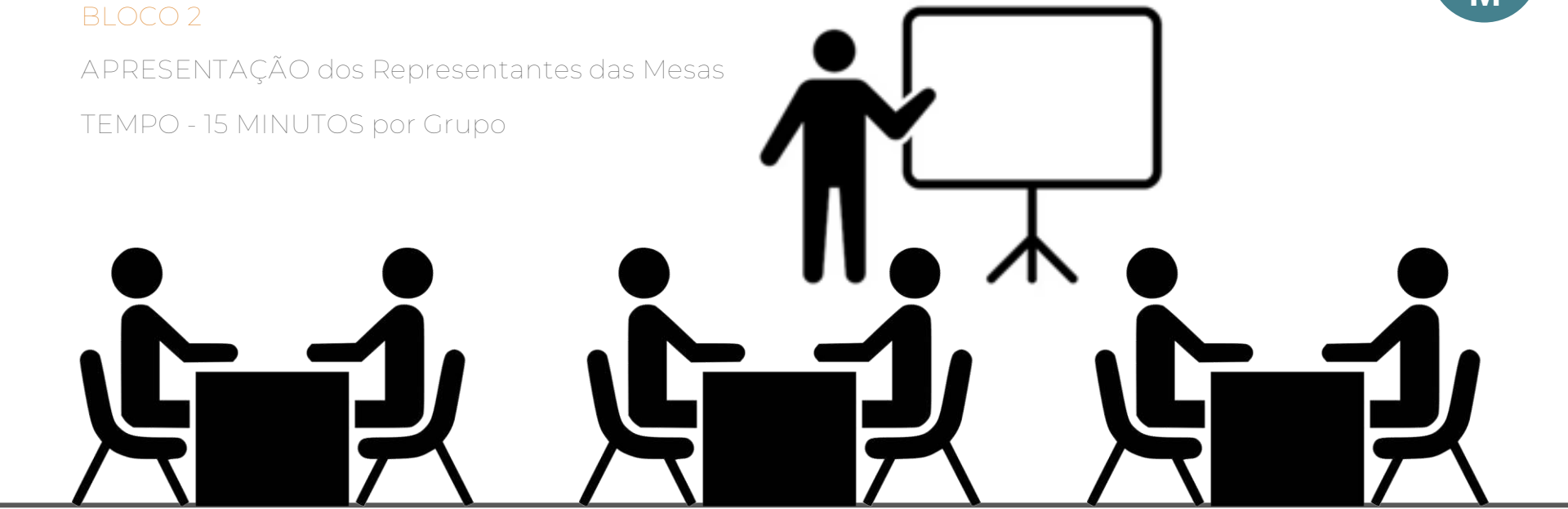
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
PREFEITURA Mais cidade. Mais vida.

15 M

BLOCO 2

APRESENTAÇÃO dos Representantes das Mesas

TEMPO - 15 MINUTOS por Grupo



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

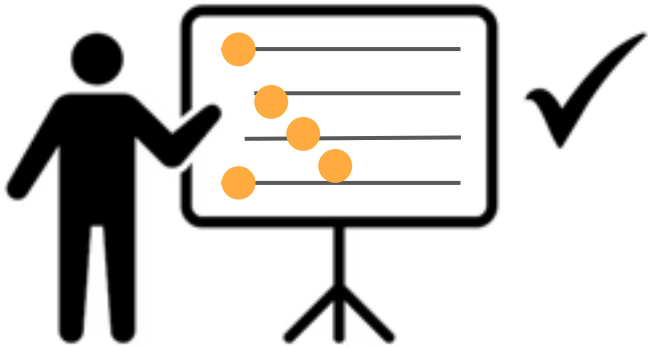
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

10 M

BLOCO 2

PRIORIZAÇÃO INDIVIDUAL, cada pessoa poderá escolher 5 ESTRATÉGIAS - TEMPO - 10 MINUTOS



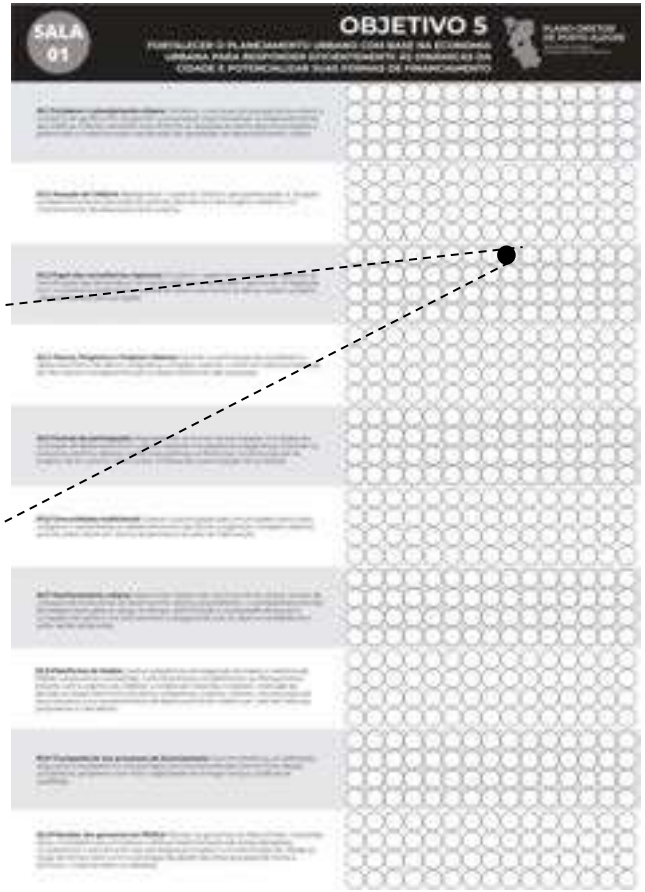
PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
VOTAÇÃO INDIVIDUAL

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

10 M





ADESIVO

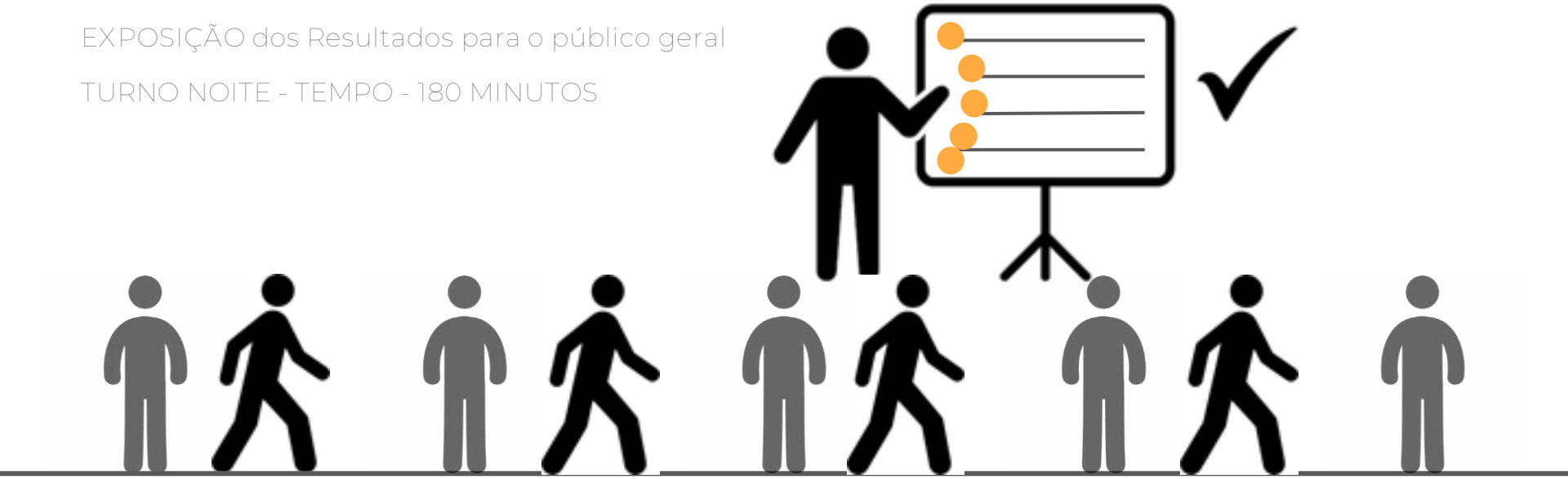
CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
EXPOSIÇÃO

180 M

BLOCO 3

EXPOSIÇÃO dos Resultados para o público geral

TURNO NOITE - TEMPO - 180 MINUTOS



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

COFFEE BREAK

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.	OBJETIVO VIABILIZAR O PARQUE LINEAR DA ORLA DO GASÔMETRO ATÉ O IATE CLUB GUAÍBA OPÇÃO DE LAZER PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA OBJETIVO TORNAR PORTO ALEGRE CONHECIDA MUNDIALMENTE PELA SUA ORLA PÚBLICA COM O POR-DO-SOL MAIS LINDO DO MUNDO	SUGESTÃO DE REDAÇÃO A APROPRIAÇÃO DEVE SER PROMOVIDA PARA TODA A POPULAÇÃO E NÃO "POR PARTE DA POPULAÇÃO" SUGESTÃO DE REDAÇÃO A UTILIZAÇÃO DEVE SER RESERVA A ATIVIDADES PÚBLICAS E DE LAZER ORLA INUNDÁVEL FORA DO POLDER
E1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.	AUXÍLIO NO TRANSPORTE E CONDUÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS CONTIGUOS E REGIÃO DAS ILHAS IMPLEMENTAR O TRANSPORTE FLUVIAL DO CAMAMBÃ IPANEMA/LAMI/ BELÉM NOVO/IMPUÁ	DESAFIO MELHORAR A BALNEABILIDADE DO GUAÍBA E 1.2 REGULAMENTAÇÃO ALVARÁ PREÇ HORÁRIO?
E1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.	BENEFÍCIOS AUMENTAR O CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO ACERCA DOS PARQUES NATURAIS DO DELTA DO JACUÍ E DO LAMI ATRAVÉS DO TRANSP. AQUAVIÁRIO	NÃO URBANIZAR A PONTO DE DESCARACTERIZAR A NATUREZA JÁ EXISTENTE HÁ UMA CONTRADIÇÃO NA PROPOSTA, AO PROPOR URBANIZAR E PRESERVAR. MAL DEFINIDA PROPOSTA
E1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.	SOB O FAZER DO URBANISMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RELAÇÃO C/ DELTA E JACUÍ E 1.4 ESTIMULAR A INFRA ESTRUTURA LOCAL	PONTO DE ATENÇÃO! REGIME URBANÍSTICO DEVE ATENTAR PARA EVITAR IMPACTOS DO PAREVE ESTADUAL DO DELTA DO JACUÍ USOS COMPATÍVEIS COM ÁREAS INUNDÁVEIS PONTO DE ATENÇÃO ARTICULAR A REDAÇÃO DO REGIME URBANÍSTICO COM SEMA/FEPAM/CONSELHO DA APA E PAREVE ESTADUAL DO DELTA DO JACUÍ

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.	Únicos pontos balneáveis da orla Consideração das questões ambientais em respeito às características locais	Risco de elitização (gentrificação) Garantir livre acesso a todas faixas etárias e grupos da população Faltam estudos técnicos que demonstrem a origem das estratégias
E1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.	LOUVÁVEL E NECESSÁRIA ATRAVÉS PARCERIA PÚBLICO PRIVADA	CUSTO ALTO P/ AMPLIAÇÃO DA REDE ESGOTO DIFICULDADE DE GARANTIR AS LIGAÇÕES DOMICILIARES A REDE DE ESGOTO
E1.7 Diretrizes para os espaços públicos: Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.	VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO FACHADAS ATIVAS E ILUMINAÇÃO P/ FAVORECER A MOBILIDADE PEATONAL	FALTA UM MAPEAMENTO DOS TIPOS DE ESPAÇO PÚBLICO E SUAS RESPECTIVAS HIERARQUIAS FALTOU A REGULARIZAÇÃO NO TERRITÓRIO
E1.8 Qualificação dos espaços públicos: Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.		



SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E1.9 Gestão de Espaços Públicos: Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.	Otimização de recursos: - humanos, materiais, financeiros Gestão capacitativa e integrada, para elencar prioridades & conforme cada região Gestão integrada minimiza os conflitos gerados com uma gestão segregada. Cria a possibilidade de alteração de um nível de comunicação ruim / população vai ter todos seus espaços públicos	Dificuldade de compatibilizar a nova gestão integrada com as diversas estruturas que já existem na cidade. Dificuldade na definição de quem fará a gestão dos espaços públicos
E1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.	Diversidade de opinião, inclusão, exposição de ideias, senso de pertencimento Fomentar o uso de meios digitais para aumentar o engajamento Apresentação das intervenções nos espaços públicos, maior a chance das pessoas cuidarem PARCERIA DE MÃO DUPLA PÚBLICO E PRIVADA	Falta a participação do 3º setor, com ONG's. Ex: Associação Como "ajustar" os espaços públicos para que possamos adjuvir, entre eles, aqueles vazios colaterais? Como engajar a população mesmo ausente? Criar que apenas uma minoria participa.
E1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.	Privatização de espaços "esquecidos" com utilização de recursos públicos para usos REDUÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS DO ESTADO. Oportunidade de manutenções constantes com a utilização de recursos públicos.	O espaço pode acabar perdendo a identidade e identificação do público que frequenta. Propriedade vai explorando comercial e nos moldes que espaços públicos, que são locais de todos. POUCO TEMPO DE GESTÃO DE NEGOCIAÇÃO, ALTERNÂNCIA DE PODER POLÍTICO DE 2 EM 2 ANOS.
E1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.	Permite mais transparência da gestão pública GARANTIR EQUIDADE E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS CONFORME NECESSIDADE DA POPULAÇÃO Reduz a necessidade de deslocamento da população para outras região da cidade.	Ausência de uma métrica de prioridades Necessidade de manutenção frequente em locais pouco utilizados; para que os mesmos não fiquem abandonados.



SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.	PRESERVAÇÃO DA AMBIÊNCIA	FALTA CLAREZA NO REGRAMENTO P/ URBANISTICOS RESTRINGE A PAISAGEM URBANA A ÁREAS PRÉ EXISTENTES
E1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.	DESENVOLVIMENTO DO PARQUE LINEAR, DO GASOMETRO AO IATE CLUBE, GARANTINDO O EXCLUSIVO LAZER INCREMENTAR ÁREAS DE PARQUES PÚBLICOS NA ORLA ATÉ ZONA SUL DEMOCRATIZA O ACESSO AO GUAÍBA	NECESSITA REGULAÇÃO PARA AMPLIAR AS REGRAS JÁ EXISTENTES
E1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.	A manutenção dos projetos urbanísticos, baseados no conceito de cidade jardim como exemplo de um conceito de convivência Considerando a manutenção e investimento nos legados pelos habitantes e proprietários, em especial o existente na Vila Conceição e Assunção.	RISCO EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS JÁ CONSOLIDADAS QUE ENVOLVEM PROPRIEDADE PRIVADA VILA CONCEIÇÃO E VILA ASSUNÇÃO SERIAM AMEAÇADAS SEM O REGRAMENTO NA PROPRIEDADE PRIVADA REGRAMENTO NÃO CLARO DE PLANOS PONTUAIS / LOCAIS PODE AFUGENTAR O INCENTIVO NESTES IMÓVEIS REFINAR EM TODAS AS ÁREAS O REGIME URBANISTICO
E1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.	Valorizar os bairros especiais de interesse cultural que estão vitalizados, com áreas e imóveis representativos, como o bairro Vila Conceição. Que manutenção nos espaços, parte de pedra de acesso e praça Parobico, projetado com o objetivo de congregar vizinhos pela convivência através de lazer e esportes, conforme projeto original	NECESSITA DE PLANOS E PROJETOS (COLETIVOS) PARA GARANTIR A VITALIDADE CUIDAR PARA O DESENVOLVIMENTO NÃO DESCARACTERIZAR ESPAÇOS CONSOLIDADOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

4

SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.	SIM É IMPORTANTE PARA A QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO A INCORPORAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL Incluir esta estratégia como forma de conscientização e indicação da importância do tema para que seja melhor desenvolvido e definido oportunamente ou em GTs criados neste fim. A identificação e o reconhecimento no Plano Diretor é muito importante ↓ Resta ver como fazer os registros no Plano Diretor do Patrimônio Imaterial e das Manifestações Culturais SIM É NECESSÁRIO INCLUIR NO NOVO PLANO AÇÕES, ESTUDO, IDENTIFICAÇÃO PARA GRADUALMENTE IR AO RECONHECIMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS QUE POSSUI REPRESENTAÇÃO	A dificuldade em fazer o mapeamento uma vez que não estão todos identificados os patrimônios imateriais É um tema incipiente ainda, que precisa ser melhor debatido e identificado para que seja oportunamente mapeado
E1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.	Pode ser Valorizado. Mapeamento dos Sítios de Interesse Arqueológico é necessário para não se perderem este bens de registros históricos.	COMO A FONTE DO MAPEAMENTO É O IPHAN, APENAS PODERÁ SER INCORPORADO SE O IPHAN FORNECER A IMPLANTAÇÃO DA DIRETRIZ É DIFÍCIL, POIS O GESTOR É O FISCALIZADOR É O IPHAN Gestão do Patrimônio Arqueológico com melhorias dos Museus para salvaguarda
E1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.	SIM, É IMPORTANTE E SOMOS A FAVOR. CONTINUAR COM OS BENEFÍCIOS E OTIMIZAR OS INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO Estudar novas possibilidades de benefícios para incentivo à preservação do patrimônio O QUE JÁ SE REALIZOU A PARTIR DA LEI DE 2019 APROVA OS ASPECTOS POSITIVOS PARA O PATRIMÔNIO	
E1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.	A PRÁTICA DE CORREDORES (PERCURSOS) É IMPORTANTE PARA O RECONHECIMENTO DO TURISMO CULTURAL E DA IDENTIDADE CULTURAL SIM, É IMPORTANTE IDENTIFICAR OS CONJUNTOS EM CORREDORES E ESTENDER OS INCENTIVOS (RELATADOS EM E1.19) Estabelecer lista de imóveis que poderão receber os projetos e apoio cultural e que poderão estar descritos no Plano	



SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PARA ALÉM DO TEMPO É NECESSÁRIO PENSAR NA QUALIDADE E ACESSO A FORMAS DE TRANSPORTE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PROS	CONTRAS
E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.	Reduzir a distância de deslocamento das pessoas QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA JÁ EXISTENTE, APROXIMAR AS PESSOAS DE ONDE OS RECURSOS JÁ ESTÃO LOTEAMENTOS CENTRAIS OU MAIS DE INTERESSE SOCIAL INCENTIVAR A MISCIGENAÇÃO SOCIAL COM HIS EM ÁREAS + BEM LOCALIZADAS MENOR EXIGÊNCIA DE ESTACIONAMENTOS POTENCIALIZAR ÁREAS E EIXOS/CORREDORES COM CARACTERÍSTICAS P/ ADENSAMENTO OPORTUNIDADE P/ Adensar onde ainda os imóveis ociosos destinando p/ HIS Propiciar os usos às populações mais carentes as áreas que já dispõe de infraestrutura através do formato de HIS REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE VIABILIZA DEFINIÇÕES SOBRE MODELO OPERACIONAL DO T COLETIVO E DETALHAMENTO DO PLANO MOBICVEB	Ausência de informação como acomodar a cidade futura. Onde estão os empregos p/ ex.? Para entender estratégia e previsão entendo adequada Necessário controle para não sobrecarregar as estruturas existentes CONTROLAR A VENDA DE ESTOQUES PARA PERMITIR O USO DESTES DE UMA FORMA MAIS ACESSÍVEL A TODOS
E2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar centralidades, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.	USOS QUE TEM UMA CONVIVÊNCIA HARMÔNICA Excelente estratégia Observando os impactos de vizinhança e COMPATIBILIZAÇÃO DE USOS GERA ~~SER~~ SEGURANÇA AO TER OCUPAÇÃO DO ESPAÇO EM DIFERENTES HORAS DO DIA REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE PROPORCIONAR UM ÍNDICE DE CAMINHABILIDADE MAIOR, BUSCANDO MAIOR QUALIDADE DE VIDA PARA AS PESSOAS	Restringir atividades que não possam coexistir pois podem gerar conflitos e prejudicar os usos existentes
E2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.	NOVAS CENTRALIDADES FAVORECEM NOVAS OPORTUNIDADES, RETOMAR INVESTIMENTOS QUE JÁ FORAM REALIZADOS Utilizar a infraestrutura das centralidades consolidadas para valorizar os investimentos já existentes Respeitando o meio ambiente e patrimônio cultural. SE HÁ DESENVOLVIMENTO RESPEITE O PATRIMÔNIO NATURAL E AMBIENTAL	INFRAESTRUTURA NÃO COMPATÍVEL COM OS PADRÕES URBANOS EXPANSÃO DAS POTENCIALIDADES DEVE RESPEITAR. ~~EXCESSOS~~ EXCESSOS DA CONVENÇÃO O PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL
E2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.	OTIMA OPORTUNIDADE P/ Direcionar incentivos p/ HIS Promover o adensamento de HIS em áreas centrais, haja vista o uso destas pessoas dos serviços públicos, reduzindo o espalhamento destes públicos VIABILIZA TRANSPORTE ATIVO (PEDESTRES/CICLISTAS) ADEQUAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO À ~~MANCHA~~ ÁREA OCUPADA + ÁREAS p/ MAIOR INVESTIMENTO (Maior Custo/Benefício) Horizontes Verticais comerciais VIABILIZA ~~DE~~ ECONOMICAMENTE O TRANSP COLETIVO	ENFRENTAMENTO PARA REDUÇÃO DE VAZIOS URBANOS CONTROLE DEVE PRIORIZAR ~~TODOS~~ ~~OS~~ ENTENDIDOS AUTORIZ. EM ÁREAS ~~DESTINADAS~~ NÃO É APENAS O DESORDENADO QUE EXPANDE A CIDADE - + INVESTIMENTOS em INFRAESTRUTURA (escola, Saúde, Transporte)

SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.	O PARCELAMENTO ADEQUADO DIMINUI O TEMPO DE TRANSPORTE POR OFERECER EQUIPAMENTOS NAS REGIÕES. UNIFORMIZAR CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO DO SOLO EM ÁREAS PRÓXIMAS. EVITA LOTEAMENTOS IRREGULARES. AGILIZAR A APLICAÇÃO DE PROJETOS (ADEQUADOS (CONSTRUÇÃO, PARCELAMENTO, ETC.) CONSIDERANDO O DINAMISMO DO MERCADO. INIBIÇÃO DE PARCELAMENTOS IRREGULARES PARCELAR SOLO DE FORMA A INCENTIVAR USO DE TRANSPORTE PÚBLICO E TRANSPORTES ALTERNATIVOS (EX: BICICLETA)	PARCELAMENTO INADEQUADO PODE DIFICULTAR AMPLIAÇÃO DE VIAS PRINCIPAIS ESTRUTURAÇÃO DESORGANIZADA NA ZONA SUL DEVIDO CRITÉRIOS DIVERSOS DE PERMISSÃO PARA PARCELAMENTO PLANEJAR MALHA VIÁRIA ROBUSTA ANTES DOS PARCELAMENTOS. FALTA DE FISCALIZAÇÃO/CONTROLE SOBRE PARCELAMENTOS E CONSTRUÇÕES IRREGULARES
E2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.	USAR ÁREAS DISPONÍVEIS/EXISTENTES P/ EVITAR HABITAÇÕES EM REGIÕES MAIS DISTANTES. RECICLAGEM DE USO/MUDANÇA DE USO DE ESPAÇOS P/ ADAPTAR À NECESSIDADE DA REGIÃO GERAR MAIOR FLEXIBILIDADE de zoneamentos e tipos de USO afim de gerar atualização de equipamentos e atendimento local da REGIÃO. CONECTIVIDADE ENTRE AS CENTRALIDADES URBANAS POSSIBILITAR USO DOS INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE DESENVOLVER PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO, COM BASE NOS CRITÉRIOS DE CIDADE INTELIGENTE REVISAR ZONEAMENTOS URBANÍSTICOS VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DE DENSIDADE ONDE HÁ INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE. EFETUAR LEVANTAMENTO PARA SABER O VOLUME DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS PARA OUTROS BAIRROS DESENVOLVER PLANOS/PROJETOS DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA OS BAIRROS COM MAIOR DESLOCAMENTO. EVITA DIMINUIÇÃO DE ÁREAS COM VEGETAÇÃO Requalificar respeitando comunidade existente e uso consolidado/existente BUSCAR INVESTIMENTOS EXTERNOS PARA PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES. Utilizar áreas já doadas ao município para implantação de infraestrutura em vez de exigir novas áreas (ver TCAP para qualificar área)	BAIRROS INTEIROS COM MUITAS PESSOAS SE DESLOCANDO PARA OUTRAS REGIÕES / POR FALTA DE EMPREGO. GENTRIFICAÇÃO - Segregação espacial de uma cidade DENSIFICAR REGIÃO GERA ENGARRAFAMENTOS.
E2.7 Conexões com a Região Metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo	NOVOS TIPOS DE TRANSPORTE (NÃO SÓ ÔNIBUS) Controle e Manutenção Adequadas para garantir a conexão e menos trânsito APONTAR DIRETRIZES PARA O DETALHAMENTO DO PLANO MOBIL. URB NO CONTEXTO METROP. INCENTIVAR SISTEMAS TIPO BRT	ÔNIBUS METROPOLITANOS CIRCULANDO DENTRO DE PORTO ALEGRE
E2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.	FAVORECIMENTO de Acesso a Saúde, Lazer, Empregos com Acessos Dignos e Eficientes entre os Municípios da GPOA. MD - modal de transporte p/ integração	O IDEAL SERIA A CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS (EVITAR EXISTÊNCIA DE CIDADES DORMITÓRIO) PARTE DAS PESSOAS NO RAM NA REG. METR. POR NÃO TER CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE MORAR EM POA (CUSTO HABITAÇÃO MUITO ALTO)

SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PROS	CONTRAS
E2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.	Revisar a malha ampliando a diversidade modal, ao contemplar infraestruturas voltadas ao Transporte Sobre Trilhos A ampliação/inclusões de infraestruturas cicloviárias e de transporte ativo incentiva o uso desses modais e proporciona maior segurança aos usuários. POSSIBILIDADE DE INTEGRAR O DESENVOLVIMENTO URBANO AO PLANEJAMENTO DA MALHA VIÁRIA Substituição de áreas de estacionamento por infraestruturas de modais ativos e qualific. transp. coletivo POSSIBILIDADE DE PRIORIZAR O TRANSPORTE COLETIVO	Não priorizar o transporte coletivo na malha viária prejudica a fluidez do trânsito como um todo. A não qualificação das infraestruturas de transporte ativo e coletivo incentiva o uso do veículo individual motorizado. PLANEJAMENTO INADEQUADO DA MALHA VIÁRIA PODE INCENTIVAR O ESPRAIAMENTO URBANO O uso da via pública como estacionamento não promovendo a sustentabilidade das infraestruturas viárias e sua capacidade AUMENTO PRIORIZAR O TRANSPORTE INDIVIDUAL MOTORIZADO AUMENTA AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA FALTA DE INTEGRAÇÃO DAS REDES DE MODAIS (FALHAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS E CICLOVIAS)
E2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.	Previsão de carregamento das vias e de polos geradores de tráfego e congestionamento LOCALIZAR EQUIPAMENTOS PRÓXIMOS DE EIXO DE TRANSPORTE COLETIVO PARA TORNAR ACESSÍVEL PARA MAIS PESSOAS	A localização de equip. em áreas com infraestrutura suficiente para absorção dos carregamentos e fluxos viários. MÁ DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE NÃO ATENDEM DE FORMA JUSTA A POPULAÇÃO DA CIDADE (DE ACORDO COM PERFIL SOCIOECONÔMICO)
E2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.	Amplia a acessibilidade dos sistemas de transporte, aumentando o acesso a oportunidades da população (emprego, educação, saúde, lazer, segurança etc.) Reduz os custos de viagem através da integração do bilhete eletrônico (BRT) e de estações de bike compart. e do transp. coletivo. ROTEIRO: INTEGRAR A COBRANÇA COM OS CATAMARÃS (TRI) VER COMO PARTE DO SIST. DE TRANSPORTES PÚBLICO	Aumenta os tempos de viagem e os custos de transporte. NÃO TEM Gera sobreposição das linhas de transp. coletivo. NÃO TEM
E2.12 Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.	A sincronização semafórica a partir do monitoramento do tráfego e dos polos de carregamento viário (onda verde) Previsibilidade nos horários do transporte coletivo, dando maior confiança ao usuário no sist. de transp. coletivo. TER PAINÉIS INFORMATIVOS COM HORÁRIOS DOS TRANSP. ATUALIZADOS (AO VIVO) EFETIVO SEM PRECISAR OLHAR O CELULAR RESPOSTA MAIS RÁPIDA EM RELAÇÃO A MUDANÇAS DE DEMANDA	A falta de manut. dificulta a previsão dos tempos de viagem, tanto no transp. coletivo, quanto no indiv. motorizado. Não ter a dimensão real do número de usuários das infraestruturas cicloviárias Não ter a capacidade de planejamento de rotas alternativas

SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.	- OTIMIZAR TEMPOS DE DESLOCAMENTO - DESENVOLVIMENTO DE COMÉRCIO LOCAL - EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTES NAS CONEXÕES - FAVORECER INTERLIGAÇÕES ENTRE AS COMUNIDADES - MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA VIÁRIA (INTELIGÊNCIA) APP / SITE	- DESAPROPRIAÇÕES COMPULSÓRIAS - CUSTOS ALTOS
E2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.	- HUBS DE CONCENTRAÇÃO DE MODAIS E ENTRE OS MUNICÍPIOS DA GRANDE POA - MAIOR ADESÃO AO TRANSPORTE COLETIVO - REDIMENCIONAMENTO DA FROTA COM A DEMANDA - INCENTIVO A MODAIS DE ENERGIA LIMPA - REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES TRANSPORTE DE PEQUENA/MÉDIA ESCALA (LOTAÇÕES) SOB DEMANDA Acessibilidade nos Transporte Coletivos (elevação das Paradas)	- MORosidade NO DESLOCAMENTO DE VEÍCULOS PRIVADOS MELHORIA NÃO PODE SER APENAS NA INFRAESTRUTURA MAS TAMB NECESSÁRIO INVESTIMENTO EM MODAIS COMO METRÔ, ACESSIB MODOS
E2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.	- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS REGIÕES ATENDIDAS - INTERCONEXÃO ENTRE OS MODAIS TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO E GRATUITO - OTIMIZAR TEMPO DE TRANSPORTES (VIAGENS) CONVÊNIOS C/ UNIVERSIDADES CRIANDO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A VIABILIDADE TÉCNO-ECONÔMICA DO APROVEITAMENTO DAS VIAS NAVEGÁVEIS JACUÍ, SINOS GRAVATAÍ, E CAÍ	- AUMENTO DA POLUIÇÃO DO RIO PASSAGEM PARA USO OCASIONAL EM DETERMINADA POPULAÇÃO NOS TRAJETOS DIÁRIOS QUE DEVEM SER PADRONIZADOS
E2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.	- CRIAÇÃO DE CICLOVIAS - CRIAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS C/ INCENTIVOS. - DESFRUTAR DA CIDADE (APELO LÚDICO) MEDIÇÃO E CONTROLE DA EMISSÃO DE GASES DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO. EX: ÔNIBUS SE DESLOCANDO POR 20KM IDA + 20KM VOLTA DA GARAGEM ATÉ O FIM DA LINHA. - MELHORIA SAÚDE DA POPULAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DE COMÉRCIO/SERVIÇO LOCAL - AUMENTO DA SEGURANÇA	

SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PROS	CONTRAS
E2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.	INCENTIVAR O USO DO T. PÚBLICO JÁ EXISTENTE E PENSAR EM IMPLEMENTAR NOVOS NOVOS REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA DE EMPRESAS QUE APRESENTEM SOLUÇÕES INOVADORAS NAS QUESTÕES RELACIONADAS À TRANSPORTE. INCENTIVO AO TRANSPORTE HÍBRIDO INVESTIMENTO PÚBLICO EM PROJETOS QUE CONTEMPLEM AS IDEIAS DE MOBILIDADE E CHAMEM ATENÇÃO DE INVESTIDORES ALGUM TIPO DE INCENTIVO FINANCEIRO/ POUPOS PARA QUEM NÃO USAR CARRO E ESCOLHER O TRANSP. ALTERNATIVO INVESTIMENTO EM VLT INVESTIMENTO EM "LOTAÇÕES" PÚBLICAS	AUMENTO PREÇO PASSAGEM E RENDA PESSE CIVIL NÃO TEM INVESTIMENTO DE PUBLICIDADE VOLTADO A CONSCIENTIZAÇÃO DA POP.
E2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.	PODE REDUZIR A QUANTIDADE DE VEÍCULOS CIRCULANDO NAS VIAS, REDUZINDO ENGARRAFAMENTOS. MANUTENÇÃO DAS CICLOVIAS EXISTENTES E AUMENTO DE CONEXÕES COM OUTRAS PARTES DA CIDADE	PODE AFETAR O TRÂNSITO, DIMINUINDO FAIXA DE CARROS PODE CAUSAR INSEGURANÇA/ACIDENTES, DEPENDENDO DE COMO FOREM IMPLEMENTADAS POUCO USO NÃO CONECTADOS COM CICLOVIAS EXISTENTES FALTA DE CICLOVIA ESTRADAS / RUAS RURAIS DIFICULDADE DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE AS LEIS DE TRÂNSITO INCENTIVAR A EDUCAÇÃO EM NORMAS BÁSICAS DE TRÂNSITO P/ CICLISTAS AUMENTAR NEGÓCIOS DEVE OCORRER EM ÁREAS ADENSADAS E CONSOLIDADAS, MAS GM NARCOTRAS COMO EQUILIBRAR CICLISTAS, PEDESTRES, TRANSPORTE PÚBLICO E PRIVADO?
E2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.	E2-19 - Definir horários para Veículos de grande porte p/ que não congestionem com horários de grandes demandas QUALIFICAR AS VIAS DEMARCANDO UMA ÁREA ESPECÍFICA PARA USO DE MOTO, VISANDO REDUZIR O NÚMERO DE ACIDENTES. INCENTIVAR NOVAS CONEXÕES INTER-MUNICIPAIS, REDISTRIBUINDO E DESCENTRALIZANDO OS POLOS DE ARMAZENAMENTO	
E2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.	TENTATIVA DE TRAZER A POPULAÇÃO PARA AREAS QUE JÁ TENHAM INFRAEST. CONCRETA ATENDER A NECESSIDADES DA POPULAÇÃO INVESTIMENTO EM ANALISAR ESSAS POPULAÇÕES E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO, EVITANDO ÁREAS DE RISCOS ETC EQUIPE MULTIDISCIPLINAR P/ ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA.	MOBILIDADE DEVE VIR DEPOIS DO SANEAMENTO E ÁREA DA SAÚDE PRÁTICAS CULTURAIS TALVEZ DIFICULTEM A REMOÇÃO DA POPULAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PROS	CONTRAS
E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.	Ampliação do IA de criação de solo criado sem ônus para habitação de interesse social. DENSIFICAÇÃO Permitir redução nos parâmetros de doação, doando apenas o necessário para a implementação dos equipamentos públicos, limitado ao potencial pré-definido. Possibilitar que contribuintes se revertam a pecúnia / fundo para estímulo do RETROFIT - APROVEITA E INFRA EXISTENTE NAS PROXIMIDADES DO LOTE.	- AUSÊNCIA DE ÁREAS VERDES EM LOTES JÁ CONSOLIDADOS
E3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.	- PROXIMIDADE EM ÁREAS QUE JÁ POSSUEM INFRAESTRUTURA - OPORTUNIDADE AO PODER PÚBLICO "ADQUIRIR" ESPAÇOS OCIOSOS PARA HIS.	- AUSÊNCIA DE RECURSOS DO PODER PÚBLICO. - DIFICULDADE EM ADEQUAR EM EDIFICAÇÕES / ÁREAS JÁ CONSOLIDADAS
E3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.		
E3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.	- ÁREAS CENTRAIS COM MAIOR OFERTA DE EQUIPAMENTOS E ZONAS MISTAS/GERADORAS	- REDUÇÃO DAS ÁREAS DE DOAÇÃO QUE SEJAM À POPULAÇÃO DO LOCAL - DISTÂNCIA ENTRE ÁREAS DE MORADIA E TRABALHO.

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

		CONTRAS
E3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.	DESENVOLVER POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, COM ACOMPANHAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA PERMITIR QUE O EMPREENDIMENTO PRIVADO MESCLE HABITAÇÃO DE MÉDIA RENDA COMPARTILHE UNIDADES DE HABITAÇÃO COM EM BUSCA DE 20%. EDIFÍCIOS EM RETROFIT DEVEM GERAR RENDA PARA AUTOSUSTENTABILIDADE PERMITIR USO MISTO HABITAÇÃO SOCIAL + PEQUENOS COMÉRCIOS + EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS CRIAR LEI ESPECÍFICA PARA CRIAÇÃO DE AEIS 3 (UTILIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS EM RETROFIT P/ HABITAÇÃO SOCIAL)	DIFICULDADES LEGAIS (ABSTENÇÃO DE CONTRAPARTIDAS MUNICIPAIS) REGULAMENTAR A PRÁTICA DE COMERCIALIZAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS E COMERCIAIS
E3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.	PERMITIR QUE ÁREAS DE AEIS III SEJAM IMPLANTADOS EM LOCAIS MAIS RESISTÍVEIS AMBIENTALMENTE, COM MAIORES CONTRAPARTIDAS. GARANTIR A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS QUE ~~ESTÃO~~ ENCONTRAM-SE PARCIALMENTE INSCRITAS EM APP OU EM PROJEÇÃO DE CONDUTOS VIÁRIOS EM ÁREAS IRREGULARES. QUE O PODER PÚBLICO ASSUMA A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS URBANOS PARA REGULARIZAÇÃO, GEOMETRIZAÇÃO SANEAMENTO... ENERGIA.	AUMENTAR AS ÁREAS DE AEIS III, ONDE HAJA INFRAESTRUTURA, CONSISTENTE COM A PORTARIA 595 MCMV E AO REGIME URBANO MUNICIPAL PERMITIR MAIS PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO PARA ESPECULAÇÃO RENDA LOCAL Cumprimento pelo Poder Público do percentual de destinação para interesse dos imóveis públicos sem uso e imóveis privados vagos para HIS. DIFICULDADES LEGAIS DE PROJETO URBANÍSTICO INSERIR EM LEI A POSSIBILIDADE DE INCLUIR ATIVIDADES COMUNITÁRIAS E DE COMÉRCIO NA APROVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO EM AEIS III
E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.	CRIAR DIRETRIZES P/ REFORMAS DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTE RETROFIT IDENTIFICAR AS ÁREAS PASSÍVEIS DE REURB PARA FACILITAR O PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE. O PLANO DIRETOR DEVE VIABILIZAR O ACESSO DE ÁREAS OCIOSAS PARA CRIAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL.	CONVENCIMENTO/ INCENTIVO PARA REALOCAÇÃO DAS PESSOAS
E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.	UTILIZAR DOS INSTRUMENTOS DE CONTRAPARTIDAS P/ GERAÇÃO DE VERBA P/ ASSISTÊNCIA SOCIAL É responsabilidade do poder público "Proteger" a realocação das populações que viviam em área de risco tipo: Morros, arroios e áreas alagadiça IMPULSIONAR O ACESSO A PROFISSIONAIS (ENGENHEIROS/ ARQUITETOS) PARA MANUTENÇÃO DAS HABITAÇÕES DE INT. SOCIAL	

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.	→ Agrega valor ao Imóvel E3.9 (B) Segurança da Posse E3.9 (B) Integração de assentamentos precários, melhorando o entorno imediato da cidade além das edificações. E3.9 (B) ORGANIZAÇÃO URBANÍSTICA E SOCIAL E3.9 (A) Segurança de Território Protege da criminalidade e da grilagem Cadastro fundiário é essencial p/ o controle e planejamento do solo	Criação de um calendário p/ habilitação de regularização fundiária atendendo as áreas públicas e privadas A ordem de prioridade deve ser composta por áreas com + facilidade e uma maior porcentagem para áreas mais carentes todas. Hoje a prioridade são áreas + fáceis de c/ infra C E3.9 Hoje não há publicização e atualização constante das áreas prioritárias para Regularização - deve ter um instrumento p/ isso via legislação E3.9 (C) ~~Encontrado~~ Falta um/ HIS prioritário de para dar certo esse elemento dar comunidades e dar cooperativas (C) ~~Encontrado~~ Dificuldade nas desapropriações de terras particulares p/ regularização fundiária E3.9
E3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.	Regularização física e equipamentos urbanos são prioritários à titulação. E3.10 (B) PLANOS COLADA ESPECÍFICOS DISCUSSÃO COM AS COMUNIDADES PARA GARANTIR AS DEMANDAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS DECISÕES E PRIORIDADES E3.10 (B) A infra estrutura e o programa deve acompanhar a regularização carteiras (A) (B) PROMOVER AUDIÊNCIAS PÚBLICAS P/ DISCUSSÃO C/ AS COMUNIDADES PARA PROMOÇÃO DO PROGRAMA DE R.F.	
E3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.	NOVAS TECNOLOGIAS C/ PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS. E3.11 (A) Promover habitações mas alertar à escala do projeto a fim de garantir o controle populacional e também o apoio social p/ o grupo. E3.11 (B) Aproprian o uso de prédios ociosos p/ o uso deste item da proposta. E3.11 (B) REMOÇÃO NÃO! PROMOÇÃO DE HIS Promoções de HIS Enfrentamento da falta de	EMHIS - COLOCAR EM PRÁTICA Já sobram imóveis em POA; HIS, NÃO! EMHIS - APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO SOLO CRIADO PEQUENO E MÉDIO ADENSAMENTO.
E3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.	Respeito à convenção 169 da OIT. SEMPRE!	CRIAÇÃO DE ÁREAS ESPECIAIS DE POVOS TRADICIONAIS (INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E OUTROS.

LEGENDA
C - contra
A - A favor

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PROS	CONTRA
E3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.	E3.13 Privilegiar a participação de temas variados, Ampliando na decisão a voz da população E3.13 - Participação virtual e ação de acesso a população mais carente E3.13 Mecanismos de Participação devem respeitar as características das participantes.	E3.13 O APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DEVEM INCLUIR SISTEMAS DE MONITORAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS. E3.13 - Ausência do monitoramento do sistema de Participação - Falta a efetividade E3.13 Participação requer Investimento.
E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.	E3-14 - Monitorar os equipamentos em relação a população atendida. E3-14 - Alinhar oferta de equipamentos públicos a áreas de pressão de adensamento populacional.	E3.14 Ausência de Recursos para ampliar a oferta a equipamentos E.3.13 - A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA EQUIPAMENTOS DEPENDE DE VONTADE POLÍTICA
E3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.	E3.15 - Os equipamentos P/ Sistema de Resíduo Sólido devem estar presentes no PDDUA. E3.15 - Incluir o Representante do DMLU nas Comissão de aprovação.	E.315 Implicam a participação e assessoria técnica as comunidades de catadores e recicladores
E3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.	E3.16 - Contato Dinâmica da população que ocupa Área Rarefeita	E3.16 - Ignorar a transferência da Região e entornos da área Rarefeita e seus reflexos.

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E3.17 Plano Municipal de Habitação:
Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.

ARTICULAR / COMPATIBILIZAR ÁREAS DA CIDADE COM VAZIOS URBANOS E EDIFÍCIOS ABANDONADOS PARA REVITALIZAÇÃO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PLANOS SETORIAIS DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS (EX. SAÚDE, EDUCAÇÃO) COMPATIBILIZADOS COM PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO

- Acompanhar os programas da prefeitura p/ que o Plano Municipal também seja revisado juntamente c/ a Revisão do Plano, não apenas políticas públicas federais

COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE PLANO DIRETOR, PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E PLANOS SETORIAIS (EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS)

ARTICULAR COM A PERCEPÇÃO DO EMBATE A GESTÃO DO TERRITÓRIO E COM PLANOS DE BAIRROS (PLANOS POPULARES DE BAIRROS)

E3.18 Acesso à cidade:
Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

REDUZIR DISTÂNCIAS ENTRE TRABALHO E MORADIA

FOMENTAR CONTRAPARTIDAS PARA INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS (DEBATIDOS NO OP)

MUITO GENÉRICO

E3.19 Áreas de Desenvolvimento Social:
Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.

E3.20 Instrumentos:
Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.

UNIFICAR AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO COM AS REGIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO P/ FACILITAR A DESTINAÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS CONFORME A LISTA DE PRIORIDADES DO OP.

IDENTIFICAR DEMANDAS NO O.P. E OUTROS CANAIS SOCIAIS P/ DEFINIR OS CONTRAPARTIDAS NOS INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS

VIABILIZAR UM INSTRUMENTO URBANÍSTICO QUE VINCULE A EXECUÇÃO DE CONTRAPARTIDAS, garantindo projetos urbanos de grande impacto, com as demandas trazidas do processo participativo.

PROMOVER A HABITAÇÃO PERMITINDO QUE ÍNDICES LIMÍTROFES A AEIS TAMBÉM TENHAM OS MESMOS ÍNDICES CONSTRUTIVOS DAS AEIS

- Ampliar a oferta de habitações promovendo mais áreas possíveis de receber projetos habitacionais, criando ÁREAS DE SOBRAS INTENSIVA AO LONGO DAS VIAS ARTERIAIS EM UMA FAIXA DE ATÉ 200m.

- TOMBAMENTO E INCENTIVAR HIS COM INSTRUMENTOS E LEGISLAÇÃO PREVENDO FLEXIBILIZAÇÕES ESPECÍFICOS P/ PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL.

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.	Importância da estratégia deve ser revertida na destinação do orçamento público e do fundo climático para qualificação das áreas de risco garantindo moradia digna para as comunidades afetadas	Acreditamos que este tema necessita maior problematização mas seguintes questões: - Territorialidade, e visão de moradia digna e cada família presente em áreas de risco Estratégia não pode se tornar ferramenta de remoção forçada da população que habita essas áreas Garantir que as áreas de risco estejam relacionadas com as áreas de preservação e corredores ecológicos IDENTIFICAR, CATEGORIZAR E PRIORIZAR AS ÁREAS DE RISCO, GARANTINDO INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E PROJETOS QUE MANTENHAM A COMUNIDADE NO LOCAL Criação de planejamento estratégico de habitação de interesse social para toda população da cidade. - Garantia da Participação - Não comunidades - Leis P/ comunidades tradicionais
E4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.		Fortalecer, mediante concurso público, as equipes de arborização das zonas e praças e criação de equipes para manutenção/patrulha de arborização urbana e gestão ambiental em geral. Urgente reposição de quadros especializados e concursados para trabalhar em nossas equipes de manutenção das áreas verdes. Identificação de novas áreas verdes (inclusive de áreas privadas através de incentivos. Não encontramos propostas que unam a agenda da mitigação das mudanças climáticas com a gestão de saneamento de tratamento de esgotos SERVINDO a 100% da população - Não encontramos propostas que unam a agenda da mitigação das mudanças climáticas com a gestão de resíduos sólidos e efetiva da cidade e alinhada com o novo plano (Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos)
E4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.		E 4.3 - Na caracterização ambiental do zoneamento ambiental não estar presente a denominação de corpos hídricos (cursos d'água), que são mitigadores dos efeitos das mudanças climáticas E4.3 - Sugerimos o elemento ÁRVORE como elemento de infraestrutura da cidade → Garantir a participação da sociedade civil na elaboração do Plano de Ação Climática Revisão dos licenciamentos já realizados p/ garantir a existência dos conexões ecológicos. Ex: um corredor hídrico
E4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.		E. 4.4 Conforme proposta já aprovada na 1ª Conferência do Plano Diretor de março, os corredores ecológicos foram aprovados entendendo estando [illegible] parques, morros, [illegible] leis de conservação [illegible] corpos hídricos e áreas naturais em geral. E. 4.2 Criação de um setor dentro da SMAMUS, de planejamento estratégico fiscal e global de ambiental responsável dentre outras atribuições, pelo sistema de informações ambientais transparentes e acessíveis a toda população além de auxiliar a estratégia de emergência e pelo planejamento ambiental - Garantir a identificação proteção e acesso as nascentes da cidade de Porto Alegre, junto aos corredores ecológicos - Nos corredores e iniciativas ecológicas e ambientais levar em consideração a Região Metropolitana de Porto Alegre.

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.	PRESERVAR CONSERVAR ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A ESTRATÉGIA, SE EFETIVADA, APOIA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TRANSIÇÃO A AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO.	falta: Não somente Mata Atlântica e APP, e sim em todas as áreas de interesse ambiental planos e projetos urbanos correntes com os planos de manejo das UCS Buscar aprimorar por Efetivar e destinar recursos para preservações e conservações
E4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.	categorizar as áreas ambientais Sistema de espaços abertos	falta: ... para o desenvolvimento de políticas municipais respeitando e valorizando as potencialidades ambientais locais e serviços COMPLEMENTAR NO TEXTO: ... PARA FINS DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO SUSTENTÁVEL ENTRE AS ÁREAS OCUPADAS, DE OCUPAÇÃO EFETIVA E NATURAIS ... falta: Reunir estudos, teses, documentos governamental e acadêmica para qualificar e detalhar a categorização. falta: avançar para além da categorização. Detalhar restrições e outros.
E4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.	INCENTIVO FISCAL ECONÔMICO/FIN.	Falta: Recebam índice construtivo se não cortar maneira vegetal DESENVOLVER E IMPLANTAR A PARTIR DO USO DE UTILIZANDO TECNOLOGIAS LIMPAS E SOCIAIS
E4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.	Preocupação com a zona Rural PREOCUPAR-SE COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	ZONEAMENTO RURAL E A TRIBUTAÇÃO INCIDENTE SOBRE OS IMÓVEIS RURAIS. IMPULSIONAR... Acrescentar: ↑ Rural: Imposto rural em qualquer município tem menor custo que o urbano Rural: município de Porto Alegre deve se inserir nas políticas de ICMS ecológico. PRESERVAR A ÁREA ORIGINAL da zona RURAL de Porto Alegre +30% da Área da Cidade Rural: já existe Lei aprovada pela Câmara Municipal que coloca que só podemos ter produção agrícola orgânica no município de Porto Alegre

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.	Incluir no plano diretor a proteção dos topos de morros.	Exceção de áreas de preservação ambiental em melhoramento ou proteção ambiental dos topos de morros. Os morros de Porto Alegre conforme apontado na patrimonial conferência do Plano Diretor (março, 2023) já obedecem à regulamentação do Código Florestal brasileiro e de evidenciam que alguns casos só poderiam ser mais restritivos que o Código Florestal.
E4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.	Revitalização urbana: Na região das ilhas não há saneamento básico, equipamentos básicos p/ atendimento da população local. Concentração da ocupação em áreas de risco. Recuperar/requalificar ocupação segura com soluções de engenharia que atendam o local.	Política pública inadequada p/ atender contemporâneos/ benefícios p/ a região. Ex.: Marinas Falta de envolvimento da população local na tomada de decisões. Lembrar que a região das ilhas pertence à APA e Parque Delta do Jacuí e que as orientações dos planos devem ser seguidas para sobrevivência, para sobrevivência, para preservação e do ambiente [illegible] Fomento do ecoturismo. Turismo sustentável Detalhamento da estratégia p/ a descaracterização das ilhas Construir com a população das ilhas as políticas e projetos para desenvolvimento econômico social e cultural
E4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.	Sl complemento. Texto OK!	
E4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.	Sl complemento Texto OK!	

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE [illegible] EITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS E[illegible] GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

SUGIRO SUBSTITUIR "ZERAR" POR "REDUZIR" NO TÍTULO DO OBJETIVO 4

	PRÓS	CONTRAS
E4.13 Transporte Público Coletivo: emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.	- USO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS NA FROTA COLETIVA (BIODIESEL, ELÉTRICO) VAI MELHORAR, SIM, MUITO MAIS VAI POLUIR MENOS. - DIMINUIR MENOS PREJUÍZO À SAÚDE RACIONALIZAÇÃO CUIDADO COM A SOBREPOSIÇÃO DE LINHAS NOS CORREDORES E ÁREA CENTRAL E COM A ESCASSEZ NAS PERIFERIAS. OTIMIZAR SISTEMA DESAFOGA TRÂNSITO E POSSIBILITA QUE POP. PERIFÉRICA CONSIGA ACESSAR ÁREAS CENTRAIS E SUAS OPORTUNIDADES MAIS FACILMENTE A EFICIÊNCIA ECONÔMICA E EFICÁCIA DO TRANSPORTE ROD. (SUBSTITUIR A CIRCULAÇÃO CONTRADIÇÃO DE CARROS MAIS ADAPTADOS AO CERRO COM QUALIDADE RACIONALIZAR TRDE REDUZIR CUSTOS E TEMPO PRA POPULAÇÃO, + INTEGRAÇÃO - QUEM SABE TROCAR "RACIONALIZAR" POR "OTIMIZAR"	Sistema Rodoviário Atual Linhas muito longas, suprimem nos horários de início e fim de turno. No meio do percurso a lotação fica esgotada e a população não consegue acessar o meio de transporte. RACIONALIZAÇÃO DEMANDA REPENSAR PERCURSOS DO TRANSP. PÚB., TIPO DE TERMINAL E COMERCIAÇÃO Muitas comunidades (de baixa renda, periferia) tem horários reduzidos na linha, limitando os horários de chegada e saída. A população fica refém de uma linha e dos horários dos ônibus A MATRIZ ENÉRGICA DO ENTE METROPOLITANO NO TRANSPORTE PÚBLICO, A INTEGRAÇÃO DE MODAIS E A INVERSÃO ECONÔMICA NECESSÁRIA DEMANDA ARTICULAÇÃO POLÍTICA. O TRANSPORTE TEM QUE SER ECONÔMICO P/ A POPULAÇÃO. RACIONALIZAR NÃO PODE DEIXAR MAIS RAREFEITO AINDA A OFERTA DE TRANSPORTE E A INTEGRAÇÃO INTERMUNICIPAL E PERIFÉRICA E.4.13 - Investir em transporte público elétrico, metrôs, ônibus elétricos de superfície, catamarãs, dirigíveis - Energias renováveis nas instituições públicas e privadas - Aumento de ciclovias e áreas p/ pedestres.
E4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.	- PARCERIAS C/ UNIVERSIDADES (PESQUISA) E EMPRESAS P/ DESENVOLVER SOLUÇÕES P/ MITIGAR AS EMISSÕES - INVESTIR EM EQUIPAMENTOS P/ MELHOR QUALIDADE DO AR NAS ZONAS C/ + TRÂNSITO QUALIFICAR E AUMENTAR A CICLOVIA EM ESPECIAL, ~~EM~~ NAS PROXIMIDADES DE ESCOLAS E UNIVERSIDADES. JÁ HÁ INFRAESTRUTURA CICLOVIÁRIA E/OU ROTAS MAIS UTILIZADAS - CRIAR REDE E INTEGRAÇÃO ESTIMULA SAÚDE E AJUDA O CLIMA C/ INFRAESTRUTURA ADEQUADA P/ TRANSP. NÃO MOTORIZADO, A CIDADE SE TORNA MAIS ACESSÍVEL E DEMOCRÁTICA, MENOS POLUENTE, MENOS DEPENDENTE DE CARROS Existem muitas áreas (serviços/passagens) cuja finalidade é viabilizar o acesso aos pedestres, através dos bairros. Proposta = Manter os gramados e instalar uma rede de ciclovias interligando-os	NÃO ADIANTA PROGRAMAS INVESTIMENTO EM MOBILIDADE DE NÃO "RESOLVEM" A QUESTÃO DA SEGURANÇA POIS UM DOS MOTIVOS DE NÃO USO É A FALTA DE SEGURANÇA NO TRANSPORTE, PARADAS E NAS AVS. ILUMINAÇÃO, POLÍCIAS, ETC. PRIORIZAR MOBILIDADE SUAVE (CICLOVIA) DEVE SER C/ CICLOVIAS EM REDE INTEGRADA E SEGURA INCREMENTO FAIXA ETÁRIA (ENVELHECIMENTO) DA POPULAÇÃO DEMANDA ADAPTAÇÃO A ACESSIBILIDADE E A CORRESPONDENTE INVERSÃO ECONÔMICA NECESSÁRIA. - Desgravame de serviços e passagens sem análise in loco, considerando as necessidades de mobilidade da região, (as ~~ruas~~ casas o investimento) áreas que ainda mais possuem construções podem ser compradas pelo poder público ou privado e transformadas em espaços públicos ou preservar vazios de áreas verdes.
E4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.	- INCENTIVAR POR MEIO DE LEGISLAÇÃO E INCENTIVOS FISCAIS RETROFIT DE EDIFÍCIOS - GUIAS E REGULAMENTAÇÕES P/ CONSTRUÇÕES + SUSTENTÁVEIS E POUCO USADOS - + INCENTIVO FISCAL P/ CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS - OBRAS DE R$ 5.000.000 É MUITO POUCO EXISTEM QUE OS PROJETOS DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS CONTEMPLEM: - USO DE MATERIAIS DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO - MEDIDAS PASSIVAS PARA CONFORTO TÉRMICO E LUMÍNICO E QUALIDADE DO AR INTERNO - MAIOR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - MAIOR CONSERVAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL - MAIOR TAXA DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DURANTE A CONSTRUÇÃO - PROVISÃO PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO. Utilizar tecnologias de construção ecológicas, como o uso de piso feito com reciclagem de pneus. Utilizar materiais que mantenham a permeabilização do solo, evitando o alagamento. INCENTIVO P/ A POPULAÇÃO AINDA NO BOLSO DA POPULAÇÃO E NO CLIMA	TECNOLOGIAS E INFRA DE ENERGIA LIMPA INDIVIDUAL AINDA É VISTA E É INACESSÍVEL PRA POPULAÇÃO GERAL Os projetos habitacionais para baixa renda não incluem estruturas e materiais sustentáveis → Painéis solares → Pisos ecológicos → Compostheiras → Hortas comunitárias Moradias de baixa renda são projetadas e construídas sem uso de critérios, materiais sustentáveis TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS E MATERIAIS CONSTRUTIVOS DEVEM SER ACESSÍVEIS PARA TODAS AS FAIXAS DE RENDA - INCENTIVAR O USO DE TINTAS DE EFLUENTES + SUSTENTÁVEIS NAS EDIFICAÇÕES
E4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.	- MAPEAR PRÉDIOS OCIOSOS E QUE TEM DÍVIDA DE IPTU QUE SEJAM NEGOCIADOS P/ HABITAÇÃO SOCIAL. INCENTIVO DE ADENSAMENTO NAS ÁREAS CORRETAS - POSSIBILITA MAIS ACESSO E OPORTUNIDADES NAS ÁREAS CENTRAIS E REAPROVEITA INFRAESTRUTURA REVER ZONAS COM PREVISÃO /PROJEÇÃO DE OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS SUJEITAS AS INUNDAÇÕES E CHEIAS DE CORRENTES DAS CHEIAS PERIÓDICAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS Incluir, na avaliação de viabilidade às empreendimentos de médio e grande impacto, a realidade social, econômica e ambiental, inclusive da ocupação irregular do solo. Manter o conceito de cidade Jardim que já norteia o plano diretor atual. - REAPROVEITAMENTO DE PRÉDIOS OCIOSOS NO CENTRO - NÃO PERMITIR "ESPIGÕES" NA ZONA CENTRAL MUITOS IMÓVEIS EXISTENTES EM ÁREAS IMPERMEÁVEIS ÁREAS VERDES E RESPEITO ÀS ÁREAS SENSÍVEIS, MESMO DESPERTADAS PELA NECESSIDADE DO MERCADO EM CONSTRUIR NOVAS EDIFICAÇÕES - MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE PERIGO DE POA; PREVENÇÃO - MOVIMENTO DAS POPULAÇÕES - PLANOS DE EMERGÊNCIA FAMILIAR - ESFORÇO DA ÁREA PÚBLICA P/ REMOÇÃO DE PESSOAS EM ÁREAS DE RISCO "ÁREAS DE RISCO" - LINCAR AÇÕES DE COMBATE À POBREZA E NÍVEL SUSTENTÁVEL DENTRO DO PROGRAMA PROCLIMA 20% DO GDP DO ESTADO DO RS. Considerar como áreas de preservação ambiental permanente as áreas de banhado, incentivando os proprietários a utilizar o solo para produzir a água com sustentabilidade. 1 Criar um conjunto de leis e políticas públicas que regulem o uso do espaço público pelas operadoras de telefonia e internet, de modo a garantir a qualidade dos serviços 2 Estabelecer padrão de instalação de cabos de telefonia, manutenção, e substituição. NÃO PERMITIR A CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS COM MUITOS ANDARES EM LOCAIS QUE AS VIAS PÚBLICAS NÃO TENHAM CAPACIDADE DE ESCOAMENTO. PREJUÍZO À MOBILIDADE URBANA NÃO DEVE SER INSTRUMENTO P/ INCENTIVAR CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS EM ÁREAS JÁ CHEIAS DE OFERTAS PARA PÚBLICO ALVO QUE JÁ TEM CASA. BENEFICIAR/ADENSAR P/ DEMOCRATIZAR

SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.	VISANDO A REDUÇÃO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) → DIÓXIDO DE CARBONO (CO_2) - IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE PÚBLICO MOVIDO A ELETRICIDADE (VLT) ÔNIBUS ENCENTIVO FISCAL PARA AQUISIÇÃO DE CARROS ELÉTRICOS - REDUÇÃO DE VEÍCULOS NAS RUAS E MAIOR INCENTIVO Questão de saúde pública	IX ADOÇÃO DO TRANSPORTE ELETRICO PÚBLICO INCENTIVO AO AUMENTO DE TRANSPORTE POR MEIO DE ÁGUA (REDUÇÃO DA POLUIÇÃO)
E4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.	Melhor uso tanto para a natureza como para bem estar da população - lazer, transporte Fundamental na nossa cidade onde temos, além do Guaíba, arroios por toda a cidade. Deve ser sim incentivado pela prefeitura e poder privado (público) Questão de saúde pública	EFETIVAÇÃO DO PLANO Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Educação ambiental formal e informal para toda população - tratamento de esgoto de 100% da população. Melhorar o sistema de tratamento de lixo de Porto Alegre Incluir o tratamento de óleo e resíduos sólidos nesta temática Uso racional - sugestão: Programas mais educativos à população e em escolas
E4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.	MITIGA OS RISCOS E DIMINUI OS EFEITOS DAS CATÁSTROFES, COM CONTROLE E DIVULGAÇÃO DE ÁREAS EM SEUS EFEITO TRAZ PARA A DISCUSSÃO A PAUTA, ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO	OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ NÃO ESTÃO MAIS EM TEMPO DE MONITORAR. É NECESSÁRIO PLANOS DE AÇÃO PARA CONTER OS AVANÇOS EM LOCAIS QUE JÁ ESTÃO SOB AÇÃO DESSES EFEITOS Dependendo de como será feito o monitoramento, pode ser muito Oneroso ou ineficiente. Atenção para projeto
E4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.	CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: PROMOVE UMA MAIOR ADOÇÃO DE MEDIDAS SUSTENTÁVEIS PARA AS CONSTRUÇÕES, O TEMA ENTRA EM PAUTA POR TODOS EMPREENDIMENTOS QUE ANTES NÃO SE PREOCU. PAVAM. - DESMATAMENTO ZERO E CRIAÇÃO DE ÁREAS DE NUCLEO FLORESTAS URBANAS - QUE AS LICENÇAS AMBIENTAIS PARA GRANDES EMPREENDIMENTOS TENHAM INCENTIVOS FISCAIS PARA MANUTENÇÃO E CRIAÇÃO DE ÁREAS VERDES). - AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - CRIAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS Existem setores, na estrutura administrativa do município, destinados à Educação Ambiental. ⇒ Precisam ser valorizados e receber investimento adequados para permanente	SE NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO E AS MEDIDAS EXIGIDAS SÃO SIMPLES, E NÃO TRAZEM UM VERDADEIRO BENEFÍCIO PARA O MEIO AMBIENTE, NÃO TERÁ RESULTADOS IMPORTANTES PARA A CIDADE. Garantir a participação da população local nas decisões que gerem impacto direto à região. - criar Orientações a toda população de práticas sustentáveis e de boas práticas p/ mitigação das mudanças climáticas no Site da SMAMUS Sugestão: ~~dar~~ incentivo à população e empresas ao uso de secta renovável - incentivo não proibitivo: não é incentivo econômico direto, mas incentiva comportamento

MESA 1.

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E5.1 Fortalecer o planejamento urbano: Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.	Fortalecer a estrutura organizacional do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.	ENFRAQUECIMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO COM MUDANÇAS CONSTANTES
E5.2 Atuação do CMDUA: Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.	ATUAÇÃO ANTECIPADO NO PROCESSO Fortalecer o papel do CMDUA como instância de atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento, ampliando a participação e transparência da gestão democrática previstos pelo Estatuto da Cidade.	~~CONFLITOS~~ NÃO PODE SOBREPOR A LEGISLAÇÃO
E5.3 Papel dos conselheiros regionais: Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.	Integração com o orçamento e "planejamento" participativo.	FALTA INTEGRAÇÃO DE PAUTA/OBJETIVOS NÃO HÁ FÓRUM INSTITUCIONALIZADO
E5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.	Garantir a publicização e participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos	EQUALIZAÇÃO DE PROJETOS PÚBLICOS X PRIVADOS → simplificação dos processos SEMPRE na aprovação

MESA 2 | Fabiano TO | RM.

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E5.5 Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.	CRIAR ELEIÇÃO DIRETA DO PRESIDENTE DO CONSELHO PELOS SEUS PARES MANUTENÇÃO DIRETOS ADQUIRIDOS MANTER CARÁTER DELIBERATIVO DOS CONSELHOS	COMO OPERACIONALIZAR?
E5.6 Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.	LIMITES DOS PERÍMETROS DE INTERVENÇÃO	SUGESTÃO ALTERAR DE PERÍMETRO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO P/ TERRITÓRIO URBANO
E5.7 Monitoramento urbano: Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.		FALTA CLAREZA NOS INDICADORES
E5.8 Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.		ACURACIDADE DA INFORMAÇÃO ATUAL É BAIXA

MESA 3

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E5.9 Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.	A transparencia assegura a eficiência, a segurança e a objetividade do processo ATRAIR E RETER INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS NA CIDADE	TRANSPARÊNCIA DEVE SER INERENTE A TODO PROCESSO DO PLANO, E NÃO APENAS UMA ESTRATÉGIA Deve ser documentado dentro de cada objetivo
E5.10 Revisão dos gravames do PDDUA: Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.	A CIDADE É DINÂMICA e necessita ser gerida de maneira com que se garanta com que essa evolução atenda as reais necessidades de população A constante revisão dos Gravames garante o não engessamento de determinadas Regiões	
E5.11 Instrumentos de Planejamento: Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.	HÁ GRANDE NECESSIDADE DE DETALHAMENTO E EXECUÇÃO NO PDDUA DOS ITENS DESCRITOS NESTA ESTRATÉGIA. Para potencializar ~~isto~~ relacionar com o plano regulador A CONSTANTE REVISÃO E UTILIZAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA PERMITE AO MUNICÍPIO INVESTIR EM ÁREAS CARENTES E QUE NECESSITAM DE MAIOR INVESTIMENTO PÚBLICO.	
E5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor: Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas, necessidades e as potencialidades de cada local.	Este item vem de encontro a dinâmica a evolução da CIDADE Isto Garante que todas as Regiões sesam atendidos	COMPLEMENTO DO ITEM 5.11.

MESA 4

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E5.13 EIV: Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.	TER DIRETRIZES MÍNIMAS PRÉ DEFINIDAS P/ INICIAR OS PROJETOS APLICAR O EIV EVITANDO DUPLICIDADE COM O EVU EXIGIR PARA EMPREENDIMENTO DE PORTE SIGNIFICATIVO/ GRANDE PORTE. ANALISAR O ECONÔMICO COM BENEFÍCIO QUE O EMPREENDIMENTO TRARÁ A REGIÃO	EVU x EIV CRIAR REGRA P/ APLICAR EIV POR GRANDE PORTE, S/ EVU. EVITAR DUPLICIDADE APLICAÇÃO IMEDIATA SEM REGRAS CLARAS E TRANSIÇÃO SERIA CONTRA NÃO ANALISAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO E OLHAR SÓ O EMPREENDIMENTO
E5.14 Mitigação e compensação: Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.	CONSIDERAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL A PARTIR DAS DEMANDAS DO OP OBRIGAÇÃO DO MONITORAMENTO E AGILIZAÇÃO DO MONITORAMENTO	NÃO EXISTE MONITORAMENTO URBANO.
E5.15 Projetos Especiais: Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.	FAVORÁVEL A REVISAR E TER REGRAS CLARAS. EVU x EVI por exemplo.	NÃO AVALIAR O REGRAMENTO DAS EMERGÊNCIAS TEM QUE TER MAIS TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE ANÁLISE
E5.16 Investimentos urbanos: Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.	APLICAR EIV. OS RECURSOS DO EIV PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO. INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS COM PRIORIZAÇÕES DIFERENCIADAS PARA AÇÃO. INVESTIMENTOS DEVEM SEGUIR PLANO DIRETOR. GERENCIAR OS INVESTIMENTOS.	NÃO TER SETOR COM AUTONOMIA E CONTROLE DOS GASTOS / INVESTIMENTOS EX Gestão Secretaria do Planejamento NÃO TER CONTROLE DAS PRIORIDADES

MESA 5

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

	PRÓS	CONTRAS
E5.17 Financiamento da Cidade: Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.	→ CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS COM OBJETIVOS DE COMPENSAR O IMPACTO E MELHORAR A VIDA DO CIDADÃO → SOLO CRIADO: DIRECIONAR PARA USO ESPECÍFICOS (TRANSPARENTE) → BUSCAR OUTROS INSTRUMENTOS QUE POTENCIALIZEM AINDA MAIS COMPENSAR (CONTRAPARTIDA) PARA O MUNICÍPIO. → POSITIVO CRIAR MANOBRAS DE FINANCIAMENTOS PELA INICIATIVA PRIVADA.	→ DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DE FORMA EQUILIBRADA → SOLO CRIADO: TRANSPARÊNCIA
E5.18 Zoneamento de Usos: Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.	→ POSITIVO PARA PROMOVER O BAIRRO COMPLETO. → PROMOVER QUALIDADE DE VIDA → SEGURANÇA DA COMUNIDADE → DIMINUIR DESLOCAMENTOS	→ ANALISAR A INFRAESTRUTURA URBANA
E5.19 Atividades Econômicas: Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social.	→ RESPEITAR A VOCAÇÃO ECONÔMICA DE CADA LOCAL → FORTALECER ECONOMIA CRIATIVA E CONSTRUÇÃO LOCAL → PLANEJAR INFRAESTRUTURA LOCAL PARA DETERMINADAS VOCAÇÕES	
E5.20 Turismo: Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.	→ POSITIVO PARA CRIAÇÃO DE EMPREGO → GERAR RIQUEZA PARA O MUNICÍPIO → ATRAIR VISITANTE AO MUNICÍPIO	→ concentrar as atividades econômicas, industria, comércio, serviços

SALA 01

OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.

E1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.

E1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.

E1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.

E1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

E1.7 Diretrizes para os espaços públicos:
Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.

E1.8 Qualificação dos espaços públicos:
Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.

E1.9 Gestão de Espaços Públicos:
Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.

E1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.

E1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.

E1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.

E1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.

E1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

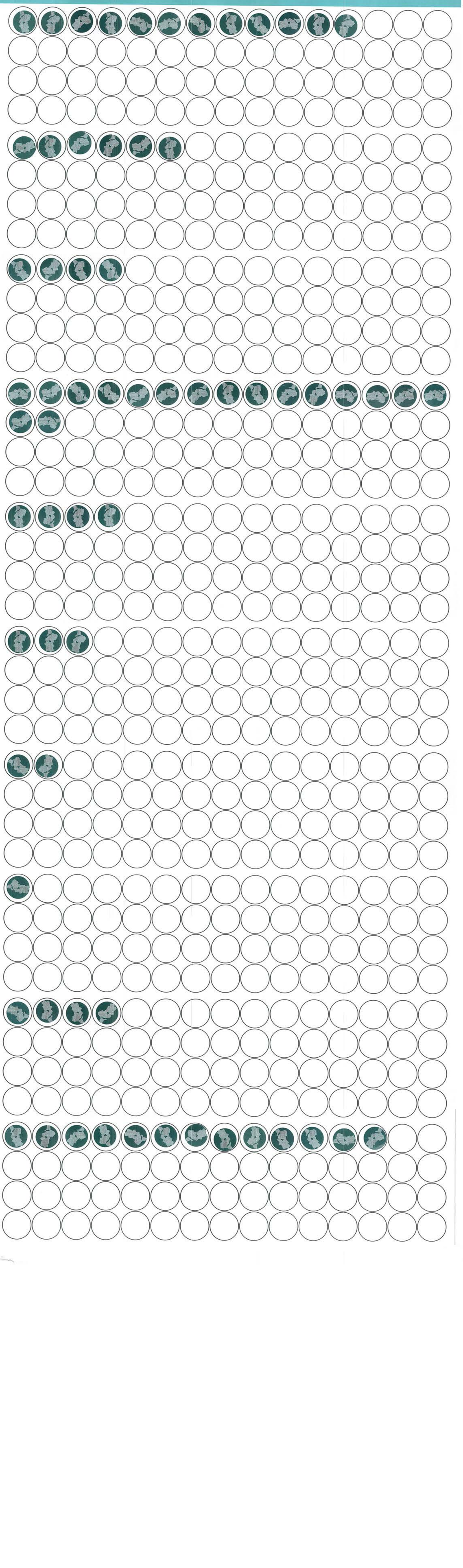
E1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.

E1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.

E1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.



SALA 01

OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.

E2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar centralidades, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.

E2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.

E2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.

E2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.

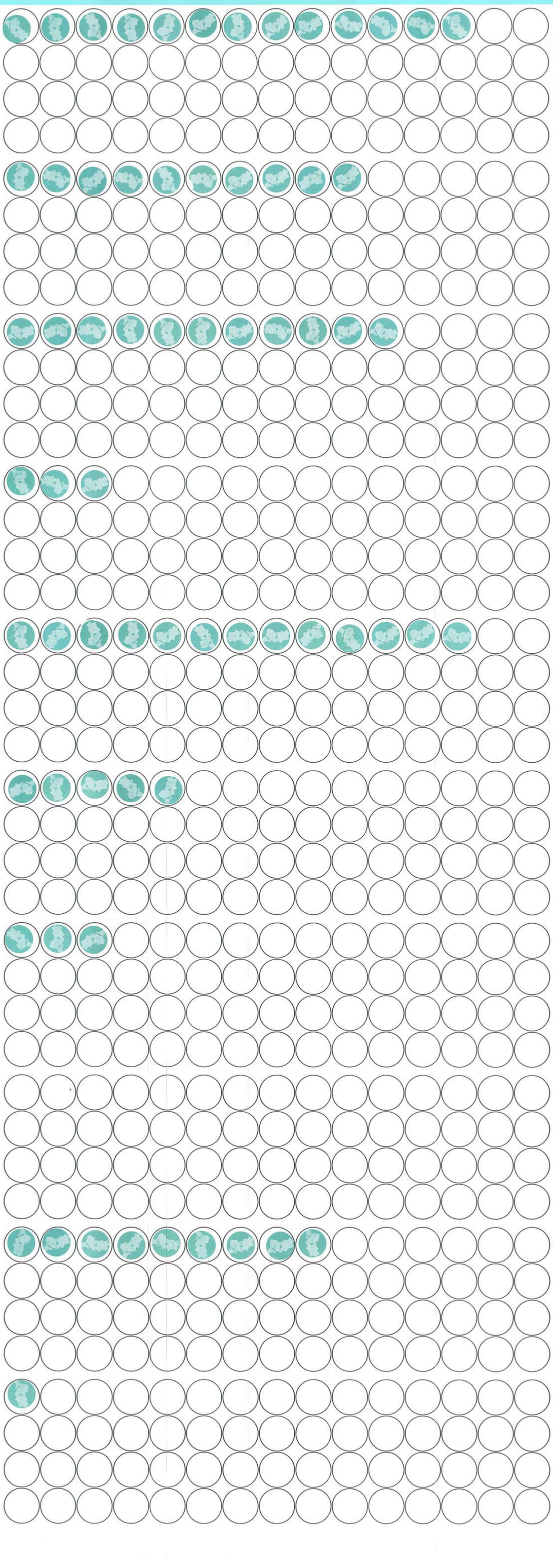
E2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.

E2.7 Conexões com a Região Metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo.

E2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.

E2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.

E2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.



OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.

E2.12 Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.

E2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.

E2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.

E2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.

E2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

E2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.

E2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.

E2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.

E2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.

SALA 01

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.

E3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.

E3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.

E3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.

E3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.

E3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.

E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.

E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.

E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.

E3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.

OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.

E3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.

E3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.

E3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.

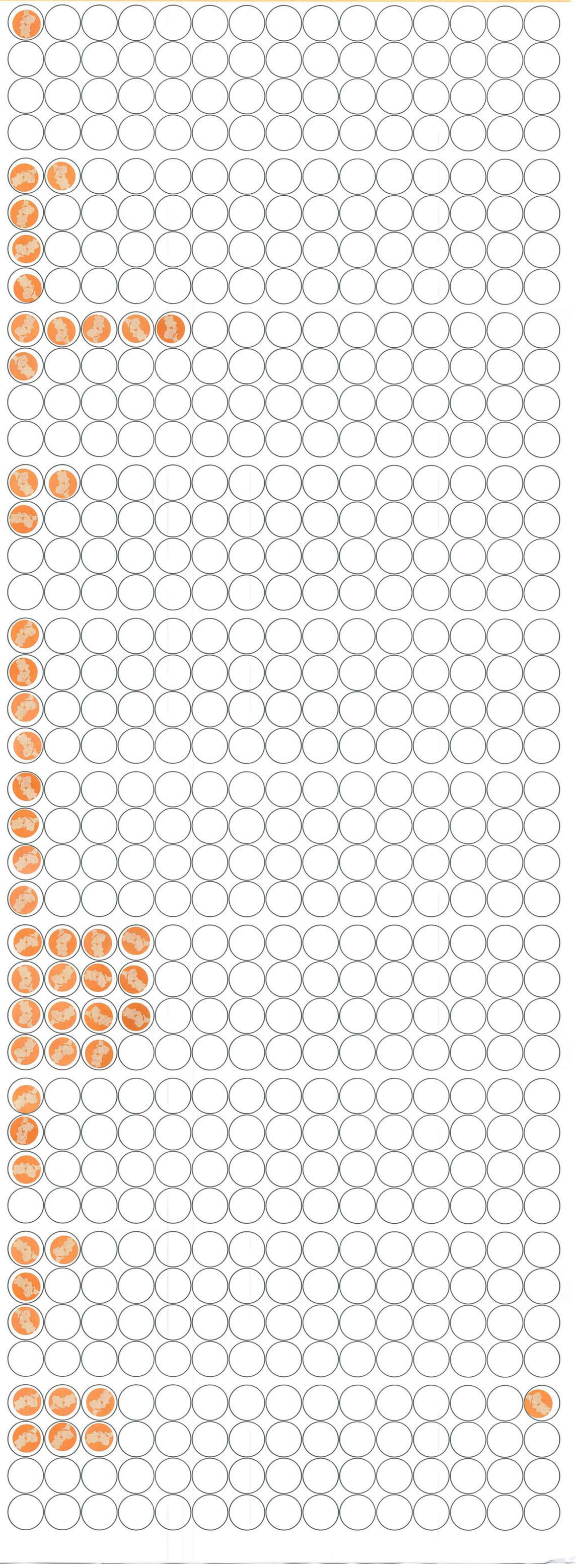
E3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.

E3.17 Plano Municipal de Habitação: Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.

E3.18 Acesso à cidade: Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E3.19 Áreas de Desenvolvimento Social: Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.

E3.20 Instrumentos: Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.



SALA 01

OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.

E4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.

E4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.

E4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.

E4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.

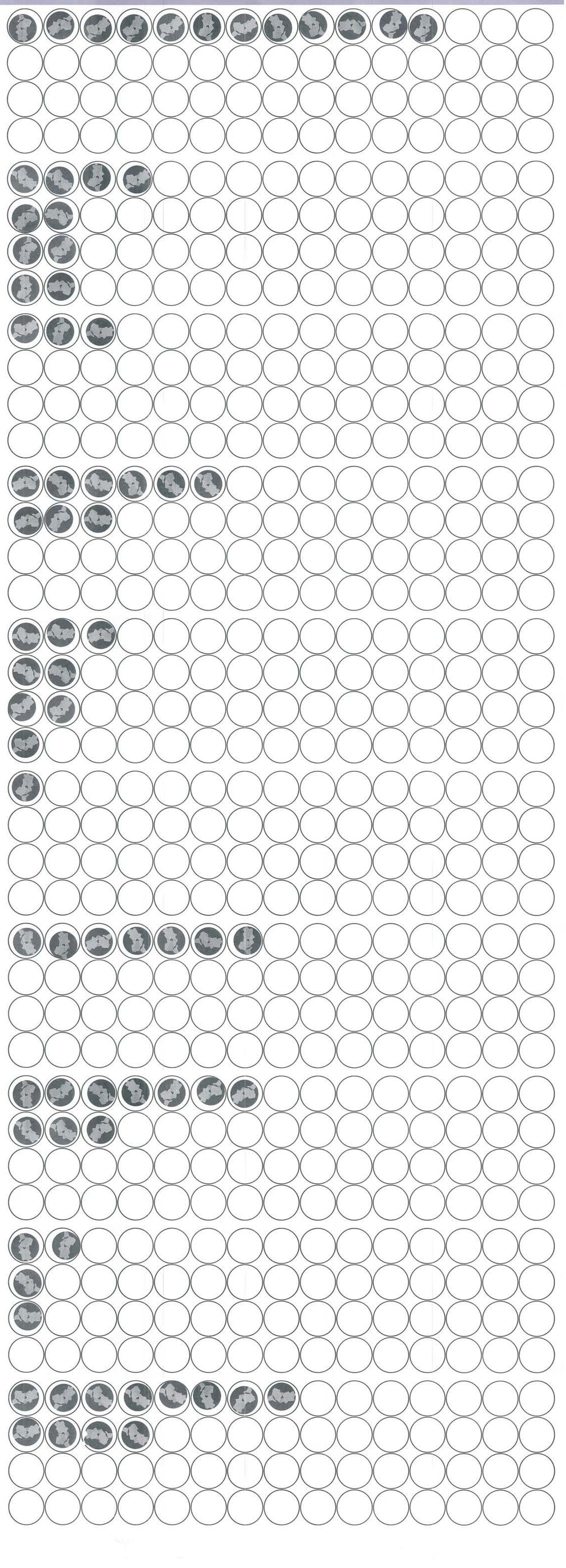
E4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.

E4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.

E4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.

E4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.

E4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.



OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZEAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.

E4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.

E4.13 Transporte Público Coletivo: emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.

E4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

E4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.

E4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.

E4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.

E4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.

E4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

E4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

31 **E5.1 Fortalecer o planejamento urbano:** Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.

16 **E5.2 Atuação do CMDUA:** Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.

5 **E5.3 Papel dos conselheiros regionais:** Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.

5 **E5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos:** Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.

12 **E5.5 Formas de participação:** Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.

7 **E5.6 Comunidades tradicionais:** Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.

21 **E5.7 Monitoramento urbano:** Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.

4 **E5.8 Plataforma de Dados:** Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.

9 **E5.9 Transparência nos processos de licenciamento:** Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.

5 **E5.10 Revisão dos gravames do PDDUA:** Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.

SALA 01

OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÁS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

29 **E5.11 Instrumentos de Planejamento:** Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.

2 **E5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor:** Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas, necessidades e as potencialidades de cada local.

9 **E5.13 EIV:** Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.

7 **E5.14 Mitigação e compensação:** Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.

3 **E5.15 Projetos Especiais:** Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.

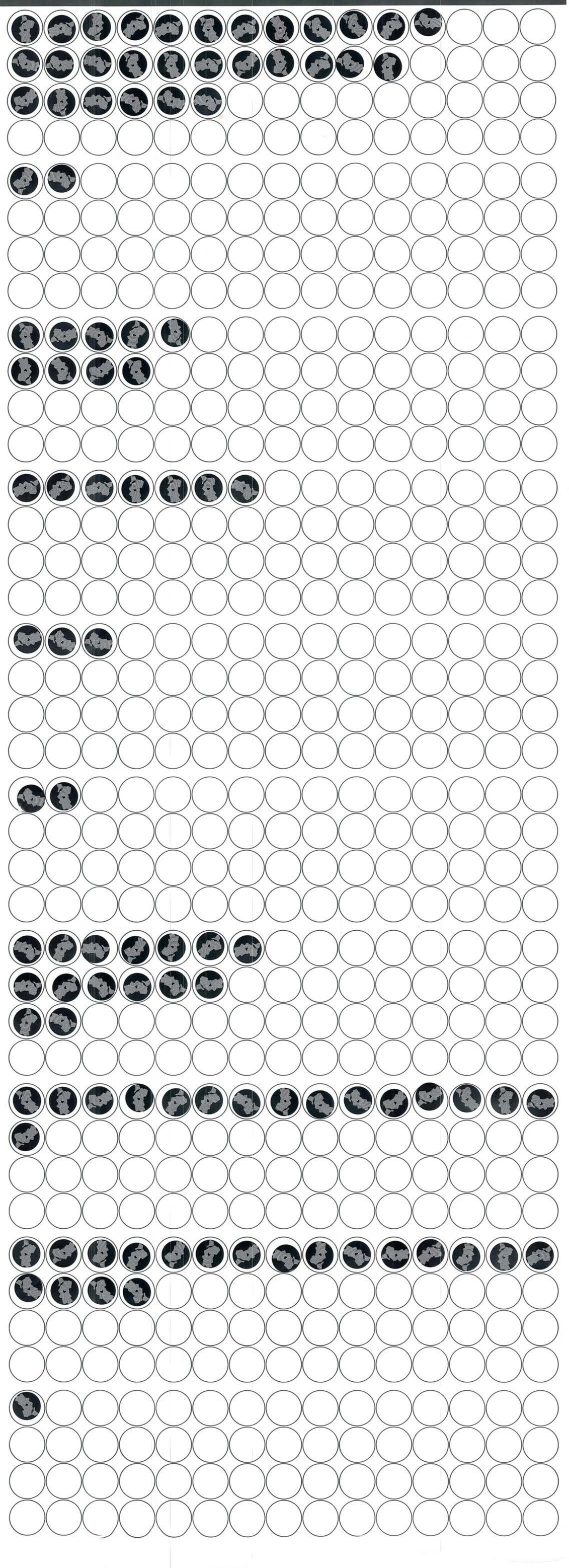
2 **E5.16 Investimentos urbanos:** Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.

15 **E5.17 Financiamento da Cidade:** Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.

16 **E5.18 Zoneamento de Usos:** Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.

19 **E5.19 Atividades Econômicas:** Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social.

1 **E5.20 Turismo:** Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Conferência de Revisão do PDDUA

Porto Alegre, 09 de novembro de 2023



Foto: Giulian Serafim/PMPA

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTROS
DINÂMICA | DIA 2

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

REGISTROS | DIA 2

1



CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DAS SALAS/OBJETIVOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGISTROS | DIA 2

2



APRESENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E DINÂMICA EM GRUPO

3



TRABALHO DOS GRUPOS NAS MESAS: PRÓS E CONTRAS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGISTROS | DIA 2

4



APRESENTAÇÕES DOS GRUPOS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGISTROS | DIA 2

5



PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
REGISTROS | DIA 2

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais **cidade**. Mais **vida**.

6



EXPOSIÇÃO DA PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO | DIA 3











PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGRAS DE PARTICIPAÇÃO
DINÂMICA | DIA 3

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO | DIA 3

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

Apresentação das estratégias,

para cada um dos cinco OBJETIVOS GERAIS.

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PROGRAMAÇÃO | DIA 3

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO 1
QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

OBJETIVO 2
REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

OBJETIVO 3
REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

OBJETIVO 4
ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

OBJETIVO 5
FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PROGRAMAÇÃO | DIA 3

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO 1

OBJETIVO 2

OBJETIVO 3

OBJETIVO 4

OBJETIVO 5

I. Apresentação dos trabalhos do Dia 2 pelos Coordenadores de Sala

I. Manifestações

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REGRAMENTO DIA 3

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
MANIFESTAÇÕES | DIA 3

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

REGRAS MANIFESTAÇÕES

- A inscrição será realizada durante o tempo da apresentação das estratégias;
- O tempo de fala para cada inscrito será de 3 minutos;
- Até 8 falas por OBJETIVO, totalizando aproximadamente 25 minutos.
- Faltando 1 minuto será avisado e após o tempo o microfone será silenciado;
- Cada pessoa tem direito a uma (1) fala por objetivo;
- Não será permitido ceder seu tempo à outra pessoa;
- Serão priorizadas as falas da população em geral e de quem não se manifestou anteriormente;
- Para dúvidas, teremos uma sala de apoio, localize os servidores com crachá em laranja.
- Lembre-se, outras pessoas também tem o direito de se manifestar;
- Observamos que os vereadores presentes terão direito de fala independente de inscrição, limitada a 3 minutos por objetivo.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
PARTICIPAÇÃO | DIA 3

BOAS PRÁTICAS

- Mantenha o celular no silencioso e não fale ao celular dentro do auditório;
- Ouça e respeite a fala dos demais;
- Concentre-se em manifestações sobre o tema que está sendo abordado;

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS
DINÂMICA | DIA 2

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 1



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

E1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.

E1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

E1.9 Gestão de Espaços Públicos: Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

E1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.

E1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.

E1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.

E1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

E1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.

E1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.

E1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 | ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

E1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.

E1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.

E1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.

E1.7 Diretrizes para os espaços públicos: Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 1 | ESTRATÉGIAS

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA

E1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

E1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.

E1.8 Qualificação dos espaços públicos: Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.

OBJETIVO 1 | MANIFESTAÇÕES

QUALIFICAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS E POTENCIALIZAR A UTILIZAÇÃO DO GUAÍBA





CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 2

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.

E2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.

E2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar áreas de desenvolvimento econômico, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.

E2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.

E2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.

E2.12 Monitoramento da Mobilidade: Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.

E2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.

E2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.

E2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.

E2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 | ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

E2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.

E2.7 Conexões com a região metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo.

E2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.

E2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 2 | ESTRATÉGIAS

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS

E2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.

E2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

E2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.

E2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.

OBJETIVO 2 | MANIFESTAÇÕES

REDUZIR O TEMPO DE DESLOCAMENTO DAS PESSOAS NOS TRAJETOS DIÁRIOS





CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 3

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.

E3.17 Plano Municipal de Habitação: Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.

E3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.

E3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.

E3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.

E3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.

E3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.

E3.20 Instrumentos: Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.

E3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.

E3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.

E3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.

E3.19 Áreas de Desenvolvimento Social: Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.

E3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 3 | ESTRATÉGIAS

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE

E3.18 Acesso à cidade: Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.

E3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.

OBJETIVO 3 | MANIFESTAÇÕES

REDUZIR O CUSTO DA HABITAÇÃO E GARANTIR O ACESSO DE TODOS À CIDADE





CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 4

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4

ADAPTAR A CIDADE PARA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.

E4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.

E4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.

E4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.

E4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.

E4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.

E4.13 Transporte Público Coletivo emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.

E4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.

E4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.

E4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.

E4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

E4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.

E4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 4 | ESTRATÉGIAS

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

E4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.

E4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.

E4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.

PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

porto alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

OBJETIVO 4 | MANIFESTAÇÕES

ADAPTAR A CIDADE PARA O EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ZERAR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA





CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

OBJETIVO 5



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

https://brasil.un.org/pt-br/sdgs



CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.1 Fortalecer o planejamento urbano: Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.

E5.11 Instrumentos de Planejamento: Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.

E5.7 Monitoramento urbano: Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.19 Atividades Econômicas: Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social

E5.2 Atuação do CMDUA: Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.

E5.18 Zoneamento de Usos: Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.

E5.17 Financiamento da Cidade: Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 | ESTRATÉGIAS PRIORIZADAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.5 Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.

E5.9 Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.

E5.13 EIV: Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 | ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.6 Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.

E5.14 Mitigação e compensação: Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.

E5.3 Papel dos conselheiros regionais: Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.

E5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 | ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.10 Revisão dos gravames do PDDUA: Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.

E5.8 Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.

E5.15 Projetos Especiais: Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.

CONFERÊNCIA REVISÃO PLANO DIRETOR
OBJETIVO 5 - ESTRATÉGIAS

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

E5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor: Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas, necessidades e as potencialidades de cada local.

E5.16 Investimentos urbanos: Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.

E5.20 Turismo: Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.

OBJETIVO 5 | MANIFESTAÇÕES

FORTALECER O PLANEJAMENTO URBANO COM BASE NA ECONOMIA URBANA PARA RESPONDER EFICIENTEMENTE ÀS DINÂMICAS DA CIDADE E POTENCIALIZAR SUAS FORMAS DE FINANCIAMENTO





PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

OBRIGADA!

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

CONSULTA PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

https://prefeitura.poa.br/planodiretor

Resultado Consulta Pública

Conferência de Revisão do Plano Diretor

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo
Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm
Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach
Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke
Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique
Coordenadora de Planejamento Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor:
Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Me. Vaneska Paiva Henrique
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Eng. Me. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Renata Saffer
Arq. Me. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Caroline Giordani Meine
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

Apoio Técnico:
Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
Arq. Natalia Fernanda Oriola
Arq. Simone Machado Madeira
Arq. Esp. Simone dos Santos Fernandes
Arq. Vinicios da Silva
Arq. Esp. Ana Aguirre
Assist. Adm. Lucia Pansera de Melo
Assist. Adm. Márcia Nunes Grecco

Revisão:
Bibl. Michele Carvalho Nunes

1. Consulta Pública | Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre

De acordo com a Instrução Normativa nº 04/2021, o Município tem a obrigatoriedade de, previamente à realização da Conferência, abrir uma consulta pública com o objetivo de receber contribuições da sociedade por meio do site do Plano Diretor. Em conformidade com o Regimento Interno da Conferência, essa consulta foi disponibilizada para o registro de manifestações complementares durante todo o período do evento, estendendo-se por, no mínimo, duas semanas.

Entre os dias 7 e 30 de novembro de 2023, a consulta pública esteve acessível por meio dos canais eletrônicos oficiais, incluindo o site e o e-mail do Plano Diretor. A consulta teve como foco a avaliação do Plano Diretor vigente, tema central abordado durante o evento, e pôde ser acessada através do link: bit.ly/CONSULTA_CONFERENCIA_REVISAO_PLANODIRETOR.

Nesta seção, apresenta-se o formulário que foi disponibilizado ao público durante o período da Conferência.

1.2 Formulário

A estruturação do formulário previu quatro passos:

1.2.1 Identificação*

Preenchimento obrigatório.

1.2.2 E-mail

Preenchimento opcional.

1.2.3 Estratégias

Instruções para preenchimento do formulário.

Na **Conferência de Revisão do Plano Diretor**, realizada entre os dias 07 e 09 de Novembro de 2023, foram apresentadas as Estratégias para cada um dos cinco Objetivos propostos para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Durante o evento foi realizado um exercício de priorização dessas Estratégias, indicadas pela população, para que sejam atingidos os Objetivos.

Convidamos a quem não pode participar da Conferência a realizar o mesmo exercício, escolhendo dentre as Estratégias apresentadas, quais as **prioritárias** para cada um dos Objetivos.

Como responder a Consulta Pública:
Para cada Objetivo selecione 5 Estratégias prioritárias.

Objetivo 1 | Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba

- ☐ 1.1 Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.
- ☐ 1.2 Atividades Náuticas: Fomentar o desenvolvimento das atividades náuticas, do turismo e do transporte fluvial, definindo áreas para marinas, atracadouros e criação/ manutenção de áreas navegáveis.
- ☐ 1.3 Turismo sustentável: Promover o turismo sustentável, considerando as características de cada local e democratizando o acesso à orla, através de incentivos, planos e projetos urbanos.
- ☐ 1.4 Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.
- ☐ 1.5 Lami e Belém Novo: Efetuar a requalificação das orlas do Lami e Belém Novo, garantindo o acesso a pessoas de todas as rendas e potencializando a economia local.
- ☐ 1.6 Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

- ☐ 1.7 Diretrizes para os espaços públicos: Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.
- ☐ 1.8 Qualificação dos espaços públicos: Qualificar os espaços públicos, potencializando as vias públicas como espaço de convivência, troca e permanência, garantindo segurança urbana, acessibilidade universal, com priorização dos pedestres, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental da área.
- ☐ 1.9 Gestão de Espaços Públicos: Implementar estrutura organizacional no Município para a realização da gestão integrada e centralizada dos espaços públicos, de maneira coordenada e compatibilizada entre as diversas estruturas que atuam na cidade, de forma a compatibilizar projetos públicos, solucionando e evitando diversos conflitos e problemas.
- ☐ 1.10 Gestão Participativa nos Espaços Públicos: Fomentar a participação da população para a gestão e desenvolvimento de projetos nas áreas públicas.
- ☐ 1.11 Parcerias público-privadas: Fomentar parcerias público-privadas nos espaços públicos para o desenvolvimento de ações que visem qualificar e/ou manter os espaços nas áreas centrais e nas periféricas da cidade.
- ☐ 1.12 Monitoramento: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários.
- ☐ 1.13 Paisagem urbana: Reconhecer os padrões característicos dos bairros, estimulando a preservação da ambiência existente, buscando melhor desempenho do espaço público e qualificação de visuais, a partir de incentivos, planos e projetos urbanos.
- ☐ 1.14 Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.
- ☐ 1.15 Áreas de Interesse Cultural: Revisar as Áreas de Interesse Cultural e de Ambiência Cultural, contemplando a revisão de definição e de conceituação das mesmas, bem como a complementação das áreas existentes, quando couber, esclarecendo o interesse de cada uma e o rol de elementos a preservar, priorizando os espaços públicos, com o intuito de valorizar a sua ambiência, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.

- ☐ 1.16 Vitalidade das Áreas e Imóveis de Interesse Cultural: Incentivar o desenvolvimento econômico e a vitalidade das áreas e dos imóveis com interesse cultural, a partir de incentivos e instrumentos de reconversão, para garantir a sustentabilidade e a vitalidade dos imóveis e a consequente qualificação do espaço público.
- ☐ 1.17 Patrimônio Imaterial e Manifestações Culturais: Incluir no Plano Diretor o patrimônio imaterial e as manifestações culturais, a partir do reconhecimento e do mapeamento das áreas e do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.
- ☐ 1.18 Patrimônio Arqueológico: Contemplar o Patrimônio Arqueológico no sistema de gestão, a partir da sua identificação, indicando potencialidades e promovendo ações para a sua valorização, através do desenvolvimento de planos, projetos urbanísticos ou diretrizes de projeto.
- ☐ 1.19 Incentivos para a Preservação do Patrimônio: Criar benefícios para os imóveis protegidos, garantindo incentivos reais e imediatos para quem promova a preservação destes bens.
- ☐ 1.20 Fomento a valorização do Patrimônio Cultural: Fomentar a valorização do patrimônio histórico e cultural para que possa ser utilizado para o desenvolvimento econômico e cultural, através de ações, tais como a criação de corredores culturais, para estimular a preservação do patrimônio e o turismo cultural.

Objetivo 2 | Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários

- ☐ 2.1 Adensamento: Incentivar o adensamento urbano nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta e média capacidade e nas centralidades.
- ☐ 2.2 Uso misto do solo: Promover o uso misto do espaço, de forma a viabilizar centralidades, garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança, reduzindo as distâncias e facilitando o deslocamento.
- ☐ 2.3 Potencializar o desenvolvimento das centralidades: Potencializar o desenvolvimento de centralidades locais e o fortalecimento das conexões com as áreas vizinhas e outras centralidades próximas, viabilizando, assim, policentralidades alinhadas ao planejamento de mobilidade.
- ☐ 2.4 Cidade compacta: Estabelecer incentivos para garantir o desenvolvimento de uma cidade mais compacta e controlar a expansão urbana desordenada.

- ☐ 2.5 Parcelamento do Solo: Revisar os padrões e estratégias do parcelamento do solo de forma a otimizar a compatibilização com a estrutura urbana e as características de desenvolvimento de cada local, priorizando a distribuição adequada dos equipamentos urbanos e comunitários, considerando facilidade de acesso e atendimento ao maior número de pessoas, de acordo com a indicação das ferramentas de gestão e monitoramento.
- ☐ 2.6 Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.
- ☐ 2.7 Conexões com a Região Metropolitana: Potencializar as conexões com a região metropolitana e entre os centros urbanos da cidade, com foco no uso do transporte coletivo
- ☐ 2.8 PDUI: Preparar Porto Alegre para o desenvolvimento de ações integradas com as cidades da região metropolitana, de forma a garantir o atendimento das estratégias previstas no Plano Diretor, quando do advento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a ser promovido pelo Governo do Estado.
- ☐ 2.9 Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.
- ☐ 2.10 Localização dos Equipamentos: Prever a localização dos equipamentos de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.
- ☐ 2.11 Integração multimodal: Viabilizar infraestruturas e serviços para integração multimodal, priorizando sua localização junto a espaços públicos de qualidade e outras atividades econômicas.
- ☐ 2.12 Monitoramento da Mobilidade: Implantar sistema de monitoramento contínuo, que auxilie a tomada de decisão, para solução dos gargalos de mobilidade.
- ☐ 2.13 Conexão norte-sul: Potencializar a conexão norte-sul pela zona leste, através de incentivos de desenvolvimento, planos e ações de requalificação urbana, especialmente nas áreas mais vulneráveis, e a qualificação da estrutura viária para escoamento de produtos e serviços, considerando a interligação com a região metropolitana.

- ☐ 2.14 Transporte público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.
- ☐ 2.15 Transporte hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana, potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.
- ☐ 2.16 Mobilidade Ativa: Promover a mobilidade ativa no desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos e no estabelecimento de incentivos de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas na cidade e a reduzir a emissão de gases do efeito estufa.
- ☐ 2.17 Investimentos: Incentivar e priorizar investimentos em novas alternativas de transporte sustentável e transporte público coletivo, considerando as potencialidades morfológicas da cidade.
- ☐ 2.18 Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.
- ☐ 2.19 Logística, cargas e centro de transferência: Fortalecer as atividades de logística e transporte de cargas, promovendo eficiência na circulação e na entrega de mercadorias, através da qualificação dos centros de transferência e da identificação de novos pólos de centrais de abastecimento e de armazenagem, considerando a redução e a minimização dos impactos urbanos, do trânsito e da poluição.
- ☐ 2.20 Regularização fundiária: Integrar as áreas passíveis de regularização fundiária à estrutura urbana consolidada, potencializando o acesso à cidade das populações mais vulnerabilizadas, através da qualificação da infraestrutura para o transporte ativo e transporte público coletivo.

Objetivo 3 | Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade

- ☐ 3.1 Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.
- ☐ 3.2 Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.

- ☐ 3.3 Revisão dos padrões de controle do Uso do Solo: Revisar os padrões e regramentos de controle de uso do solo, bem como a legislação urbanística, vinculando-os diretamente ao atendimento das estratégias e aos parâmetros de qualificação da paisagem urbana e ambiental, contribuindo para o aumento da oferta de moradia e redução do custo das unidades.
- ☐ 3.4 Revisão de Zoneamentos: revisar zoneamentos restritivos, especialmente nas áreas prioritárias para adensamento, contribuindo para o aumento da oferta de moradia, empregos e geração de renda.
- ☐ 3.5 Reconversão e retrofit de edificações: Desenvolver ações e instrumentos para permitir a reconversão e o retrofit das edificações existentes de forma a aumentar a oferta de moradia nas áreas com acesso à infraestrutura.
- ☐ 3.6 Áreas Especiais de Interesse Social: Revisar os critérios, os parâmetros e as ações para as Áreas Especiais de Interesse Social, vinculando-as com o desenvolvimento de Planos Locais, de Pormenor e Diretrizes de Projeto específicas, quando couber, de forma a buscar e garantir a adequada integração destas áreas à estrutura urbana consolidada.
- ☐ 3.7 Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.
- ☐ 3.8 Assistência técnica para habitação de interesse social: Desenvolver instrumentos e ações para possibilitar a instituição da Assistência Técnica para a habitação de interesse social.
- ☐ 3.9 Regularização Fundiária: Promover a regularização fundiária a partir do estabelecimento de critérios e ritos específicos de licenciamento, possibilitando também a regularização das edificações.
- ☐ 3.10 Urbanização de assentamentos: Desenvolver um programa que envolva a realização de ações, planos e projetos urbanos integrados e continuados para as áreas passíveis de regularização fundiária, especialmente os assentamentos precários, integrando estas áreas à estrutura urbana por meio de intervenções urbanas, como melhoria dos espaços públicos, das edificações existentes, requalificação do meio ambiente, garantindo o acesso pleno à cidade nestas áreas.
- ☐ 3.11 Moradia: Promover alternativas de moradia assistida para pessoas com necessidades especiais físicas, emocionais ou sociais, de forma a permitir a autonomia dessas pessoas e sua inclusão social.
- ☐ 3.12 Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida,

estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.

- ☐ 3.13 Participação: Aprimorar mecanismos de participação nos processos de planejamento, de forma a representar os territórios e comunidades, fortalecendo o sentimento de pertencimento.
- ☐ 3.14 Acesso a equipamentos públicos urbanos e comunitários: Potencializar o uso dos instrumentos e das ferramentas de gestão e monitoramento urbanos, com o objetivo de garantir em todas as regiões da cidade, o acesso adequado a equipamentos públicos urbanos e comunitários, incluindo, saúde, segurança, educação, saneamento e cultura, entre outros.
- ☐ 3.15 Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.
- ☐ 3.16 Núcleos na Área de Ocupação Rarefeita: Atuar na qualificação dos núcleos urbanos existentes nas áreas mais rarefeitas, organizando a estrutura e a infraestrutura urbana destes locais, integrando-os a infraestrutura urbana consolidada, de forma a garantir o acesso à cidade em todos os locais e conter o crescimento irregular para as áreas de importância ambiental.
- ☐ 3.17 Plano Municipal de Habitação: Vincular o Plano Municipal de Habitação e demais planos setoriais ao Plano Diretor e efetivar a regularização fundiária focando no atendimento adequado em relação às áreas públicas de lazer e equipamentos públicos comunitários.
- ☐ 3.18 Acesso à cidade: Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.
- ☐ 3.19 Áreas de Desenvolvimento Social: Identificar áreas com carências para o desenvolvimento de projetos de urbanismo social que promovam o atendimento aos equipamentos comunitários, qualificação da infraestrutura local, serviços urbanos, educação, cultura e geração de renda.
- ☐ 3.20 Instrumentos: Potencializar a utilização de instrumentos urbanísticos urbanísticos que viabilizem o acesso da população à habitação de interesse social nas áreas com acesso à infraestrutura, através de políticas públicas tais como: aluguel social, habitações coletivas, bônus moradia e outros.

Objetivo 4 | Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa

- ☐ 4.1 Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.
- ☐ 4.2 Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.
- ☐ 4.3 Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.
- ☐ 4.4 Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.
- ☐ 4.5 Unidades de Conservação: Aprimorar a preservação e conservação da biodiversidade, incidente na Mata Atlântica e nas Áreas de Preservação Permanente do Município por meio da manutenção, ampliação e/ou criação de Unidades de Conservação públicas ou privadas, objetivando a conservação dos ambientes naturais de Porto Alegre, de forma integrada com o desenvolvimento urbano através dos planos e projetos urbanos.

- ☐ 4.6 Categorização das áreas ambientais: Categorizar as áreas ambientais do município no sistema de espaços abertos para fins de promover a integração sustentável entre as áreas urbanas e naturais, para o desenvolvimento de políticas municipais.
- ☐ 4.7 Incentivos à preservação ambiental: Desenvolver incentivos que promovam a preservação do patrimônio natural, tais como incentivos urbanísticos, tributários e pagamento por serviços ambientais (PSA), entre outros.
- ☐ 4.8 Zona Rural: Rever o zoneamento rural com o objetivo de impulsionar o crescimento da economia rural, abrangendo atividades complementares, como a produção de alimentos orgânicos, agroindústria e turismo ecológico ou rural, compreendendo as áreas identificadas como de preservação, garantindo a manutenção da sua característica, como complementares e necessárias ao desenvolvimento desta atividade econômica.
- ☐ 4.9 Zona Núcleo: Buscar a preservação e o monitoramento das áreas ambientais dos morros da cidade (Zona Núcleo), limitando o crescimento expansivo sobre estas áreas e consolidando as suas bordas através da qualificação da relação entre as áreas preservadas e ocupadas, estimulando o turismo sustentável e o usufruto da paisagem por parte da população.
- ☐ 4.10 Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.
- ☐ 4.11 Zonas de emissão zero carbono: Planejar e demarcar zonas de baixa emissão ou de emissão zero na cidade através de políticas específicas para o transporte motorizado e práticas de sustentabilidade, que visem a qualificação urbana, principalmente dos espaços públicos.
- ☐ 4.12 Ilhas de calor: Minimizar os impactos causados pelas ilhas de calor através do estabelecimento de regramentos, incentivos, plantios, áreas permeáveis e outras ações a serem indicadas pelo Plano de Ação Climática.
- ☐ 4.13 Transporte Público Coletivo: emissão de gases do efeito estufa: Efetuar a racionalização do transporte público coletivo de passageiros, buscando evitar sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico, mais eficaz, menos poluente, com incentivo a novas alternativas de transporte sustentável.

- ☐ 4.14 Priorização de Ações e Investimentos: Priorizar as ações e os investimentos de mobilidade em infraestrutura voltada ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo de forma a contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.
- ☐ 4.15 Eficiência energética da edificação: Promover a redução do impacto ambiental do ambiente construído através do emprego de técnicas e materiais construtivos mais sustentáveis, da inserção de mecanismos geradores de energia ou promotores de reuso e do reaproveitamento dos recursos naturais nas unidades construídas.
- ☐ 4.16 Uso do Solo: Monitorar o processo de densificação construtiva do território, através da otimização dos espaços livres passíveis de adensamento e das infraestruturas existentes com o controle sob o efeito ilhas de calor, a contaminação do solo, a proteção às áreas de risco, a contenção do espraiamento e do impacto no ambiente dele decorrente, na busca de um modelo urbano sustentável.
- ☐ 4.17 Poluição atmosférica e qualidade do ar: Elaborar instrumentos e definição de planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o combate à poluição do ar, buscando reduzir as emissões de poluentes atmosféricos nocivos à saúde humana ou relacionados ao aquecimento global, de maneira a inibir o agravamento da crise climática.
- ☐ 4.18 Poluição, controle e qualidade da água: Elaborar instrumentos e planos, programas, projetos e sistemas de monitoramento que promovam o uso racional e potabilidade dos recursos hídricos e o combate à poluição da água, que auxiliem a controlar o impacto do desequilíbrio climático no território oriundo das ameaças climáticas de inundação fluvial, tempestades e secas meteorológicas.
- ☐ 4.19 Monitoramento: Elaborar instrumentos de gestão e monitoramento, através de indicadores de sustentabilidade, que estabeleça os locais prioritários de investimento e implementação de medidas de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.
- ☐ 4.20 Incentivos e sustentabilidade: Estabelecer incentivos para a adoção de ações de sustentabilidade na produção do ambiente construído e manutenção do ambiente natural.

Objetivo 5 | Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento

- ☐ 5.1 Fortalecer o planejamento urbano: Fortalecer a estrutura do planejamento urbano e o sistema de gestão a fim de garantir uma atuação mais transversal no desenvolvimento das políticas urbanas, tornando mais eficiente as respostas às demandas da sociedade e garantindo a implementação coordenada das estratégias de desenvolvimento urbano.
- ☐ 5.2 Atuação do CMDUA: Ressignificar o papel do CMDUA, para potencializar a atuação no desenvolvimento das políticas urbanas, dos planos e dos projetos urbanos e no monitoramento do desenvolvimento urbano.
- ☐ 5.3 Papel dos conselheiros regionais: Fortalecer o papel dos conselheiros regionais na identificação das demandas e na interlocução com a sociedade e aprimorar a integração com o orçamento participativo, quando do desenvolvimento de planos, ações e projetos urbanos inseridos em sua região.
- ☐ 5.4 Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.
- ☐ 5.5 Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.
- ☐ 5.6 Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.
- ☐ 5.7 Monitoramento urbano: Desenvolver sistema de monitoramento urbano, através da utilização de indicadores de desempenho urbano, possibilitando o acompanhamento das estratégias pactuadas ao longo do tempo, identificando a necessidade de ajustes e correções nas ações e nos instrumentos e assegurando que os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.
- ☐ 5.8 Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos

processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.

- ☐ 5.9 Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.
- ☐ 5.10 Revisão dos gravames do PDDUA: Revisar os gravames do Plano Diretor, buscando sanar inconsistências e monitorar a efetiva implementação das áreas planejadas, considerando o atendimento das estratégias pactuadas e a transformação da cidade ao longo do tempo, bem como a estratégia de gestão das áreas gravadas de forma a diminuir o impacto sobre os cidadãos.
- ☐ 5.11 Instrumentos de Planejamento: Potencializar o caráter estratégico do Plano Diretor, com foco no atendimento dos seus objetivos, tornando a cidade pró-ativa no seu desenvolvimento, com a utilização de instrumentos e ferramentas de planejamento existentes e potenciais, tais como os Planos Locais, Planos de Pormenor, Planos setoriais, Diretrizes de Projeto, Operações Urbanas Consorciadas, Parcerias Público-Privadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso, Áreas de Melhorias Urbanas por Parcerias, Incentivos Fiscais e Tributários, entre outros.
- ☐ 5.12 Planos Locais e Planos de Pormenor: Adotar os planos locais e planos de pormenor como instrumentos complementares no desenvolvimento urbano, buscando garantir a identidade, as carências, as demandas, necessidades e as potencialidades de cada local.
- ☐ 5.13 EIV: Aperfeiçoar o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, como ferramenta de gestão da cidade, de forma a diagnosticar e a prever os impactos dos empreendimentos e projetos urbanos, de forma integrada ao monitoramento urbano, garantindo qualidade no desenvolvimento urbano e eficácia na avaliação e mitigação dos impactos.
- ☐ 5.14 Mitigação e compensação: Vincular as ações de mitigação e compensação dos impactos às demandas e carências identificadas no monitoramento urbano, incluindo as demandas da comunidade local, identificadas a partir da participação social e as do orçamento participativo previamente mapeadas.
- ☐ 5.15 Projetos Especiais: Aperfeiçoar o Projeto Especial de Impacto Urbano, aumentando sua eficácia e previsibilidade por meio da atualização das atividades obrigatórias, otimização dos procedimentos, integração estruturada com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e conexão da avaliação a parâmetros de desempenho e critérios objetivos de avaliação urbanística.

- ☐ 5.16 Investimentos urbanos: Atuar de maneira estratégica na orientação dos investimentos urbanos, assegurando que eles estejam alinhados com as ações e planos delineados no Plano Diretor, a fim de assegurar o cumprimento de seus objetivos e estratégias.
- ☐ 5.17 Financiamento da Cidade: Potencializar as formas de financiamento da cidade, através de instrumentos redistributivos do desenvolvimento urbano e da exploração de múltiplas fontes, tais como, normativas para fundos governamentais, desenvolvimento de estratégias para atração de investimentos privados, parcerias, entre outros, para fins de garantir o cumprimento dos objetivos do Plano Diretor.
- ☐ 5.18 Zoneamento de Usos: Efetuar a revisão do zoneamento de usos e os respectivos padrões de forma a garantir maior miscigenação de atividades econômicas e maior liberdade para o desenvolvimento das atividades locais, observada a minimização dos conflitos urbano-ambientais.
- ☐ 5.19 Atividades Econômicas: Fomentar as atividades econômicas de acordo com as características de cada local, através de políticas públicas, de incentivos, da qualificação de regulamentos, da identificação de atividades estratégicas para a economia do Município e de planos e projetos urbanos focados na qualificação dos espaços públicos e no desenvolvimento social.
- ☐ 5.20 Turismo: Promover o desenvolvimento turístico em áreas específicas através de regime urbanístico compatível, de forma a fomentar o turismo nos espaços públicos municipais, estimulando a diversidade de atividades turísticas complementares no município a partir do desenvolvimento de planos e projetos urbanos.

2. Resultados Consulta Pública

Esta seção apresenta os resultados da consulta pública realizada no contexto da Conferência de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. A consulta teve como objetivo ampliar a participação social, permitindo que cidadãos que não puderam comparecer presencialmente ao evento também contribuíssem com a priorização das estratégias propostas para cada um dos cinco objetivos do plano.

Ao todo, foram registradas **184 respostas**, refletindo a diversidade de opiniões e percepções da população sobre os caminhos desejados para o desenvolvimento urbano da cidade. Os dados a seguir consolidam as preferências dos participantes e servirão de subsídio técnico e político para a formulação das diretrizes do novo Plano Diretor.

2.1 Resultado Objetivo 1 | Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba

No âmbito do Objetivo 1 — Qualificar os espaços públicos e potencializar a utilização do Guaíba — foram priorizadas cinco estratégias que visam promover a requalificação urbana e ambiental, a valorização da paisagem e o uso sustentável dos recursos naturais da cidade. Entre elas, destaca-se a revitalização do Arroio Dilúvio, com ações voltadas à despoluição, recuperação das margens e melhoria da infraestrutura urbana no entorno, além do fortalecimento da relação da população com a Orla do Guaíba por meio de projetos urbanísticos, incentivos e parcerias.

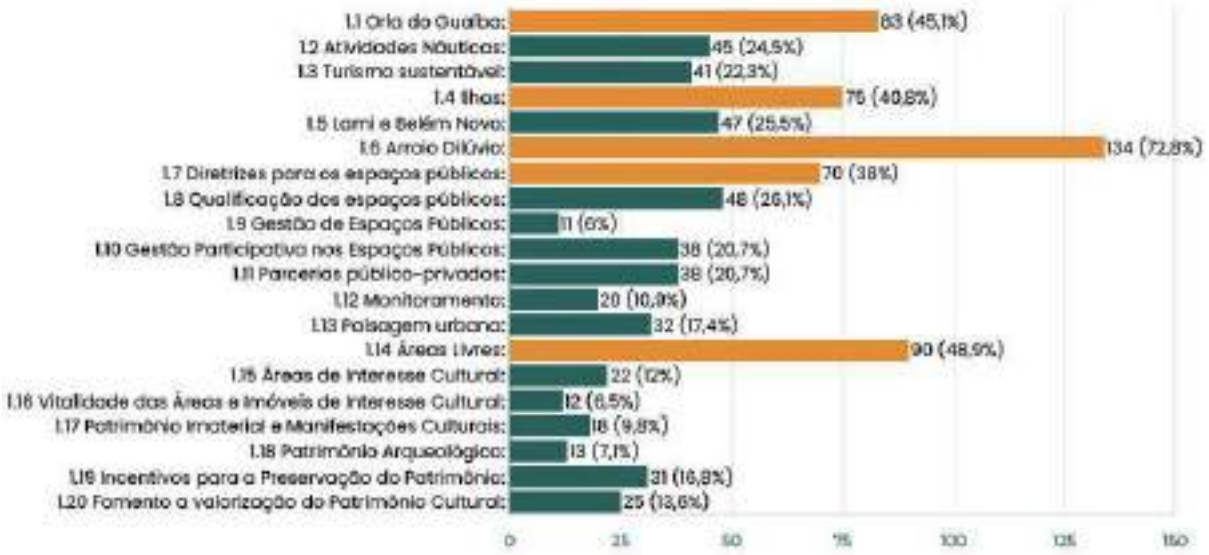
Outras estratégias priorizadas incluem a ampliação de áreas livres de edificação destinadas ao lazer público e à arborização, fundamentais para a saúde e qualidade de vida da população; a definição de um regime urbanístico específico para as ilhas, assegurando o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e a preservação ambiental; e o estabelecimento de diretrizes para qualificar os espaços públicos, priorizando o desenho urbano humanizado, acessível, seguro e ambientalmente eficiente.

1) 1.6 - Arroio Dilúvio: Revitalizar e despoluir a sub-bacia do Arroio Dilúvio através de ações que garantam a melhoria da qualidade da água e da regeneração de suas margens, promovendo o incremento nas redes de infraestrutura no entorno do Arroio Dilúvio, garantindo melhores condições de acesso, mobilidade, habitabilidade e qualificação da paisagem natural e através do desenvolvimento de

planos e projetos urbanísticos de requalificação urbana, do estabelecimento de incentivos, parcerias e regulamentações para sua efetivação.

2) 1.14 - Áreas Livres: Garantir áreas livres de edificação destinadas ao lazer público, bem como a ampliação progressiva das áreas permeáveis e incremento da arborização pública e privada, fundamentais à qualidade de vida, à saúde física, mental e emocional da população e à preservação ambiental.
3) 1.1 - Orla do Guaíba: Potencializar a apropriação do Lago Guaíba e de sua orla por parte da população, valorizando sua paisagem, a característica de cada local, o patrimônio histórico e as áreas naturais, atuando na qualificação das áreas verdes, desenvolvendo planos, projetos urbanos e estabelecendo incentivos, parcerias e regulamentações para a sua utilização.
4) 1.4 - Ilhas: Definir regime urbanístico para as ilhas, buscando garantir o desenvolvimento sustentável para as comunidades locais existentes, qualificando sua relação com o Delta do Jacuí e com o Lago Guaíba e priorizando a preservação das Áreas Naturais, através de instrumentos de gestão urbana.
5) 1.7 - Diretrizes para os espaços públicos: Garantir desenho urbano que proporcione relações mais humanas no espaço urbano público, estabelecendo critérios para a localização dos equipamentos públicos, a padronização do mobiliário urbano, garantindo maior segurança (iluminação pública e fachadas ativas), acessibilidade, conforto ambiental (arborização com maior cobertura de copa, drenagem eficiente e sustentável, áreas permeáveis) e mobilidade dos pedestres.

Gráfico 1 - Resultado Consulta Pública - Priorização Estratégias Objetivo 1



2.2 Resultado Objetivo 2 | Reduzir o tempo de deslocamento das pessoas nos trajetos diários

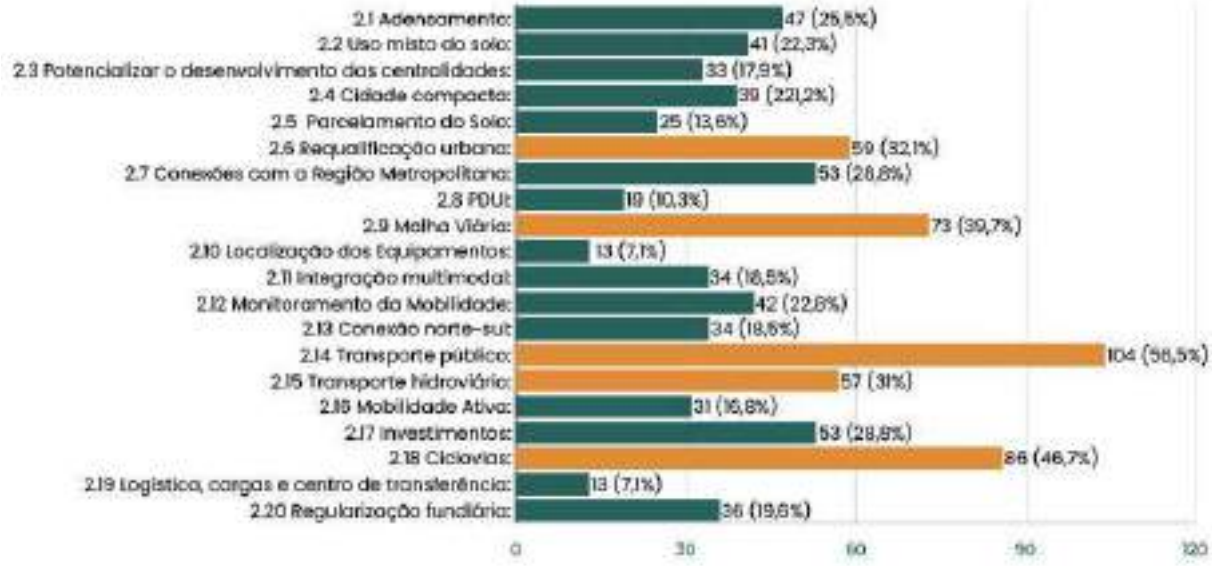
No Objetivo 2 — Reduzir o tempo de deslocamento nos trajetos diários — foram priorizadas cinco estratégias que visam promover uma mobilidade urbana mais eficiente, segura e acessível, por meio da reestruturação da malha viária, da qualificação dos sistemas de transporte coletivo e da valorização dos modais sustentáveis. Entre elas, destaca-se a melhoria da infraestrutura para o transporte público, com o objetivo de otimizar o atendimento às demandas da população, garantindo maior eficiência e cobertura do sistema.

Também foram priorizadas ações voltadas à ampliação da rede de ciclovias, com atenção especial à região do extremo-sul da cidade, buscando a integração segura desses trajetos ao sistema viário existente. A revisão da malha viária foi apontada como essencial para reorganizar sua funcionalidade e desenho urbano, permitindo a redistribuição do espaço entre os diferentes modais — com prioridade ao transporte ativo e coletivo. A requalificação urbana de áreas com infraestrutura subutilizada também foi considerada estratégica para aproximar as pessoas dos serviços e reduzir a necessidade de deslocamentos longos. Por fim, foi destacada a importância do fomento ao transporte hidroviário como alternativa integrada à mobilidade urbana e ao turismo, conectando diferentes regiões do município e da área metropolitana.

1) 2.14 - Transporte Público: Atuar na melhoria da infraestrutura para o transporte público de modo a otimizar o atendimento das demandas.
2) 2.18 - Ciclovias: Aumentar a rede de ciclovias, especialmente no extremo-sul, como infraestrutura de transporte complementar e compatibilizar os padrões viários para inserção das ciclovias com segurança para os usuários.
3) 2.9 - Malha Viária: Revisar a malha viária do município, os critérios de funcionalidade, a hierarquia e os padrões de desenho urbano, prevendo, quando couber, a redistribuição do espaço viário para todos os modais, priorizando o transporte ativo, coletivo e a qualificação do espaço público.
4) 2.6 - Requalificação urbana: Identificar as áreas da cidade passíveis de requalificação urbana com vistas a garantir acesso de todos a áreas com disponibilidade de estrutura, infraestrutura e equipamentos comunitários, diminuindo a necessidade de grandes deslocamentos para as demandas urbanas e estabelecendo prioridades de ação.
5) 2.15 - Transporte Hidroviário: Fomentar o transporte hidroviário, promovendo conexões com as diversas regiões do município e da região metropolitana,

potencializando, também, o turismo, através de marinas, atracadouros, entre outros.

Gráfico 2 - Resultado Consulta Pública - Priorização Estratégias Objetivo 2



2.3 Resultado Objetivo 3 | Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade

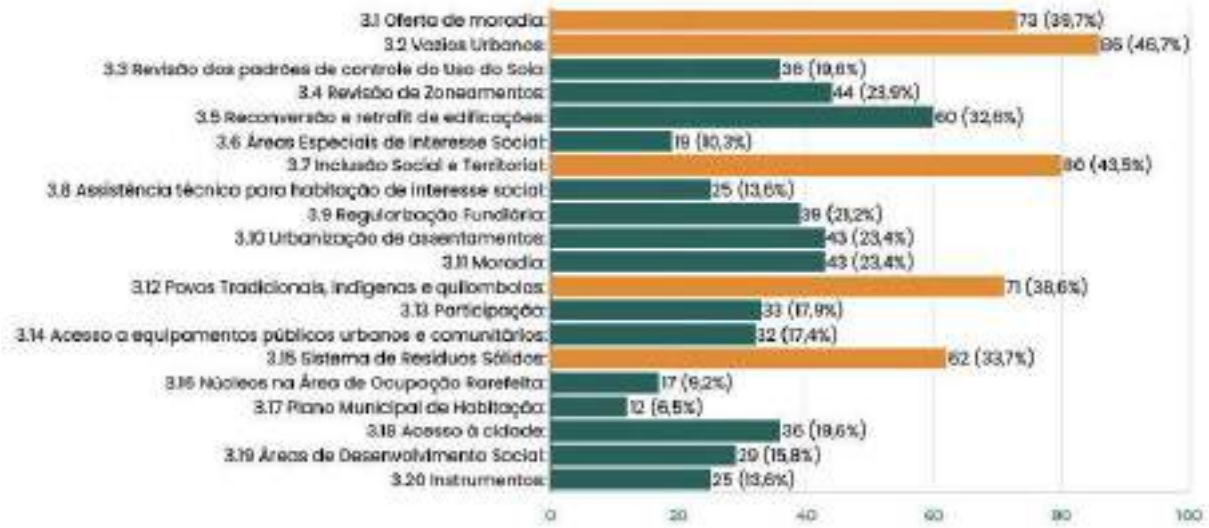
No Objetivo 3 — Reduzir o custo da habitação e garantir o acesso de todos à cidade — foram priorizadas cinco estratégias que buscam enfrentar o déficit habitacional, promover a inclusão social e ampliar o acesso à moradia digna em áreas bem localizadas da cidade. Uma das estratégias centrais foi o incentivo à ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos, especialmente em regiões com infraestrutura consolidada, como forma de combater a dispersão urbana e contribuir para a redução do custo habitacional.

Também foi destacada a necessidade de promover a inclusão social e territorial por meio de soluções habitacionais voltadas a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, priorizando a inserção em áreas centrais e bem servidas de serviços. A ampliação da oferta de moradias próximas a empregos e a infraestrutura urbana, especialmente ao longo dos eixos de transporte coletivo, foi outra ação considerada prioritária. Além disso, foi reconhecida a importância da preservação dos territórios e modos de vida de povos tradicionais, indígenas e quilombolas, assegurando sua permanência e valorização no território urbano. Por fim, foi proposta a inclusão do Sistema de Resíduos Sólidos no Plano Diretor, com sua categorização como

equipamento comunitário, promovendo sua integração às políticas de desenvolvimento urbano e à sustentabilidade das comunidades.

1) 3.2 - Vazios Urbanos: Promover a ocupação de vazios urbanos e imóveis ociosos em áreas estratégicas, especialmente na solução do déficit habitacional prioritário.
2) 3.7 - Inclusão Social e Territorial: Promover a inclusão social e territorial através de soluções habitacionais para pessoas com baixos rendimentos e/ou que vivam em situação de precariedade habitacional, priorizando a localização de novas unidades e o aproveitamento de imóveis ociosos em áreas centrais.
3) 3.1 - Oferta de moradia: Promover o aumento da oferta de moradia nas áreas próximas à disponibilidade de empregos e de infraestrutura urbana, em especial nos eixos de transporte de alta capacidade e nas centralidades, através do estabelecimento de incentivos e estímulos para a produção de habitação de baixa e média rendas.
4) 3.12 - Povos Tradicionais, indígenas e quilombolas: Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida, estímulo contínuo à produção oriunda dos povos e comunidades tradicionais, promovendo a valorização da cultura e saberes locais, a partir do reconhecimento destas áreas no Plano Diretor.
5) 3.15 - Sistema de Resíduos Sólidos: Prever a inclusão no Plano Diretor do Sistema de Resíduos Sólidos, incluindo a categorização e inclusão no rol de equipamentos comunitários, visando que sejam incluídos de forma integrada às políticas de desenvolvimento urbano.

Gráfico 3 - Resultado Consulta Pública - Priorização Estratégias Objetivo 3



2.4 Resultado Objetivo 4 | Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa

No Objetivo 4 — Adaptar a cidade para os efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa — foram priorizadas cinco estratégias voltadas à resiliência urbana, à preservação ambiental e à mitigação dos impactos climáticos. Entre elas, destaca-se o estabelecimento de um plano de ação para áreas de risco, com foco na realocação segura de famílias, recuperação ambiental, integração com políticas habitacionais e criação de mecanismos permanentes de monitoramento e revisão dos diagnósticos dessas áreas.

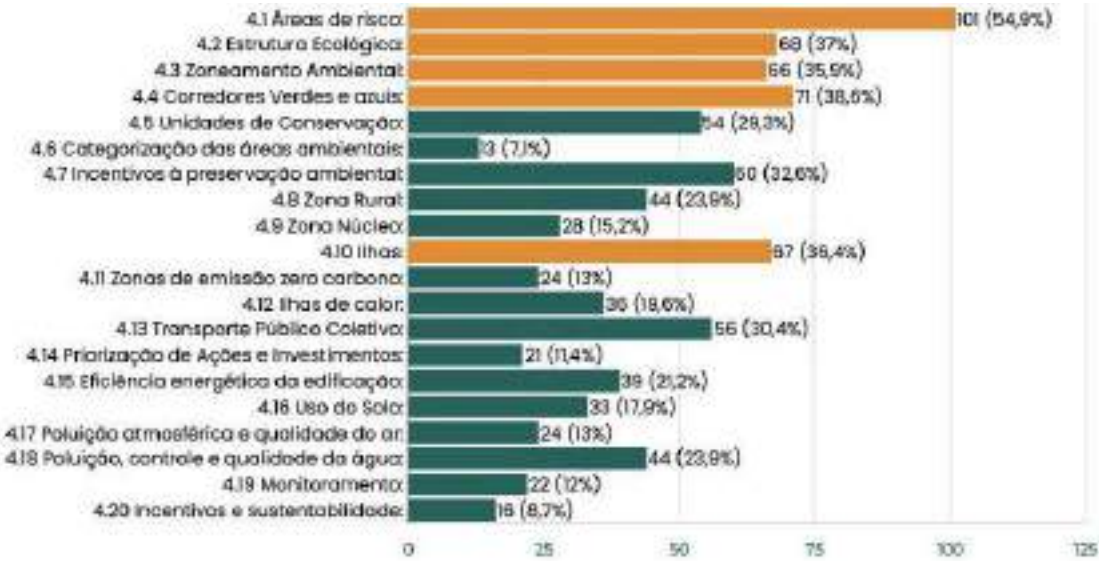
Outras estratégias priorizadas incluem a criação de corredores verdes e azuis, conectando fragmentos de vegetação nativa e áreas de preservação permanente, com ações voltadas à conservação da biodiversidade, ao incremento de áreas verdes urbanas e à retenção de carbono. A implementação de uma infraestrutura ecológica integrada à malha urbana foi considerada essencial para harmonizar a ocupação da cidade com a preservação dos ecossistemas locais. Também foi destacada a necessidade de desenvolver um Zoneamento Ambiental alinhado ao Plano de Ação Climática e aos instrumentos de proteção da Mata Atlântica, promovendo corredores de biodiversidade compatíveis com os níveis de antropização do território. Por fim, foi priorizada a promoção do desenvolvimento sustentável nas ilhas do bairro Arquipélago, valorizando as comunidades tradicionais, fortalecendo a economia local e estabelecendo regras claras para preservar o ambiente natural e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

1) 4.1 - Áreas de risco: Estabelecer um plano de ação para a realocação das pessoas inseridas em áreas de risco ou para a mitigação do risco, além da realização da recuperação das áreas, envolvendo mapeamentos e avaliação de risco, identificação das áreas com restrição de ocupação, integração com políticas de habitação, estabelecimento de tipologias e infraestrutura e o monitoramento destas áreas, além da criação de mecanismos de revisão e controle periódico de diagnósticos de áreas de risco.
2) 4.4 - Corredores Verdes e azuis: Estabelecer conexões entre os remanescentes de vegetação nativa, os quais devem funcionar como corredores verdes, envolvendo, minimamente, ações de conservação da biodiversidade, melhorias de áreas verdes e arborização urbana, recuperação de áreas de preservação permanente em nascentes, topos de morro e faixas de proteção de cursos d'água, conservação de

espécies nativas e retenção ou incremento dos estoques de carbono nos fragmentos de vegetação nativa.

3) 4.2 - Estrutura Ecológica: Implementar uma infraestrutura ecológica, conectando as áreas naturais e as demais áreas verdes do município, utilizando os corredores ecológicos, as áreas de preservação permanente, as áreas remanescentes da mata atlântica e o sistema viário, através do desenvolvimento de instrumentos, incentivos, planos locais e projetos urbanos, buscando uma integração harmônica entre as áreas urbanas e naturais, a recuperação e a preservação de áreas, considerando as características de cada local.
4) 4.3 - Zoneamento Ambiental: Desenvolver o Zoneamento Ambiental do Município, considerando o Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre, as Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento e o Plano de Ação Climática, de forma integrada com a estrutura urbana, de acordo com o grau de antropização existente em cada local, com o objetivo de fomentar a criação de corredores de biodiversidade.
5) 4.10 - Ilhas: Promover o desenvolvimento sustentável do bairro arquipélago, através da reestruturação urbana-ambiental e da economia sustentável, considerando a manutenção das comunidades existentes, que possuem relação de identidade com o local, tornando-as resilientes, buscando soluções que visem a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contendo o espraiamento da ocupação sobre as áreas de risco e priorizando a preservação das áreas naturais, através do estabelecimento de regramentos, incentivos à economia local e à preservação ambiental.

Gráfico 4 - Resultado Consulta Pública - Priorização Estratégias Objetivo 4



2.5 Resultado Objetivo 5 | Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento

No Objetivo 5 — Fortalecer o planejamento urbano com base na economia urbana para responder eficientemente às dinâmicas da cidade e potencializar suas formas de financiamento — foram priorizadas cinco estratégias voltadas à qualificação da gestão pública, ao aprimoramento da governança urbana e à ampliação da participação social. Entre elas, destaca-se a transparência nos processos de licenciamento, com foco na simplificação, eficiência e segurança jurídica, tornando Porto Alegre uma cidade mais competitiva e capaz de prestar melhores serviços públicos.

A criação de uma plataforma integrada de dados da Prefeitura Municipal foi outra estratégia prioritária, com o objetivo de subsidiar o planejamento urbano e a tomada de decisão por meio de métricas, indicadores e parâmetros acessíveis à sociedade. Também foram destacadas estratégias voltadas à participação ativa das comunidades tradicionais — indígenas e quilombolas — em intervenções que impactem seus territórios, garantindo representatividade e respeito aos seus modos de vida. Além disso, priorizou-se o fortalecimento dos mecanismos participativos nos processos de elaboração de planos, programas e projetos urbanos, por meio de ritos institucionais claros e acessíveis. Por fim, a regulamentação das formas de participação social, como consultas públicas, audiências, conferências e iniciativas populares, foi apontada como fundamental para ampliar a transparência e a legitimidade das decisões no campo do desenvolvimento urbano.

1) 5.9 - Transparência nos processos de licenciamento: Garantir eficiência, simplificação, segurança e transparência nos processos de licenciamento para tornar Porto Alegre competitiva, próspera e com maior capacidade de entregar serviços públicos de qualidade.
2) 5.8 - Plataforma de Dados: Instituir plataforma de integração de dados e sistemas da PMPA, transparente à sociedade, como ferramenta complementar ao Planejamento Urbano, com o objetivo de viabilizar a análise de impactos e subsidiar a tomada de decisão no desenvolvimento de planos, programas, projetos urbanos, nos processos de licenciamento e no monitoramento do desenvolvimento urbano por meio de métricas, parâmetros e indicadores.
3) 5.6 - Comunidades tradicionais: Garantir a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, quando estes estiverem dentro do perímetro da área de intervenção.

4) 5.4 - Planos, Programa e Projetos Urbanos: Garantir a participação da sociedade no desenvolvimento de planos, programas e projetos urbanos, a partir da institucionalização de ritos claros e transparentes para o desenvolvimento dos processos.
5) 5.5 - Formas de participação: Regulamentar as formas de participação vinculadas aos processos de desenvolvimento urbano, trazendo transparência e segurança, incluindo as consultas públicas, debates, audiências públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei e planos, entre outros, fortalecendo a participação da sociedade.

Gráfico 5 - Resultado Consulta Pública - Priorização Estratégias Objetivo 5

